



U. G. 33-5-1

B. S. 2/5-1

Gil Vicente

IV VOLUME

GUIMARÃES

1928

Composto nas Oficinas de José Fernandes Júnior,
Largo do Directório, 8-3.º — Lisboa

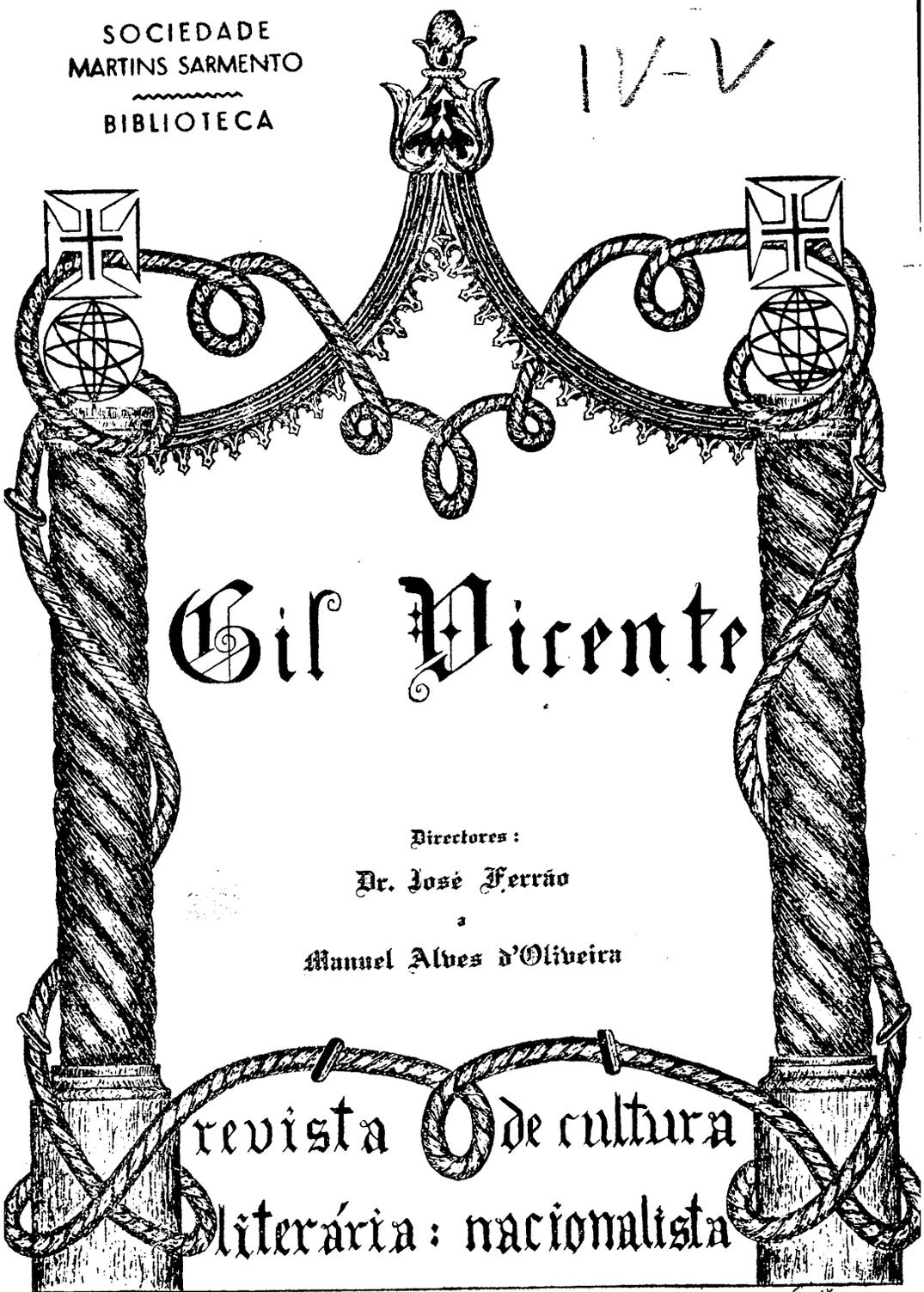
Impressão na Rua da Rosa, 107 — Lisboa

Propriedade e edição de Manuel Alves d'Oliveira
Largo do Prior do Crato, 59-A

G U M A R ã E S

SOCIEDADE
MARTINS SARMENTO
BIBLIOTECA

IV-V



Gil Vicente

Directores :

Dr. José Ferrão

e

Manuel Alves d'Oliveira

revista de cultura
literária : nacionalista

Não somos «*conservadores*», — palavra amolecida que nada exprime. Somos antes «*renovadores*», — na definição claríssima do grande marquês de La Tour du Pin. Como «*renovadores*», a nossa doutrina é uma doutrina de «*violência*», realizando na «*acção*» o «*pensamento*» que a inspira.

António Sardinha.

Como íamos dizendo...



AS palavras atribuídas a Fr. Luís de Léon quando, depois duma permanência demorada nos cárceres do Santo Ofício, voltou à sua cátedra de Salamanca, servem-nos, agora, ao dobrar mais um ano de vida activa nesta trincheira do bom combate, para abrir o 4.º volume do *Gil Vicente*.

É que a missão que nos impusemos ao lançar esta Revista é ainda hoje a mesma.

«*Como íamos dizendo no último dia...*», como continuamos dizendo hoje, torna-se necessária a comunhão de esforços para que as nossas idéias — já hoje tão alastradas e vitoriosas — triunfem definitivamente e vençam todas as traiçoeiras embuscadas.

Nós não nos reformamos. Entendemos, ao contrário, que o esforço dos integralistas continúa a ser muito necessário à obra do resgate tão auspiciosa e heròicamente empreendida pelos primeiros arautos do Integralismo.

Foi a 8 de Abril de 1914 que, em Coimbra, uma reduzida pleiade de Cavaleiros do Santo Graal lançou o grito de Redenção.

A ironia de Eça volveu-se equilíbrio. Lúcio Castanheira deixou de ser caricatura para se converter numa afirmação de esperança. Uma Revista «que aspirava a reatar a Tradição quebrada» veio dar execução aos sonhos doirados mas bem portugueses dêsse bom e generoso moço da *Ilustre Casa de Ramires*.

A *Nação Portuguesa* surgiu na sua sementeira benéfica. Foi a primeira lição de Integralismo. Estava constituída a cátedra.

Depois, de là para cá, tudo quanto tem surgido a defender, e a

espalhar essa idéia forma um complemento lógico das lições de nacionalismo então iniciadas.

A hoste engrossou. O ridículo com que nas primeiras horas a quizeram cobrir não atingiu o almejado fim. A semente frutificou e criou raízes que hoje são indestructíveis. A vitória da Inteligência sôbre a mentirosa trilogia de um século suicida e destruidor é manifesta e inegável.

«O Pelicano deixou de ser assim um alto emblema heráldico, estilizando a sua agonia contente sôbre a cruz sangrenta de Cristo, para se tornar, em perpétua transubstanciação conuoso, numa espécie de eucaristia nova, que é carne com a nossa carne e alma com a nossa alma» transformando-se, também, em bandeira que não é de «uma pessoa» mas sim de «um princípio».

Êsse princípio não representa uma escola filosófica sem qualquer outra finalidade. Êle tende a salvar uma Pátria que se debate e asfixia nas algemas da Liberdade.

Eis porque — «como íamos dizendo no último dia» — não nos podemos dar por compensados com os triunfos já obtidos. Prossigamos ainda, prossigamos sempre, porque se a jornada é áspera e a mais das vezes dolorosa, tem a compensá-la a boa intenção que nos levou a empreendê-la e nos incita e encoraja a concluí-la.

Não desejamos, não queremos encerrar a idéia em qualquer Tôrre de Marfim, servindo de exclusivo recreio da nossa idolatria e deixando à solta os ventos maus que têm devastado a seara. Não!

A bandeira do Pelicano não se enrolará, antes será desfraldada nesta trincheira sempre aberta a todos aqueles que, soldados da mesma idéia redentora, dela se queiram servir em melhor defesa dos princípios salvadores que nos irmanam, conquistando para o nosso movimento as garantias que lhe são necessárias e devidas para poder levar a bom termo a restauração de Portugal.

Servir-nos hão sempre de consolador estímulo as palavras que António Sardinha — nosso Mestre querido — escreveu em *A Moral da Derrota*. Neste breve enunciado de princípios está concretizado todo o nosso objectivo.

Ei-lo:

«A Nação reconstituída pelo Município e pela Província, a Família unificada e enraizada pela indissolubilidade do matrimónio e pela vinculação da terra, a Produção dignificada e emancipada pelo estatuto colectivo do Trabalho, com o Rei velando ao alto sôbre o tecido robusto dos lares e das oficinas, pela coordenação interna da Pátria e pela manutenção do seu valimento externo, — era o que dizíamos no último dia, é o que contiуuamos dizendo sempre na flama ardente da nossa ardente fé nacionalista!»



ANTÓNIO SARDINHA,

Poeta do amor cristão ⁽¹⁾

Per RUY GALVÃO DE CARVALHO

I

VENHO, em linguagem modesta e sem o colorido vivo da prosa dos nossos seiscentistas, falar de um poeta extraordinário da nossa Terra, cujos versos são um cântico de luz e fé a Deus, uma estrofe altissonante e eloqüente ao amor cristão, um comovido louvor ao Lar e à Natureza, um eterno hosana a Portugal e à Tradição!

Quem ler os seus versos tão cheios de unção religiosa e de emotividade bucólica, adivinhará, surpreendido, a fonte-madre onde receberam o baptismo bíblico da sua espontânea criação e beberam a água sagrada da sua fecunda e prodigiosa inspiração! Através deles corre o fio cristalino do simbolismo cristão, — dêsse simbolismo tão belo e tão admirável, que levou Dante, em íntima comunhão com êle, a compôr à maravilha a sua «Divina Comédia», o hino mais sublime feito à Igreja e ao Cristianismo! Simbolismo que se encontra também na maviosidade idílica do «Cântico dos Cânticos», na linguagem mística e poética dos Salmos..., enfim, em todas as páginas edificantes dos livros santos dos Hebreus!...

É êsse simbolismo de origem essencialmente cristã que António Sardinha emprestou aos seus versos de recorte literário, em geral perfeito, mas de elevação lírica deslumbrante. Lendo-os, recolhidamente, sentimos dentro de nós qualquer *coisa* de espiritual, de super-sensível, que, tocando-nos a alma, nos ergue transfiguradoramente, até à estância

(1) Palestra feita em Sessão de Estudo no C. A. D. C., a 15 de Maio de 1927, e publicada na Revista de cultura e formação católica *Estudos*, de Coimbra, fascs. I e II, de 1927.

onde a águia mais de perto sente o calor carinhoso do *irmão* Sol..., até à mansão bemdita onde mora o Senhor Criador de tudo, o Deus misericordioso e Pai amantíssimo da humanidade!... Foi, assim, impregnado dêsse simbolismo verdadeiro que o autor delicado da «Chuva da Tarde» compôs os seus versos de amor cristão, — versos de português sentimento, vasado nos moldes certos da ortodoxia da Igreja, bafejados pela aragem abençoada e redentora do Cristianismo!...

Eu disse, insistindo, — «Simbolismo cristão» —, em contraposição enérgica a um outro *simbolismo*, simplesmente estético aparecido em França no século passado.

Êste *simbolismo*, assim impròpriamente chamado, teve por seus criadores Verlaine e Mallarmé, — dois espíritos de real valor.

Arvorou-se em escola literária, tendo repercussão europeia; foi, por muito tempo, a teoria poética preferida dos espíritos cultivadores das Musas helénicas.

Embora tivesse promovido uma forte e, em certo ponto, salutar reacção espiritual contra o mesquinho e tacanho materialismo da Escola naturalista, que considerava erradamente o homem apenas um puro animal; embora outrosim tivesse dado *espiritualização* ao Verbo, isto é, à própria Palavra, «desbastando-lhe as arestas vivas e tornando-a capaz de maior expressão» (1): — esta pseudo-escola literária não passou afinal de ser «a mais pessimista das reacções contra as escolas precedentes — o Realismo e o Parnasianismo» —, caíndo, como aquelas, na estéril «tagarelice charadística e na relação muitas vezes enfadonha dos *faits-divers* da cidade imensa que é o espírito de cada um» (2).

Com efeito, o *simbolismo desta natureza* apesar de se ter arvoado em escola contra-revolucionária, ou, melhor, ultra-revolucionária no campo da Arte literária, não procurou, no entanto, «o facto ou a confidência individual no que ela possa ter de humano e geral, mas sim a sensação e o sentimento fugitivos, evocados pela imagem imprecisa e pela música das palavras» (3).

Como vêm, o *simbolismo* de Stéphane Mallarmé e de Verlaine reduzia-se invariavelmente à retumbância estrondosa da *forma*, cuja expressão redundava, do mesmo modo invariavelmente, na *charada*.

Repito: — O símbolo, para estes teóricos, era uma verdadeira *charada*, o segrêdo de um enigma transcendente!

(1) *A Monarquia*, de 18 de Outubro de 1921. Artigo de crítica, por Álvaro Maia, ao livro «*Quando as nascentes despertam...*», de António Sardinha.

(2) Jornal citado.

(3) Idem.

Ouçamos a êste respeito o próprio Mallarmé: — «Designar um objecto é suprimir três quartas partes do goso de um poema, feito para se ter a felicidade de adivinhar pouco a pouco.

Sugeri-lo, eis o sonho. É o uso perfeito dêste mistério que constitui o símbolo: evocar pouco a pouco um objecto para o estado de alma, ou, inversamente, escolher um objecto e separar dêle o estado de alma por uma série de decifrações» («Enquête sur l'évolution littéraire») (1).

«Un poème est un mystère dont le lecteur doit chercher la clef» — continua o autor de «Verse et Prose», dirigindo-se a Edmond de Goncourt (*Journal des Goncourt*, 1895).

Quão diferente e imensamente diverso o velho simbolismo! «Sem nos reduzir a meros fantasmas e sem conceder existência apenas às Idéias, o velho simbolismo da «*Divina Comédia*» afirma a Personalidade e o mundo que a envolve e, escolásticamente, aponta a maneira de conseguir, não imagens fugidias, mudáveis e imortais, mas sim formas eternas de Verdade e Beleza» (2), — no conceito feliz do brilhante crítico Álvaro Maia, ao criticar o «simbolismo» poético do livro «*Quando as nascentes despertam...*» de António Sardinha...; ou então numa frase perfeita do autor de «*A Epopeia da Planície*»: «simbolismo eterno que nos dá o pensamento oculto das coisas e nos indica que tudo no Universo é significativo e significativamente se corresponde» (3).

Êste é que é o verdadeiro e único simbolismo!

Encontrámo-lo modelado nas Parábolas divinas do Divino Salvador e traduzido em imagens esculpidas nos labirintos seculares das catacumbas, — nessas galerias extensas e intermináveis, onde se conservam religiosamente, como reliquias milagrosas, milhões de ossos de milhões de mártires que derramaram heróicamente o seu sangue generoso pelo triunfo eterno do Cristianismo!

A própria Liturgia é um «simbolismo» vivo; é a história simbolizada da Vida, Paixão, Morte e Ressurreição do Divino Mártir do Gólgota.

Distintos os dois «simbolismos», decerto imperfeitissimamente estudados (do que me leva a confessar com Montaigne: — «Não tenho dúvida em que algumas vezes me aconteça falar de coisas que são algures mais ricamente tratadas, e mais exactamente»), e terminada a minha divagação pelas regiões serenas e luminosas da Arte e da Beleza, cumpre-

(1) Citado por Álvaro Maia; Calvet, Manuel illustré d'histoire de la Littérature Française; Lanson, hist. de la lit. franç.

(2) Jornal citado.

(3) Ant. Sardinha, «Ao ritmo da ampulheta», cap. Nacionalismo literário, pág 71.

me agora entrar já no objecto da minha humilde e desvaliosa palestra, sempre confiado na benevolência fidalga dos meus cultos ouvintes, — confiança que me dá fôrças para prosseguir na exposição do assunto escolhido, e que gostaria vê-lo melhor tratado pelos Amigos e Admiradores do altíssimo Poeta e grande pensador, que foi António Sardinha.

II

Sertillanges, — eminente dominicano de universal fama —, escreveu um livro singular que eu muito folgaria ver na estante de todo o rapaz estudante.

Refiro-me ao «*L'Amour Chrétien*» onde vêm expostas magistralmente as várias *espécies* (chamamos-lhes assim) do Amor.

Fala o autor de «*La Vie intellectuelle*» do Amor de Deus, do Amor do próximo, do Amor paternal, do Amor maternal, da Amisade, etc., etc. Sôbre o Amor no Casamento tem dois soberbos e, deveras, importantísimos capítulos para quem quere seguir a lei de Deus expressa no livro de «*Génesis*» e depois confirmada e santificada por Cristo nas bodas de Caná.

Acabo de afirmar que são dois capítulos de grande importância.

São-no em todo o sentido da palavra, principalmente nos tempos que vamos passando nesta época de insaciáveis prazeres e de constante culto a Venus, — época de

«apagada e vil tristeza...»

como diria o Épico quinhentista, em que se faz loucamente a apologia do amor livre e se canta em versos pagãos o amor da carne, o amor pagão da Matéria!

Ler, meditando profundamente, estes dois capítulos de acertadas e sérias conclusões é, para quem tem uma alma que deseja salvar e um ideal alto que o norteia para a mansão da Eternidade, — «beatíssima morada da cidade soberana», na expressão augusta da «Imitação de Cristo», onde os eleitos do senhor são recebidos em triunfo e no meio de cânticos suavíssimos dos Anjos... — um dever imperioso, uma necessidade urgente.

O casamento que é para a sociedade a base fundamental da sua estabilidade, é, na opinião ingénua ou maliciosa de certos ideólogos e de certas teorias de regressão à animalidade primitiva, uma convenção ou um preconceito que deve ser extinto.

Nada mais falso e nada mais perigoso :

Falso, porque arrastou o homem a crer illusòriamente no «homem» hipotético e abstracto de Rousseau, no homem anjo isento de condicionalismos de ordem moral e de ordem social, vivendo para a Natureza, em perfeita união com a mãe-terra;

Perigoso, porque faz do homem um animal alimentando-se exclusivamente dos baixos instintos da carne, e da mulher apenas uma *fêmea*; porém, esquecendo-se que a união do homem e da mulher é a condição essencial para o prolongamento da vida, porque é a vontade suprema do Criador que quer, como vem na Bíblia, a união de dois corpos num só corpo, «de dois numa só carne» (Génesis, 1, 24), — «deux éléments incomplets chacun au point de vue d'une vie achevée et féconde, mais que leur union établit à l'état de principe suffisant au service de la race», no dizer de Sertillanges (1).

Mas para que a união perdure e seja bem vista aos olhos do Senhor Deus é necessário que ela tenha por base o Amor, — verdadeiro traço de união, forte élo que prende a alma de ambos e faz dêles um todo completo e harmónico.

Ai do casamento sem presença espiritual do Amor! Hoje, a maioria dos divórcios dá-se devido à falta de amor entre os cônjuges.

Casamento sem ser alimentado pela chama mística do Amor, é casamento fora da graça e protecção do Senhor; deixará de existir como o melhor bem de Deus, para ser simplesmente uma «poligamia sucessiva» na afirmação clara de T. de Bèze.

Por isso, segundo Sertillanges, é com verdade que os místicos afirmam que no amor matrimonial «plus que dans l'amitié, plus que dans le sentiment filial ou que dans le dévouement serviteur, l'amour surnaturel et l'amour céleste trouvent les symboles qu'ils cherchent». (Sertillanges, obr. cit.).

Como vêm, o Amor de que falo não é o amor licencioso, filho do pecado ou produto de uma sentimentalidade doentia, mas sim o amor forte, tão *forte como a Morte*, segundo se lê no «Cântico dos Cânticos»;... Amor que é acção, que é sacrifício e que é virtude; que é a caridade na alma religiosa, estima no pensamento, ternura no coração: êle é, «après l'instinct de conservation, le sentiment le plus naturel, plus spontané de beaucoup que l'ambition, plus anxieux que la recherche de l'or, plus pressant que l'orgueil même».

«Mis en balance avec tout le reste, — prossegue o Autor citado, — l'amour l'emporte; il est, humainement, le pain de vie»...

(1) *L'Amour Chrétien*, pág. 157.

Ora «a união do homem e da mulher no amor simboliza, ao mesmo tempo a amisade das suas almas, de que ela é testemunho, ao mesmo tempo a sua união à raça de que êles se fazem também o instrumento, a união da raça a Deus por intermédio de Cristo, na sua Igreja universal» (Sertillanges).

Numa palavra; em conclusão: o Amor, assim cristãmente compreendido, é «uma realidade que dura séculos, trazendo a nossa alma embalada pelo suave canto dos querubins» — (1).

Cêntelha daquele outro amor

...«*che mouve il sole e l'altre stelle*».

como confessa, no verso final da «Divina Comédia» — o grande poeta florentino da Idade-Média, — êle é o «Alfa e o Oméga» de tudo, na frase luminosa de Sertillanges.

Ora, é êste Amor cristão que nós vamos encontrar vivificante na obra poética de António Sardinha.

(A concluir no próximo número)



“O ANATEMA DA FLANDRES”

0 18 DE JANEIRO

(CONTINUAÇÃO)

NÃO sabiam ou não queriam escorraçar estes vendilhões do bem nacional, alteiando, com consciência plena, que os Exércitos exigem, implicitamente, palavras claras para arrostarem sacrifícios pela Nação, e se transformam, sempre, em sêca pele de burro para tambor, quando lhes é apenas mostrada, a vã fraseologia de «um mal escondido governo de qualquer» que, na sua extrema falta de lealdade ao país, suscita a dúvida a quebrar esforços, a desalentar energias, a tuberculizar valores seculares, a falecer a heroicidade de uma raça, deslealdade que pode esconder uma traição execranda que o Exército não admite e só repele.

Em Portugal, essa extrema falta de lealdade condensava-se menos no ocultamento da mais bandítica traição de lesa-Pátria que se mostrava executada no buliçoso «memorandum» inglês, de 10 de Outubro de 1914, «a carta forçada», que declarava «que a forma leal e sem hesitação por que o governo português acedeu a êste pedido (o de não declarar a neutralidade) encoraja-me a invocar a antiga aliança entre Portugal e êste

TEIXEIRA GOMES — Livro Branco: — «Não é possível conseguir governo inglês aconselhar sôbre natureza operações que devemos fazer em África, pois tudo depende conhecimento completo nossas fôrças e possibilidade de empreender movimentos estratégicos, sôbre que sômente nosso Estado Maior poderá decidir.» (10 - 3 - 915).

«Comecei já preparar no Foreign Office terreno para uma conferência com ministro dos negócios estrangeiros sôbre necessidade de declarar estado de guerra. Rogo a V. Ex.^a diga se deve apressar conferência, dando-me também instruções sôbre quaisquer comunicações a juntar às que aí recebi verbalmente de V. Ex.^a.» (22 - 7 - 915).

SOARES: — «Convem apressar conferência. Por agora não tenho mais instruções para V. Ex.^a.» (24 - 7 - 915).

TEIXEIRA GOMES: — «Continúo encontrando grande dificuldade para acordar na beligerância. Questão foi sujeita ao conselho de ministros, que ainda não decidiu.» (21 - 7 - 915).

país para convidar o govêrno português a sair da atitude da neutralidade e a colocar-se ao lado da Grã-Bretanha e dos seus aliados», que era esclarecido pela carta de 18 de Outubro de Sir Carnegie: «Acabo de receber instruções de Sir Ed. Grey para não pedir nada ao govêrno português que possa ser quebra de neutralidade neste momento», e que se clareiava mais na carta, ao estrangeiro Bernardino, de 6 de Novembro, de Sir Carnegie: «Não deixei de comunicar a S. Ed. Grey as observações que V. Ex.^a me fez na conversação de sábado passado em sua casa. Encarrega-me êle de lhe propôr a declaração seguinte, que V. Ex.^a poderá fazer pela forma que mais lhe convier quando os canhões estiverem prontos a partir»; «... aliás Portugal ficará exposto aos inconvenientes de um beligerante activo sem poder dar apoio material», e a seguir formúla a declaração que propõe: «No comêço da guerra Portugal declarou espontâneamente que estava inteiramente disposto, como aliado da Grã-Bretanha, a dar-lhe todo o concurso.» «O Govêrno Britânico apreciou altamente êste testemunho de solidariedade e convidou de boa mente o

TEIXEIRA GOMES— Livro Branco: — «Devo observar que, expondo ao «Foreign Office» necessidade ruptura com Alemanha o fiz sempre como consequência da situação criada pelos deveres aliança mas Govêrno Inglês não a reconhece. Agora nas instruções transmitidas Ministro Inglês a comunicações sôbre o assunto responde directamente. Sem dúvida V. Ex.^a conseguirá que Ministro Inglês elucide seu govêrno, preparando ruptura da forma que V. Ex.^a julgar conveniente.» (5 - 8 - 915).

SIR GARNEGIE: — «O pedido do Govêrno português, para que o Govêrno de Sua Magestade não faça objecções à acção que Portugal, no seu próprio interêsse, pode ser forçado a tomar contra a Alemanha, não é destituído de razão, *caso seja a Alemanha que force Portugal à ruptura.*

Se, contudo, se der essa ruptura entre Portugal e a Alemanha, *deverá ella constituir claramente um caso exclusivo dos dois países*, feito no interêsse de Portugal e não imposto à Alemanha como uma obrigação da parte de Portugal para com a Grã-Bretanha.

Caso Portugal e a Alemanha entrem na guerra, o Govêrno de Sua Magestade, conforme estipula a aliança, garantirá, com a armada britânica, *a protecção das costas portuguezas e das colônias.*

Devido às grandes requisições que impendem sôbre o Govêrno de Sua Magestade, *não poderia êle prover o Govêrno português com munições de guerra ou com dinheiro, a não ser alugando ou comprando os navios alemães* actualmente surtos em portos portuguezes. Também não poderá Govêrno Sua Magestade proteger em possíveis complicações com a Espanha deverá V. Ex.^a explicar que receios de tais complicações constituem principal razão que tem induzido Govêrno inglês a solicitar prudência do Govêrno Português..

Govêrno Inglês julga que, havendo real risco de ruptura com Alemanha Govêrno Português deveria sendo possível assegurar-se de que Espanha observará neutralidade benévola.» (6 - 8 - 915).

Govêrno português a pôr em execução a sua oferta de cooperação. Por êsse concurso os dois Governos assegurarão os fins da aliança que subsiste desde muito entre os dois países e cuja conservação é do interesse comum.»

Até se impunha ao bifronte govêrno a declaração da oferta persistente ao govêrno inglês e em 27 de Outubro de 1915 o «memorandum» inglês ainda afirmava «com relação às observações do Sr. Soares respeitantes às quebras de neutralidade praticadas em Portugal, em virtude da sua aliança com a Grã-Bretanha, que poderiam envolvê-lo em guerra com a Alemanha, o Sr. Carnegie teve ordem para declarar que o Govêrno de Sua Majestade reconhece inteiramente êste facto, mas que **se o Govêrno português declarar êle próprio a guerra à Alemanha, deve ser sob sua própria responsabilidade e não deve dizer que é obrigado a êsse procedimento em consequência da aliança**», pois que «Sendo a aliança anglo-portuguesa meramente defensiva, como Sir Edward Grey duas vezes o declarou no Parlamento, dir-se-ia que nada tínhamos a temer, se fôsse a Inglaterra que agredisse outra Nação» como o declarava Teixeira Gomes no seu relatório de 14 de Novembro de 1914, posteriormente ao «memorandum» de 27 de Agosto de Sir Ed. Grey que considerava: «Por outro lado, o Govêrno de S. M. não está presentemente em situação de assumir responsabilidades com respeito às fronteiras terrestres das colónias portuguesas e de Portugal. Nestas circunstâncias o Govêrno de S. M. julga que **a marinha e o exército portugueses deveriam reservar-se para a defeza pátria** (1), o que António José de Almeida (e outros irmãos ... dos Filhos da Viuva) não ouvia, nem via, por não lhe convir, para poder trocar a Pátria pela Liberdade da traição de lesa-Pátria e que disse: «nós (2) (republicanos), nessa hora cheia de preságios não trêpidámos um instante e oferecemos à Inglaterra a nossa cooperação.»

Embora perante a sonegação, dêstes e tantos mais documentos, por parte dos governos da república, eis o que deviam e não queriam responder êsses inúmeros fardados de oficiais de um exército que, para o ser, só tem de se bater pela Nação e não por qualquer alcateia famélica.

(1) O que êste «memorandum» inglês, de 27 de Agosto de 1914, afirmava foi, sempre, o cavalo de batalha dos monárquicos (sic), os únicos que afinal tinham a noção clara dos deveres do país, mas também não sabiam falar com clareza, e afrontar todas as tempestades, vencendo as peias com que os seus co-irmãos liberais e constitucionais os manietavam.

(2) Os que até se viram obrigados a fazer parar as manifestações espontâneas dos romeiros e discursadeiros que mandaram importunar as Legações...

E era-lhe obrigatório afirmar sempre, bem alto, que bem demonstradamente invertido se apresentava o famoso «convite» de 10 de Outubro, a carta forçada, a escravidão a que a república começara acorrentando Portugal, apesar de a Inglaterra se mostrar mais portuguesa que os portugueses, teimando até que «se oporia à declaração de guerra de Portugal à Alemanha, desde que o motivo indicado fôsse o do antigo tratado de aliança luso-britânica, por ser defensivo, e que não se oporia à ruptura de relações quando Portugal se envolvesse na guerra, constrangido pela

SOARES-SIR CARNEGIE — Livro Branco: — ... «a Inglaterra não está em condições de defender as fronteiras terrestres na metrópole e nas colónias» ... «surgiu em meados de Setembro o pedido de artilharia para a guerra europeia, pedido cuja satisfação, segundo todas as probabilidades, importava a beligerância de Portugal» e que «foi resolvida a organização de uma divisão portuguesa que combateria ao lado dos aliados, com o apoio da França para os municionamentos e o da Inglaterra para os meios financeiros.»

«Já teve ocasião Sir Grey de sugerir que Portugal, não tendo declarado a neutralidade, pode abster-se de responder a essas reclamações. Tal é também a minha idéa. Mas os protestos continuarão a succeder-se claramente destinados a constituírem de futuro um cabedal volumoso de reclamações desatendidas para, pelo menos, contrapor aos agravos recebidos por Portugal.

«A este equivoco que a Alemanha explora, corresponde a situação que a falta de um documento desde já publicável torna obscura para o povo português, que na desconfiança vai até ao ponto de duvidar que os governos da Nação tenham cumprido fàcilmente os deveres de aliados para com a Inglaterra e que fora de Portugal se presta por acaso a ser interpretada de uma forma menos lisonjeira.

«São de uma carta de V. Ex.^a ao Sr. Gonçalves Teixeira, a propósito do pedido para não renovarmos os contractos dos analistas alemães as seguintes palavras: «Il y a beaucoup trop d'allemands en Portugal, tous des espions et des ennemis de nos Pays». Mas declarar-se a existência do estado de guerra entre Portugal e Alemanha nos termos do memorandum de 6 de Agosto, com afectado alheamento da aliança inglesa, longe de corresponder à intenção do Governo da república de esclarecer a situação, ratificando a attitude de Portugal perante a guerra, não fazia senão prolongar, agravando-o, o equivoco que tinha por objecto desfazer.

«... O memorandum de V. Ex.^a deixa-nos pois, tanto sob o ponto de vista interno como externo, na mesma situação embaraçosa e difficilmente insustentável que tive a honra de mais de uma vez expor a V. Ex.^a e que determinou a démarche a que responde aquele documento.

«Portugal não tem lucros a tirar do conflito». «A lealdade nunca desmentida da Nação inglesa» não consentirá que «a integridade material e moral do seu fiel aliado sofra qualquer prejuizo na metrópole ou nas colónias.»

... «o espirito público sem precisar bem os receios, inquieta-se com a hora da paz» e ao mesmo tempo «manifesta o seu vivo desejo de, em cumprimento dos seus deveres da aliança, prestar à Inglaterra mais activo concurso, que teria também por

Alemanha, por seu único e exclusivo interesse.» Ao mesmo tempo ponderava que «em vista das pesadas obrigações que lhe incumbem, o Governo de Sua Majestade não poderá fornecer munições de guerra, nem assistência financeira, excepto por meio de afretamento ou compra de navios mercantes alemães que sejam apreendidos em águas portuguesas», e depois aconselhava «prudência» ante as possíveis complicações com a Espanha, que a república insinuava ao Governo Inglês que por sua vez lhe pedia lhe fôsem explicadas por as não verificar.

Eis o que, alto e bom som, tinham a imediata obrigação de antepôr à imunda serpente vermelha, classificando de descaradamente mentirosa a afirmação comicieira da república, no bobêscico coliseu de S. Bento, sôbre o tão facilmente invertido «convite da Inglaterra a Portugal» para a sua entrada na guerra, e ainda de absolutamente falsa a razão da apreensão dos navios mercantes alemães que, afinal, se pilharam para serem fretados ou vendidos à Inglaterra, para com o seu produto a Inglaterra (1) municiar e alimentar (e até havia de vestir e armar) os forçados portugueses na guerra da república à Alemanha.

A voz legítima dêses homens oficializados, que a não sabiam vibrar, seria — O Exército não serve bandoleiros, nem humilhações da vassalagem! O Exército só ajoelha no altar da Pátria que o ordenou, e só nele recebe o mandato sagrado da defeza da sua intangibilidade exclusiva!

Mas o noviço oficial «miliciano», que dos senis oficiais «de carreira» devia ouvir os estímulos militares, era sômente por êles perseguido para ser porta-voz (senão exemplo) do Exército, porque (segredavam-lhe

objecto vingar os portugueses mortos em África e outras graves ofensas recebidas da Alemanha.»

«A realização desta justa e patriótica aspiração não é todavia compatível com a opinião do Governo de Sua Majestade Britânica, tal como está expresso no *memorandum* de 6 de Agosto. Mas se os comuns interesses de Portugal e dos aliados obrigam o Governo Inglês, apesar destas considerações, a manter e seu ponto de vista, Portugal aquiescerá, pois reconhece não deve, pela sua acção, ainda que nobre e dedicada, prejudicar a grande causa da liberdade e os destinos das grandes Potências que na presente guerra se debatem.»

«... O Governo da república nada fará sem pleno acôrdo com a Nação aliada e que quaisquer que sejam as circunstâncias, continuará sempre a prestar-lhe não só os mesmos serviços que até aqui, mas quantos estiverem ao seu alcance e que sejam da mesma forma solicitados.» (16 - 9 - 915).

(1) Tal era a confiança da Inglaterra na república em questões de dinheiro, que ela entendia melhor ser o cofre de garantia aos gastos a fazer, o dinheiro de aluguel ou cessão dos navios.

como um dever!) não fazia a sua carreira na vida militar, pois que terminada a guerra regressaria a sua casa (!!!) e portanto qualquer castigo disciplinar lhe não inutilizaria o futuro!!!...

Que desfaçatez da cobardia moral!... e talvez também... material...

Mas continuemos a resposta que dêles devera ser aos abominados carrascos da vida portuguesa e com quem êsses divertidos «camaradas» se entendiam às mil maravilhas na mais hipócrita luzência.

Não era o official «miliciano» que devia de dizer, mas o official «de carreira» de quem devia ouvir que o exército não impõe condições, impõe, implicitamente, deveres, para com êle, ao govêrno que é da Nação que o instituiu, e ao qual a Nação sòmente recorre nos casos, exclusivamente, de interêsse nacional, que um «govêrno de Nação» tem a inerente obrigação de lhe clarear, e não sonegar, na mais abundante exuberância.

Assim é que se acordam energias impetuosas a alteiar glórias em batalhas vencidas, e que se perderam em África por traição da república e para opróbrio de Portugal.

Ao contrário, o govêrno, apenas da república, que já de principio se vinha entretendo a dismantelar o exército português, patenteava-lhe, e ao povo de Portugal, um denso nevoeiro nas públicas arengas de cocheirismo diplomata, forjando trapaceiros ardis que não podiam gerar os ímpetos bélicos que só se nascem do ameaçamento das aspirações lídimas do pátrio lar e se conferem puras ao exército para melhor desempenho da sua missão ingénita de defeza patriótica.

João CHAGAS — Livro Branco: — «Expuz ao Sr. Presidente da República o *carácter actual da nossa política interna e externa*, sem deixar de ser preciso e exacto, **de conformidade com as instruções que recebi de V. Ex.^a**, o que muito pareceu interessá-lo.» (22 - 9 - 915).

Sir CARNEGIE: — «Em vista de certas observações feitas pelo Sr. Soares sôbre o *memorandum* communicado em 6 de Agosto pelo Sr. Carnegie, recebeu êste instruções de Sir Edward Grey para dar a S. Ex.^a as seguintes explicações, que apresentou verbalmente em 10 de Agosto.»

«O Sr. Carnegie recebeu instruções para exprimir o alto apreço do Govêrno de Sua Majestade, pela attitude e pelos valiosos serviços prestados pelo Govêrno português no decurso da guerra.»

«Com relação às observações do Sr. Soares respeitantes às quebras de neutralidade praticadas em Portugal, em virtude da sua aliança com a Grã-Bretanha, que poderiam envolvê-lo em guerra com a Alemanha, o Sr. Carnegie teve ordem para declarar que o Govêrno de Sua Majestade reconhece inteiramente êste facto, mas que *se o Govêrno português declarar êle próprio a guerra à Alemanha, deve ser sob sua própria responsabilidade e não deve dizer que é obrigado a êsse procedimento em consequência da aliança.*» (27 - 10 - 915).

A má-fé do miserando «governo de muitos» é que produziu o vacilante movimento das espadas⁽¹⁾ a apoiar o fraco governo do general Pimenta de Castro⁽²⁾ que não soube evitar dias tristes para Portugal, pois se deixou esboroar, cuspidor de traidor aos interesses nacionais, pelos vendilhões da Honra Lusitana de que não revelou a começada infamia.

Os mórbidos interesses de uma política vesga e tortuosa e subvertedora é que formaram o movimento do 14 de Maio⁽³⁾ de 1915 para consumação da venda do sangue de Portugal, a «troco dos lucros da guerra,

(1) O movimento das espadas, movimento do exército, pela sua obscura apresentação, e nenhuma união portanto, é que não foi compreendido e deixou-se falecer no 14 de Maio.

(2) Não confundir com o major Pimenta de Castro de infantaria 13, em Vila Real, mais tarde comandante do batalhão do 16 de infantaria do C. T. G. L., em 1918-1919 onde a ambição o faria traidor à Monarquia, para o que já tirocinara em Vila Real, contra um seu camarada, acolhendo-se ora à Junta Municipal da União Sagrada onde o alcunhavam de talassa, ora ao Chefe do Estação Maior da Divisão onde o apodavam de formiga, para se libertar da acusação tremenda que era imputada fundamentadamente pela quasi totalidade dos oficiais do 13 de infantaria em Dezembro de 1916. Era, este tirocinio, contra o major Domingos da Ponte e Sousa que não tinha qualquer filiação partidária e se limitava a ser oficial e homem honrado e por isso se reformou.

(3) Este movimento, ou antes simples desordem, foi forjado pelos vários Amigos da Sérvia, civis e militares, de que foram compadres e venceram por em mais desordem encontrarem os protagonistas do movimento das espadas que, como o 13 de Dezembro e o 18 de Janeiro, foi puramente militar e pró-Nação.

JOÃO CHAGAS — Livro Branco:— «Ácerca deste assunto (*Temps*), recebi instruções de S. Ex.^a o Sr. Augusto Soares para esclarecer com franqueza o Governo francês sobre a política seguida pelo Governo português e os esforços deste para definir a sua situação em face da guerra e junto dos aliados.

«A essas instruções dei cumprimento, como comuniquei a S. Ex.^a no nosso officio n.º 1595 desta série: — Pr. Aa. — 22 Setembro.» (10 - 11 - 915).

SIR CARNEGIE:— «O Governo de Sua Majestade está inteiramente compenetrado das suas obrigações para com Portugal.

«Se se apresentar uma ocasião em que Portugal seja colocado em situação de ter de apelar para o tratado de aliança entre os dois países, o Governo de Sua Majestade não tem intenção de se afastar de tais obrigações e foi precisamente porque deseja cumpri-las que têm pedido ao Governo português para o consultar antes de tomar uma iniciativa de declaração de estado de guerra entre Portugal e Alemanha.

«Se o Governo português colheu impressão diferente da comunicação de Sir Carnegie, de 6 de Agosto, enganou-se completamente.

«O Governo de Sua Majestade aprecia altamente o auxilio concedido por Portugal fornecendo munições de guerra e é profundamente sensível à atitude até agora assumida por Portugal.» (30 - 12 - 915).

«A Itália «sem declarar a guerra à Alemanha, poz este direito em vigor com respeito aos navios alemães.» (30 - 12 - 915).

para gosarem os benefícios da... Liberdade». A repulsa justa da escravização de portugueses humilhados é que formou o nado-morto movimento de 13 de Dezembro de 1916 a tentar a redenção da Nação pelo estrangulamento do estigma da vassalagem que a república lhe escarrara. E o vergastar de uma afronta cobarde é que convulsionava o exército infamado gratuitamente, e o impelia para o movimento de 18 de Janeiro de 1917 a localizar-se no Grupo de Batalhões do 54 de infantaria, aquartelado em Santarem.

Os gestos de revolta do exército, por si só, em momentos de gravidade nacional, são vindos da inépcia ou da má-fé dos governos que assim atentam contra a grandeza pátria e portanto se impõem porque são dignos e não corruptos, porque são legais e não ilegítimos, porque são nacionais e não estrangeiros, porque procuram dissipar as situações confusas e preconizam a salvação dum povo, divisa sagrada que o «formiga» e não militar 14 de Maio mentiu para enlamear o carácter português e empanar mais o brilho dourado dum sol risonho que foi a vida de Portugal de outrora.

O exército não impõe condições, exige o dever de se clarearem horisontes. E assim é bem patente e frisante a afirmação, ao 7 de infantaria, por parte do Grupo de Batalhões de 54 de infantaria que declarava

TEIXEIRA GOMES — Livro Branco: — «Chamado a Lisboa «para trocar impressões sôbre o *modus faciendi* da política a que o Govêrno em harmonia com aspirações nacionais e de acôrdo com a Inglaterra, queria dar realização» diz a Sir Nicolson que «chegava o momento de declararmos a beligerância.»

«As circunstâncias desde o comêço da guerra têm-se encaminhado *para tornar cada vez mais obscura a nossa situação* e hoje encontramos com todas as desvantagens dos beligerantes e sem nenhuma vantagem, nem mesmo aquela puramente moral, mas de grande importância, que nos adviria de nos declararmos aberta e publicamente ao lado da Inglaterra.» «Outros dizem, com razão, que favorecer occultamente a Inglaterra como quem faz contrabando, não é próprio de uma nação digna e livre»; «... em todo o caso (diz Sir Nicolson) nunca declararão a guerra sem nos consultarem.» «O *Foreign Office* continua mantendo a opinião de que Portugal não precisa de entrar abertamente na guerra, mas veremos o que se resolve e telegrafaremos ao nosso ministro.»

TEIXEIRA GOMES: — *Foreign Office* telegrafia «*confirmando o desejo do Govêrno inglês de que não declarassemos a beligerância.*» Começa «a preparar terreno para uma conferência com ministro dos negócios estrangeiros *sôbre necessidade de declarar estado de guerra.*»

«Procura sub-secretários ingleses mais acessíveis «em acordar com a beligerância de Portugal», «mas o Ministro (Sir Ed. Grey) mostra-se inabalável e por fim, muito instado, encarregou um dos sub-secretários de Estado de redigir uma nota con-

não embarcar «voluntariamente» para França, e a circular do 7 de infantaria solicitando a publicação do famoso convite «insofismável» da Inglaterra a Portugal «para se provar que não era um mero capricho político» que levava Portugal aos campos da batalha da Europa.

E eis pois, bem claramente, que, enquanto o vermelho 14 de Maio foi para obrigar a Nação a envolver-se na grande guerra, sem mais atenções límpidas, contra a felicidade pátria usando da mentira mais requintada, o govêrno do general Pimenta de Castro, apoiado no movimento das espadas, e o militar movimento de 13 de Dezembro procuravam decidir inteligentemente a situação que Portugal deveria manter, e como, perante a conflagração europeia, onde o movimento de 18 de Janeiro tentava, no seu voluntariado pró-Nação, salvar o secular valor de uma Raça, que a república já vendera, se o acaso não pudesse evitar-lhe a subversão vergonhosa que se continúia até na infamação de chefes militares, pelos Norton de Matos e seus irmãos de igual construção irracional.

Tristemente horroroso era o quadro da vida lusitana que a república enegrecia, vexava e afogava num pântano, por não a poder excluir do seu igualitário programa para a saber límpidificar e enobrecer e dourar.

substanciando a minha argumentação para a levar a conselho de ministros», «acrescida dos esclarecimentos que V. Ex.^a me dera nas suas instruções verbais»:

«Examinados todos os factores da situação actual encontravamo-nos impossibilitados de continuar a auxiliar a Inglaterra, usando a nossa aparente neutralidade para lhe adquirir material de guerra em países neutrais.»

«A urgência de dar publicidade em Inglaterra aos serviços que lhe temos prestado, o que só poderia ter lugar no Parlamento pelas declarações ministeriais *que ali provocaria o conhecimento da nossa beligerância.*»

«A única compensação das despesas com a defesa de Angola na presa dos navios alemães:»

«Que a presença do Ministro alemão em Lisboa, a sua atitude provocadora, as intrigas que urdia, se tornavam intoleráveis.»

«Que essas intrigas prejudiciais aos interêsses do país só lhes poderíamos pôr termo radical quando declarássemos a beligerância.»

«Que grande parte dos estabelecimentos fabris alemães do nosso país (!!) onde não faltam operários hábeis, podia ser aproveitada pela Inglaterra para produzir munições e mais apetrechos de guerra.

«Que era nulo o risco da declaração de beligerância.» Para «prover à defesa da Pátria e prestar à Inglaterra a cooperação prometida.» É preciso dar «unidade às aspirações e esforços nacionais, o que só se poderia obter publicando certos documentos que sem a declaração da beligerância não podem ser conhecidos do país.» (31 - 12 - 915).

E entre as corôas do martírio se ergue mais uma dura prova — o 18 de Janeiro — para levar aos cárceres da república mais um punhado de portugueses que o futuro tinha de dividir ainda pela demagogia e por Portugal... (1)

(Continúa).

JOÃO DE OURIQUE.

(1) Dr. Luís de Almeida Braga — o *Integralismo Lusitano* é a bandeira duma doutrina de reacção, que nas suas linhas definidas compreende uma estética, uma filosofia, uma política, uma sociologia nacionais.



Em memória do Príncipe Real

Dom Luís Filipe

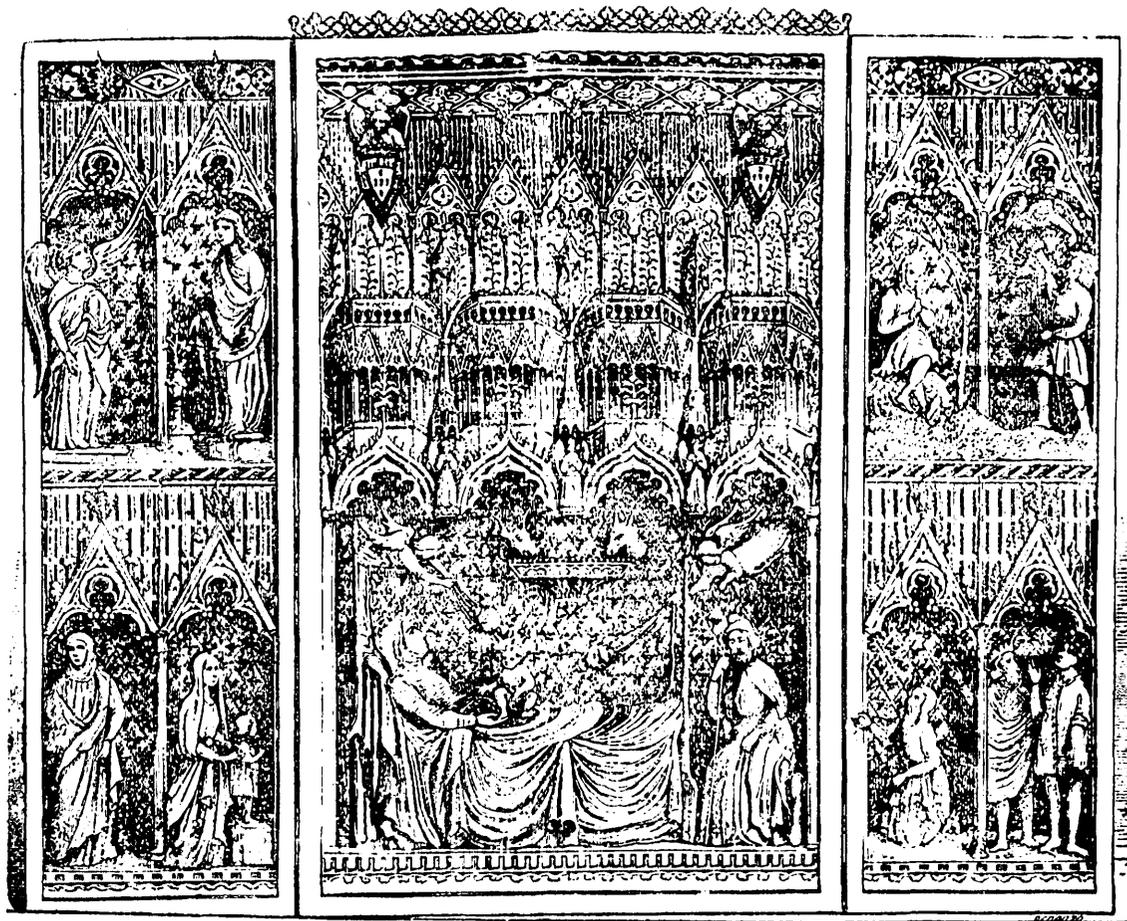
*Não quiz a Sorte que morresses tarde,
Naturalmente como a luz do dia,
Ou na traição vilíssima e cobarde
Que interrompeu a tua dinastia...*

*Príncipe loiro, que o Senhor te guarde
Na sua eterna e augusta moradia!
Teu reinado, sem pompas nem alarde,
Foi um grande minuto de agonia:*

*Teve um cenário de tragédia: a morte
Cingiu-te o negro manto da realeza
E deu-te a mão, como gentil consorte,*

*E num momento, ó Príncipe Real,
Por tua noiva, a trágica princeza,
Foste aclamado El-Rei de Portugal.*

MANUEL RODRIGUES LEAL.



COLEGIADA DE GUIMARÃES — Tríptico de prata

GUERRA JUNQUEIRO

Por EUGÉNIO DE BELONOR

(CONTINUAÇÃO)

— O —
PENSADOR

A verdade, porém, é que poucas vezes na literatura portuguesa tem aparecido um escritor de menor elevação e profundidade de pensamento.

RAÚL PROENÇA.

Guerra Junqueiro é Judeu.

A sua mentalidade é, pois, revolucionária. É um desorganizador. Não é um construtor. Mas não é o que se chama um filósofo, um metafísico. Longe disso.

Na nota final aposta a *Os Simples* escrevia Junqueiro: — «Mas o problema da morte é, no fundo, o problema da vida. Estudei, pensei, meditei... Questionei a razão, ouvi a consciência. Dei balanço a mim próprio. E consegui ao cabo o que desejava: ter da vida, ter do universo uma idéia metódica e definitiva.»

A primeira impressão que a leitura destas palavras produz é a de estarmos em presença de uma vaidade descomunal, incomensurável, que é, aliás, uma das facetas inconfundíveis da psicologia judaica.

De resto, posta de lado esta atitude autolítica, tal declaração não passa de um amontoado de palavras. De positivo, nada.

Lendo a obra de Junqueiro, não se encontra uma filosofia. Encontra-se, sim, um arremedo de filosofia: um panteísmo bombástico, casado com o evolucionismo mais grosseiro, enfeitado por todas as balelas do scientismo, e tudo isto vasado numa fraseologia sonora e atordoante, de um tentador recorte literário, profundamente sensualista, riquíssimo de expressão, mas franciscanamente pobre em idéias.

Muita parra e pouca uva, diz o ditado popular. E é êste o melhor juízo que se pode fazer da pseudo-filosofia de Junqueiro. O mais que in-

suspeito escritor e crítico Raúl Proença nem sequer tenta discutir a sua «filosofia»: pois, «onde não é vaga, é contraditória; onde não é um amontoado de fantasias, é um acervo de lugares comuns.» E acrescenta ainda que em Junqueiro há uma «incapacidade quási absoluta de compreender nitidamente uma doutrina, um sistema filosófico, uma atitude fundamental do espírito»; uma «comprovada confusão mental que só parecia iluminada pelos fulgores do seu verbalismo coruscante»; uma «inaptidão a todo o trabalho interiôr do pensamento, a toda a organização voluntária, a todo o aprofundamento mental».

Como de Vitor Hugo sentenciou Dasserre, assim podemos dizer também de Junqueiro: — *«Sa méthaphisque est, à mon avis, une pure parade, comme il faut l'attendre d'une intelligence parfaitement incapable d'abstraction».*

Esta sentença é completa.

A filosofia de Junqueiro não passa de uma parada (vai traduzido mesmo militarmente), pretexto para ostentação, motivo de uma fraseologia brilhante, mas inconsistente e ôca.

Uma inteligência perfeitamente incapaz de abstracção. Uma inteligência inteiramente subordinada aos sentidos, incapaz de se desprender do material, vivendo unicamente do sensível, do concreto.

Quando pretende exprimir um conceito, sai-lhe uma frase sonora:

«Cristo é filho do Espírito Divino, porque é filho do ideal humano, e êste é o reflexo directo do Espírito de Deus.»

«O mundo caminha para um cristianismo integral, puro e perfeito, que absolutamente harmonize coração e razão, sciência e fé, natureza e Deus.»

«A escola sem Deus é o infinito sem rumo, é o universo morto, decapitado.»

«O mundo sem Deus converte-se em fruto ôco, é as imensidades estreladas, em arquipélagos de zeros.»

Os exemplos multiplicar-se-iam sem conto. Mas os que aí ficam são mais que suficientes para mostrar a vacuidade do pensamento de Junqueiro.

Junqueiro é um guloso do som. Multiplica as ressonâncias e confunde-as com as idéias. E sucede-lhe muitas vezes que, para satisfazer, para acalmar esta fome do sensível, concretiza ou rouba o sentido a palavras que, por si, representam idéias abstractas. Ainda aqui é uma espécie de Vitor Hugo português. Vitor Hugo não hesitaria em assinar a *Introdução de A Morte de D. João*.

Será só defeito de escola esta impotência marcada para o desen-

volvimento de uma idéia, para a esplanção de um raciocínio? Não é. Não pode ser.

Esta impotência tem outra origem. Anda abraçada, intimamente enlaçada à própria personalidade de Junqueiro. É um sinal inequívoco de Raça. Não é só o episódio bíblico do *bezerro de ouro* quem nos vem dizer que o judeu vive sob o domínio tirânico dos sentidos.

São ainda as apóstrofes trojeantes dos profetas, o culto impúdico e sanguinário de *Moloch* e *Baal*, inúmeras vezes anteposto ao de *Javeh*, e até as queixas e objurgatórias de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Como Judeu de puro sangue, Guerra Junqueiro não foge à característica fundamental da sua Raça. É um imaginativo. É um expressionista. Não é de forma alguma um ideólogo.

A sua influência enorme nos meios revolucionários portugueses deve-se a uma outra particularidade de raça apontada por Mário Sâa: «Descobrem pouco e transmitem muito».

Absolutamente estéril, quanto à desenvolução essencial do conhecimento, — é ainda uma expressão de Mário Sâa aplicada aos Judeus em geral, — Junqueiro venceu como apóstolo. Apóstolo do erro. Falso profeta. Mas, neste campo, de uma envergadura enorme. Foi um gigante de destruição. O parricídio de 5 de Outubro deve-se à sua musa, ao seu profetismo, ao seu iluminismo comunicativo, atraente, magnético, fascinador. «É por excelência, diz Mário Sâa, o poeta libertário entre os portugueses.»

Em suma: Junqueiro não é um pensador.

Nos domínios do pensamento nunca penetrou senão para apanhar em seara alheia. É um pigmeu. Ia quasi a dizer um ratoneiro. É um original que se serve das idéias dos outros. O seu verdadeiro temperamento apresenta-no-lo como um imaginativo delirante, desconhecendo por completo o senso das proporções.

Confunde sentimento e razão. Confunde a palavra e a idéia. Mas é um apóstolo. Medularmente revolucionário, Junqueiro foi o Evangelista da Revolução entre nós. Por ele a Revolução triunfou. Os seus versos incendiários destruíram uma a uma todas as nossas tradições, tudo aquilo que constitue a razão suprema da nossa existência. Conquistou adeptos. Venceu. Foi um conquistador. Simplesmente, por desgraça nossa, Junqueiro foi a encarnação viva do Anti-Portugal.

Realmente, Guerra Junqueiro, e a Judeu!

— O —
ARTISTA

Avec des pretentions de pontife et de législateur, avec une absence complète de sensibilité, avec une faiblesse de pensée et une abondance de paroles et de couleurs sans égales, avec des bruits de pataches et des explosions de vanité, on fait des livres pareils aux siens, où se déroule une farandole de mots qui dansent comme des fous en hurlant autour de rien.

LOUIS VEU'LLOT.

Vamo-nos aproximando do termo da jornada. Ainda bem. Já não é sem tempo.

Encontramos em Junqueiro, — o celebrado ídolo da mitologia revolucionária e liberal, não o super-homem, mas um modelo acabado, um exemplar perfeito do Judeu: — revoltado, anarquista, avarento — até da glória, anti-patriota.

Como artista, será Junqueiro o maior génio da raça latina, como tantas vezes o tem proclamado uma crítica de autómatos?...

Eu não quero negar a Junqueiro pouco vulgares faculdades de artista. Seria fechar os olhos à realidade.

Sem ser um génio, tinha Guerra Junqueiro, realmente, um grande talento. Mas a sua arte não é tão perfeita como se pretende. Há nela defeitos enormes, profundos, que a atingem na sua essência e a inferiorizam irremediavelmente.

Onde existe arte, existe beleza, — di-lo-ia o próprio conselheiro Acácio. A arte é essencialmente uma criação de beleza. Mas onde há beleza, há, primeiro que tudo, um alimento espiritual.

Beleza, segundo a definição singela, mas profundamente realista, de Sam Tomás, é *id quod visum placet*. E Jacques Maritain explica: — beleza é aquilo que dá a alegria de conhecer, não a alegria própria do acto de conhecer, mas uma alegria que superabunda e trasborda dêste acto por causa do objecto conhecido. Por conseguinte, a beleza é, essencialmente, objecto da inteligência. Motivo de alegria espiritual primariamente, e só secundariamente prazer dos sentidos, na medida em que êstes concorrem para o acto intelectual do conhecimento.

Conseqüentemente, numa obra de arte, a beleza há-de ser, como ensina admiravelmente António Sardinha, «mais irradiação central e interior, do que um concreto e limitado equilíbrio de linhas e aspectos». É que a beleza está, intimamente, medularmente ligada ao *ser*. Se não há beleza sem *ser*, também não há *ser* sem beleza. Por isso é que a beleza é uma irradiação do *ser*. Um *meio* para aperfeiçoar o espírito e não um *fim* — a deleitação dos sentidos.

Diz António Sardinha que o mal da Renascença foi considerar a arte «não como um alto prazer da inteligência, mas como um regalo espiritualista dos sentidos».

Êste pecado de sensualidade é também o pecado capital da arte de Junqueiro.

— Não quero abordar o aspecto moral. Levar-me-ia longe. Mas não deixarei de apontar sob êsse ponto de vista um outro pecado tremendo da arte de Guerra Junqueiro.

Se a arte, como proclama Léon Daudet, «*est un élan, un besoin de la nature interieure, repris par une certaine application, que ressaisit et domine à son tour l'impulsion créatrice, jusqu'à l'achèvement*», em poucas palavras, se a arte é uma projecção da vida interior do homem, ela não poderá fazer tábua-rasa da moral; porque, se o homem é tanto mais homem quanto mais espiritual, também é tanto mais espiritual quanto mais moral. Eis porque a amoralidade artística, muito embora defensável em teoria, é absurda, anti-natural e anti-humana na prática. Julgue-se por êste pouco da imoralidade que campeia nas obras de Junqueiro.

O pecado sensual é, repito, o grande pecado da arte de Junqueiro. A sua arte não é ascensão. É descida. É mais ainda: é queda. Todo o seu esforço consiste em materializar, em apresentar imagens fascinadoras, que empolguem, deslumbrem os sentidos. Mas não fala à inteligência. Desperta o instinto, faz vibrar a matéria. Todo aquele turbilhão de côres e sons é um narcótico para o espírito: adormenta-o, ou então escraviza-o à sensação.

Esta intenção manifesta de falar aos sentidos faz cair Junqueiro numa espécie de verbomania em que a palavra deixa de representar idéias para traduzir sons. É o domínio inferior do musicalismo. Mas é também a manifestação espontânea da sensibilidade degenerada, demasiado aguda do judeu.

Guerra Junqueiro poderia ter sido um lírico. Há na sua obra lampejos de um lirismo encantador. Mas não foi um lírico. O juízo de Moniz Barreto é definitivo. Junqueiro confundiu lirismo com eloquência. A sua obra, — excepção feita, desgraçadamente, à parte destruidora, — não revela estados de alma, apresenta-nos catadupas de palavras numa fantasmagoria de imagens.

Épico também Guerra Junqueiro o não foi. Desconhecia a serenidade e o seu espírito rastejava demais pelo sensível para que pudesse elevar-se aos planos superiores da majestade e da sublimidade.

A mania obsediante de deslumbrar, de *quási-hipnotizar* os sentidos arrasta Guerra Junqueiro a contorsões forçadas, a exageros desme-

surados de apreciação, a deformações tais da realidade que roçam quasi pela órbita da caricatura. É, nota Leonardo Coimbra, um «permanente esforço de *gigantismo*».

Em suma, à arte de Junqueiro falta o predicado fundamental do equilíbrio. Já se viu o que êle valia como pensador. O artista equivale-o. *Une aberration vigoureuse*, diz Léon Daudet, *trouve toujours, pour s'exprimer, un torrent de mots*. E à aberração vigorosa da mentalidade de Junqueiro jãmais faltou uma torrente de palavras para se exprimir.

Exemplos? Qualquer das páginas de Guerra Junqueiro confirma o que acabo de dizer.

*Ó Natureza, ó Terra, ó minha mãe! eu sinto,
Sinto bem que nasci do teu enorme flanco
E que o homem e o tigre e o cedro e o lírio branco
São filhos a quem dás de mamar no teu seio
Eternamente bom e eternamente cheio!*

A obsessão do *gigantismo*, para me servir da expressão rigorosa de Leonardo Coimbra, encontra-se bem patente nesta desnecessária e ridícula contorsão do patético para exprimir a crença na Evolução universal, — doutrina que, se alguma realidade representa, é a da origem simiana de todos os imbeciloides que beatamente, devotamente a perfilham.

Mas os versos que seguem ainda são mais expressivos:

*Existe no entretanto uma fera, um abutre,
Um monstro pavoroso, hediondo, que se nutre
De lágrimas e sangue: é mais feroz que a hiena;
Não conhece o remorso e não conhece a pena;
Insensível à mágua, às súplicas, à dor;
Forte como um juiz, cego como o terror:
É inviolável: mata e fica sem castigo:
Ainda hoje o Estado é o seu melhor amigo.
Pois bem; eu que defendo o monstro que assassina
Contra o braço da força e contra a guilhotina,
Eu que prescrevo o alçoz, eu exigi-lo-hei
Para enforcar somente esse bandido — a Lei.*

Êste trecho é precioso. Nele se vê com nitidês a aberração mental intimamente casada com a aberração verbal. O pensamento é pobre e, ainda assim, bem diluído. Em compensação sobeja o sentimento, — um sentimento baixo, miserável: — o ódio — partilha espiritual de todos os degenerados. Esta pobreza de idéias é mascarada por uma farrândola de imagens, todas tendentes a deslumbrar e a despertar no instinto do leitor o ódio ao Estado e à Lei. É um apêlo ao animal, à fera que dorme dentro

do homem. É um atestado de psicologia puramente anárquica. Nele se pode ler a auto-biografia de Guerra Junqueiro.

Anarquista no *campo social*: — em *política* pela revolta apostada contra a autoridade e pela defesa da liberdade absoluta do indivíduo; — no *sentimento patriótico* pela negação tôrva da verdade tradicional, pelo ataque cerrado e odiento às nossas instituições, pelos profetismos assassínios em que proclamava agourentemente a nossa agonia; anarquista no *campo mental*, confundindo a imagem com a idéia, substituindo a razão pela sensibilidade, invertendo por completo os valores psíquicos da pessoa: Junqueiro é ainda anarquista no *campo da arte* ao erguer em regra orientadora o desequilíbrio, a desproporção, a deformação.

Não foi um lírico. Não o soube ser.

Não foi um épico. Não o podia ser.

Foi um eloqüente. Foi um verbómano. Pode dizer-se dêle afoutamente o que Louis Veuillot dizia de Vitor Hugo: — «*C'est que Hugo est le poète des choses extérieures: il a des reflets éclatants, des échos magnifiques; il est tout en couleurs et en sonorité. Mais rien ne sort de lui-même, et comme il ne réfléchit que des surfaces, à son tour il éblouit sans pénétrer. Il passe sur l'âme et ne s'y arrête point, ainsi que passent sur lui les bruits, les idées et les choses. Il excelle à peindre ce qui se voit, à répéter ce qui se dit; mais ce qui se sent il l'ignore.*»

*

* *

Há uma outra faceta na obra de Guerra Junqueiro que convém examinar: a sátira.

Junqueiro dominou na sátira. A sua pena trovejava sarcasmos. Atordoava. Os écos das suas ironias guardavam em si qualquer coisa do bramir das tempestades. Também a parte mais perfeita da sua obra, e onde mais sobressai a sua personalidade é aquela em que êle dá largas ao seu verbo sarcástico.

Diz Raúl Proença que, das obras de Junqueiro, a *Velhice do Padre Eterno* é, plásticamente, a mais perfeita. É certo que já Leonardo Coimbra considera a *Velhice* inferior como sátira, mas estas duas opiniões, aparentemente contraditórias, no fundo harmonizam-se.

Como diz Raúl Proença, os sarcasmos de Guerra Junqueiro são verdadeiramente estupendos. Mas são êles próprios que nos revelam a inferioridade do poeta.

O sarcasmo não basta a fazer um artista. Desacompanhado das outras qualidades essenciais já apontadas é um sinal inequívoco de infe-

rioridade de espírito. Pode ser uma doença. Aquele que só encontra no mundo que o rodeia motivos de riso é um desequilibrado anda muito próximo da loucura. Já Ramalho Ortigão definia o riso como «uma espécie de lesão cerebral que faz ver os objectos fora das correlações gerais, dum modo imprevisto, disforme e cómico.»

Ora a sátira de Junqueiro sofre do mal que acabo de apontar. Não tem medida. Não tem proporção. Não tem intenções elevadas.

Não visa a educar, por mais que êle o afirme. Envenena.

Não visa a castigar. Não visa a corrigir. Agride sem razão e contra a razão. Ataca o que há de mais nobre e santo. Corrompe.

Não intenta edificar. Destrói.

É inspirada pela raiva. É conduzida pelo ódio. *Latet anguis...* O semita oculta-se-lhe nos refolhos.

O ódio do rabino freme em convulsões no desbragamento com que o P.^o Sena Freitas é apostrofado:

*Ó malandro sagrado, ó padre Sena Freitas
As tonsuras que tens deviam ser-te feitas
Não sobre a nuca, mas ó padre, nessa crina,
Levita de albardão, jumento de batina.
.....
Ó levita do inferno, ó padre do diabo,
Eu quero atar-te ainda uma panela ao rabo,
E apanhar-te através das ruas buliçosas
Entre os risos joviais e as pedradas virtuosas
Da santa garotada*

Sublinhei de propósito. O Judeu jãmais consegue esconder-se. Ou a aconselhar uma «caçada ao caçador Simão», ou a acirrar os ódios da «santa garotada» contra o padre católico, ou trovejando impropérios e indecências contra a Religião augusta da Cruz, é sempre o ódio sefardínico que inspira Junqueiro e transforma os seus versos em brados de revolta contra Deus e transforma a sua sátira numa nova e sacríflega escalada do Calvário, sob uma saraivada de blasfémias, debaixo de uma tempestade furiosa de insultos ao Crucificado.

É claro que não vou agora fazer aqui estendal das poesias satíricas de Junqueiro. Essas poesias não devem ser repetidas. São um monturo repelente e asqueroso.

Um exemplo só para bem se avaliar da arte satírica de Guerra Junqueiro:

*Jeová, por alcunha antiga — o Padre Eterno,
Deus muitíssimo padre e muito pouco eterno,
Teve uma idéia suja, uma idéia infeliz:*

*Pôs-se a esgaravatar co' o dedo no nariz,
Tirou d'esse nariz o que esse nariz encerra,
Deitou isso depois cá baixο, e fêz-se a terra.
Em seguida tirou da cabeça o chapéu,
Pô-lo em cima da terra, e zás, formou o céu.
Mas o chapéu azul do Padre-Omnipotente
Era um velho penante, um penante indecente,
Já muito carcomido e muito esburacado,
E eis aí porque o céu ficou to.fo estrelado.*

Mais nada. Já basta. O mais fervoroso dos descrentes còraria de vergonha ao ler êstes versos escritos em linguagem de alcouce. O Judeu Abílio de Guerra Junqueiro teve o despejo, o cinismo de os escrever, a audácia criminosa de com êles corromper o espírito fraco das turbas ignorantes e fàcilmente suggestionáveis!

Guerra Junqueiro é, realmente, um poeta satírico, mas, apesar das suas ótimas qualidades e especial talento, um satírico inferior, que não morigera, que derranca os espíritos, que, deformando e falsificando tudo, até a sátira falsifica e deforma, desviando-a do seu fim.

Êsse vasadoiro de dejecções mentais, — e não poema, — que dá pelo nome de *Velhice do Padre Eterno*, a maior das sátiras de Junqueiro, a sua obra plásticamente mais perfeita, «é uma obra medíocre», diz-nos Leonardo Coimbra.

Ao chegar a êste ponto, uma questão se põe naturalmente:—aonde pára o génio tão glosado, tão encomiado de Guerra Junqueiro? Existirá por acaso? Se existe, não se vê...

«Junqueiro, diz o já tantas vezes citado Raúl Proença, ocupa apenas um dos primeiros postos entre os nossos escritores de segunda ordem». É exacto o juízo de Raúl Proença. É êsse, realmente, o lugar de Junqueiro.

A idolatria junqueiriana acabará para sempre no dia em que todos atentarem finalmente que Abílio de Guerra Junqueiro «não foi mais, como diz António Sardinha, que um contrabandista feliz de Vítor Hugo», que «os seus verbalismos tonitroantes emudeceram para nunca mais se ouvirem, desde que o insigne descendente de tanto marrano converso não achou em Vítor Hugo mais nada que valesse a pena descaminhar aos direitos».

E, se o futuro recordar, conservar a sua memória, será para o galardoar com a celebridade triste de ter sido, na sua época, o maior envenador da alma nacional.

(Continúa).

A NOSSA DOR

*De uma carta: — «A vida é sempre um Calvário,
principalmente para os que pensam e so-
nham...*

*Mas o Calvário, quanto mais alto, mais lembra
o Céu!»*

Nós somos os grandes Sofredores,

*Caminheiros de olhos magoados, ninguém nos compreende, a
nós, os Poetas,*

*Porque todos nos desprezam, tratando-nos como vândios, de
espírito em desvairo.*

São almas-penadas nossas almas de peregrinos.

Cantamos a claridade da Alegria e a dulçura da Esperança.

E os homens deixam-nos morrer à sede de ternura.

*Resuscitamos a Graça do Passado, fitando, amorosamente, o
Além.*

*E à nossa volta erguem-se, apenas, em figuras de tragédia,
sombras macabras de Coveiros.*

*Embalamos a Pátria, em berço de oiro, ao ritmo dos nossos
versos.*

*E a Pátria não tem pena de nós, se lhe pedimos uma fatia de
pão ou um farrapo de lençol branco.*

Dizem que andamos fora de nós, com a cabeça na lua,

Sem se lembrarem de que é por isso mesmo que a lua

Tem força sôbre os bichos, as ondas e as plantas.

Nascemos da Dor, vivemos na Dor, cantamos a Dor.

*A Dor é nossa mãe, mãe dos nossos pensamentos, palavras
e obras.*

A Dor nos sustenta, a Dor nos alenta, a Dor nos santifica.

Exaltando a Dor, cobrimos de astros a Cruz, adoramos a Deus.

E só Deus nos entende, e só Deus nos ama, abrindo-nos os braços, como a irmãos.

De mãos erguidas, rezamos; e a nossa reza vai até acordar as estrelas.

De olhos erguidos, sonhamos; e o nosso Sonho abrange o infinito.

De almas erguidas, cantamos; e a voz das nossas almas é um hino eterno de amor.

Desfolhamos lírios de neve sôbre os becos e os caminhos, por onde passamos,

E atiram-nos pedras negras, mãocheias de lodo,— a nós, os mendigos de ideal.

Batemos às portas da cidade e da aldeia, vestidos de pobresinhos,

Para acender no retiro dos lares, a chama oculta dos nossos corações.

E soltam-nos cães a ladrar, bravos, muito bravos, como demônios do Outro-Mundo.

Não nos compreendem, a nós, os grandes Sofredores.

Clamamos aos homens, em côro vibrante, a escorrer de lágrimas:

Irmãos! Amai a beleza das coisas, das coisas humildes e sublimes:

Dos astros e das violetas, das pombas e das águias,

Das montanhas e dos jardins, do Sol e da Treva, da Terra e do Céu!

E os homens respondem assim: O dinheiro nos basta, quando nos sobra!

As estrelas pregam, de noite, a bondade da luz à água dos rios e dos lagos.

E os rios e os lagos recebem a luz das estrelas com gratidão.

Prêgamos, de noite e dia, o amor da Beleza aos homens,

E os homens viram-nos as costas, chasqueando ironias cruéis.

Somos os eternos Romeiros da Senhora das Angústias.

Soluçamos; gritamos; quem nos escuta ao longo da nossa estrada?

Quem acorre aos nossos gritos de dor, ou à dor dos nossos gritos?

Mas, bendito sejas, meu Deus, pela dor que nos dás,

E pela alegria que, dentro da mesma dor, nós descobrimos!

É certo que sofremos, entre gotas de sangue e orvalhos de pranto.

Mas, se a Dor nos eleva para Ti ou Te conduz a nós,

Louvado sejas, eternamente, porque nos fazes sofrer.

É certo que choramos, como choram as crianças inocentes.

Mas, se, pela comunhão penitente das nossas lágrimas,

Sentimos, dentro do peito, o florir dum rosário de contas brancas,

Exaltado e adorado sejas, Senhor, pela nossa fome e pela nossa sede!

Dando lazas ao nosso Sonho, dá também resignação à nossa dor!

A Dor é o melhor espelho, onde reconheceremos a poeira da nossa miséria, diante de Ti,

E, ao mesmo tempo, o clarão da nossa grandeza, ao lado das coisas,

Que não pensam em Ti, nem Te adoram, nem Te amam, como nós.

Sabemos que contas as nossas mágoas, todas as vezes que nos ferem,

Como contas todas as nossas passadas, sempre que fugimos de Ti.

Bendito e louvado sejas, Senhor, porque nos fazes sofrer!

Pelo sofrimento, somos maiores Apóstolos do que pela palavra.

Ganha mais vitórias a Dor do que um milhão de espadas.

A mais alta glória que devemos desejar é, pois, a de ser mártires.

— Mártires, que resem; mártires, que sonhem; mártires, que cantem,

Com os olhos, sempre, no azul do Céu e o espírito unido à Luz;

Com o coração, sempre, preso da Beleza e a alma afogada em ternura;

Sofrendo sempre e sempre amando:—Poetas-Mártires, eternamente!...

DUAS PALAVRAS Á CERCA DA «BIBLIOGRAFIA SARMENTINA» DE MÁRIO CARDOZO

Por JERÓNIMO DE ALMEIDA

VÃO tardias estas duas palavras a propósito da esplendida monografia «Bibliografia Sarmentina» que Mário Cardozo vem de publicar, mas êle me relevará esta falta não esquecendo o velho anexim de que «antes tarde que nunca», embora elas para nada mais sirvam do que manifestar-lhe, uma vez mais, o meu reconhecimento pela sua gentil oferta.

Conquanto conhecesse já, pelo largo convívio de anos de estreita e leal amizade, as múltiplas facetas do scintilante espírito do seu autor, foi uma agradável surpresa quando me declarou o nobre intuito que o animava da coordenação cronológica da obra de Sarmiento, o imortal arqueólogo vimaranense, glória da nossa terra e um dos mais belos luminares da Ciência.

Não tenho a vaga pretensão de esboçar, pàlidamente que fôsse, a crítica dêste bem elaborado trabalho, enaltecido por um delicado e atraente estilo que mais convida à sua leitura, nem tão pouco discretar sôbre assunto em que (confesso a minha fraqueza) me considero quâsi leigo. Mas pezava-me na consciência limitar-me apenas a endereçar ao meu velho amigo o habitual «muito obrigado», sem lhe significar vivamente o meu entusiástico aplauso por tão benemérito esforço que, oxalá, produza os melhores frutos.

Na verdade escasseava quem, entre nós, após a prematura morte de João de Meira, de cuja erudição tanto havia a aspirar, se afeiçoasse à canceirosa tarefa de vasculhar na poeira dos arquivos tantos documentos e autógrafos de inestimável mérito, que era necessário publicar para maior esclarecimento de certas obras. É o caso de Martins Sarmiento, de que existem ainda preciosos inéditos, bem assim vasta correspondência que êle possuía de diversas entidades nacionais e estrangeiras (Alberto Sampaio, Oliveira Martins, Leite de Vasconcelos, Hubner, Cartailhac, etc.), com os quais discutira os mais interessantes problemas arqueológicos e

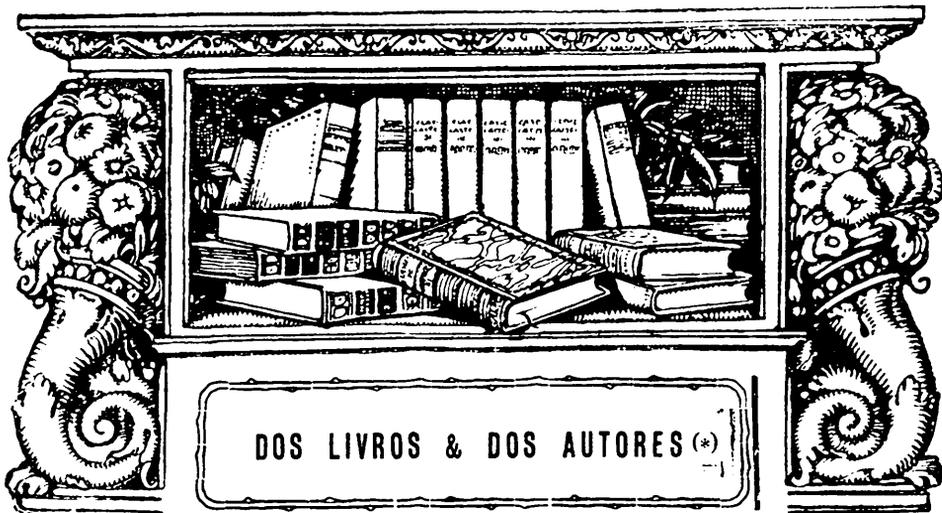
etnológicos, profligando muitas vezes com êles em suas opiniões, com aquele desassombro científico que o caracterizava. Propõe-se Mário Cardozo reunir e dar à estampa, em futuros trabalhos, êste valioso epistolário, começando a prestar assim à memória do Grande Morto uma homenagem bem merecida, restando pagar-lhe a dívida de gratidão com a publicação, em conjunto, de toda a sua Obra dispersa.

Êste é, sem dúvida, como diz Mário Cardozo, o primeiro monumento a erigir agora em honra de Sarmento, embora eu lastime que ao mesmo passo se não conclúa o edificio da *Sociedade*, que é o santuário de que foi patrono, e onde se guardam não só as mais nobres páginas do seu saber, como também aquelas reliquias pre-históricas a que vulgarmente chamam *cacos*, e não são mais que os vestígios seculares das mais longínquas e misteriosas eras!

Sendo certo que ao nosso glorioso Sábio não podem aplicar-se aquelas frias palavras «les morts vont vite» com que depressa os homens caem no olvido, certo é também que a Obra de Sarmento jazia meio esquecida, tanto mais sendo, por isso, de louvar a organização do seu registo bibliográfico, facilitando-nos dêste modo o seu mais rápido conhecimento. Anda tão obliterado, na hora presente, o verdadeiro significado das coisas, é tão efêmero o nosso sentir e tão versátil o nosso pensar, — que é deveras para espantar sempre que alguém, de longe a longe, tem um gesto de digna atitude, em vez de ostentar, como a todo o momento se vê, a mais fútil das vaidades...

Mário Cardozo divide a Obra de Sarmento em três ciclos essenciais, correspondendo justamente à ascendente evolução do seu espírito: — teológico ou romântico, metafísico e científico, — abrangendo assim toda a sua fecunda gestação intelectual, desde os primórdios puramente literários às mais profundas especulações científicas, sendo neste último que êle atinge o claro apogeu da sua grandeza, a plenitude de suas fôrças e assinalando-se nas obras-primas dos «Argonautas» e «Ora Marítima». É então que desenterrando êsses dois famosos *castros* da Cítania e Sabroso, lega à posteridade êsses padrões em que estudou as origens dos primitivos povos que habitaram a península e a que chamou lusitanos, celtas e ligures. E ajustando a sua luneta a esmaecidos caracteres epigráficos, decifra os mais misteriosos enigmas etnográficos, arrancando ao seio da terra, sob espessas camadas de argila, os reconditos segredos da Humanidade.

Bem hajaz, pois, pelo teu nobre esforço em honra de tal Obreiro.



A VIAGEM DA VIDA, por *Maria de Carvalho*.— Edição de J. Rodrigues & C.^a — Lisboa, 1928.

Contra a Sr.^a D. Maria de Carvalho, escritora de excepcionais qualidades e vastos recursos, tem-se feito, até agora, uma mal disfarçada campanha de silencio. E porquê? Muito simplesmente porque a ilustre Poetisa tem-se sabido manter numa linha rígida de boa conduta, não se curvando a preconceitos banais de uma arte mediocre e falhada.

A Sr.^a D. Maria de Carvalho é uma requintada artista de sensibilidade viva e profundamente cristã que se não «detém com a tempestade, não se prende com obstáculos nem se deslumbra com seduções; não duvida, não vacila, não se enfada, não fraqueja».

O seu espírito superior a todas as paixões doentias «avança resignado e confiante, olhos no céu, mãos piedosas, socorrendo êste, amparando aquele, sabendo para onde vai e porque partiu...»

A viagem da vida, é um lindo livro de pensamentos e recordações e tem, como diz o Sr. Antero de Figueiredo, na *Carta Prefácio*, «tantas definições e sentenças morais, que de *A viagem da vida* se pode extrair um livro de «Máximas» artisticamente ritmadas, cristãmente perfumadas».

Ora um livro que reúna êstes requisitos numa época em que a literatura, na feliz definição de Depoissier, «deixou de ser um guia seguro que possa conduzir ao templo do belo», está naturalmente indicado para)

(*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrinseco.

conquistar um lugar de primacial relevo e devotado carinho em todos os lares honestos e sãos.

E se atendermos ainda ao conhecido provérbio: *Longum iter per procepta, breve et efficax per exempla*, maior, mais bela, nos aparece toda a obra magnificamente cristã da Sr.^a D. Maria de Carvalho.

MANHÃ DE NEVOEIRO, por *Guilherme de Faria*. —
Impresso nas Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
— Lisboa, 1927.

Guilherme de Faria é um Poeta admirável. Um Poeta de vibrátil sensibilidade que sabe burilar as suas produções tornando-as suaves e cantantes como os ribeirinhos do Minho, onde nasceu. Os seus versos prendem-nos, subjugam-nos porque são bem portugueses, porque são

... *d'alma leal,*
Num sonho sempre em flor,

evocando saúdaes distantes que o A. canta nestas quadras singelas:

Todas as mágoas do mundo
Não valem, não, a que eu tenho
De me ver sempre sósinho,
De me sentir sempre estranho.

Mas, conformado com a sua mágua, sentindo as agruras da desilusão, exclama ainda :

Voz todos, irmãos, que sois
— Á luz de sonhos anciosos —
Puros, simples, venturosos
Poetas, santos herois,

Sabei a essência e o fim
Dos sonhos: — ilusão pura...
Mas, com seu mal ou ventura,
Meus irmãos, vivei assim.

Depois principia a vibrar o sentimento patriótico do A: —

Senhor! Senhor! Em mim
Renasce a minha grey!
A graça em que nasci,
Com ela me criei,
E aos moiros vou-me, assim,
Com ela — e vencerei.

E na morte de El-Rei D. Miguel II

A alma da pura grey ergue uma prece
Em que a mágoa do exílio e da derrota
Em luz da Fé de outrora resplandece!

Para logo se elevar num hino de esperança, vibrante, apoteótico:

*Portugal, livre de moços,
Vai outra vez reviver!
E em sua glória, hão-de os loiros
De Camões rever-decer!*

*Pois vem cumprir seu Destino
Já do Cantor celebrado,
O Capitão peregrino
— O nosso Rei desejado.*

É assim a *Manhã de Nevoeiro*. Magnífico livro de versos escrito com uma admirável intuição que nos comove, nos alenta e nos arrebatava.

TRAGÉDIA MARÍTIMA, por José Agostinho. — Casa Editora de A. Figueirinhas, L.^d — Porto, 1927.

Aos povos da Península foi reservado o feito glorioso das descobertas marítimas. E tão admiráveis feitos ficaram perdurando pelos séculos além, que sempre serviram, inexgotavelmente, a fantasia dos escritores, que os burilaram em poemas notáveis e que os descreveram em páginas admiráveis para ficarem servindo de belos ensinamentos patrióticos. Alguns outros, ainda, deturpam os acontecimentos. Êsses são os sectários que, para servirem os seus ideais políticos, não tiveram pejo em lançar borrões de tinta sôbre as páginas doiradas da História de Portugal.

Na *Tragédia Marítima* que o Sr. José Agostinho escreveu com o carinho que lhe é particular, assiste-se ao desenrolar de um desses acontecimentos que ficaram gravados na *História Trágico-Marítima* a perpetuar o heroísmo dos portugueses de antanho, que, como Dante na trágica peregrinação do seu Inferno, podiam exclamar nos últimos minutos das suas trágicas odisseias:

Come l' uon s'eterna!

Escrito num estilo forte, incisivo, sintético, que muito valorisa a vasta obra do Autor, tem ainda a recomendá-lo o variado cenário em que os acontecimentos se desenrolam cheios de vida e colorido.

No naufrágio de Sepúlveda, e, sobretudo, nas proezas de Diu há descrições soberbas da grandiosa epopeia marítima, da agitada e depauperadora vida dos portugueses que sulcaram os mares da Índia na segunda parte do século XVI.

GIL VICENTE

REVISTA LITERÁRIA DE CULTURA NACIONALISTA

Sumário dos n.ºs 3 e 4. — 4.º volume — 1928

ANTÓNIO SARDINHA, POETA DO AMOR CRISTÃO (Conclusão)	<i>Ruy Galvão de Carvalho</i>
MANUEL BERNARDES BRANCO	<i>José Agostinho</i>
VELHARIAS VIMARANENSES — (Guimarães há 100 anos, 1828).....	<i>João Lopes de Faria</i>
GUERRA JUNQUEIRO (Conclusão).....	<i>Eugénio de Belonor</i>
DE FÁTIMA — A PRESENÇA DE DEUS.....	<i>Manuel Rodrigues Leal</i>
LUZ E SOMBRA (Novela nacionalista de Cláudio e António Corrêa d'Oliveira Guimarães)	
O ANÁTEMA DA FLANDRES — O 2.º BATALHÃO DO 34 DE INFANTARIA	<i>João de Ourique</i>
ROMAGEM DOS SÉCULOS	<i>Eduardo de Almeida</i>
SEPARATA — <i>Ruínas de Amor</i> , de Horácio de Castro Guimarães	

Dos Livros & Dos Autores

CONTOS, por *Maurício Bouchor*. — Vols. 16 e 17. — Colecção A. Figueirinhas. — Porto, 1927; — MINUTA DE AGRAVO E DE INJUSTA PRONÚNCIA, pelo advogado dr. *João Eloy Pereira Nunes Cardoso*. — Centro Tipográfico Colonial. — Lisboa, 1927.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

	1 ano	6 meses
Continente e Ilhas.....	20\$00	12\$00
Colónias portuguesas	36\$00	
Estrangeiro	40\$00	

Pagamento feito directa e adiantadamente à Administração
Preço d'êste número..... 5\$00

COLECÇÕES DO "GIL VICENTE"

1.º, 2.º e 3.º volume

As poucas colecções que restam vendem-se nesta Administração ao preço de 20\$00 Esc. as do 1.º volume e 25\$00 Esc. as do 2.º e 3.º volume.

Edição e propriedade de MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
Redacção e Administração: Rua Egas Moniz, 87

GUIMARÃES

Extracto do Catálogo de Livros

á venda na administração do "Gil Vicente"

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES:	
"Por Amor de Colombina..." (Fantasia dramática).....	2\$50
JOSÉ PEQUITO REBELO:	
"Cartilha do Lavrador"	2\$50
"As falsas idéias claras em economia agrária"	3\$00
MANUEL MÚRIAS:	
"O Seiscentismo em Portugal"	6\$00
"Cultura peninsular no Renascimento"	2\$50
"A política de África de El-Rei D. Sebastião".....	5\$00
"A Língua Portuguesa no Brasil" (Ed. em papel de linho, exs. numerados e rubricados pelo Autor).....	7\$ 5
FERNANDO DA COSTA FREITAS:	
"D. Frei Tirso de Guimarães" (novela).....	2\$5 0
CÉSAR DE OLIVEIRA:	
"A Marcha do Ódio"	12\$50
J. LÚCIO D'AZEVEDO:	
"Anotações à margem dum capítulo de Alberto Sampaio".....	2\$50
FERNANDO AMADO:	
"O Pescador" (Poema dramático).....	15\$00
LUÍS COSTA:	
"A Cidade Vermelha".....	6\$00
MARCELO CAETANO:	
"Legislação Civil Comparada"	30\$00
GENERAL VITORIANO JOSÉ CÉSAR:	
"A Batalha de Ourique"	3\$00
FERNÃO DA VIDE:	
"O Pensamento Integralista".....	5\$00
ALFREDO GUIMARÃES:	
"Exposição de arte sacra"	4\$00
<hr style="width: 20%; margin: 10px auto;"/>	
"A Questão Ibérica".....	10\$00
"Cartilha do Operário"	1\$50
"Os Planos da Autocracia Judaica"	5\$00

Para a província acresce o porte de correio, excepto para os assinantes do Gil Vicente, quando a importância da encomenda fôr superior a Esc. 25\$00. Todas as encomendas são enviadas contra-reembolso.

ÁGUA DE CAMBRES

(RÁDIO DISSOLVIDO)

(Na zona tropical, — África, América do Sul e Central, Austrália, Índia, etc — é uma bebida tónica, sedativa e febrífuga; actúa contra as úlceras do estômago e intestinos, provenientes do abuso do álcool, do quinino, do tabaco, das comidas picantes. **Nos países septentrionais**, é indispensável para atalhar as doenças cancerosas e escorbúticas).

Água **oligosalina**; essencialmente bicarbonatada mixta, silicatada, cloretada, sódica e levemente sulfatada.

Inalterável; boa para a cura da diurese, cura nervosa e das doenças da nutrição. Higienicamente é água muito pura; bacteriológicamente, puríssima.

Além dos elementos comuns a todas as águas minerais, contém quantidades ponderáveis de *bromio, iodo, fluor, arsénio, lithio*, etc. (Lepierre).

Ingerida em doses graduáveis, antes das comidas, prepara a digestão, cicatriza as úlceras mais tenazes do estômago e intestinos; os estragos derivados das infiltrações do gonococcus e é excelente para as doenças dos rins, bexiga, uretra e uterinas. Cura a neurastenia, reumatismos, gota, sciática e hemorroidal. Tira o enjôo do mar. Atenúa a doença do sono. Cura a piorreia.

Externamente aplicada em compressas e ligeiramente aquecida, vence as dermatoses, eczemas, furúnculos, lupus e tumores neoplásicos. **Poderoso preventivo contra o cancro.** (Boca, laringe, esôfago, estômago, intestinos, etc.)

É indispensável como adjuvante nas aplicações dos raios X e do rádio de laboratório, pois cicatriza rapidamente as perdas de substância derivadas da roentgentherapia, da curietherapia e as radiumdermites. Suspende as dores.

É **analgésica e bactericida.**

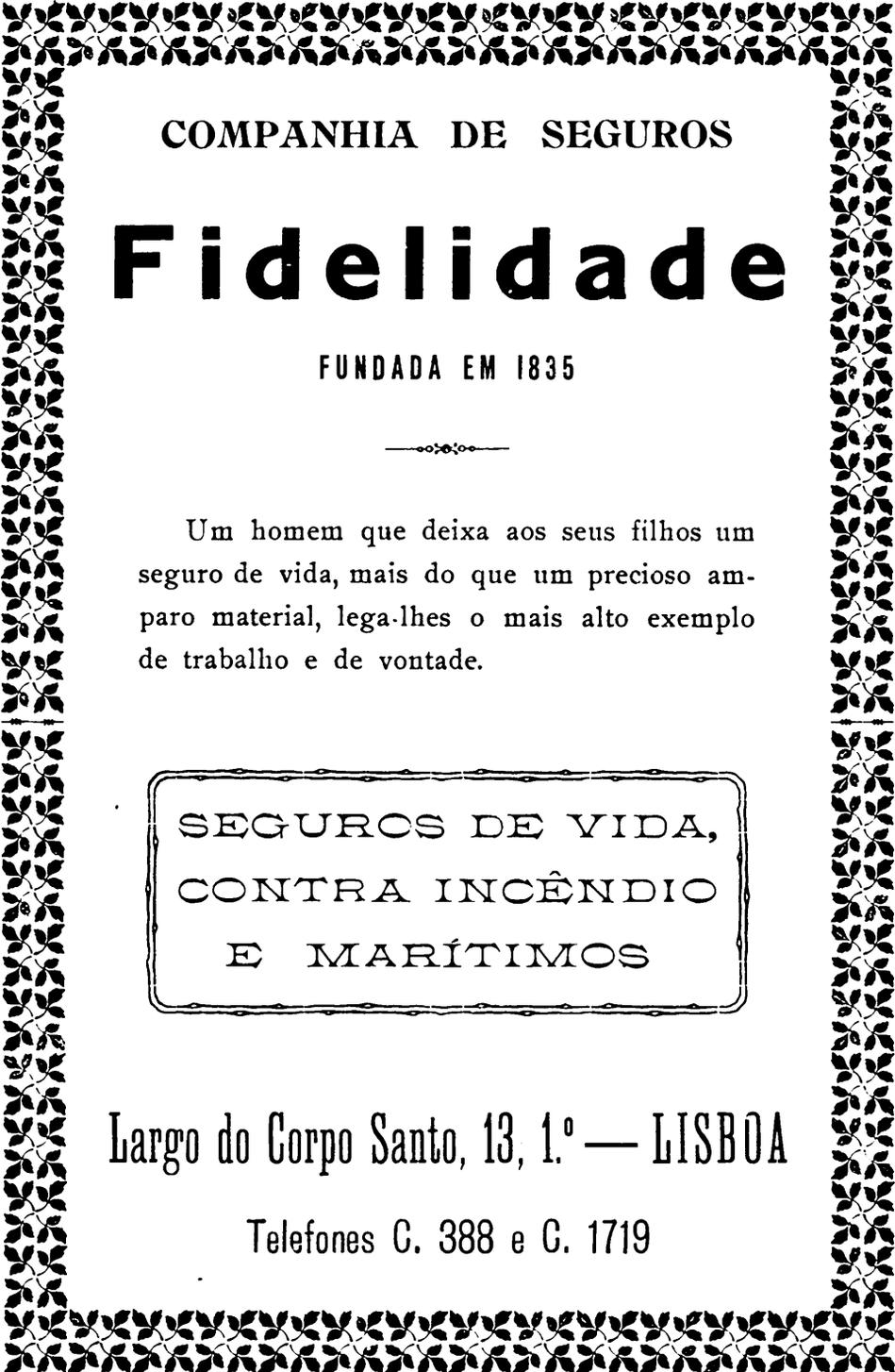
Poderoso agente ionizador favorecendo as trocas osmóticas no organismo.

“NAÇÃO PORTUGUESA”

REVISTA DE CULTURA NACIONALISTA

Director — MANUEL MÚRIAS

Propagar a *NAÇÃO PORTUGUESA* é contribuir para o renascimento e restauração da Pátria. Nenhum bom português deve deixar de assiná-la e divulgá-la. Redacção e Administração — Largo do Directório, 8-3.º, Lisboa. Agência nesta cidade: *GIL VICENTE*, Rua Egas Moniz, 87.



COMPANHIA DE SEGUROS

Fidelidade

FUNDADA EM 1835

Um homem que deixa aos seus filhos um seguro de vida, mais do que um precioso amparo material, legá-lhes o mais alto exemplo de trabalho e de vontade.

SEGUROS DE VIDA,
CONTRA INCÊNDIO
E MARÍTIMOS

Largo do Corpo Santo, 13, 1.º — LISBOA

Telefones C. 388 e C. 1719

ANTÓNIO SARDINHA,

Poeta do amor cristão

Por RUY GALVÃO DE CARVALHO

(CONCLUSÃO)

Quem conhece os livros de versos de António Sardinha notará que em quasi todos êles há como que uma verdadeira sacração do Amor cristão, como que uma apoteóse ao Amor conjugal.

É que o amor de que o Poeta da «*Côrte da Saüdade*» alimentou os seus versos e que foi *vivido* no convívio recatado do Lar, nunca teve uma mancha a toldar-lhe o céu límpido da sua candidez nem uma onda brusca a agitar-lhe a serena grandeza da sua nobre missão na Terra. E quando o — *amor da carne* — nascido do

«... orgulho da Matéria alucinada...»⁽¹⁾

vinha torturar o Poeta, torturando-lhe os sentidos e excitando-lhe sensualmente os nervos, a ponto dêle próprio julgar ouvir

«... bem casquinado e extenso,
o riso do Diabo sôbre o Imenso,
o riso do Diabo sôbre o Nada!...»⁽²⁾

êle entregava sempre o seu espirito e o seu coração ao Senhor, tranquilamente resignado, — numa serenidade de sacrificado!

«Oh! drama do cristão que sofre e peca,
— oh, drama que é de toda a Eternidade!...»⁽³⁾

Vencendo-se a si mesmo, êle numa heroicidade de cristão primitivo, vencia sempre o dragão feroz do Pecado!

(1) «Quando as nascentes despertam...», soneto *Ícaro*.

(2) Idem, soneto *Ícaro*.

(3) Idem, poema *Câmara ardente*.

Era o triunfo do amor do Céu sôbre o amor do mundo, — a vitória do espírito sôbre a Carne!...

Desde o poema formosíssimo — «*Epitalâmio*» — onde o Poeta histórica, em verso feliz, os seus Amores :

— «*De agulha de oiro, de dedal de prata,
bordavas lenços finos à varanda!
Suspensa do pesponto, olhaste à rua.
E dóce e timorata,
assim te vi por essa tarde branda,
tal como Dona Iria
no alpendre que de cravos se debrua,
quando p'la estrada o Cavaleiro ia*»⁽¹⁾

às quadras cheias de unção lírica do poema «*Et nunc et semper*» :

«*De quantas encontrei no meu caminho,
só tu ficaste duradoira e calma!
Só tu, mais alva e pura do que o linho,
nascestes p'ra reinar sôbre a minh'alma!*»...⁽²⁾;

desde a poesia tocante de simplicidade — «*A roca*» — cuja primeira quadra fala assim :

«*Ai a tens, ó minha doce Amiga!
Empunha-a como um scetro, nobremente.
E não te esqueças que a mulher antiga
Com ela é que vestia a sua gente*». —⁽³⁾

até ao soneto final, espiritualíssimo, do seu último livro de versos...: perpassa o perfume sedutor das estações floridas, — o sabor balsâmico dos versículos rítmicos dos «*Cantares*» do Rei Salomão...

Ouçamo-lo no lindo soneto «*Pedra de ara*» :

«*A tua mocidade foi-me dada,
— a tua mocidade, eu bem o sei!
Oh, quanta vez, pecando, minha Amada,
confesso humildemente que pequei!*

*Nunca serás rainha destronada,
embora eu seja escravo e nunca rei!
Da nùvem que passou, não resta nada,
— que nada vence a fé que te jurei!*

(1) «A Epopeia da Planície», Poema *Epitalâmio*.

(2) «Quando as nascentes despertam...», *Et nunc et semper*.

(3) «A Epopeia da Planície», 2.^a *A Roca*.

*Mãe do meu Filho, ó doce Companheira,
sempre estarás p'ra a minha vida inteira
como p'ra a alma está a Hóstia pura!*

*Pequei! Mas que ficou do meu pecado?
Ficou a graça dêsse olhar maguado,
cobrindo-me de amor e de candura!» (1)*

São maravilhosas e cheias de encantamento as poesias de amor dêste poeta de requintado lirismo.

A fidelidade que êle jura à sua *Bem-Amada*, à qual se liga por um laço «*que venceu a morte*», laço que jâmais se quebrará...

*«Dêmos um laço que venceu a morte,
não há ninguém que nos desligue mais!
Laço tão simples, como antigo e forte,
tem o poder das coisas imortais!» (2)*

conserva-se inalterável até ao fim da sua vida terrena.

O seu Amor é chama sempre viva e sempre moça, — é chama que não se extingue, nem depois da morte...

*«Vê tu, vê tu, que nem depois da morte,
o amor se extingue, quando verdadeiro,
— amor tão grande, tão ardente e forte,
que nos tornou a campa num canteiro!» (3)*

Nunca a tempestade das paixões derrubará êsse Amor sereno e cristão!

*«... ligados num amor tranquilo,
por mais que ulule o temporal violento,
não há ninguém que intente destruí-lo,
— ninguém se atreve contra um Sacramento!» (4)*

Mas o livro onde António Sardinha cantou à moda antiga o amor cristão, o amor conjugal, aquele em que vemos o maior elogio à Mulher e ao Lar, chama-se poética e simbòlicamente — «*Chuva da Tarde*».

Aquí vão duas quadras de ritmo embalador do primeiro poema, colhidas ao acaso:

*Chuva da tarde, — melodia mansa,
desejos vagos de chorar baixinho...
Voltei aos meus caprichos de criança,
— só quero, Amor, saber do teu carinho!*

(1) «Quando as nascentes despertam...»

(2) Idem, *Et nunc et semper*.

(3) Idem, idem.

(4) Idem, idem.

.....
Deixa que a sombra te emmoldure a face,
— eleva no silêncio a tua voz!
O Cântico dos Cânticos renasce
— diria até que se escreveu p'ra nós!

Livro d'Horas no dizer mimoso de Pinheiro Torres, escrito numa linguagem de «certo sabor bíblico», — a «*Chuva da Tarde*» é bem o «*Cântico dos Cânticos*» da nossa literatura lírica. Através desse livro de *português amor* corre vivamente o veio transbordante do lirismo ingénuo mas sentimental de Bernardim Ribeiro e de Rodrigues Lobo. «Diria que o autor propositadamente quisera, contrapondo-se a retardatários cantores do *romanesco*, reatar a boa e sempre reanimável tradição clássica do culto conjugal», — na frase lapidar do eminente Poeta Silva Gaio.

Vamos, continuando em comunhão espiritual com o grande Poeta, ler mais algumas das suas melhores poesias líricas.

— Tem a frescura e a pureza dum Primitivo os versos finais do soneto *Janua coeli*. É ao cair religioso duma tardinha sereníssima..., — é ao vir da noite...

Castíssima, suspendes o bordado,
E elevas no silêncio as mãos pequenas,
tocadas duma unção que eu não abranjo.
É de ermidinha o teu perfil maguado.
Assim a mãe de Deus, entre açucenas,
acolheria a saüdação do Anjo!

Ao ler êstes versos de um descritivo que está mesmo a pedir o pincel extraordinário de Fra Angélico ou talvez de Giotto, — lembrei-me logo de um sonetinho que o mesmo altíssimo Poeta compôs e que vem inserto no livro comovente — «*Era uma vez um menino...*» — Ei-lo:

Casinha branca, aceada,
Oh, casa de Nazareth,
louvada sejas, louvada,
por quem no Lar tenha fé!

Era a família sagrada,
Jesus, Maria e José,
A nossa casa, coitada,
Já foi o que hoje não é!

Tu na costura, entretida,
eu, trabalhando na vida,
e êle entre mimos ao pé...

Sem ser a tanto elevada,
lembrava a nossa morada,
a casa de Nazareth!

Todas as vezes que leio o livro donde extrai esta bellissima poesia, vêm-me sempre as lágrimas aos olhos...

«*Era uma vez um Menino...*» é um cântico de resignação cristã e de dôr austera, que António Sardinha escreveu em memória do filho querido, morto um ano depois do seu nascimento. Relendo-o, salta-me sempre ao pensamento a *Zara* de Antero...

... E balbucio baixinho, como a orar, a segundo quadra da poesia genial do autor sublime dos *Sonetos*...

.....
*Era-te a vida um sonho: indefinido
E ténue, mas suave e transparente...
Acordaste, sorriste, e vagamente
Continuaste o sonho interrompido.*

Mas... voltemos outra vez à «*Chuva da Tarde*»... Ouçamos o soneto «*Eterna canção*» que até parece ter a suavidade diáfana dos Ribeirinhos das lendas amorosas das Princezas encantadas...:

*Vamos sentar-nos junto ao ribeirinho,
— um ribeirinho de águas claras, mansas,
onde o canavial em desalinho
me lembra um môlho trágico de ianças!*

*Que mundo de mistérios adivinho
na aragem que bafeja as altas franças!
E tu sorris, mais dôce de que o arminho,
velando o olhar que sôbre mim descansas!*

*Assim, de mãos trocadas, nos quedamos,
— o sol, resplandecente, doira os ramos—,
sem que o rumor das coisas nos importe.*

*E o ribeirinho, que ia alheio a tudo,
em comentário ao nosso idílio mudo,
pôs-se a correr mais apressado e forte.*

Ou então êste outro que, pela sua composição e semelhança, nos faz lembrar logo o de Camões, tão conhecido de nós todos e cujo primeiro verso é desta guisa:

«— *Sete anos de pastor Jacob servia...*» etc....

Intitula-se o soneto — «*Velho Motivo*»:

*Soneto de Jacob, pastor antigo,
— soneto de Rachel, serrana bela...
Oh quantas vezes o relembro e digo,
pensando em ti, como se fôras ela!*

*O que eu servira, p'ra viver contigo,
— tão dóce, tão airosa e tão singela!
Assim, distante do teu rosto amigo,
em torturar-me a ausência se desvela!*

*E vou sofrendo a minha pena amarga,
— pena que não me deixa nem me larga,
bem mais cruel que a de Jacob pastor!*

*Rachel não era dêle e sempre a via,
enquanto que eu não vejo, noite e dia,
aquela que me tem por seu senhor!*

Todo êste lindo livro de deliciosos versos é uma confidencial simples e ingénua de uma alma cristianíssima e amorosa; é o espelho límpido e claro de um coração amante e crente: Quão cheios de eterna Beleza e de casta intimidade são os tercetos do soneto final dêste livro de saborosa leitura!

*«Passei na estrada, — como no Rimance.
Mas, ao contrário, Amor, do cavaleiro,
não te arrastei a negro matagal!*

*Depois de longo e apaixonado lance,
trouxe-te, com encanto verdadeiro,
à grande paz do leito conjugal!*

Assim unidos para sempre, presos pelo Amor e pelo laço inquebrantável do Matrimónio, êles agora só esperam que Deus lhes dê:

*«... um sítio em que descanse
o corpo que Êle repartiu p'los dois!»*

A *Chuva da Tarde* forma, na minha modesta e desautorizada opinião, com o *Campo de Flores* de João de Deus e com as melhores líricas de Camões, o ramalhete mais belo e de mais espiritual perfume do nosso lirismo de icado.

*

É preciso terminar, — embora me sinta confundido por não vos ter melhor falado sôbre António Sardinha, como poeta do Amor Cristão.

Singelas palavras de recordação *Áquele* que foi meu guia intelectual no campo das idéias políticas e que me ensinou a amar melhor e mais conscientemente o Passado e a boa e clara terra de Portugal, — são as que acabais de ouvir. Por humildes que elas sejam, foram, no entanto, escritas com sinceridade, e representam, — sobretudo neste momento em que a lealdade parece ter perdido o seu sabor antigo, — o reconhecimento profundo do meu coração e a admiração infinda do meu espírito *Áquele* que foi o restaurador da inteligência portuguesa e que como poeta extraordinário que é, merece por legenda imortal, o verso imortal do exilado contemplativo de Ravena:

— «*Onorate l'altissimo Poeta!*» —

MANUEL BERNARDES BRANCO

Por OSÉ AGOSTINHO

SE o grande erudito e notável historiador Manuel Bernardes Branco não tivesse deixado duas filhas notabilísimas, cultas e piedosas — as senhoras D. Maria Ana de Ataíde Branco e D. Maria José Bernardes Branco, residentes em Setúbal — eu não teria tão depressa, e com tanta segurança, os dados bio-bibliográficos que há dilatados meses peço a vários homens de letras sobre aquela figura, tão alta e brilhante, da nossa literatura. Há muita indolência e egoísmo em muitos dos nossos literatos. A sua infecundidade relativa, que êles desculpam, com aflição e pouco engenho, ora dando-a à laia de prova tocante duma humildade maçadora como um realejo, ora como sinal e ufanía de Arte, cheia de escrúpulos, consciência e devoção, exhibe-se a cada passo, como tara, hábito e destino funesto, na insolidariedade mais efectiva com os reconstructores da nossa história literária. E se eu avultar — com mais piedade do que acrimónia — a verdadeira horda de tortuosos e casposos megalómanos que conspiram com raiva e insídía contra todas as homenagens justas, roendo as unhas e os beiços gretados de inveja, intrigando e mexericando com baixeza, e insinuando-se com pertinácia e petulância onde quer que possam ter agasalho e proventos, talvez se compreenda porque é que homens do valor de M. B. Branco ainda não tiveram — a meio caminho desta Reconstrução — a distinção condigna que merecem, e que é miséria negar ou ratinhar, suprimir ou reduzir.

*

* *

Quem foi Manuel Bernardes Branco? Tentarei dizê-lo, muito à pressa, depois de expostas as notas bio-bibliográficas. Nasceu em Lisboa, na freguezia de S. Cristóvão. Foi em 1852 que viu a luz do dia. Seus pais eram proprietários abastados da Marmeleira, concelho de Tomar. Ao entrar na idade dos estudos, M. B. Branco não pôde logo seguir carreira. O pai, miguelista honrado e patriota, empobrecera, sacrificando os

haveres à sua Causa, trágica e monstruosamente vencida. Mas surdiu então a amizade generosa dum frade graciano — o Padre Rodrigo de Freitas, e M. B. Branco pôde dar os primeiros passos académicos. Era o frade tão pobre de dinheiro como opulento de coração, mas o jóvem estudante, para suprir as faltas, recorreu às leccionações com heroísmo e proficiência. Assim pôde comprar livros, muitos e bons livros que formaram uma das melhores bibliotecas particulares do seu tempo. Assim logrou sustentar-se, trabalhar, enriquecer as letras pátrias. E se, a breve trecho, teve de viver do ensino, grande vulto ganhou como professor de Grego, Latindade, História e Literatura. Ainda há no Porto memória admirativa e nítida do seu saber e método docente. M. B. Branco residiu muito tempo no Porto. E, como professor e escritor, não lhe regatearam, entretanto, os coevos as distinções mais sugestivas. A Academia de Ciências — então *Real*, sem nada da quasi *irrealidade* que ela é hoje na secção das Letras — chamou-o a si com veneração e aprêço. A mesma distinção lhe concederam a Sociedade de Geografia de Lisboa — então muito florescente — a Academia Mont-Rial de Tolosa, a Sociedade Antropológica de Paris, o Gabinete Português de Pernambuco, a Associação dos Jornalistas de Lisboa, etc.

Mas nenhum favoritismo inspirava aquelas distinções. M. B. Branco era um humanista eminente. Provam-no as seguintes obras, substanciais e criteriosas: *Subsídio para a intelligência das obras de Vergílio* (1858), *Subsídios para a intelligência dos cinco primeiros livros da História Romana de Tito Livio* (1858), *Primeiros monumentos de tipografia portuguesa* (?), *Primeiras constituições do Bispado do Porto* (1860), *Obras de Cataldo Siculo* (1860), *Tito Livio, História Romana*, 2 vols. (1861), *Discurso latino-português* (?), *Dicionário Português-Latim* (?), *Gramática latina* (?) e *Novo Método de aprender a lingua latina, adequado para uso de portugueses e brasileiros* (?).

M. Bernardes Branco era ainda um historiador e arqueólogo profundo, muito consciencioso. Demonstram-no as seguintes obras: *A crucificação entre os antigos* (1878), *Alfredo d'Andrade* (1879), *Portugal na época de D. João V* (1887 — teve 2 edições), *História das obras monásticas em Portugal* (1889, 3 vol.), *As minhas queridas freirinhas de Odivelas* (1886), *S. M. El-Rei o senhor D. Afonso VI* (1885), *Santo António de Lisboa, Taumaturgo e oficial do exército português* (1887) e *El-Rei D. Manuel* (1888).

E grande erudito e historiador foi também êle no *Dicionário Corográfico* (?), no *Portugal e os estrangeiros* (1879 — em 2 grossos volumes) e no *Suplemento ao Mapa de Portugal de João Baptista de Castro* (1870).



MANUEL BERNARDES BRANCO

Que foi um distinto erudito e benemérito
historiador, e que é hoje quasi ignorado

Traduziu enfim, com Rebelo Trindade, que se aproveitou duma versão francesa, a *História Universal*, de César Cantu (13 volumes), sendo de B. Branco a magistral versão dos trechos em grego e latim e todas as importantes anotações.

Além disso, colaborou no *Panorama*, no *Jornal do Porto*, no *Jornal do Comércio*, na *Miscelânea literária*, etc.

M. Bernardes Branco só deixou de trabalhar em 1910. Apoderou-se dêle então uma incurável e dolorosa anemia cerebral. Tinha 78 anos, que valiam mais do que um estirado século. O seu formoso e vigoroso espírito toldou-se deploravelmente, mas o organismo ainda resistiu 10 anos. O eminente homem de letras morreu a 20 de Maio de 1920.

*
* *

Poucas obras possúo do humanista, mas nesse pouco há tesouros de valor puro: grande saber, um método original e penetrante, uma exposição límpida e conscienciosa. Relampeja qualquer coisa de Erasmo no humanismo de M. B. Branco. Era decerto feliz leitor e comentador dos *Adágios*, uma das obras mais sólidas do autor do célebre *Elogio da Loucura*. E penetrava bem, como António José Viale e Santos Valente, a índole, a disciplina e a opulência do humanismo. Primava na clareza e justeza da exegese. Avultava na inteligência perfeita do ritmo puro e impecável, do estilo, porque B. Branco via principalmente os *termos* — idéias, sentimentos, símbolos vivos — e não se inebriava com a languidez ou com o excesso dos *vocábulos*. Para o notável humanista, a linguagem era *vidual*, era solidez, movimento, harmonia desafectada, ora doçura, ora energia, mas sempre elevação que pensa, sinceridade que sente, esforço calmo que dá o carácter. E, sendo assim, errada tinha de ser a lenda que lhe quiz negar talento artístico. O seu estilo tinha de ser, como é, espontâneo e ao mesmo tempo gracioso, intensamente vernáculo, colorido sem tortura, levemente ondulante, mas a cada passo incisivo, forte, inconfundível. Com deslizes de prolixidade? Com hiatos de alguma dissonância precipitada? Agressivo, às vezes, e às vezes aritmico? Compreende-se, dadas as lutas da vida de M. B. Branco, que não pôde evitar, como o não evitou o próprio Camilo, o efeito anárquico e anti-artístico de várias vicissitudes e freimas, vulgares nas jornadas e pelejas dos que são mais crêdores de admiração, respeito e justiça.

Como historiador, vejo nos livros que dêle possúo e nos que suas nobres filhas se dignaram emprestar-me, as seguintes qualidades sobe-

ranas: *a)* assombrosa intensidade e extensão de conhecimentos; *b)* o cotejo, honrado e metódico, duma documentação opulentíssima; *c)* um nítido sentimento étnico sem demasias hiperbólicas e sem derrotismos vocabulistas; *d)* evidente e elevada noção das ciências sociais e políticas; *e)* independência de critério nos passos mais propícios à paixão; *f)* grande sensibilidade íntima, nativamente artística, reflectida num estilo animado, despretencioso, castiço. Bastaria para mim a corajosa e brilhante reabilitação de D. Afonso VI, o rei mártir, a notação do que teve de excelente D. João V e as muitas e belas notas do *Portugal e os Estrangeiros*, para que a minha consciência, devorando os remorsos pelo involuntário crime de não ter citado autor tão notável na *História da Literatura Portuguesa*, proclamasse em Manuel Bernardes Branco um dos nossos maiores historiadores do Século XIX. Deve ficar ombro a ombro, por exemplo, do ilustre J. Ramos Coelho, autor da incomparável *História do Infante D. Duarte* que os janotas futuristas desconhecem e que os sábios italianos ainda hoje consideram ao par dos mais altos cultores da História no chamado século das luzes e do liberalismo aventureiro.

Só um grande defeito se deparará ao leitor das obras históricas de M. B. Branco. É a influência sectária que, infelizmente, lhe tolhe, de quando em quando, a justa visão da vida congregacionista, e até, aqui e ali, lhe embacia e desvirtua o sobressaimento do nosso espírito sinárquico. Esse defeito, produzido por uma convivência deletéria, paralela às evoluções venenosas do liberalismo, apequenou-lhe, donde a onde, na verdade, o brilho e o alcance dos seus trabalhos magistraes. Contudo, deixou, a flux, sugestões vivas e fecundas dum nobre espírito de reconsideração. Revelam elas interessantemente a posse, mais ou menos consciente, duma hereditária fé miguelista, pouco distante do amor enternecido à Sinarquia nacional. São conscienciosas e significativas. Estampam-se, enfim, com tanto primor e sinceridade que — como esperamos provar um dia em estudo mais alongado e analítico — deixam a convicção de que M. B. Branco teve fortes lampejos da novi-reconstrução contemporânea, presentindo-a, reconhecendo-lhe a necessidade, a beleza, a grandeza, os destinos fecundos.



VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1828

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

JANEIRO

Dia 1 — Morreu o desembargador António Guedes, morador nas Molianas. Foi sepultado na igreja de S. Domingos. (P. L.)

Dia 2 — Morreu o Faria procurador. Foi sepultado no Campo Santo. (P. L.)

Dia 5 — Preços da feira: trigo, 1\$000; centeio, 540; milho alvo, 640, e milho, 530. Deliberações camarárias não houve.

Dia 7 — Em a «Gazeta de Lisboa» de quarta-feira, 26 de Março dêste ano, lê-se: — «O Juiz de Fôra da Alfandega da Fé, João António de Oliveira Cardozo (vimaranense) pela imparcial inteireza com que sempre administrou a justiça, e pela prudente moderação com que procurou sempre conciliar os ânimos, opondo-se a todos os exaltados, e seguindo em tudo o systema de verdadeiro. Realista, tem conseguido a paz e a tranquillidade daquelles

povos; e de tal modo merecido a confiança de todos, que de unânime acôrdo pediram a S. A. a Recondução dêste bom Ministro: e S. A. reconhecendo o bem que elle tem servido naquelle Lugar, o julgou digno desta Graça, e por Decreto de 7 de Janeiro o Reconduziu no mesmo Lugar com o Predicamento que lhe compete, e dispensando-lhe a Residência».

Dia 9 — Deu entrada na cadeia da correição Domingos José Ribeiro, de Calvos, solteiro, lavrador, de 60 anos. Declarou ignorar o motivo da sua prisão. Faleceu nesta cadeia a 17 de Maio dêste ano e foi sepultado pela Misericórdia no dia seguinte no Campo Santo.

Dia 12 — Tudo como no dia 5.

Dia 15 — Carta régia nomeando fidalgo cavaleiro da casa real a Manuel José Baptista Felgueiras, natural da Cruz d'Argola, filho de Francisco José Felgueiras.

— O corregedor António Joaquim

de Carvalho mandou cortar o pinheiro que os constitucionais haviam levantado no Toural no dia 28 de Dezembro último para festejarem a vinda do infante D. Miguel ao reino, obedecendo à ordem que teve do ministro da justiça, José Freire de Andrade, apesar dêle mesmo só tomar posse da vara no dia 21. O córte dêste pinheiro fez com que de noite os constitucionais mandassem plantar em roda do tronco muitos pinheirinhos os quais logo de manhã eram arrancados, e assim continuou esta brincadeira acintosa, plantando e arrancando, até ao dia 4 de Maio dêste ano em que vários realistas, munidos de enxadas e picaretas, arrancaram o tronco levando-o em seguida de rastos e com grandes apupadas. Depois de tudo isto ainda continuaram a aparecer os tais pinheirinhos por mais algum tempo, não obstante serem cortados logo que apareciam. Uma brincadeira com que o público muito se divertia. (P. L.)

Dia 17 — Em sessão extraordinária da Câmara foi aberta e lida a carta régia de 5 de Dezembro de 1827, com a eleição dos officiaes da comarca para o ano de 1828, a saber: vereadores, Manuel de Freitas Costa, José António Mendes Silva Bragança, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e major de ordenanças, e João Pinto de Carvalho Sousa da Silva, bacharel formado em leis; procurador António

José Mendes de Oliveira, e tesoureiro Domingos José Gonçalves Pereira. Foi deliberado convidá-los para no dia 19 virem tomar posse.

Dia 19 — Toma posse a nova câmara, exceptuando Manuel de Freitas Costa que apresentou officio alegando impedimentos para o cargo de vereador. Deliberou-se fazer saber isto à Regente.

Dia 21 — Tomou posse do cargo de corregedor desta comarca António Joaquim de Carvalho, natural de Coimbra ou de Viseu, que havia sido provido dezembargador da Relação do Porto com exercício no lugar de corregedor de Guimarães.

Dia 25 — Em sessão camarária o procurador requereu, por bem do concelho, que se expedissem ordens aos juizes e homens de falas das freguezias do termo da vila, para que façam uma relação de todas as mulheres públicas que constar andarem peçadas, e as notifiquem para dar conta do Parto e mais dos posteriores, tendo-os, a fim de por êste meio se evitar as introduções de tantos Expostos na roda da vila como continuamente se está praticando.

Dia 26 — Fizeram-se as exéquias fúnebres na igreja de S. Francisco à irmã de Gaspar Leite, da casa do Salvador, que morreu em Alenquer para onde tinha ido casar. (P.L.)

Dia 29 — O Cabido canta um officio de defuntos por alma do Ex.^{mo} Marquês de Alegrete, irmão do Ex.^{mo} D. Prior José Teles da Silva.

FEVEREIRO

Dia 1 — Em vereação foram registados os preços da feira: 1\$020, 540, 640 e 650 réis.

Dia 4 — Alvará fazendo mercê de fidalgo cavaleiro a João Baptista Felgueiras.

Dia 6 — Em sessão da Câmara fizeram-se as seguintes posturas e taxas: 1 quartilho de azeite, 85 réis e 1 arrátel de unto, 140 réis; vintem de pão de trigo de 8 onças, de pão terçado 19 onças e de pão milhão 21 onças. Foram eleitos para o officio de tecelão, por pluridade de votos: juiz Manuel da Costa, do condado de Mogege; escrivão José Ribeiro, da Madalena; procurador Domingos Machado, da Devesinha (?).

Dia 9 — Em vereação foi posta a primeira vez a pregão, tendo havido anúncios, a iluminação para a ocasião da chegada do infante D. Miguel a Lisboa. O menor lanço foi de 118\$000 réis feito por João Bernardo da Silva. Deliberou-se que, para conclusão desta arrematação, fôssem destinados os dias 11 e 12 seguintes.

Dia 11 — Ao romper do dia, junto à poça de Campos (subúrbios da vila) appareceu uma mulher, presa de pés e mãos, com 3 grandes pedras, sendo uma na boca, outra no peito e outra na barriga; depois que assim foi encontrada neste miserável estado, vieram dar parte à justiça; que logo foi lá, e fazendo-

lhe vários remédios poderam conseguir que ela acordasse conduzindo-a depois ao hospital. (P. L.) — No registo do hospital, consta: «Maria Joaquina, solteira, da freguezia de Sardão, bispado de Coimbra, achada à poça de Campos. Entrou a 15 e saiu a 29 de Fevereiro de 1828». — Ou P. L. se enganou no dia ou o registo do hospital está alterado.

— Em vereação: Segunda vez a lanços a iluminação a fazer na frontaria da casa da Câmara pela chegada do infante D. Miguel, o menor lanço, de 158\$000 réis, foi de Idalecio de Lupe da Rocha e António José da Rocha, da cidade de Braga.

— Provisão do Dezebargo do Paço nomeando vereador para este ano a Francisco José Brandão, cavaleiro professo da Ordem de Christo, pela escusa dada por Manuel de Freitas Costa.

Dia 12 — Em vereação posta a pregão terceira vez a iluminação, diz o auto: — Iluminação da chegada do Infante D. Miguel, «por três dias na forma do risco que neste acto se apresenta, e o menor lanço foi o de cento e quinze mil réis metal offerecido por Idalecio Lupe da Rocha, da cidade de Braga», e se mandou entregar, e o escrivão com venia o notificou para em 3 dias dar fiança e assinar, obrigando-se a tê-la pronta até 25 dêste mês, devendo ser tudo feito debaixo da direcção do architecto

Luis Inácio de Barros Lima e à face do risco que neste acto lhe foi entregue, rubricado pela Câmara. — Foi declarado, quanto ao retrato, que em tempo oportuno se decidiria.

Dia 15 — Em vereação, mencionam-se os preços da feira: 1\$000, 540, 600 e 520 réis. — Foram nomeados Misteres para este anno, os seguintes: para Janeiro, Domingos José da Silva Neves; Fevereiro, Manuel José da Silva; Março, Tomaz António, barbeiro; Abril, Manuel Cardozo, S. Paio; Maio, João António de Queiroz; Junho, Constantino José Ferreira; Julho, José António Fernandes; Agosto, Manuel António de Souza Lobo, alfaiate; Setembro, José António, mestre escola; Outubro, Matias de Souza Dias; Novembro, António Pereira Machado; Dezembro, João António de Freitas.

Dia 20 — Quarta-feira de Cinza — Grande temporal nesta vila com uma grande trovoadá, caíndo um raio na tórre de S. Francisco. Este temporal durou até ao dia 25. (P. L.)

— Á mesa do juisado do officio de mestres sapateiros e assembleia geral da irmandade, foi proposto: «Que sendo de costume em todos os annos no dia de S. Sebastião, a 20 de Janeiro de cada um anno, os nossos juisés do officio dos mestres sapateiros d'esta villa pelas duas horas da tarde de cada um anno, o virem á nossa capella com os seus mestres examinados, e alli

n'aquelle dia e hora celebraram a sua eleição do seu juisado do officio, na forma determinada de seus estatutos e antigo costume, e, logo que esta eleição se celebrasse e finalisasse, logo seguidamente os juisés do officio de surradores celebravam a sua eleição de seus novos juisés, tudo na forma do antigo costume, que para este fim e actos celebrados nós administradores temos de costume abrir-lhe e prestar-lhe a nossa capella, e como n'este anno e dia acostumado acima referido, os juisés e mestres sapateiros com os seus examinados compareceram á nossa capella e celebraram a sua eleição do seu juisado, tudo na forma do antigo costume, o que não aconteceu com os juisés do officio de surradores que não compareceram com seus mestres examinados nem com seus competentes livros e não celebraram n'este presente anno a sua eleição de novo juisado como era de costume, que por cuja causa de obrigação e dever nos obrigou a ter a nossa capella aberta á espera d'elles sem que comparecessem, que por cuja falta e dever nos obriga a fazer este termo para que a todo o tempo conste e quando nos convier, que depois de feito foi lido a todos que ouvido houveram por bem se fisessem e o assignaram».

N. B. — Os surradores traziam demanda com os sapateiros, porque estes haviam sumido os esta-

tutos antigos em 1824 e feito outros em que privavam os surradores dos direitos, regalias e representação que tinham na irmandade dos Santos Crispim e Crispiniano, dos sapateiros.

Dia 23 — Morreu o bacharel Inácio Ferreira Alves Costa, morador na rua das Molianys. Foi sepultado na igreja de S. Domingos no dia 24. (P. L.)

— Em sessão da câmara foi aberta e lida a provisão de 11 dêste mês e dada posse ao vereador de barrete Francisco José Mendes Brandão.

Dia 24 — Pelo juiz de fóra foi nomeado procurador da real fazenda o bacharel José António *Vahia*, vago pelo óbito de Inácio Ferreira Alves Costa.

Dia 26 — «Chegou um proprio a esta villa que trouxe a noticia de ter desembarcado em Lisboa no dia 22 d'este mez o sr. D. Miguel, infante de Portugal. Em consequência desta noticia houve nesta villa grandes disturbios, sendo preciso pegar em armas o destacamento do n.º 9, e saírem as autoridades para socegarem os partidos.» (P. L.)

Nota:— O dr. José de Freitas Costa anotou no livro de seu tio P. L. a segunda parte desta noticia, pondo-lhe «27» e publicou-a no «Vimaranense» como acontecida no dia 27; ignoro em que se fundou.

— Decretos do Infante regente, em nome de El-Rei, nomeando ministro a secretario de estado dos

negócios do reino o conselheiro de estado honorário José António Leite de Barros (conde de Basto), «por atender ao seu préstimo, zelo e fidelidade» e interinamente encarregando-o do ministério da marinha e ultramar.

Dia 27 — Morreu o Sizudo da rua Nova. Foi sepultado na igreja de S. Francisco. (P. L.)

Dia 28 — Em sessão extraordinária da Câmara, sob a presidência do juiz de fóra, Basílio Cabral Teixeira, estando presentes os 3 vereadores e o procurador do concelho, determinou-se «que pela feliz chegada do Sereníssimo Infante D. Miguel a estes reinos se annunciasse ao público os festejos dignos de tão fausto acontecimento que se passam a transcrever nesta Vereação e constam do Bando seguinte e que a organização do mesmo Bando real fôsse composto como se segue:— Bando real — Vimaranenses: O senado da camara d'esta villa de Guimarães e seu districto faz saber com jubilo inexplicavel que o dia 22 de Fevereiro presente, por ser aquelle em que a côrte e cidade de Lisboa tornou a receber o Serenissimo Senhor Infante D. Miguel, para reger e governar estes reinos, será sempre feliz e memoravel nos fastos lusitanos.— Por tão fausta noticia, pois, da sua chegada, tão gloriosa como distincta, deverá haver o maior regosijo e demonstração publica com illuminação geral por 5 dias na con-

formidade do decreto de 13 de Outubro proximo passado.—A camara passada da honra que tem, de ser a representante de seus fieis e honrados cidadãos, igualmente se apraz por certo da parte que estes tomarão no applauso das suas maiores demonstrações de prazer por um acontecimento que será sempre fixo nos corações dos verdadeiros portugueses.—E' pois do dever d'esta camara, e dever indispensavel, annuncial-o aos habitantes d'esta villa e fazer-lhe certo que tem determinado applaudil-o com illuminação nas 3 noites dos dias 3, 4 e 5 do proximo Março, rendendo no ultimo as graças ao Deus do grande Affonso por ver em nossos braços o mais amavel dos principes, cuja solemnidade se verificará na I. e R. Collegiada com missa e Te-Deum.—Habitantes d'esta Villa, Vimaraneses honrados, a Camara confia e espera que mantida a ordem e socego publico, vos desperdeis unindo-vos ao seu jubilo, illuminando geralmente as vossas moradas, fazendo com ordem e tranquillidade todas as mais demonstrações de alegria e que possam dedicar-se a tão alto e distincto objecto.—E para que venha á noticia de todos manda o mesmo Senado publicar o presente Bando Real nas praças e logares do costume &c.—Organisação para o bando—1.º Será rompido este acto marchando em sua frente um parque de tropas de Milicias do Regi-

mento d'esta villa.—2.º Seguido o mesmo parque de todas as caixas ou tambores e pifanos do mesmo regimento vestidos do fardamento o mais rico.—3.º Constará de um instrumento regimental de musica composta, tocando todas as marchas que forem proprias de tão digna solemnidade.—4.º Todos os juizes dos officios acompanharão em ordem regular com suas bandeiras vestidos de capa e volta com bandas, meias e vestes de seda branca, com chapéus á romana e plumas brancas.—5.º O pregoeiro, vestido com uniforme sobredito, irá montado em bom cavallo decentemente ajaezado com dois creados fardados ás estribeiras.—6.º As bandeiras da camara serão levadas pelos dois misteres vestidos na forma do artigo 4.º—7.º Acompanharão este acto todos os escriptvães e tabeliães do auditorio judicial e notas, alcaide e contador do juizo, vestidos na forma sobredita.—8.º E finalmente uma força maior de tropa de milicias, comandada por um official de patente, irá na retaguarda de todo este apparatus, e as duas alas serão guarnecidas de tropas em distancias regulares.—N'esta determinaram mais que nos tres dias constantes do pregão houvesse á noite musica regimental na Praça d'esta camara em correspondencia ao plano de illuminação architectica, que esta camara tinha determinado e arrematado, embandeirando-se as torres do

Castello e de S. Bento, havendo fogo do ar com salvas reaes ao romper da aurora, meio dia e á noite em todos os tres dias festivos, repiques em todas as igrejas da terra, tocando o sino do relógio, e no ultimo dia haverá o Te-Deum e missa solemne na Igreja da Collegiada de intelligencia com o Cabido com salvas de milicias».

Dia 29 — O Duque de Cadaval escreve ao Corrégedor agradecendo as manifestações feitas pelos vimaranenses ao Senhor D. Miguel.

MARÇO

Dia 1 — Chega um próprio com a notícia de que o sr. Infante D. Miguel jurara a carta constitucional dada por seu irmão D. Pedro 4.º. Por tal motivo houve muitos vivas e foguetes do ar dados pelos constitucionais. (P. L.)

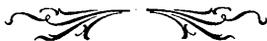
Dia 3 — Sai da casa da câmara um lusido bando que anuncia a chegada do sr. Infante D. Miguel a Portugal e ordena se festeje por 3 dias esta fausta notícia. Á chegada do Bando ao Postigo de S. Paio saíram-lhe ao encontro muitos constitucionais que principiaram a dar vivas ao sr. D. Pedro 4.º, à sr.ª

D. Maria 2.ª, ao sr. Infante D. Miguel e à Carta Constitucional; ao tempo em que davam êstes vivas armou-se um tão grande barulho, que se não fôsse a actividade do Tenente comandante do destacamento do n.º 9, certamente haveria mui grandes e mui sérias desordens. O Bando continuou até onde devia terminar, indo os realistas a dar vivas sòmente ao sr. D. Miguel e os constitucionais ao sr. D. Pedro 4.º, à sr.ª D. Maria 2.ª, ao sr. Infante D. Miguel e à Carta. Á noite houve iluminação geral. A da casa da câmara era simples. Foram ali os constitucionais cantar o hino do sr. D. Pedro 4.º acompanhados pela música do n.º 3 que veio de Braga convidada pelos constitucionais.

— Provisão adjudicando à câmara pelo preço da louvação e mais o terço o Campo do Tapadinho, em S. Tomé de Caldelas, junto aos banhos, onde há águas termais e vestígios de banhos antigos, devendo a câmara fazer mais 4 banhos no prazo de 5 anos.

(Continúa).

JOÃO LOPES DE FARIA.



GUERRA JUNQUEIRO

Por EUGÉNIO DE BELONOR

(CONCLUSÃO)

—= O
RELIGIOSO

En vérité, il est glorieux à la religion d'avoir pour ennemis des hommes si déraisonnables; et leur opposition lui est si peu dangereuse, qu'elle sert au contraire à l'établissement de ses vérités.

PASCAL.

A psicologia de Junqueiro é profundamente tocada de religiosidade. Chega a roçar pelo misticismo. É o que o torna singularmente contagioso. É o que alarga a esfera da sua influência.

Por desgraça nossa, o seu misticismo é todo anarquia. A sua religiosidade, uma balbúrdia infrene de sentimentos desordenados. A religiosidade de Guerra Junqueiro não impele o seu espírito para o alto, para o supra-sensível. Fá-lo rastejar em busca do sensível. Não é uma alma que procura voar. É uma sensibilidade degenerada que grita com fome, que reclama alimento.

Junqueiro pretende ter um *credo*: muito limitado, muito reduzido, muito cerceado, mas, enfim, um *credo*. Afirma fortemente, vigorosamente algumas verdades; mas, como se vai já ver, esvasia-as do seu sentido: delas quási nada mais conserva que o nome.

Proclama-se espiritualista, confessando a imortalidade da alma:

Morrer! que serve! a morte é prólogo da vida!

Á imortalidade da alma junta a crença na existência de Deus:

*Ó crente, como vós, no íntimo do peito,
Abrigo a mesma chama e guardo o mesmo ideal.
O horizonte é infinito e o olhar humano é estreito:
Creio que Deus é eterno e que a alma é imortal.*

Acredita ainda num Deus infinitamente justo que julgará os bons e os maus, premiando e castigando, segundo os méritos ou deméritos:

*Sim, creio que depois do derradeiro sono
Há-de haver un.a treva e há-de haver uma luz
Para o vício que morre ovante sôbre um trono,
Para o santo que expira inerme numa cruz.*

*Tenho uma crença firme, uma crença robusta,
Num Deus que há-de guardar por sua própria mão
Numa jaula de ferro a alma de Locusta,
Num relicário d'oiro a alma de Platão.*

Eis no que se resume a fé de Guerra Junqueiro: — Existência de Deus, imortalidade da alma, Justiça eterna e, conseqüentemente, prémios ou castigos na vida de além-campa. Simplesmente estas verdades, confessadas com tanto vigor, são privadas do seu conteúdo sobrenatural. Junqueiro não admite outro juiz em matéria religiosa, além da consciência individual. É decretada por êle uma sentença de proscricção contra a religião revelada, contra qualquer espécie de hierarquia religiosa:

*Mas também acredito, embora isso vos pese,
E me julgueis talvez o maior dos ateus,
Que no universo inteiro há uma só diocese
E uma só catedral com um só bispo—Deus.*

.....

*Cultos, religiões, biblias, dogmas, assombros,
São como a cinza vã que sepultou Pompeia.
Exumemos a fé dêsse montão de escombros,
Desentulhemos Deus dessa aluvião de areia.*

Estamos, por conseguinte, em presença de um devoto da religião natural, de uma psicologia profundamente religiosa, mas transviada, perdida, inteiramente afastada do verdadeiro espírito religioso. Guerra Junqueiro não passa de um racionalista que arrebanhou ao acaso no próprio catolicismo, que ataca em fúria truculenta, as poucas idéias que lhe servem para formar um arremedo de sistema, depois de desnaturadas e refeitas à imagem e semelhança do seu espírito tacanho, superficial.

Teria já mesmo tratado resumidamente êste assunto, quando apreciei Junqueiro como pensador, se não fôra o querer abordar a lenda estranha e disparatada da sua conversão.

Porque o não fiz então, mostrarei agora como até êste arremedo

do pensamento religioso se desfaz, se reduz, a nada, num amontoado de contradições, e já que

*A análise é feroz como uma lança em riste
E a verdade cruel como uma espada nua,*

procederei à análise friamente, sem contemplações, em defesa da verdade.

*

* *

Junqueiro não é original. As verdades que confessa colheu-as na própria religião que ataca. A sua originalidade, se originalidade pode chamar-se, consiste em as haver desnaturado. Melhor:—a sua originalidade consiste em as haver aniquilado.

Se não, vejamos.

O Deus de Guerra Junqueiro será um Deus pessoal, um Deus eterno, um Deus-juiz,

*... que há-de guardar por sua própria mão
Numa jaula de ferro a alma de Locusta,
Num relicário d'ouro a alma de Platão ?*

Estaremos realmente diante de um Deus distinto do mundo. Veja-se atentamente o trecho seguinte:

*Vamos! emancipai a escravatura branca.
E depois de ter dado enfim estas lições
Podereis suprimir os vossos esquadrões,
Entregar à lavoiria os braços dos soldados,
E caminhar na rua à noite, desarmados,
Deixando sem receio a vossa casa aberta:
Um policia estará continuamente alerta,
Um policia gratuito, universal, austero,
Vigiando e guardando assim como um cerbero
Desde o melhor palácio à última choupana:*

Êsse policia é Deus — a consciência humana.

É o próprio Junqueiro que se encarrega de responder: *Deus é a consciência humana.*

Estamos, portanto, na presença de um Deus imanente e não de um Deus pessoal. E se, como pretende Junqueiro, a natureza está numa permanente e fatal evolução, que encontra o seu termo actual no homem,

tal Deus é um Deus-Progresso, Deus que o *não é*, mas que se vai gerando no evoluir perpétuo das pessoas e das cousas, Deus *in fieri*, e não Deus *in actu*, conseqüentemente um Deus que não pode juizar a humanidade numa vida ultra-terrena, porque, a rigor, é a própria humanidade-consciente.

Os seguintes versos da *Oração à Luz* mostram que não estou propositadamente a tornar mais densa, mais inextrincável a confusão daquilo a que Guerra Junqueiro, no seu incomensurável orgulho, chama o seu pensamento:

Homem!
Quando a alvorada alumie o horizonte,
Ergue-te em pé, ergue essa frente!
Ergue-te, livre, em pé, na terra escrava,
Em que hás sido mudez caliginosa
E onda e rocha e verme e fera brava...
Ergue essa frente humana misteriosa,
Enigmática flor crepuscular,
A flor que chora, que sorri, que pensa,
A flor de dor que a natureza imensa
Milhões de arcos levou a architectar!...
Ergue-te calmo sobre a terra obscura,
Filho de Satanaz, pai de Jesus!
Et cetera!

O sublinhado serve para mostrar que eu não exagerava ao chamar ao Deus de Junqueiro um Deus — Evolução. — Deus imanente no universo e universo evoluindo até se tornar consciente no homem. Ora, como se poderão harmonizar estas enormidades pseudo-científicas com aquelas verdades que constituem o *credo* de Guerra Junqueiro: — Deus, Deus eterno, Deus-juíz, Deus remunerador e alma imortal e espiritual — absolutamente independente da matéria, porque

Toda a alma é clarão e todo o corpo é lama?

É preciso ser-se claro. Evolução e eternidade são conceitos que se excluem. Enquanto a evolução se desenrola no tempo e com o tempo, a eternidade abrange o tempo. O conceito de evolução implica fatalmente o de sucessão, ao passo que sucessão e eternidade são conceitos essencialmente contraditórios.

Um Deus imanente, existindo no universo, com o universo, e pelo universo, não pode de maneira alguma ser um Deus independente, pessoal, capaz de acções próprias. Não pode julgar. Não pode castigar. Não poder premiar. Cunfunde-se com o universo que é a sua determinação.

E quanto à alma: — não será ela para Junqueiro uma consciênte

manifestação dessa fôrça obscura e latente que anima os mundos, que informa o universo e o faz evoluir, imprimindo na matéria um aperfeiçoamento sempre crescente?

Num grão de trigo habita

Alma infinita.

Alma latente, incerta, obscura,

Mas que geme, que ri, que sonha, que murmura...

Não será esta alma indefinida, misteriosa, tornada fragmentariamente consciente no homem, que é o termo actual da evolução, no homem, que, se é «a fera dilatada», é também «crisálida do anjo», se é «filho de Satanaz», também é «Pai de Jesus»?

Mas, sendo assim, a que vem logicamente uma vida ultra-terrena com prémios e castigos? Não será o mal uma imperfeição universal que a evolução iluminará? Ou poderá a alma, segundo uma tal concepção, ser dotada de individualidade?...

E é êste cáos de contradições e não-sensos que Junqueiro apresenta como «uma crença firme, uma crença robusta»! E é estribado em tais ninharias, retumbantemente trovejadas que «o Sr. Junqueiro não teve o pudor,— diz com justiça o P.^o Sena Freitas,— de verter sôbre a sociedade dezanove vezes secular que tem por nome — Catolicismo — (à qual o mesmo insuspeitíssimo Comte votou as menções honrosas da admiração) todo o fel da sua vesícula biliária». Mas o pior é que o faz em nome da sciência, no meio de uma avalanche de sarcasmos tão baixos, tão ignóbeis que até na boca de um arriero seriam descabidos. Na de Guerra Junqueiro parece que não ficam mal. Ao menos êle grita-os com toda a naturalidade.

Em nome da Sciência!

Ide ao azul, ao céu; matai o Padre Eterno;

Basta levar convosco um simples bisturi.

Êste charlatanismo não se mantém de pé. Cai por si. Só o sustenta o ódio. Só o álenta a negação. Alicerces bem fracos, sempre prontos a falhar.

Junqueiro, religiosíssimo, sensualmente religioso, justifica plenamente o que afirmei ao encetar êstes rabiscos desprezenciosos. A sua religião é a religião do nada.

Não procede impulsionado por uma crença. Não ataca levado pela razão. Destrói por destruir. Despedaça. Fulmina. Arrasa. E depois fica-se a contemplar a sua obra *nihilista*, o deserto tremendo, onde só se divisam

ruínas, onde perpassa, a bramir cóleras, um vendaval desolador, onde a morte vai distender as suas asas negras, num vôo orgulhoso, prenhe de satisfação.

E neste deserto escaldante, requeimado pelo ódio, o Judeu nada levanta. Compraz-se no extermínio. A sua alma quer dominar só, num delírio de egolatria.

A religião de Junqueiro é a religião do nada.

*
* *
*

Não há muito tempo ainda, escrevia o sr. José Agostinho estas palavras: — «Por isso a sua conversão ao catolicismo, que, a rigor, nunca repelira na essência, foi incompleta, chegando a parecer a muitos que nela pretendeu Junqueiro apenas conquistar a benevolência da actual mocidade, entranhadamente católica».

Depois do que acabo de expor, é impossível que se mantenha de pé a afirmação de que Guerra Junqueiro jámais repelira essencialmente o cristianismo. O contrário é que é a verdade. A rigor, Guerra Junqueiro nunca foi católico.

A sua conversão é problemática, realmente. Nesse ponto o sr. José Agostinho tem razão.

No entanto, longe de mim afirmar que Guerra Junqueiro só pretendia conquistar as boas graças da mocidade católica, — se bem que tal facto, a dar-se, estaria plenamente na lógica da sua psicologia sefar-dínica.

Mas não. Quero convencer-me de que Guerra Junqueiro era sincero, quando procurava, ao fim da vida, fazer justiça à Igreja. O que não aparece claramente nesta sua atitude é a intenção de se converter.

Leia-se com atenção a nota ao artigo *Sacré-Cœur* das *Prosas Dispersas*. Quem não passar das primeiras palavras julgará ouvir um doloroso *poenitet me*, um brado angustioso de arrependimento: — «Eu tenho sido, devo declará-lo, muito injusto com a Igreja. *A Velhice do Padre Eterno* é um livro da mocidade».

O valor destas palavras, se é apreciável como reparação, a respeito de conversão não tem o alcance que um exame menos atento lhe poderá atribuir, e que infelizmente bastos alviçareiros desataram a apregoar logo desde a primeira hora.

O espírito de Junqueiro continúa inteiramente apartado do catolicismo. Junqueiro continúa ainda a ver uma barreira intransponível entre

catolicismo e cristianismo. É o que nos revela a seqüência da já célebre nota.

«*A Velhice do Padre Eterno* é um livro da mocidade. (Será?) Não o escreveria já aos quarenta anos. (Mas manteve-o e na íntegra). *Animou-o e ditou-o o meu espírito cristão*, mas cheio ainda dum racionalismo desvairador, um racionalismo de ignorância, estreito e superficial. Contendo coisas belas, é um livro mau e muitas vezes abominável».

As palavras que sublinhei mostram que Junqueiro está muito longe de ir procurar abrigo ao seio da Igreja. É que, diz êle pouco adiante, «no catolicismo existem absurdos».

Apesar da sua clareza, foi esta nota tão mal compreendida, que o mesmo Junqueiro se viu obrigado a declarar-lhe o verdadeiro sentido. Eis o que êle manifestou em conversa com o Dr. João de Barros:

«Dizem por aí que eu estou católico. A nota publicada nas minhas *Prosas Dispersas* ao artigo «*Sacré Cœur*» tem sido mal compreendida... O catolicismo é grande pelo que nele se mantém de cristianismo. Sou um crente, creio em Deus. Mas não abduco do meu raciocínio. E o meu raciocínio combate os erros da Igreja, que foram muitos e graves. Não sou católico no sentido vulgar do termo».

Deixemos de lado a banalidade das razões com que Junqueiro se justifica. Note-se somente que foi êle mesmo que veio pôr a questão nos seus devidos termos e chamar à ordem muitos pregoeiros de uma conversão que nada testemunhava. Continúa ainda a repelir a doutrina da Igreja. O seu racionalismo confessadamente «superficial, estreito, ignorante e desvairador», mas realmente não repudiado, vai ainda ao ponto de negar a existência histórica de Nossa Senhora:

«A virgem-mãe é uma criação do espírito. A sua existência é ideal; não biológica».

É certo que Junqueiro pareceu aproximar-se mais ainda da Igreja. A sua alma já vergada para as sombras do *Álém*, movida talvez pelo pavor secreto que o mistério da morte leva até ao âmago dos espíritos mais bem couraçados, vem confessar-nos que «a religiosidade nativa do povo português, que é a força suprema da alma nacional, move-se e vive por tradição dentro da Igreja e da liturgia católica. Devemos mantê-la pura e ardente, continúa ainda, porque é a chama sagrada que nos aquece e nos alumia».

Mas logo adiante o racionalista acorda a estragar todas estas afirmações e a transformá-las num naturalismo artificial de bucólica: — «Devíamos todos comungar, católicos e não católicos, na essência profunda da mesma espiritualidade religiosa».

Se o vemos lastimar-se de ter abandonado, quando j6vem, a Igreja Cat6lica, se o vemos no seu testamento pedir a esmola das ora76es da Igreja, em compensa76o j6mais d6 o passo definitivo da convers6o. 6s actos que praticou s6o por demais plat6nicos. N6o bastam. Tamb6m Jules Soury, ateu e um dos mestres de mais nomeada no materialismo contempor6neo vai ajoelhar, humildemente, dentro dos portais das igrejas a resar, mas a resar palavras sem f6, s6 por respeito 6 cren76a dos seus antepassados. Tamb6m Fustel de Coulanges, descrente, pede que lhe fa76am enterro religioso, mas s6 porque sente a necessidade de se n6o divorciar daqueles que o precederam na exist6ncia.

Infelizmente a verdade, por mais cruel que seja proclam6-la, 6 esta: — Guerra Junqueiro n6o fez nada que equivallesse a uma convers6o.

Nos seus 6ltimos tempos, j6 a tombar para a sepultura, dizia ainda: — «Que a luz de Deus, imaculada e santa me envolva, me tranquilize, me purifique. Quero acabar os meus dias na Dor e no Amor, na Paz e no Sil6ncio, entre os humildes e os desgra76ados, que trabalham e que cantam, que sofrem e que choram, que padecem e que resam. Vim esperar a morte em Deus. O infinito sagrado absorve-me enfim».

Haver6 em toda esta fraseologia cantante, em toda esta fraseologia deplor6vel, qualquer coisa de decisivo, de perempt6rio? N6o h6. A alma de Junqueiro parece insens6vel 6 gra76a.

A sua convers6o sincera e fervorosa seria o rep6dio de toda a sua obra monstruosa e sat6nica. N6o nos tendo dado sen6o maus exemplos e m6s li76es durante a vida, dar-nos-ia ao aproximar da morte a li76o preciosa da reconsidera76o e da penit6ncia.

Seria uma consola76o enorme para a minha consci6ncia de cat6lico v6-lo, ajoelhado e contrito, reparar os erros, j6 que n6o pudera remediar os males, bater no peito, esmagado na vil poeira da sua mis6ria imensa, a palmada do arrependimento que o purificasse, que matasse nele o homem velho — o monstro, e o revestisse do homem novo, santificado pela gra76a, transfigurado de criminoso em justo pela aceita76o resignada do castigo das suas tremendas culpas.

Assim Junqueiro resgataria a sua vida. A generosidade da gente de Portugal, dos velhos que ainda sabem ser portugueses, dos mo76os que acima de tudo procuram ser portugueses, diante de um arrependimento sincero, diante de uma repara76o, a exemplo da Miseric6rdia divina, arremessaria para longe, num arranco de nobre isen76o, o l6tego duro da justi76a, e esqueceria o mal, e perdoaria 6quele que se ensaiou para ser o coveiro da Nacionalidade.

Infelizmente a hora extrema chegou sem que Junqueiro se pronun-

ciasse decisivamente. As já citadas palavras bem poderiam ser escritas por um teósofo. Se Annie Besant as conhecesse, não hesitaria em declarar Junqueiro um dos grandes *iniciados*. É que elas, com toda a sua musicalidade, não são mais que os últimos ecos daquele panteísmo contraditório e verbalista que penetra toda a sua obra.

Apesar de todo o mal que Guerra Junqueiro fez à nossa Pátria, apesar do mal que ainda hoje lhe faz, seria para mim motivo de grande alegria, se me fôsse possível saber que a sua alma, na hora extrema, no momento da passagem suprema para uma eterna vida ou para uma eterna morte, se rendera finalmente à graça do Alto, e aparecera na presença do Juíz-eterno lavada de todas as suas culpas.

Mas como sabê-lo?

*

* *

Ainda bem que há já hoje quem saiba fazer justiça, quem saiba que Junqueiro, como orientador social, foi um autêntico criminoso célebre, um monstro, um anjo mau de destruição, que à sua obra satânica devemos grande parte dos males que actualmente nos oprimem, nos fazem levar uma existência de forçados na própria Pátria; e quem saiba que, afinal, o Génio tão alardeado de Junqueiro não passava de uma talentosa mediocridade.

Os novos começam a ver claro, a rejeitar o seu exemplo e o seu conselho. As suas lições vão, pouco a pouco, deixando de exercer a sua influência funesta. Há nos espíritos uma sêde abrasadora, que só as águas da eterna verdade podem apagar. Não levará muito que a inteligência não veja, finalmente, em tais lições, nada mais que um amontoado de contradições e de não-sensos.

O esquecimento de Junqueiro acabará por livrar Portugal da sua obra de morte.



DE FÁTIMA

A PRESENÇA DE DEUS

Por MANUEL RODRIGUES LEAL

SOBRE a face do mundo sopra um vento frio . . . Um sol estranho doira a miséria, o pecado, e a alma dos simples, angustiada, procura e aguarda o império da Consciência. Espera e crê. E cada vez mais alta crepita a chama viva da Crença. Atraz dessa luz, batida pelos ventos maus, correm as multidões, sequiosas daquela água eterna, em que falava Cristo, junto ao poço de Jacob. Vão a Lourdes, a Fátima, e, como nos tempos bíblicos, a presença de Deus torna-se misticamente visível às multidões que O invocam.

Quem pode duvidar? Qual é o homem sério e recto que, ao ver centenas de milhares de crentes, todos os meses ajoelhados na charneca de Fátima, olhos postos no Céu, insensíveis ao calor, à chuva, ao frio, não acreditará na estrela que os guia, no poder da Fé que os anima?

E que maravilhosa estrela e que maravilhosa Fé! Nestes tempos de scepticismo, em que o povo falta aos Cesares e às eleições, que belo e singular espectáculo nos dão as turbas católicas e ordeiras de Lourdes e de Fátima, sempre mais numerosas e ardentes e acorrendo a chamamentos de origem tão humilde, que só pela graça da revelação puderam ser escutados!

Faltem, embora, os milagres de ordem física, faltem as curas ruidosas que a Dor aflitivamente implora. Uma coisa não faltará

nunca aos peregrinos de Lourdes, nem aos romeiros de Fátima: é o Espírito de Deus.

Onde quer que se reúnam alguns em Meu Nome, Eu lá estarei com eles.

Eis a promessa de Cristo, diàriamente cumprida, e à qual corresponderá, em breve, uma nova Basílica, uma nova Cidade, uma nova lâmpada votiva, para rasgar as trevas da noite, em Portugal.

Maio de 1928.



LUZ E SOMBRA

(Da novela nacionalista de Cláudio e António Corrêa
d'Oliveira Guimarães, em preparação, com este
título, transcreve-se parte de um capítulo).

(A João Ameal, ao seu admirável espírito)

.....

E lentamente penetraram na aconchegada salinha de estar onde os móveis e os quadros traziam ao espírito de Gabriel de Castro uma doce revoada de recordações. Por ali passara, há muitos anos, ainda infante e já orfão. Nada tinha mudado desde então. Era a mesma tranquilidade repousante do aposento, a côr esmaecida dos painéis, o brilho suave do lustre, o *tic-tac* musicado do velho relójo de charão. E todas estas coisas familiares, intimamente ligadas à sua meninice pareciam aguardar o seu regresso. Na sombra, sôbre o fogão que flambava, na colorida reprodução de uma batalha campal, em que outrora os seus olhos curiosos de criança se embeveciam longamente, o Sottomayor cavaleiro e soldado que entre a maré alta dos balsões saúdava com o seu chapéu de plumas o sol que nascia, parecia agora saudá-lo também como a um velho amigo.

Nesse cenário carinhoso, em que as cortinas conservavam as suas pregas de sempre, as flores espalhavam ainda o seu ar de elegância heráldica, e, nas estantes, os livros brilhavam na policromia eterna das suas encadernações, dir-se ia sòmente terem mudado com o decorrer do tempo as fisionomias dos seres que o animavam. Assim êle vinha encontrar os Condes de Sesulfe com um aspecto que então lhes não conhecera. Êle com as faces já encarquilhadas, como amarelas e enrugadas folhas de missal, e as suas ascéticas barbas brancas de evangelista. Ela, porém, mau grado a sua cabeleira tão alva como uma espuma clara de neve e o seu sorriso triste e doce de avózinha, guardava vivos traços daquela beleza fascinante que Gabriel lhe conhecera e que o tempo, o eterno monstro que tudo apaga, não conseguira delir ainda. Da gracilidade fidalga do seu corpo irradiava-se um suave perfume de mocidade

que a fazia reflorir rosada de carne e vibrátil de nervos sob a austeridade do seu vestido, preto onde uma ou outra renda singela quebrava com descrição o negrume lustroso da seda. No seu olhar e nos seus gestos dir-se ia ter ficado sempre a vivacidade leve e graciosa dos quinze anos. Pois não há certas flores que mesmo emurchecidas conservam eternamente todo o aroma e todo o brilho de tintas com que certa manhã floriram ao sol?

Maria Luísa, a criança delicada e meiga com quem brincara, transformara-se também, durante o período de exílio do Poeta em Leonil, na mais encantadora das mulheres. Vinha encontrá-la na posse plena da sua formosura, no resplendor divino da sua adolescência. Devia ter de dezanove para vinte anos. Linda como um amanhecer radioso de Maio, suave e grácil como uma figurinha de Memling, alada e imponderável como uma filigrana, dir-se ia uma névoa cheinha de sol.

Crescera muito desde então. A puberdade havia acordado nela encantos novos, desconhecidos anseios, garridices femininas; mas tudo isto não conseguira ofuscar o seu fundo natural de princesinha de legenda, meneios, atitudes, geitos de criança. Não mudara a expressão suave dos seus olhos de pervinca, do seu sorriso virginal de madona, e, dentro do seu peito, alvo como os montes em Dezembro, pelas nevadas, batia com certeza no mesmo ritmo infantil o seu coraçãosinho de rola. Os anos desenvolvendo e modelando como enamorado artista as formas gráceis do seu corpo adelgaçante, deixaram-lhe todavia a alma eternamente menina, e, assim, a confiança com que ela há pouco estendera ao Poeta a sua mão de dedos fuselados e unhas côr de rosa era a mesma dêsse passado que ia tão longe e parecia tão próximo evocado na peregrina juventude do ambiente.

Gabriel de Castro poz-se a recordar fugitivamente essa época saudosa que lhe embestia a alma de ternura. Vivia nessa recordação fugaz toda a corrente clara, sem uma ruga, da sua existência, brotada ali sob aquele céu de turquesa, entre aqueles montes e cerros bravios, aquelas colinas de terciopelo, aquele rio palhetado de oiro que até parecia feito de estrelas. E o seu espírito fugia, como borboleta atraída pela luz, para a evocação dessas tardes luminosas de sol em que brincara com Maria Luísa e Georgina, a irmã ausente, no florido jardim do Solar onde as rosas ao bafo caricioso da Primavera abriam aos molhos, tecendo seus devaneios no silêncio perfumado dos arruados. Ah! a lembrança fagueira das loucas correrias através a mata copada e misteriosa, o *escondidinho*, os jogos da *berlinda* e do *anel*; os passeios rio acima, nas manhãs anacrônicas de estio, em que o Vouga, como se o sol lhe fizesse cócegas,

ria pelos campos verdes; as alegres dansas de roda em que Maria Luísa era sempre o seu par e a sua companhia! E, em torno dessa simpatia mútua de crianças, mil incidentes voavam como enxame de doiradas abelhas em volta do cálice perfumado duma flor. Quantas vezes Georgina desunia as mãos enlaçadas dos dois e o arrebatava à irmã com uma ciumenta frase de pequenina mulher. Parecia que nas almas tão diferentes das duas raparigas o mesmo sentimento de amor desabrochava, ainda vago como uma nebulose, mas já forte como a seiva que irrompe nos caules ao *allegro* entusiasta de Março criador. E era sempre com infinita tristeza que elas o viam partir para casa, agarrado tremulamente à mão rude da velha ama que se desvanecia, risonha e feliz, ao vê-lo já tão tamanino e crescido.

Todo êsse sonho embalador e suave da sua infância distante se toldara, porém, rapidamente. Tudo acabara fundido em emoções profundas para a sua sensibilidade delicada, a sua alma de sensitivo, a sua vibrátil compleição de Poeta. Ao declinar melancólico duma tarde de outono, em que o ar sôbre o constrangimento estranho das coisas dir-se ia soluçar, a mãe morrera-lhe, resignada e cristãmente, qual uma pomba cançada do seu vôo. Sofrera então todas as dores de um século de amargura dentro de alguns curtos momentos de existência; andara léguas sem fim de desgraça em dois palmos de terra árida e agreste. Toda a sua dor se transfundira, porém, em lágrimas e as lágrimas em bálsamo consolador para tamanha mágua. Com doze anos apenas e já órfão, a vida, desde então, apresentara-se-lhe tal qual é, cheia de amargas realidades. E fôra reconhecendo-o, sentindo roçar em si como uma serpente rasteira a sombra negra da vida, que êle se refugiara inteiramente no seu mundo espiritual, aquele delicioso mundo de coisas enternecidas, sagrado como um templo, misterioso e divino como a floresta dos Druidas, mágico como uma gruta de fadas, discreto como a noite, alto como o sete-estrela, recôndito como um veio de água doce gerado nas pedras, casto e púdico como os olhos dos inocentes e os seios das virgens, que todos nós temos escondido dentro da nossa alma e que sendo pequenino como uma lágrima de orvalho reflete contudo o imenso céu e os astros imensos. Fizera do seu ser, dois seres: um que vivia cá fora, na luz de todos, no ar de todos, à vista de todos, exterior, indiferente, geral; outro que vivia nas horas de poesia e de sonho, longe de todos, imerso em si mesmo, livre no mundo espiritual que a si mesmo se criou para refúgio solitário da alma. E êsse escondia-o púdicamente, sofregamente dos estranhos com a mesma ânsia com que os avarentos guardam os seus tesouros e os tristes escondem as suas lágrimas.

Gabriel, após a catástrofe que tão cedo o ferira, ter-se ia acolhido aos carinhos e cuidados de sua tia Carlota se o irmão desta, o santo tio João, um velhinho encantador de olhar suave e bondades de criança, invocando o seu isolamento, o não chamasse aos seus braços generosos. Na serra, como pastor de um rebanho temente, êle ia tangendo as almas para o céu, vivendo a rezar e a amar. Sofrera penas de amor infeliz, lá pela sua remota mocidade: sofrera desventuras e decepções, desgotara-se dos homens e certo dia dissera-lhes adeus, despedindo-se do mundo, e lá abajara, com os seus livros místicos, o retrato duma mulher, os seus desenganos, para aqueles montes tristes e ermos. Ali fizera-se simples e descuidado das coisas da terra. Vivera uma vida humilde e obscura, sem ambições e sem maus pensamentos, limitando o largo horizonte da existência na alegria do sossego e repousando a alma na aspiração tangível de fazer bem, que seria a única ambição de todo o homem se a humanidade fôsse perfeita. Se êle fôra feliz não o sabia dizer Gabriel, porque tinha atraz de si um passado escuro de desamores e de obscuras máguas e as recordações tristes de uma vida são como a noite, cobrem e matam tudo que uma alegria de sol desperta ao amanhecer de cada dia. Às vezes nos seus olhos sumidos parecia que se viam sinais de lágrimas choradas a sós, embora andasse sempre na sua boca um tal sorriso, com tamanha luz que alumiaava tudo. Mas se não era feliz, na significação enérgica desta palavra, que encerra um mar de risos e louca alegria, era pelo menos venturoso porque conseguira na vida essa rara ventura da tristeza, serena e resignada, mansa e enorme. Era venturoso porque lograra sentir dentro do próprio ser a grandeza de uma vida que se não estraga nem desperdiça por entre os homens e que foi serena e bemfazejamente vívida.

Para êsse sanatório de almas magnifico partira Gabriel, desolado e triste, e, por lá se quedara largos anos, aspirando uma doce paz para o seu espírito que a dor da orfandade aniquilara. A voz potente da Montanha ensinara-lhe o que pela voz do homem nunca aprenderia. Entregara-se nos seus braços, perdera-se na sua adoração. Ela fôra a mãe de uma nova vida que sentira nascer dentro de si. Com ela, que é a fôrça do mistério, a aspiração impetuosa da terra para o céu, o enormíssimo sonho das coisas, o genesis da sombra, êle pozera-se em mais íntimo contacto com as verdades de Deus. O aspecto místico que tão fortemente vinculava agora a sua individualidade, tivera ali unicamente a sua raiz. Mas nunca das suas pupilas se desvanecera a visão dulcíssima do vale, da sua paisagem de sorrisos, das suas águas românticas, dos seus outeiros joviais, dos seus pinheirais taciturnos e sempre à sua alma surgia enlevadamente, como que integrada nela, como que fazendo parte dela, a

imagem de Maria Luísa, essa rapariguinha alada e imarcessível que fôra quasi sua irmã.

*
* *
*

Em torno da pequena mesa de pé de galo, onde um antigo candieiro de metal, de três bicos, espargia o seu fulgor oirescente, os quatro fizeram roda.

Maria Luísa perturbada e risonha deixara cair o céu das suas pálpebras delicadas sôbre o bordado começado, desfeita já a impressão de vago tédio que há pouco a oprimira, Deus sabe porque razão, enquanto o Conde de Sesulfe perpassava distraidamente as folhas de um velho livro e a Condessa acariciava levemente o dorso setinoso de *Brancuras*, o meigo Angorá que ronronante se roçava nos seus joelhos com blandícies felinas.

Gabriel de Castro, cujo perfil de medalha,—em que brilhavam resplandecentes dois olhos que eram duas gotas de luz e duas lágrimas negras,—se recortava na sombra, começara a falar numa voz de modelações ritmíticas e brandas entoações. Êles escutavam encantados a história singela dêsses longos anos decorridos numa aldeia serrana da Beira, no presbitério humilde de seu tio-avô, e, a alma do velho padre que lhe quizera como a um filho e santamente vivera e morrera, flutuava saudosamente nas suas palavras toda envolta num halo diáfano de claridade. Longe do mundo ruim e das suas desbragadas ambições o Poeta fruira a fundos haustos a existência calma e simples de Leonil onde os homens viviam como as árvores e as mulheres como as pombas. A Montanha oferecera à sua sensibilidade poética um mundo inexgotável de motivos líricos. A alma da Terra fundira-se num amplexo com a sua própria alma. A chama em que se abrazava a sua profunda emotividade vinha-lhe toda da Natureza. Daí o fundo panteísta dos seus versos. A luminosidade esparsa pròdigamente nas suas quadras e nos seus sonetos brotara talvez de esplendor apoteótico duma dessas manhãs de topazio em que há nas árvores estranhas alegrias verdes a levantar-lhe os braços e no coração da paisagem certo contentamento de luz. A tristeza vaga das suas canções lembrava a tristeza do anoitecer, quando a claridade esvaída do sol põe oiros litúrgicos de templo na massa confusa dos montes.

(Conclue no próximo número).



“O ANÁTEMA DA FLANDRES”

O 2.º BATALHÃO DO 34 DE INFANTARIA

RAZÕES de ordem pátria latejavam de há muito no exército, quando a circular do 7 de infantaria se espalha pelos vários regimentos da metrópole e é remetida ao presidente da república e ao ministro da guerra que dela tomam imediato conhecimento, num terror que apavora os altos poderes.

A circular encontra assim um campo fácil, que, todavia, logo se torna flebil, enviando as diversas unidades platónicos apoios ao 7 de infantaria, naquela situação de quem pensa que «Deus é bom, mas o diabo também não é mau», enquanto do 34 era depositário duma decisão firme, por ser consciente.

A ligação secreta entre êstes dois batalhões⁽¹⁾ mantem-se estreita, até que, finalmente, surge, aureolado das mais sagradas benções

(1) O quadro do batalhão devia formar-se: secção, comando de alferes, pelotão, comando de tenente, companhia, comando de capitão, e batalhão, comando de major, etc. O exército, em sua base, deveria possuir uma maioria general do exército, com dois ou três comandos, o máximo, entregues a generais. Cada comando deveria possuir um número de sectores variáveis, conforme a extensão do terreno ou seus accidentes. Cada sector e cada comando deveriam possuir um general em chefe e tantos generais quantos os sectores ou regiões em que se subdiviriam os sectores. Às regiões bastaria o comando de coronéis, ficando os regimentos suficientemente comandados por tenentes-coronéis. Junto das regiões, sectores, comandos, Majoria General do Exército e ministério da Guerra, deveriam ser colocações núcleos de oficiais do Estado Maior, incluindo as brigadas independentes e colunas mixtas. Sempre que fôsse possível, deveriam, por períodos largos, permutar-se as regiões com regiões e sectores com sectores, ou, pelo menos, por fracções pela conveniência manifesta. *Esquema:* Majoria General do Exército, com três comandos: um major general e três generais na séde da maioria do Exército; comando com quatro sectores: um general em chefe e quatro generais correspondendo cada general a cada sector, na séde do comando; sector com cinco regiões: um general em chefe com cinco generais correspondendo cada general a cada região, na séde do sector; região com seis regimentos, uma coluna mixta: um coronel ou general comandante em chefe e sete coronéis correspondendo a cada regimento e coluna mixta.

nacionais, o dia 18 de Janeiro de 1917, osculado também pela graça de Deus, que o tornava brilhante e primaveril e santo como os encantos divinos dos paraízos celestiais, e acoimado pelos roncões dos salafrários, empenhados em babujar tão lídima sugestão que a luz do dia escudava bem.

Uma sedução estranha e bemdita o ungiu, igualando-o aos instantes superiores da religiosidade da alma. Mistério inebriante fortalecia a união dos conjurados do 34 de infantaria onde os mais fracos eram animosos perante os mais fortes.

Aproximava-se a hora amiga que os levava, de face descoberta, a mostrarem a sua inculpabilidade no amortalhamento da Nação, a que se iam eximir, individual e definitivamente, num alto gesto, público e solene, com o melhor conhecimento de causa, que lhes vinha sendo vilmente deturpado, em sua mais límpida acção de nobreza a brevecer vibrante e serena numa repulsão de nojo (1).

Era o momento, enfim !

O batalhão mobilizado do 34 de infantaria ia formar «em parada» para lhe ser passada pelo general-comandante da 2.ª Divisão do Exército, Mendonça e Matos. E os primeiros pelotões começam saindo «a porta de armas», para o campo de Fóra da Vila, numa compostura irrepreensível, com um garbo já invulgar que recorda o do marcial Exército português.

A disciplina militar, a correcção necessária, a altivez inerente, salientam-se em toda a execução dos movimentos, sempre perfeitos, que se sucediam facilmente, animada dum vida moça pelo valor da Consciência.

Rapidamente, o batalhão mobilizado formava em «coluna dobrada», com a frente volvida à frontaria do quartel, colocando-se a guarda de honra em frente ao batalhão mobilizado, dando a direita «à porta de armas». Conjunto soberbo a que a diurna fulgurância e o firme alinhamento e o ataviamento exemplar (tanto quanto possível era com a desbotável farda de mescla e com o pintado equipamento de lona) dava um brilho desconhecido e imponência antiga.

O general-comandante da 2.ª Divisão do Exército, que esteve al-

(1) «Esta república é exactamente a república que eu sonhei ! É mesmo melhor do que eu a idealizara . . . »

António José de Almeida, no discurso que foi pronunciar no Brasil, em Setembro de 1922, um ano depois do 19 de Outubro, movimento de chacina.

«São do domínio público as histórias dos Transportes Marítimos, dos Bairros Sociais, dos vários ministérios e comissariados dos abastecimentos. Toda a gente conta histórias de barcos e bens alemães. As crianças de mama explicam os fornecimentos para a guarda republicana e outras organizações militares. Resumindo : é um pavoroso estendal de escandaleiras.» — *André Brun*, (jornalista republicano).

moçando enquanto o batalhão formava, aparece, momentos depois, avançando pela retaguarda do batalhão, sôbre o flanco esquerdo.

O major-comandante do Grupo de Batalhões do 34 de infantaria e do batalhão mobilizado, António Baptista Justo, faz ouvir a voz de «sentido», que se acata numa simultânea execução, sem uma indecisão, sem uma delonga, e fi-la seguir das vozes de «ombro-arma» e «apresentar-arma» que conhecem igual firmeza e perícia de soldados adestrados.

As espingardas scintilam, as espadas lampejam, a banda de música roufenha o hino das seitas vermelhas e o general faz a continência militar ao batalhão vendido ao estrangeiro pelo interêsse da maldição liberal.

De novo o comandante do batalhão em revista faz ouvir as vozes de «ombro-arma» e «descançar-arma», movimentos que se executam com tão perfeita uniformidade e correccão, que deslumbram o general.

Começa, então, a revista, enquanto a banda de música entôa árias

SIR CARNEGIE — Livro Branco: — *Aide-mémoire*. Sir Carnegie informou devidamente Sir Ed. Grey da opinião do Govêrno português âcerca da requisição dos navios inimigos que se encontram nos portos portugueses, acentuando que *este Govêrno entendia não podia justificar tal acção, não sendo os navios precisos para as suas próprias e imediatas necessidades* mas sendo unicamente tomados *para serem transferidos para uso doutro Govêrno*.

Acrescentou que o govêrno português *tinha, contudo, necessidade urgente de um navio, pelo menos, para trazer mercadoria para Portugal* e que supunha que êsse poderia ser adquirido por compra, se bem que o pagamento não seria feito antes do fim da guerra, e *caso fôsse possível obter consentimento dos proprietários para esta transacção*.

Sir Ed. Grey respondeu que o Govêrno de Sua Majestade ficará satisfeito, *quer os navios inimigos sejam comprados, quer sejam requisitados para uso de Portugal, contudo que sejam utilizados*. Pedes, contudo, o Govêrno de Sua Majestade que a compensação ou preço pago aos proprietários não exceda os preços de antes da guerra.

Seria mesmo mais desejável que o pagamento fôsse feito em papéis de crédito que não fôsem negociáveis senão depois do fim da guerra.

Em vista da situação presente, o Govêrno de Sua Majestade não está em circunstâncias de poder consentir que navios ingleses sejam empregados no comércio português. E ver-se ia compelido a considerar se deverão ser concedidas facilidades de navegação a navios empregados em comércio com paizes, nos portos dos quais existem navios desaproveitados.

A opinião do Govêrno Inglês para a qual se chamava a especial atenção do Govêrno português era que os paizes cuja simpatia está com a Grã-Bretanha na sua luta com a Alemanha podem auxiliá-la mais eficazmente tomando as necessárias medidas para impedir que navios, podendo ser utilizados, permaneçam desaproveitados.

... e requisite e use os navios alemães porque todos os navios portugueses estão empregados e só os navios inimigos não estão aproveitados. (2-2-916).

portuguesas e mais músicas várias, e a multidão se comprime em redor, olhando a majestade exuberante que a emudece e a fulmina.

Cada oficial, cada soldado, é uma estátua, tão rígida se mostra a sua firmeza numa rigorosa «posição de sentido».

As vozes são nítidas e precisas; e o general aproxima-se e passa, olhando mais o deslunbramento que o fascina, ante a constante uniformidade de movimentos que se vão sucedendo, e a correcção perfeita, e a formação irrepreensível, inflexível à mais breve curiosidade, até à mais impertinente contrariedade que o sol ardentíssimo criava àquele punhado militar, na situação de «debaixo-de-forma» que nada altera!

Um soldado tomba com um ataque de insolação. O oficial do pelotão acorre. Dois soldados o conduzem ao quartel onde é imediatamente socorrido. E o oficial regressa, lésto, à rigorosa posição de «sentido».

Novo soldado cai por terra. E um terceiro ainda, e os socorros são prontos de uma mesma forma, sem uma flutuação, sem um gesto ansioso sequer.

O general nota a firmeza inabalável, que se sustenta na absoluta confiança em cada militar presente, e continúa a revista a que não pode olhar atento, tão abundante se lhe apresenta a disciplina militar nas suas tantas modalidades, que o cega de mal-contida satisfação, a propagar-se ao correcto batalhão.

(Continúa).

JOÃO DE OURIQUF.

SOARES — Livro Branco: — Embora o Govêrno da república não possa considerar Portugal abrangido nas referências gerais do *aide-mémoire* aos países neutros em cujos portos permanecem embarcações desempregadas, visto que a sua situação como aliado da Inglaterra e o seu procedimento de sempre nessa qualidade o excluem de regra já estabelecida, desejaria, contudo, que o Govêrno de Sua Majestade Britânica francamente o significasse.

O país desejava «ficar em condições de a todo o tempo fundamentar a utilização dos navios no que exceda as necessidades imediatas de Portugal.»

O Govêrno da república, como depositário do poder, precisa, para praticar desembaraçadamente êste novo acto de dedicação à aliança que, reciprocamente, o Govêrno de Sua Majestade Britânica, como decerto é o seu pensamento, torne claro que é também com o seu direito de aliado que nos propõe instantemente êste procedimento.

Nestes termos, o Govêrno da república apressar-se-á a dar os passos necessários para a organização dum serviço de sua responsabilidade que, o mais rapidamente possível, estabeleça carreiras entre Lisboa e os principais portos do mundo utilizáveis, conforme viera a julgar-se mais conveniente para os dois países aliados, que mais do que nunca neste momento devem manter-se estreitamente vinculados. (6-2-916).

ROMAGEM DOS SÉCULOS

I

O PÃO NOSSO DE CADA DIA...

(SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA ECONÓMICA DE GUIMARÃES)

O livro das Vereações

LIVRO 5.^o

1621

Aos 7-Julho de 1621 foram os vereadores notificados da parte do doutor Manuel Montes Godinho, Provedor da comarca, por ordem de Sua Majestade «ha serqua da vesitação que o Arcebispo primaz avia de fazer em esta villa».

(fls. 214 v. e 215.)

Em 14-Julho, foi presente uma procuração «de dom Antonio de de tayde Alcaide mor desta villa porque nomeaua por alcaide piqueno ha Domingos limpo e domingos Rodrigues e p.^o guonçalves os tres Annos proximos», e os vereadores elegeram para servir de Alcaide a Domingos Limpo e mandaram que dêsse fiança na forma da lei.

Foi nomeado depositário dos bens de raiz Paulo da Silva por andar ocupado em outros serviços o Procurador da Vila.

Mandaram apregoar :

que os rendeiros, que não tivessem trazido à Casa do Recolhimento a terça, a trouxessem por toda a semana que vem, sob pena de 10 cruzados; que ninguém tirasse pão para fora da vila e termo, sob a mesma pena e perda do pão.

(fls. 215 v. e 216.)

Em Provisão de 26-Maio, D. Felipe, atendendo ao que lhe pediu D. António de Ataíde, Alcaide-mor de Guimarães, manda que se não use da apresentação que a Câmara tem feito em António Nunes, Alcaide.

(fls. 217.)

Em vereação 17-Julho, elegeram Carcereiro do Castelo, enquanto durasse o impedimento do proprietário, «fernão gis da maya».

(fls. 217 v.)

A 21-Julho acordaram em vereação que nenhuma pessoa da vila e termo tirasse *cebo* para fora, sob pena de 10 cruzados pagos da cadeia e de perderem o dito *cebo*.

(fls. 218.)

Em 24-Julho suspenderam João de Oliveira, porteiro da vila, «por ser munto prejudicial ao povo e fazer cousas contra o dito officio.»

(fls 218 v. e 219.)

Em 28-Julho, mandaram registrar «huú privilegio pera Apanhar as esmollas para a Casa da Santa Misericórdia desta villa na fre.g^a de moscatelos p.^o g^{ls} da Aldea de Bugalhôs da dita freg.^a».

(fls. 219 v.)

Manuel Barreto, morador «na madroa» obrigou-se a vender vinho verde na forma e sob as penas da obrigação.

(fls 220.)

Em 25-Setembro, foi acordado que os *cereeiros* tivessem juiz do officio.

(fls. 233.)

Belchior Lopes, da rua de Couros, obrigou-se a servir de *Rei da Mouraria* e a apresentar 22 homens, dando-lhe a Câmara anualmente 1.600 réis, sendo 1.000 rs. para um jantar para todos, em dia de *Corpus Christi*, e 600 rs. para umas botas para êle rei.

(fls. 234.)

Em 20-Outubro, António Nunes, mercador, obrigou-se em nome de Francisco Ribeiro, morador no Porto, a dar todo o ano o *centeio do mar*, pondo-lhe a Câmara uma botica na alfândega e uma mulher das obrigadas para o vender.

(fls. 237 v.)

A 27-Outubro, acordaram e mandaram apregoar «q̃ nenhuã pessoa de coallquer callidade que seia do termo desta dita villa não deitem fora os seus porcos de noite», por serem informados do dano que causavam, sob pena de 2.000 rs. pagos da cadeia e de lhos matarem (?) onde fôsem achados.

(fls. 238 v.)

A 3-Novembro, deliberaram que nenhuma pessoa fôsse aos caminhos esperar as mercadorias, «nem palha nem lenha nem gualinhas nem outra nenhuã cousa», sob pena de 1.000 rs. para o acusador e cativos.

Mais acordaram que nenhuma pessoa venda carne de porco «por guorda que seia q̄ por dezoito rs. o arratell he dahj pera baixo», e, sendo magra, seria posta como parecesse aos almotaceis.

(fls. 259 v.)

Nesta vereação mandaram a Cristóvão Fernandes, que presente estava, «acabasse ha callsada da Rua escura».

(fls 240) (1).

Em 6-Dezembro, foi acordado com os da governança, pôr embargos à Provisão impetrada por Francisco Correia, alfaiate, de nação flamenga, que pretendia viver na Casa do Recolhimento e cuidar dela, tendo conta nos mantimentos ali guardados, mais se resolvendo impedir que qualquer outra pessoa obtivesse idêntica provisão.

(fls. 242 v.)

1 6 2 2

Vereadores -- Diogo de Miranda de Azevedo, João de Erosa Brito, Pero Coelho.

Procurador — Domingos Gomes.

Procuradores dos misteres — Amadiz Lourenço e Baltazar Vieira.

Em 22-Janeiro, foi permitido ir buscar pão e milho ao Porto e outras partes, livremente, para ser exclusivamente vendido no Campo do Recolhimento.

(fls. 252 v.)

Em 5-Fevereiro, foi permitido vender livremente, sem pagar coisa alguma neste ano, e na praça da vila, peixe e sardinhas.

(fls. 253.)

Em 4-Março, deliberaram mandar a Madrid, à custa da Câmara, quem defendesse a justiça da vila sobre a visita do Arcebispo.

(fls. 262 v.)

Em 27-Abril, a requerimento dos Procuradores dos misteres, foi acordado com os da governança mandar destapar *as escadas do muro, que estavam junto à torre de S. Domingos e davam entrada para o muro do Toural*, que Domingos Fernandes tapara, por estarem sempre

(1) Muitas destas notas não estão nos Apontamentos do *Abade de Tagilde*, outras são aqui ampliadas. Algumas sessões são escritas numa letra impossível.

abertas e o muro ser preciso para o povo ver dêle as procissões ou outras festas que hovesse no Toural.

(fls. 276 v.)

Em 14-Maio, o Capitão-mor Manuel Machado de Miranda requereu à Câmara que escrevesse a Sua Majestade para não serem tapadas as escadas da Torre de S. Domingos para o Muro do Toural, porque êste era necessário que estivesse livre para os alardos e exercícios militares, tapagem feita por Domingos Fernandes. Êle escreveria também a Sua Majestade sôbre o assunto.

Acordaram com os da governança seguir o agravo posto pelo dito Domingos Fernandes, à custa da Câmara.

(fls. 280 v. 281 v.)

Neste ano (12-Fevereiro), António de Freitas «estallajadeiro», fez uma petição a D. Filipe na qual dizia que a seu antecessor Francisco Lobo fôra concedido privilégio «por ser ha melhor estallagem e mais bem provida que havia» na vila, e que «vindo o dito francisco lobo a fallecer casara elle supplicante com sua mulher domingas vaz» e ficara com a estalagem, pelo que pedia lhe fôsse concedido o mesmo privilégio.

Obtida informação do corregedor da comarca, o privilégio é concedido, isentando-o de fintas, cargos, imposições do concelho e outras, como já gosara o seu antecessor.

(fls. 267 v. a 270.)

(*Continúa*).

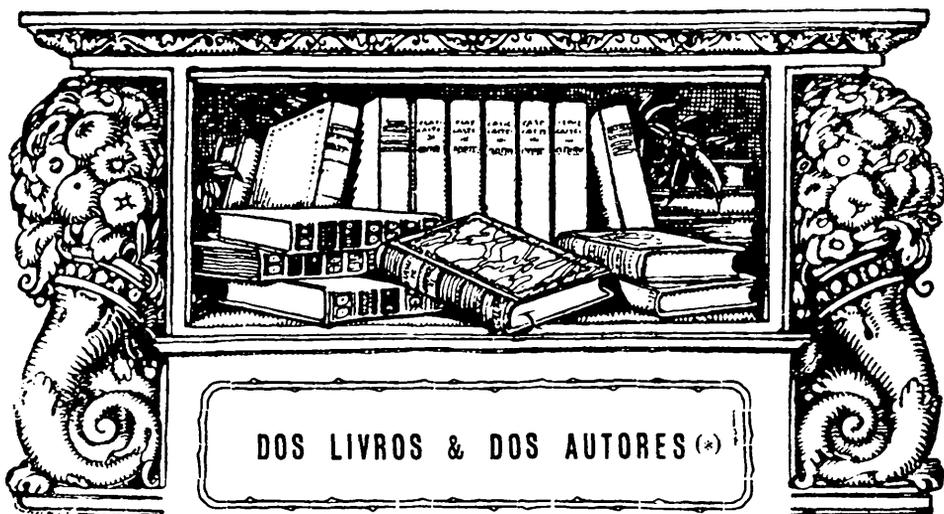
EDUARDO DE ALMEIDA.

MANUEL BERNARDES BRANCO

Uma rectificação

O Dicionário Geográfico de Portugal não é, como acabo de saber, obra de M. B. Branco. Escreveu-o F. dos Prazeres Maranhão (o Flaviense). M. B. Branco reviu-o e reeditou-o.

JOSÉ AGOSTINHO.



CONTOS, por *Maurício Bouchor*.—Vols. 16 e 16.—Colecção A. Figueirinhas.—Porto, 1927.

I—Vol. 16—*Aladino* é o título de uma narração extractada das *Mil e uma noites*, mas muito próprio para as crianças, pelos factos que são narrados.

II—Vol. 17—*O Tapete, O Tecelão Industrial, O Dragão*. São três escolhidos contos, muito interessantes e simples que, como *Aladino*, são muito próprios para recreio espiritual das crianças, a quem são destinados.

MINUTA DE AGRAVO E DE INJUSTA PRONÚNCIA, pelo advogado dr. *João Eloy Pereira Nunes Cardoso*.—Centro Tipográfico Colonial.—Lisboa, 1927.

O caso do Banco Angola e Metrópole continúa ainda envolto naquele mistério impenetrável em que, de princípio, ficou envolvido.

A minuta que temos presente e que constitue um trabalho jurídico de notável valor pretende demonstrar, nas suas 136 páginas de boa argumentação, a boa fé com que, nos actos relacionados com o Angola e Metrópole procedeu o antigo ministro sr. dr. Nunes Simões.

Aos tribunais competentes cabe esclarecer definitivamente esta situação, procedendo com a moralidade e justiça, que o caso requer e o advogado sr. dr. João Eloy reclama para o seu constituinte.

(*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis peio seu valor intrínseco.

GIL VICENTE

REVISTA LITERÁRIA DE CULTURA NACIONALISTA

Sumário dos n.ºs 5 e 6 — 4.º volume — 1928

ECCE SACERDUS MAGNUS.....	<i>Redacção</i>
VELHARIAS VIMARANENSES — (Guimarães há 100 anos, 1828).....	<i>João Lopes de Faria</i>
LUZ E SOMBRA (Novela nacionalista de Cláudio e António Corrêa d'Oliveira Guimarães) (CONCLUSÃO)	
O ANÁTEMA DA FLANDRES — O 2.º BATALHÃO DO 34 DE INFANTARIA	<i>João de Ourique</i>
ROMAGEM DOS SÉCULOS	<i>Eduardo de Almeida</i>

Ilustração — D. Guilherme Augusto da Cunha Guimarães, Bispo de Angra

Pensamentos, palavras & obras :

Discurso de abertura; — «Nação Portuguesa»; — «Estudos»; — «Portucalês»; — «Jornal Português»; — «O Comércio»; — Dr. António Rodrigues Cavalheiro; — *Literatura cristã*; — *Parente de Figueiredo*; — «A alma dos meus bonecos»; — «O Labor da Grei»; — S. Dâmaso — O Papa português; — «Exposição de arte sacra»; — *Guilherme de Faria*.

Dos Livros & Dos Autores :

AUTO DAS QUATRO ESTAÇÕES. — Poema em verso (2.ª ed. refundida: lição definitiva), por *António Corrêa d'Oliveira*. Ed. do autor. Depositária: Coelho & Silva, L.ª, Porto, 1928; — O BERÇO. — (Drama da Serra. 3 actos), por *Hipólito Raposo*. Livraria Universal, Lisboa, 1928. (HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES); — PERDIDOS NO DESERTO, por *Felix Léonnec*. Casa Editora A. Figueirinhas, L.ª, Porto, 1927; — O DANÇARINO MUNDANO, por *Paul Bourget*. Casa Editora A. Figueirinhas, L.ª, Porto, 1927; — O TRABALHO, A SAÚDE E O ÊXITO, por *Orison Swett Marden*. Casa Editora A. Figueirinhas, L.ª, Porto, 1927; — EDITH, por *M. du Camp* franc. Casa Editora A. Figueirinhas, L.ª, Porto, 1927; — L'ÉTERNEL FEMININ, por *J. Gaston Pastre*. P. Tequi, livreiro editor, Paris, 1927. (MANUEL ALVES D'OLIVEIRA).

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

	1 ano	6 meses
Continente e Ilhas.....	20\$00	12\$00
Colónias portuguesas	36\$00	
Estrangeiro	40\$00	

Pagamento feito directa e adiantadamente à Administração
Preço deste número..... 5\$00

Edição e propriedade de MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
Redacção e Administração: Rua Egas Moniz, 87
GUIMARÃES

ÁGUA DE CAMBRES

(RÁDIO DISSOLVIDO)

(Na zona tropical, — África, América do Sul e Central, Austrália, Índia, etc — é uma bebida tónica, sedativa e febrífuga; actua contra as úlceras do estômago e intestinos, provenientes do abuso do álcool, do quinino, do tabaco, das comidas picantes. Nos países septentrionais, é indispensável para atalhar as doenças cancerosas e escorbúicas).

Água oligosalina; essencialmente bicarbonatada mixta, silicatada, cloretada, sódica e levemente sulfatada.

Inalterável; boa para a cura da diurese, cura nervosa e das doenças da nutrição. Higienicamente é água muito pura; bacteriológicamente, puríssima.

Além dos elementos comuns a todas as águas minerais, contém quantidades ponderáveis de *bromio, iodo, fluor, arsénio, lithio*, etc. (Lepierre).

Ingerida em doses graduáveis, antes das comidas, prepara a digestão, cicatriza as úlceras mais tenazes do estômago e intestinos; os estragos derivados das infiltrações do gonococcus e é excelente para as doenças dos rins, bexiga, uretra e uterinas. Cura a neurastenia, reumatismos, gota, sciática e hemorrhoidal. Tira o enjôo do mar. Atenúa a doença do sono. Cura a piorreia.

Externamente aplicada em compressas e ligeiramente aquecida, vence as dermatoses, eczemas, furúnculos, lupus e tumores neoplasicos. **Poderoso preventivo contra o cancro.** (Boca, laringe, esófago, estômago, intestinos, etc.)

É indispensável como adjuvante nas aplicações dos raios X e do rádio de laboratório, pois cicatriza rapidamente as perdas de substância derivadas da roentgentherapia, da curietherapia e as radiumdermites. Suspende as dores.

É analgesica e bactericida.

Poderoso agente ionizador favorecendo as trocas osmóticas no organismo.

“NAÇÃO PORTUGUESA”

REVISTA DE CULTURA NACIONALISTA

Director — MANUEL MÚRIAS

Propagar a *NAÇÃO PORTUGUESA* é contribuir para o renascimento e restauração da Pátria. Nenhum bom português deve deixar de assiná-la e divulgá-la. Redacção e Administração — Largo do Directório, 8-3.º, Lisboa. Agência nesta cidade: *GIL VICENTE*, Rua Egas Moniz, 87.

Extracto do Catálogo de Livros

á venda na administração do "Gil Vicente"

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES:	
"Por Amor de Colombina... " (Fantasia dramática).....	2\$50
JOSÉ PEQUITO REBELO:	
"Cartilha do Lavrador"	2\$50
"As falsas idéias claras em economia agrária"	3\$00
MANUEL MÚRIAS:	
"O Seiscentismo em Portugal"	6\$00
"Cultura peninsular no Renascimento"	2\$50
"A política de África de El-Rei D. Sebastião".....	5\$00
"A Língua Portuguesa no Brasil" (Ed. em papel de linho, exs. numerados e rubricados pelo Autor).....	7\$50
FERNANDO DA COSTA FREITAS:	
"D. Frei Tirso de Guimarães" (novela).....	2\$50
CÉSAR DE OLIVEIRA:	
"A Marcha do Ódio"	12\$50
J. LÚCIO D'AZEVEDO:	
"Anotações à margem dum capítulo de Alberto Sampaio".....	2\$50
FERNANDO AMADO:	
"O Pescador" (Poema dramático).....	15\$00
LUÍS COSTA:	
"A Cidade Vermelha".....	6\$00
MARCELO CAETANO:	
"Legislação Civil Comparada"	30\$00
GENERAL VITORIANO JOSÉ CÉSAR:	
"A Batalha de Ourique"	3\$00
FERNÃO DA VIDE:	
"O Pensamento Integralista".....	5\$00
ALFREDO GUIMARÃES:	
"Exposição de arte sacra"	4\$00
<hr style="width: 20%; margin: 10px auto;"/>	
"A Questão Ibérica".....	10\$00
"Cartilha do Operário"	1\$50
"Os Planos da Autocracia Judaica"	5\$00
<hr style="width: 20%; margin: 10px auto;"/>	

Para a provincia acresce o porte de correio, excepto para os assinantes do Gil Vicente, quando a importância da encomenda fôr superior a Esc. 25\$00. Todas as encomendas são enviadas contra-reembolso.

COMPANHIA DE SEGUROS

Fidelidade

FUNDADA EM 1835



Um homem que deixa aos seus filhos um seguro de vida, mais do que um precioso amparo material, lega-lhes o mais alto exemplo de trabalho e de vontade.

SEGUROS DE VIDA,
CONTRA INCÊNDIO
E MARÍTIMOS

Largo do Corpo Santo, 13, 1.º — LISBOA

Telefones C. 388 e C. 1719



D. GUILHERME AUGUSTO DA CUNHA GUIMARÃES
BISPO DE ANGRA

ECCE SACERDOS MAGNUS



DUAS palavras apenas de saüdação ao Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor D. Guilherme Augusto da Cunha Guimarães, que a Santa Sé foi buscar ao humilde mas modelar presbitério para o investir na dignidade de Bispo de Angra do Heroísmo.

Embora a saüdade por quem foi sempre um virtuoso sacerdote e bom Amigo nos invada, por vezes, não podemos calar toda a satisfação que nos enche a alma por vermos elevado ao Episcopado um bom filho da terra que foi berço de S. Dâmaso e dos primeiros cavaleiros de Cristo.

É certo que na sua nova missão o Senhor D. Guilherme não vai encontrar honrarias. Vai encontrar terríveis obrigações, responsabilidades e sacrifícios de toda a ordem. É um novo cavaleiro que vai combater o bom combate de chamar para Deus as almas transviadas.

Mas o seu alto exemplo de abnegação e sacrifício tão duramente provados em mais de vinte anos de modelar vida sacerdotal, são o penhor seguro à imolação que o Senhor D. Guilherme Augusto da Cunha Guimarães põe como pedra-mãe do novo apostolado que vai seguir-se.

«Gil Vicente» beija com respeito e ternura as mãos bemfazejas de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo de Angra, pedindo ao bom Deus graças infinitas para que sejam copiosos os frutos da sua acção episcopal.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1828

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

MARÇO

Dia 5—Último dia das festas pelo regresso do Sr. D. Miguel a Portugal. Os constitucionais acompanhados da música do 3, a tocar o hino do Sr. D. Pedro, foram apedrejados ao chegar ao terreiro de Santa Clara. Houve uma grande desordem no mesmo terreiro, sendo preciso intervir toda a tropa da guarnição da vila, chegando as freiras a tocar os sinos a rebate. Neste dia houve na Colegiada exposição, missa cantada e Te-Deum, a que assistiram todas as autoridades civis e militares, todas as corporações religiosas e muitas pessoas de todas as classes, havendo no fim 3 descargas de fogo dadas por um trço de milícias. Á noite houve grande iluminação no terreiro de Santa Clara e um vistoso fogo preso e solto.

— Morreu António de Sousa Alcoforado, de Vila Pouca. Foi se-

pultado na igreja de S. Pedro. (P. L.) N. B. — O livro das sepulturas dá-o enterrado neste dia. É de supor que a morte fôsse no dia 4.

Dia 7—Aviso régio, mandando ao provedor da comarca faça as participações necessárias às autoridades encarregadas da administração dos hospitais civis existentes nas terras da sua comarca para que remetam directamente ao Contador Fiscal das Tropas as relações da despesa, que até agora dirigiam em duplicado pela secretaria de estado dos negócios da guerra, e que se fiquem correspondendo com êle de futuro sôbre êste assunto, salvo em caso extraordinário que a Contadoria não possa decidir e tenha por isso de subir ao conhecimento de S. Alteza.

Dia 8—Em vereação foi consignado na acta, por toda a câmara, que tinha sido celebrado tudo o que foi determinado em sessão de 28 de Fevereiro pela chegada do

Sr. D. Miguel ao reino. Resolveu-se que, quanto antes, se felicitasse S. A. o Senhor D. Miguel e que, em virtude do bando que foi publicado para anunciar «tão transcendente e fausto resultado» ter sido interrompido na entrada da praça do Toural por grupos populares, se desse parte disto ao Sr. D. Miguel para êle determinar «sobre objecto tão consideravel». O juiz de fora declarou que já tinha participado tudo o que se passou pelas vias competentes.

— Decreto nomeando Tenente General efectivo, com a antiguidade que lhe competia quando foi reformado, o Tenente General reformado Visconde do Pêso da Régua, que era casado com a filha herdeira dos 1.^{os} barões de Vila Pouca, e encarregando-o do govêrno das armas da província de Trás-os-Montes.

Dia 10 — Falece no seu convento de S. Domingos o padre prêgador geral fr. Agostinho da Purificação Teixeira. Foi enterrado no dia seguinte no claustro, em sepultura atravessada e fronteira à botica, ao descer das escadas, do lado direito. (P. L. e L. de F.)

Dia 12 — Em vereação deliberou-se que se passe ordem para a Terça se fazer no dia 15 seguinte.

Dia 15 — Em vereação fez-se a Terça aos rendeiros das freguesias do termo da vila. Ao P.^o Francisco Joaquim Cardoso, de Santo Adrião de Visela, provido na serventia do

oficio de escrivão dos testamentos da dita freguesia e anexas, foi-lhe deferido o juramento e êle fez o seu sinal público.—Preços da feira: trigo 1\$000, centeio 540, milho alvo 600 e milhão 520 réis.

Dia 17 — Provisão régia concedendo à Ordem 3.^a de S. Domingos licença para possuir as casas que comprara ao dt. António Joaquim Ferreira de Eça e Leiva para fundar o seu hospital. Nesta casa, comprada em 1825, na nota de João Teixeira de Araújo, e em outra comprada a Custódia Luiza Pereira, fundou-se o hospital, lançando-se a 1.^a pedra em 26 de Outubro de 1836.

Dia 21 — Professa o hábito de freira de Santa Clara, D. Joana Emília da Glória, filha de José Mendes, da Porta da Vila. Êste acto foi feito com toda a pompa e grandeza, tendo missa cantada, sermão e exposição todo o dia. (P. L.)

Dia 22 — Em sessão de câmara foram nomeados, o vereador mais velho, José António Mendes da Silva Bragança e Manuel Joaquim Pereira Soares de Azevedo, doutor em leis, para, em nome da câmara, por si e como representantes desta vila e termo, irem felicitar o Sr. D. Miguel pela sua chegada ao reino, para o reger e governar. O vereador mais velho escusou-se de comissão tão honrosa pela sua falta de saúde que o impedia de fazer a viagem com a brevidade que era necessária. O juiz não assinou a

acta porque não esteve até ao fim.

Dia 25—Dá entrada na cadeia da correição, António José da Silva, do lugar da Conceição, Fermentões, preso pela escolta do regimento n.º 9, por esta lhe ouvir dizer «Viva o senhor D. Miguel».

Dia 29—Em vereação, houve só despacho.—Preços da feira: 1\$000, 520, 600 e 510 réis.

ABRIL

Dia 1—Morre no convento das Dominicás, e lá foi sepultada, uma religiosa, a Silveira, dos Pombais. (P. L.)

Dia 5—O Juiz de fóra mandou apresentar em vereação, pelo alcaide António José Rodrigues, um officio do Duque de Cadaval, ministro assistente ao despacho da Regente, datado de 29 de Fevereiro, participando à Câmara a sua nomeação de ministro, «e em consequencia do longo tempo que tem decorrido desde a sua data até à sua apresentação, declarou esta mesma Camara que se não responsabilisava por este nem por outro algum officio, seja da repartição que for, que não tenha sido apresentado logo e notado no livro das sessões, para o que logo que seja apresentado imediatamente se lhe porá o cumpra-se».—Preços da feira: trigo 1\$000, centeio 520, milho alvo 600 e milho 520 réis.

Dia 6—«Vindo José Ribeiro, «o Beija» da romaria de Santa Apo-

lonia, e indo a passar um portelo que fica ao pé da Atouguia, cahiu d'ele abaixo e logo morreu. Foi sepultado na capela dos 3.ºs dominicos. (P. L.)».

Dia 9—Em vereação, o capitão engenheiro Cipriano José Soares fez, por ordem régia, a comparação das medidas actuais com os padrões do sistema métrico, verificando que a rasa contém 19 canadas novas, 5 décimos e 2 centéssimos (19,520); a meia rasa para sal 10 canadas novas, 5 décimos e 7 centéssimos (10,570); o almude 24 canadas novas, 3 décimos e 7 centéssimos (24,570). Neste acto compareceram o Juiz ordinário do concelho de Montelongo, o do concelho de Felgueiras, e o da Honra de Cepães e declararam que nestes concelhos regulavam as medidas da cabeça da comarca, Guimarães.

Dia 11—Deram entrada na cadeia da correição, José Salgado Cruz, de 20 anos, entregue pelo meirinho geral da correição, preso pela justiça do corregedor, e Pedro de Sousa, de 18 anos, ambos solteiros e da freguesia de S. Sebastião. Êste último foi preso por uma escolta do 9 e entregue ao corregedor. Foram ambos em leva para a Relação do Pôrto a 29 dêste mês e ano.

Dia 12—A Câmara em 1.ª sessão, ordinária, apenas deu despacho às partes e em 2.ª sessão, extraordinária, resolveu que se representasse ao Regente Sr. D. Miguel

uma súplica humilde para nos socorrer nos males que nos cercam.

Dia 15 — Por maioria de votos da mesa da Misericórdia foi eleito advogado das causas da Santa Casa o bacharel João António de Castro Sampaio, por óbito do bacharel Inácio Ferreira Alves Costa.

— «Os miguelistas conduzem pelas ruas da villa um carro triumphal com a effigie do serenissimo Sr. Infante D. Miguel indo a dar-lhe vivas, uns como infante e outros como rei, e assim percorreram a maior parte dos terreiros e ruas não cessando os foguetes e os sinos». (P. L.)

Dia 16 — Provisão mandando dar posse ao juiz de fôra, bacharel Damião Pereira da Silva, nomeado por decreto de 1 dêste mês, não obstante a falta da carta.

— «À noite ha comedia no theatro, pelos estudantes, em comemoração da chegada a Portugal do Sr. Infante D. Miguel». (P. L.)

Dia 17 — «Chega uma ordenança do general da provincia, (Antonio Hypolito Costa, nomeado pelo sr. infante, de que tinha tomado ha pouco tempo posse do governo das armas da provincia) para fazer recolher o destacamento do 9 que aqui estava ha tempos». (P. L.)

Dia 18 — Falece no hospital da Misericórdia Manuel Joaquim, *ético*, para onde havia entrado em 27 de Março último.

— Falece no mesmo hospital, de um tiro que lhe haviam dado, um

rapaz, filho dum individuo chamado Eugénio José, ex-servo dos Terceiros de S. Francisco. O tiro fôra-lhe dado em a noite de 15 do mesmo mês, quando os realistas andavam pelas ruas dando vivas ao Sr. D. Miguel. Foi enterrado na igreja de S. Sebastião, sendo-lhe feito o funeral à custa de Gaspar Leite do Cano. (P. L.)

N. B. — No registo de entradas e no de falecimentos do hospital da Misericórdia não se encontra mencionado êste individuo.

Dia 19 — Em vereação, apenas houve despacho às partes.

Dia 20 — «Morreu Carlos de Freitas, pagador que foi do regimento n.º 15. Foi sepultado na igreja da Misericórdia». (P. L.)

— Em sessão extraordinária da Câmara foi lido um officio do tenente-general, governador das armas, António Hipólito Costa, datado de Braga a 19 dêste mês, participando à Câmara: — «N'estes ultimos dias tem vogado n'esta Cidade noticias subversivas, que não podem deixar de magoar as Paternaes Solicitudes de S. A. o Sr. Infante Regente, em nome de El-Rei, que todas se dirigem ao Socego e bem estar d'estes Regnos; e porque taes noticias talvez tenham chegado a esse districto: Cumpre que V. S.^{as} façam constar immediatamente por meio de Editaes, que em Braga se gosa, não obstante, o maior Socego, porque as Auctoridades constituídas possuidas da maior obediencia

e fidelidade aos mandados do Governo, tem dado as mãos para repellar qualquer occorrença desagradavel ao Governo e á lei em vigor, e tem tomado as medidas necessarias para manter o serviço publico, que por ora não tem sido alterado». Determinou-se fazer público por editais êste mesmo officio e recomendar muito o maior sossêgo e obediência à lei

Dia 23 — Em vereação só houve despacho.

N. B. — Até 10 de Maio não há actas, porque a seguir à dêste dia 25 está uma fôlha branca colada posteriormente e ocupando o lugar donde foram arrancadas as fôlhas 215 a 229 verso, seguindo-se na fôlha 250 a acta da vereação de 10 de Maio.

Dia 26 — «Sahe do terreiro de Santa Clara um bem adereçado carro com a efigie do Seren.^o infante D. Miguel, acompanhado por immensa gente de todas as classes dando vivas ao sr. D. Miguel rei de Portugal, á sr.^a imperatriz rainha, á Santa Religião e ao sr. D. Pedro como imperador do Brazil; correndo todas as praças e as principaes ruas recolhe-se na casa da Camara, sendo esta função feita com toda a decencia e dignidade, não havendo desordem alguma, nem ataque de maior feito aos constitucionaes, tendo a maior parte delles retirado para fóra da villa». (P. L.)

Dia 28 — Foi sepultada na igreja das Capuchas D. Luísa Alpões,

mulher de Manuel Luís de Barros, da travessa das Dominicas.

Dia 29 — «Auto de aclamação e ratificação do já feito na forma que abaixo se delara». Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Cristo de mil oito centos e vinte oito, aos vinte e nove de Abril n'esta Villa de Guimaraens, no Paço do Concelho e Caza das cessoens da Camara da mesma Villa, estando presente o Dezembargador Corregedor desta comarca Antonio Joaquim de Carvalho, Cavalleiro Proffeco na ordem de Christo com os Veriadores Juis pella Lei José Antonio Mendes da Silva Bragança, Cavalleiro Proffeco na ordem de Cristo, Francisco José Mendes Brandão, tambem Cavalleiro Proffeco na ordem de Cristo, João Pinto de Carvalho Souza da Silva, Bacharel formado em Leis, condecorado com a medalha da Realeza e o Procurador do Concelho Antonio José Mendes d'Oliveira, Misteres do Povo e mais pessoas da Governança, Clero, Nobreza, e Povo que espontaneamente concorrerão para se fazer a aclamação do Senhor Dom Miguel Primeiro Rey absoluto destes Reynos de Portugal, Algarves e seos dominios, assim como o foram seus Augustos Predecessores e Reys Nossos Senhores, ratificando por esta o já feito em doze do corrente mez de Abril que então senão fez publico por senão porporcionarem as circumstancias, contentando esta Ca-

mara com supplicar ao mesmo Real Senhor pella secretaria de Estado dos Negocios do Reyno se dignase declarar-se Rey com todas as prerogativas das Leis fundamentaes da Monarchia feitas nas Côrtes de Lamego e nas de Lisboa de vinte oito de Janeiro de mil seis centos quarenta e hum. E porque conhecessem agora adcoada ocazião e ser a vontade geral dos Povos, aclamação, e hão por repetida a Aclamação do Senhor Dom Miguel Primeiro Rey de Portugal e seus Dominios absoluto, assim como o tem sido seus Augustos Predecessores e por si e pellos Povos desta Villa e Termo, jurão fidelidade e obediencia e fazendo-lhe preito e menagem fizeram este auto que terminou com os vivas do maior transporte de amor e fidelidade a Sua Magestade o Senhor Dom Miguel como seu unico e legitimo Rey e Senhor, á Imperatris Raynha Nossa Senhora, a toda a Familia Real, á Dinastia da Casa de Bragança, e á nossa Santa Religião cathólica, Appostolica Romana, supplicando ao mesmo Augusto Senhor se digne aceitar esta cordial Aclamação e assignarão ao dipois de lido este por mim Francisco José Fernandes da Silva, Escrivão das Sizas e direitos Reaes que pello da Camara o escrevi de mando da Camara. — (a) Francisco José Fernandes da Silva — Antonio Joaquim de Carvalho — José Antonio Mendes da Silva e Bragança — Francisco José Mendes Brandão —

João Pinto de Carvalho Souza da Silva — Antonio José Mendes d'Oliveira — Antonio Joaquim Ferreira d'Eça e Leiva, Juiz dos orfãos — Francisco Filippe de Souza da Silveira, almotacé — Antonio José de Souza Basto, Delegado do Fizico Mór — Simão de Rochas Barbosa do Lago, Distribuidor Proprietario do Juizo geral — João Ribeiro da Silva Mendes e Freitas, Escrivão do Juizo geral — José Pedro de Barros Costa, Escrivão do Juizo geral — José Vicente Ferreira dos Santos, Escrivão do Juizo geral — Rodrigo Antonio Felizardo da Costa, Escrivão do Juizo geral — José Joaquim Peixoto da Costa, Escrivão do Juizo geral — João Leite Peixoto, Escrivão do Juizo geral — Pedro Antonio de Souza, Escrivão do Juizo Geral — José Leite Duarte, Escrivão — Antonio José d'Almeida Bravo, Escrivão do Juizo geral — Manoel Luiz de Souza, Distribuidor serventuario do Juizo geral — Joaquim José Peixoto da Costa, Escrivão do Reguengo — José da Costa e Silva Ajudante — Jeronymo Bento da Ascenção, Ajudante — João da Costa Guimarães, Ajudante — Antonio Francisco de Carvalho Pereira, Ajudante — José António Bezerra, Ajudante — Hilario Mendes Ribeiro, Ajudante — Luiz Antonio Fontes, Ajudante — Francisco José de Freitas, Ajudante — B.^{el} José Ferreira Alves Costa, Procurador Fiscal de Fazenda — O T.^{am} Paulo José de Freitas — O T.^{am} Nicolau Teixeira

d'Abreu — Domingos Alves da Silva Pinto, Fiel das appellaçoens — Rodrigo Antonio de Gouveia, Escrivão dos orfãos — Manuel Duarte da Silva Pinto Leal, Escrivão dos orphãos — Mathias de Souza Dias, Partidor do Juizo dos orphãos — Antonio de Faria Guimarães, Pregoeiro do Juizo dos orphãos — Manoel da Silva, — Pregoeiro do Juizo geral — Antonio José Rodrigues, alcaide serventuario — José de São Boaventura Soares de Moraes Sarmiento, Escrivão da correição — João Pereira da Costa, Escrivão da correição — João da Costa Carvalho, Escrivão da correição — Antonio Luiz Pereira do Lago, Meirinho — José da Silva, Pregoeiro — Francisco José da Silva Basto, Escrivão do cabido e almoxarifado — Pedro Affonso, Escrivão dos coutos — Henrique José Vieira, Meirinho da Provedoria» (1).

(1) Êste auto, desaparecido do respectivo livro de vereações, nas fôlhas 213 a 229, arrancadas, encontra-se cópiado no auto de devassa levantada aos empregados de justiça e fazenda que o assinaram.

— «Às 7 horas da tarde chega a noticia de ter sido aclamado no Porto o serenissimo sr. infante D. Miguel rei de Portugal, pelo que sahiu quasi toda a nobresa (do seu partido) clero e muito povo aclamando-o com o maior enthusiasmo, não cessando de tocar repiques e o fogo do ar». (P. L.)

Dia 30 — «Convocada na casa da camara a nobresa, clero e povo assignam o auto da aclamação do Sr. D. Miguel como-rei absoluto do reino, ficando nula a abdicação feita por o Sr. D. Pedro a favor de sua filha D. Maria da Gloria princesa do Pará. Á tarde sahe um Bando da camara que manda se ponham luminarias por 3 noites; e enquanto andou fóra houve repiques e muito fogo do ar, estando emdamascadas as janelas das casas das ruas por onde passava. Luminarias, repiques e fogo do ar n'esta noite e nas duas seguintes». (P. L.)

(*Continúa*).

JOÃO LOPES DE FARIA.

RECTIFICAÇÃO:

A páginas 229, do volume 5.º, no dia 6 de Dezembro, onde se lê: «Faleceu Domingos Manuel do Ribeiro (Sindes)» deve ler-se: -- Faleceu Domingos Manuel do Ribeiro (Simães).

SOCIEDADE
MARTINS SARMENTO
BIBLIOTECA

LUZ E SOMBRA

(Da novela nacionalista de Cláudio e António Corrêa d'Oliveira Guimarães, em preparação, com este título, transcreve-se parte de um capítulo).

(Conclusão)

A espiritualidade que delas se evolava era como a da noite toda envolta no manto diáfano e imponderável do luar. E através os seus carmes, moldados no mais puro oiro da forma, perpassava a rapsódia imensa do campo, o canto melancólico dos zagais, a toadilha das fontes, a sanfonina dos trabalhos agrícolas, o lamento fatigado das noias, o chocalhar saudável dos rebanhos...

O Poeta falava vagamente dos seus versos, revelando uma modéstia instintiva e uma ingenuidade por vezes quasi infantil. Confessava a pobreza da sua arte, mas queria-a assim bem sua, bem portuguesa. Amava-a muito, o bastante para lhe não permitir vestir-se de idéias alheias ou roupagens estranhas. Não a desejava *original*, daquela originalidade fictícia que à custa de malabarismos se conquista, mas fundamente integrada no veio fecundante da História e da Tradição, a eterna fonte de Juventude que não seca mais. E assim ia erguendo à Natureza a prece de um lavrador que ora, à Pátria o hino de um soldado que batalha, a Deus a oração de um cristão que reza.

— E é esse meu rapaz o alto rumo da nossa literatura... A ave não pode ficar eternamente enclausurada, há-de voar um dia... Para o rufo das suas azas já é pequeno o espaço limitado onde palpitarão as estrofes românticas de algumas gerações desencaminhadas. A princípio o vôo foi indeciso, quasi receoso. Mas agora, Deus louvado, ela demanda já as altitudes supremas do espírito, alça-se até o céu.

— Tem razão senhor Conde. A minha geração, rasgou à literatura novos horizontes. A sombra benéfica das verdades eternas de Balzac ela sabe que a Arte só é verdadeiramente grande quando uma razão divina é a sua raiz e os seus ramos.

— Mercê dela, meu rapaz, a árvore tem já luminosas florescências de espiritualismo. Por isso eu que sou um velho estou de alma e coração com a mocidade de hoje. Apoio o seu equilíbrio mental, a sua visão clara e desempoeirada, o seu sentido crítico. E comungo ardentemente, — sabes? — nesta cruzada bem dita de reaportuguesamento que ela vai levando a cabo...

— A nossa esperança derradeira!...

— Mas fervorosa esperança, Gabriel. É uma juventude totalmente diferente da do meu tempo. Mas diferente com sobeja vantagem para a tua. Nós declamávamos odes sentimentais, tecíamos ditirambos revolucionários, idealizávamos um sonho impossível. Partíamos do ideal para o racional...

— E nós outros, agora, seguindo a verdadeira directriz, partimos da razão para o idealismo, não é isso, senhor Conde?

— Aí tens o Jorge, vês tu? Eis um que define toda a ânsia da geração reconstrutora. Nos seus escritos, a par e par com o esplendor mais belo das idéias. É crente, entusiasta, inteligente como ela.

— Com soldados assim, de ânimo tão alevantado, tenacidade tão persistente e espírito tão lúcido, não será difícil vencer, senhor Conde.

E o Poeta quiz naturalmente saber de Jorge Vilalva, seu compa-
nheiro de brinquedos também. Não ignorava a sua passagem por Coim-
bra, onde cursara Direito e Letras e onde inflamara de possessivo ardor
e combativa audácia a *élite* académica da *Contra-Revolução*. Fora, na
frase admirável de Jean Carrere: *le maitre bienfaisant, et le bâtisseur
de cités, le suscitateur de héros, le fécondateur d'énergie, le distribu-
teur de lumière!*... Á sua roda se formara o admirável núcleo revolu-
cionário cuja acção se espalhara milagrosamente pelo país inteiro, con-
tagiando-o de uma energia moça e varonil. Como tuba sonora, a sua voz
vibrante, ecoando de lés a lés de Portugal, havia conseguido arrastar
para a causa Santa numerosos adeptos, seduzidos pelas idéias fecundas
do nacionalismo integral, e, mesmo alguns, a quem um mero convencio-
nalismo afastara da luta, vieram retomar os postos abandonados na mi-
licia. Mas antes que de facto o aceitassem como um dirigente, quantos
desgostos e sofrimentos morais! Porém, a intrépida galhardia do seu
carácter, rompera através a senda impenetrável das invejas maldizentes
e das ambições mesquinhas que lhe impediam o caminho como uma rêde
agressiva de arame farpado. Os *pseudo-nacionalistas*, os arrivistas en-
cartados, a quem qualquer interêsse oculto lançara na brecha política,
iam polulando nas hostes integralistas como papoilas em trugal maduro,

considerando-se únicos detentores da sua ideologia. Um intruso? Um concorrente a um posto elevado de comando? Vá de se lhe declarar guerra aberta. Os lugares proeminentes nessa cruzada admirável — «em nome dos mortos pelo futuro dos vivos», na síntese primorosa de Erzo Ponzi — pertenciam-lhes exclusivamente, pela retirada da arena dos seus verdadeiros iniciadores. A peleja foi dura, sem tréguas. Mas Jorge Vilalva foi o mais forte, conquistou, venceu, substituindo condignamente os chefes afastados. Os seus artigos, especialmente os de certo jornal da capital do norte, onde os conceitos transpareciam claros como num cristal imaculado a luz da madrugada, assídua, interessadamente os lia Gabriel de Castro. Êles traziam à sua tendência toda instintiva para as grandes verdades espirituais a esclarecedora cooperação dum cérebro estudioso e forte. Jorge Vilalva era assim o Nuno Álvares dessa campanha resgatadora em que a sua vibrante mocidade esplendia, febril e intensa, como a flama rubra de um archote iluminando um caminho povoado de sombras... Chegado depois do dilúvio viera ajoelhar perante o altar da Raça, penitenciando-se de erros que não cometera e procurando nobremente redimir os dos seus antepassados pela audácia de um apostolado cheio de fé em que a sua pena de escritor se tornara a mais refulgente espada. Espírito profundamente culto, inteligência clara e disciplinada, não se deixara embuir pela sedutora miragem do ineditismo, do bizarro, do decorativo, do pomposo, do sensual, que caracterizava grande parte dos escritores seus contemporâneos. Nada de aberrações sensoais, de anormalismos doentios, de nevroses complicadas. Nada de modernismos delirantes. Fazendo sua a frase célebre de Camille Mauclair: *o tempo não conta em arte, o que conta é a melodia contínua do génio nacional*, êle servia-se de uma prosa vincadamente lusiada para cantar e enaltecer os motivos eternos da Grei: a História, a Raça, a Terra, a Família.

Numa época em que a extensão dos passos se media cautelosamente, não fôsse o equilíbrio perder-se, Jorge Vilalva aceitara com frenético entusiasmo a direcção da *Ação Nacional* que viera marcar novos moldes no *ran-ran* jornalístico dêsse tempo, palavroso e oco, em que ainda era pontífice máximo Palma Cavalão.

Dos Condes de Sesulfe, Jorge era o sobrinho mais amimado e querido. Por isso longamente o recordavam, evocando a sua meninice reflectida e grave, o seu aspecto de pequenino filósofo, o seu amor pelos livros, a sua natureza ao mesmo tempo tão concentrada e expansiva.

— Teve sempre um ar encantador de pequeno homemsinho o nosso Jorgito, declarou a Condessa de Sesulfe.

Mas o enlevado elogio do sobrinho foi cortado subitamente pela entrada silenciosa da criada, uma graciosa morenita, baixinha e roliça, de grandes olhos enternecidos e meneios lânguidos de serpente brava. Nas suas mãos a bandeja de prata oscilava levemente e as chavenas de porcelana tinham à luz reverberos dourados.

Maria Luiza erguera-se para servir o chá e os seus dedos voavam do bule para o açucareiro, do açucareiro para os pratos minúsculos onde o doce mostrava o seu tom perfumado de gema. Com os braços em ânfora, vertendo sobre as chavenas o líquido loiro e aromático que era como uma condensação de topázios, o peito alteava-se-lhe mansamente tal uma rôla farta e satisfeita. E à imaginação do Poeta surgiu nesse momento a lembrança da meiga Suzel do *Amigo Fritz*, sustendo bondosamente o cântaro para que o *rabino* bebesse, ou a bíblica Samaritana, apagando a sede de Jesus, rente a uma fonte fresca e sussurrante, assombreada por palmeiras...

— Um bolinho? Mais açúcar, quere? e ria, ria, num riso ingénuo de bambino, mostrando os seus dentes brancos e pequeninos que eram como um rôlo de espuma que estivesse encaixado no interior de uma cereja.

Mais açúcar? Não, êle não queria mais açúcar. E o seu olhar seguia o vulto espiritual da rapariga, que em seus passinhos de lacre, parecia andar no ar, de leve e vaga que era, como uma névoa.

— Olhe a Georgina!... Que linda, não está? dizia ela.

E os olhos erradios do Poeta baixavam-se já da imponderável criatura para a *sanguinea* que ela vaidosamente, com uma pontinha de orgulho, lhe mostrava. Foi como se o seu olhar tombasse, cheio de sombra, sobre a chama crepitante de uma cegante luz. Cloé não seria nem mais bela nem mais perfeita na modelação sensual das suas formas, na elegância e donaire do seu corpo, todo em curvas fortes, graças de carne ardente e irrequieta. A sua boca abrazida, carnuda como a polpa de um fruto, parecia feita para beijos e os seus olhos dir-se-iam incendiados por um clarão de volúpia... E mais uma vez Gabriel de Castro verificava a profunda dessemelhança daquelas duas irmãs: Maria Luiza leve, transparente, diáfana, quasi irreal; Georgina pujante, ardente, esplendorosa... Uma, fugidia e ondulante como uma sonata de Beethoven; outra, estridula e alacre como um delírio musical de Wagner. Uma nimhada de sonho, como na visão paradisíaca de um pintor primitivo; outra lasciva e perturbante como uma cortezá de Veronezo. A mais velha altiva e desdenhosa, a mais nova humilde e atraente. E essa recatada simplicidade, essa modéstia tocante, êsse fundo místico que havia em Maria

Luiza é que o traziam profundamente encantado. Amara-a sempre, sempre, pela mesma razão porque amava no tempo o outono; nas côres o roxo; nas flores as violetas; nos dias os crepúsculos...

*
* *
*

O velho relógio batia paulatinamente horas. Onze e meia! Ah! como no ambiente carinhoso e confortável daquela salinha de estar, afoçada em penumbras brandas e setinosas, ao calor amigo do fogão que crepitava, as horas fugiam, voando de manselinho, sem se sentirem. É que a chama tenta como uma linda mulher que nos atire beijos; quanto mais a gente se chega para ela mais ela nos apetece. E Gabriel tinha tentações de ficar ali o resto da noite, enterrado naquele sofá, entre aquelas almas amigas, muito perto de certo coraçãozinho de rôla todo palpitante de amor... Mas a tia Carlota com certeza o esperava, dizendo as suas orações ou lendo no seu breviário ao borralhento calor da lareira. Lembrando-se dela êle quizera retirar mas a enternecida gentileza dos Condes de Sesulfe insistindo para que ficasse viera ao encontro desse desejo inconfessado.

— Só mais um bocadinho, pedia-lhe Maria Luiza interessadamente. E diga à senhora D. Carlota que fui eu a culpada...

— Ela sabe que sua tia lhe quiere como à luz dos olhos e por isso não se teme dos seus ralhos, sentenciou gravemente o Conde de Sesulfe.

— Sorrindo da observação Maria Luiza fôra até à janela emoldurada pela folhagem de certa trepadeira. De lá, a sua voz de seda, convidava o Poeta, aliciante, perturbadora:

— Gabriel, que linda está a noite! Venha ver, não quiere?

E acedendo ao seu desejo — tinha lá alma para fazer o contrário! — êle abeirou-se da janela... A noite diluía-se em brandas claridades nos píncaros das altas serranias espectrais que cingiam amorosamente o vale. A paisagem dir-se-ia ter arroubos de extase; as árvores como que haviam adormecido vergando mais para o solo os seus braços desgrenhados, e a cantilena do Vouga ia-se extinguindo, brandamente, como a voz, quando desfalece, num soluço...

Gabriel de Castro reclinara-se de leve no peitoril, banhado de uma indizível impressão de beleza. Na sombra o perfil da rapariga alongava-se, tocado de um vago de sonho, com rosas de luar no penteado...

E falaram, falaram... O que diziam êles? Duas almas quando se entendem as frases sobem do coração aos lábios e soltam-se e voam com a mesma espontaneidade com que a água corre límpida nos regatos...

Diziam a poesia inefável da noite azul, a turbação misteriosa dessa hora de silêncio, o brilho lucilante das estrêlas pingando de oiro vivo e rebelde o esmorecimento dormente do espaço, o pa!ôr inefável da lua envolvendo amorosamente a terra no seu enxoval de linho, a extensão vibrante e apaixonada do seu amor.

E penetrados ambos do mesmo encantamento, presos da mesma comoção, envoltos na mesma aureola de luz, sonhavam, sonhavam...



“O ANÁTEMA DA FLANDRES”

O 2.^o BATALHÃO DO 34 DE INFANTARIA

CÊRCA de uma hora demora a revista. E quando terminada, o major-comandante fá-la seguir de uma «marcha em continência», que na sua execução mais uma vez fascina o general.

A voz de «marche» sôa, e os pelotões movimentam-se e marcham «em continência», regressando ao quartel, dominando a multidão extática, encantando o general, satisfazendo ao batalhão que desenvolvia o seu adextramento perfeito e o realçava nesta última fase da revista.

Soldados, oficiais, general eram prêza da mais extasiante fulminância, enquanto a multidão de veneração à Sérvia se sentia esmagada pela imponência militar que a vexava e a afogava nos antros da imundície em que banhava a alma anti-nacional.

O general e o major-comandante entram no quartel, onde se encontra formado o batalhão que pouco depois regressa «a companhias».

Ao gabinete do major-comandante do Grupo de batalhões e do batalhão mobilizado são logo chamados os oficiais mobilizados, que ouvem a satisfação do general, bem patente nas brilhantes palavras de louvor dispensadas ao batalhão, na pessoa dos seus oficiais, que se sentem bem orgulhosos quando escutam do general as frases simples, mas mui honrosas:

«Nunca hei visto, em toda a minha vida militar, bem longa, bata-

SIR CARNEGIE — Livro Branco: — Tendo resultado da actual escassez de tonelagem, sérias dificuldades para o comércio, que estão sendo sentidas, não só na Grã-Bretanha, mas também em países que mantêm com ela boas relações e tendo Portugal invariavelmente mostrado, desde o principio das hostilidades, completa dedicação à sua antiga aliada, o Ministro de Sua Majestade recebeu instruções do Governo de Sua Majestade para pedir ao Governo da república em nome *da aliança a requisição urgente de todos os barcos inimigos estacionados em portos portugueses, os quais serão usados para o comércio português em Lisboa e outros portos*, que poderão ser determinados por acôrdo entre os dois Governos. (17-2-916).

lhão tão disciplinado, tão apumado, tão instruído, o que farei conhecer a S. Ex.^a o Ministro da Guerra».

A abstracção da política torva, por parte do batalhão mobilizado do 54 de infantaria, tinha contribuído de tal forma para a sua tão exemplar preparação, que, neste momento, recebia a consagração devida e abraçava num prazer ilimitado que a descrição não sabe retratar.

Mais palavras de bom louvor dispensa o general à officialidade que cumprimenta individualmente, como em breve lhe daria a voz de prisão com o sobrececho carregado e palavras a insinuarem uma traição de Lesa-Pátria a que êle sòmente dava ampla consumação afinal.

A officialidade retira, e desce à sala dos officiais, onde aguarda o major-comandante, a quem já solicitara a sua comparência antes da retirada do general, junto de quem desejava viesse a ser intérprete de um sentimento que a animava a manifestá-lo, clara e firmemente, antes de ser mandada abandonar os territórios da Nação, de que ainda desconhecia, totalmente, a nua razão da sua tão invisível defesa, tão apregoada atribiliariamente, tão confusa, e mais ignorada ainda.

Então, o major-comandante comunica ao general que os seus officiais, com excepção de dois, mobilizados e não mobilizados, desejam apresentar-lhe uma solicitação, e para isso esperam o seu comandante, a quem pretendem entregar a petição, dirigida ao Ex.^{mo} General (1).

O general anue, e o major-comandante vem ouvir os seus officiais, ligados numa união forte pela mesma comunhão de anseios, e leva ao conhecimento do general: que estes seus officiais, individualmente, lhe solicitavam que fôsse seu intérprete, junto do ministro, duma comunicação, em que, sob palavra de honra, declaram, por unanimidade, que não embarcariam «voluntariamente» para França, emquanto os seus camaradas presos ou foragidos por fazerem parte do movimento de 13 de Dezembro de 1916, não fôsssem reintegrados nas suas anteriores situações, a fim de partirem para o campo de batalha que o govêrno entendesse, e assim se poderem lavar do labéu de cobardia sôbre êles lançado, o que se reflectia no Exército Português, solicitação que declara ser animado a entregar perante o carinhoso affecto que o general dispensara ao seu grato batalhão.

O general turba-se um tanto, e faz subir a officialidade ao gabinete do major-comandante, onde lhes fala do graye momento que se atravessa, sem precisar a gravidade oculta, o que origina o patenteamento da

(1) Dêste batalhão também fez parte o capitão José Augusto de Faria Blanc, que neste momento se encontrava ausente desta unidade.

estranheza da officialidade pela falta indesculpável do govêrno em não elucidar o País, com dados insofismáveis, irrefutáveis, visíveis, pois que as suas fronteiras se viam ainda respeitadas, e nestes casos cumpria ao govêrno dispensar a Portugal o respectivo Livro Branco, em que alinharia as notas diplomáticas que desenvolvessem um sacrifício tão supremo, razões de ordem nacional obrigando um holocausto sempre santo.

Contraria-se o general com tão clara afirmação e pretende rebater esta legitima necessidade de um povo que se empurra para a guerra, e procura tentar que a solicitação da libertação, e chamada à guerra, dos camaradas presos ou foragidos, fôsse antes feita em os campos de batalha, em que se tornaria absolutamente simpática e de incomparável isenção que neste instante poderia traduzir-se por equívoca.

A officialidade faz então sentir que tal anseio legitimo seria descabido em França, por não ser em tempo, e que, lá longe, na distância das campinas francesas, a sua voz não conheceria, sequer, o éco nas esferas officiais, e só poderia receber como prêmio o fusilamento que impera numa Zona de Guerra. Na última hora, em Portugal, era o lugar

SIR CARNEGIE — Livro Branco: — Meu caro Ministro — Refletindo sôbre a nossa conversa desta tarde àcêrca dos navios alemães, não estou bem certo sôbre um dos pontos em que me falou, designadamente se os armadores alemães tinham sido convidados a submeter ao Govêrno português quais as condições em que consentiriam o uso dos seus navios, o que eu supponho era sua intenção dizer-me, ou se o Govêrno português tinha proposto condições e estava esperando uma resposta.

Na primeira eventualidade, o caminho a seguir é, creio eu, perfeitamente claro: — as condições dos armadores serão rejeitadas, sejam elas quais forem e os navios serão requisitados pacificamente, se fôr possível, em conformidade com o processo seguido pelo Govêrno italiano.

Se porém o Govêrno português propoz condições para o aluguer ou requisição dos navios, a posição é inteiramente diferente.

Em primeiro lugar devo fazer notar que, no caso dos armadores aceitarem as condições e consentirem que o Govêrno português tome livremente posse dos navios, **o mesmo Govêrno não o pode fazer sem primeiro se assegurar de que essas condições teem a aprovação do Govêrno inglês, que doutro modo teria o direito de apresar os navios logo que saíssem de águas portuguesas**, em concordância com a sua política oficialmente declarada e baseada nos artigos 56.º e outros da declaração de Londres, **relativa à transferênciã de navios inimigos para bandeiras neutrais.**

.....

Espero contudo que as dificuldades que acima sugiro se não levantarão e que, ou eu não compreendi bem o que me disse, ou os armadores alemães recusarão toda e qualquer negociação e assim deixarão o caminho aberto para rápida e enérgica acção da vossa parte. (21-2-916).

destinado a demonstrar os seus anseios límpidos, que não tinham duas faces, e a Zona de Guerra proíbia contudo e não comportava.

O general, reconhecendo a impossibilidade de modificar uma atitude conscientemente tomada, mostrando-se algo contrafeito, declara seguir imediatamente para Lisboa, onde daria conhecimento, ao ministro, da resolução formulada pelos oficiais, mobilizados e não mobilizados, do Grupo de Batalhões do 34 de infantaria, assim como da preparação perfeita do batalhão mobilizado, que levava gravado na mais elevada admiração.

Então retira-se a oficialidade, fazendo a continência militar a que o general corresponde com igual continência. Já não há apertos de mão, nem palavras de louvor, mas antes um ambiente carregado nesta hora grave, em que o major-comandante escuta do general a comunicação de que os oficiais se deviam considerar detidos, até nova ordem do ministro; posto o que o general se retira para a estação dos caminhos de ferro, onde embarca para Lisboa.

A hora grave tinha soado, e em Leiria, os oficiais do 7 de infantaria, que imediatamente de tudo foram informados, haviam partido a gozar a «licença da morte» (dez dias de licença concedidos aos mobilizados para se despedirem das famílias), da qual não usaram alguns oficiais do 34 de infantaria, e outros não terminaram, para não faltarem ao momentoso compromisso!...

Nas outras unidades só o silêncio profundo se professava. Falta-vam-lhes a nítida consciência de um dever de repulsa ao crime transparente, e acima de tudo de uma obrigação de desafronta de corporação vilipendiada velhacamente, infamemente, canalhamente, em bem manifesto campeão.

No 34 de infantaria o dever era integralmente cumprido, e, tendo-

SOARES — Livro Branco: — O Govêrno tomando em consideração as observações nela contidas sôbre a vantagem para os interêsses ingleses de que possamos empreender rápida e enérgica acção decidiu não encetar negociações com os armadores alemães e tomar imediatamente posse dos navios, o que se fará esta tarde.

Apresso-me a dar-vos esta boa notícia... (25-2-916).

O decreto, para o apresamento dos navios em 23 de Fevereiro, saía em 24, no «Diário do Govêrno»!...

SOARES A AFONSO COSTA — Livro Branco: — Sir Carnegie declarou que estava absolutamente convencido de que tal acto concorreria de forma decisiva para a consolidação do prestígio da república portuguesa aqui e no estrangeiro (25-2-916).

TEIXEIRA GOMES — Ótima impressão nos círculos políticos e opinião pública. (26-2-926).

He sido comunicada a ordem de detenção, os oficiais mandam os impedidos trazer-lhes as malas, que os acompanhariam à prisão, que certamente se sucederia à sua firme, resoluta, inabalável decisão, a não ser que a consciência baixasse ao ministro, única razão de uma aquiescência honrosa a alterá-la satisfatoriamente, e lhes dêsse assim margem a, no dia 19 de Janeiro, poderem comandar o batalhão a que pertenciam, e seguirem com êle às mesmas agruras da guerra, em cata de largas amarguras para a Nação, no sacrificio inglório e contraproducente que iriam afrontar então, mas por exclusiva culpabilidade, por demonstrada responsabilidade, por verificada inépcia ou má-fé da república, com seus esbirros no Exército.

A ordem de detenção aos oficiais do 34 de infantaria era comunicada a infantaria 7 no próprio momento em que aí se traíam as abundâncias de *palavras de honra* que pejam a sua circular às várias unidades.

Enquanto, em Leiria, Gomes da Costa arengava aos herois, aos honrados, aos leais oficiais do 7 de infantaria, conseguindo desta forma a traição do Capitão (1), que com êle faz côro nos «vivas à guerra», em presença do batalhão estupefacto, no 34 de infantaria a officialidade (2) recebia a ordem de detenção, honrando a sua palavra empenhada conscientemente, de cuja firmeza era informado o centro da conjuração, exclusivamente militar — Leiria. E os oficiais da restante guarnição de Santarém (artilharia 3 e batalhão do 16 de infantaria), ao terem conhecimento da resolução e da detenção dos oficiais do 34 de infantaria, reúnem-se, e deliberam não comandar ao embarque o batalhão do 34 de infantaria, se para tal fossem nomeados, o que comunicam aos camaradas presos!...

E os oficiais do 7 de infantaria eram de... licença!...

Caíra já a noite. Por concordância formal delibera-se chamar os sargentos e fazer-se-lhes a comunicação da circular do 7 de infantaria, na parte que dizia respeito aos seus camaradas, e igualmente da deten-

(1) Entre os raros oficiais que se encontravam no quartel do 7 de infantaria, um era o capitão Carneiro, que, arrebatado pelos «vivas à guerra», esquece a sua palavra empenhada ante o Exército e trai os seus próprios camaradas de quartel, que se encontravam de... licença, que depois «à formiga» o acompanhariam, gesto que lhes mereceu a repulsa dos chefes militares do C. E. P. e até... do ministro Norton de Matos!... E da população de Leiria só lhe mereceriam os escarros, enquanto as lágrimas inundavam as faces do seu comandante.

(2) O coronel Gomes da Costa, na sua visita ao 34 de infantaria, deu aí a perceber ser intenção do ministro da Guerra reintegrar os presos e foragidos pelo «13 de Dezembro», e enviá-los para França e África com as suas unidades, o que se via sem execução... na última hora, e nunca revelaria ostensivamente.

ção dos seus oficiais pelo general-comandante da 2.^a Divisão do Exército, devendo-se-lhes declarar que qualquer gesto que entendessem por bom seria da sua inteira responsabilidade, individual.

As ordenanças saem logo, e pouco depois vão aparecendo os sargentos, que se mandam esperar no quarto do oficial de inspecção, e aí lhes é feita a comunicação da parte que lhes dizia respeito na circular do 7 de infantaria, frisando-se-lhes que qualquer resolução a tomarem, a deveriam fazer constar de vontade individual e não colectiva.

Por todos os sargentos fala o sargento-ajudante, que declara já não poderem tomar deliberação alguma, por outro compromisso haverem concertado. Se mais cedo os houvessem elucidado, ainda poderiam acompanhar os seus camaradas do 7 de infantaria, lamentando que só tarde lhes fôsse comunicada a circular que já não podiam discutir, declarando também ser-lhes penoso não acompanharem os seus oficiais.

O oficial solicitado para a comunicação, retira-se, ordenando aos sargentos que devem seguir para as suas companhias, e informa os seus camaradas da declaração dos sargentos.

A comunicação estava feita, todavia. Pouco importava que se lastimassem de já não poderem acompanhar os seus oficiais, e muito especialmente os seus camaradas, pois, se os tivessem querido seguir, nunca teriam antecipadamente deliberado tomar um compromisso, que, no Governo Civil de Santarém, fôra proposto a troco de uma promoção, ao posto imediato, que afinal havia de ficar numa... graduação no posto imediato...

(Continúa).

JOÃO DE OURIQUE.

ROSEN — Livro Branco: — «*Protesta contra a singular quebra de direito que o Governo português cometeu contra o Império alemão, apossando-se por um acto de força, sem qualquer negociação prévia, dos navios alemães fundeados nos portos portugueses*» e solicita a revogação do apresamento dos navios. (27-2-916).

SIDÓNIO PAIS — Livro Branco: — Secretário do Estado considera acto praticado como muito grave, sem precedente na História e sem justificação em direito internacional, dum carácter tão amigável, hostil ou quasi hostil. Não compreende quais possam ser motivos determinarem Governo português. *Diz que o Governo português precisava dos navios, devia ser tratada a sua compra com Governo alemão, com quem se achava em boas relações;*

Considera absolutamente estranho que sem a menor prevenção ao Governo alemão se tenha publicado um decreto ordenando a apreensão dos navios, *se faça esta no mesmo dia*, segundo um telegrama que *se tenha arreado a bandeira alemã*.

Declara o facto tão grave que não pode dar-me, por enquanto, uma resposta. E pede para transmitir telegraficamente ao Governo português que julga necessária a revogação do decreto e que espera uma resposta no mais curto prazo. Se a revogação se não fizer, diz reservar expressamente resposta e medidas que entender tomar. (29-2-916).

ROMAGEM DOS SÉCULOS

I

O PÃO NOSSO DE CADA DIA...

(SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA ECONÓMICA DE GUIMARÃES)

O livro das Vereações

LIVRO 6.º

1624⁽¹⁾

Vereadores — João Lopes d'Amorim⁽²⁾, Torcato Machado da Maia, Paulo da Silva.

Procurador da Vila — António Fernandes d'Oliveira.

Procuradores dos mesteres — João de Freitas e Paulo Martins.

Provedor — Licenceado Cristóvão de Abreu⁽³⁾.

Corregedor — Dr. Henrique da Barreira.

Juiz de Fora — Fernando Aires do Vale⁽⁴⁾.

Sebastião Soares Coelho apresenta e faz registar um mandado passado pelo Conde de Faro, em nome do Conselho de Estado e vedor da Fazenda, mantendo-o no cargo, que já desempenhara no ano anterior, de executor do almoxarifado da vila de Guimarães.

(fls. 47 v.)

Em vereação de 4-Julho acordarão «que nenhuã pessoa de quallquer collidade q̄ seia não nade de noute nẽ de dia em hos chafarizes desta villa nẽ no do tourall com pena de pagar cada homẽ hou mansebo sendo

(1) O livro 6.º começa em 1624. Falta o livro que tem o resto do ano de 1622 e o ano de 1623.

(2) Nota o *Abade de Taçilde*: «Assina só João Lopes; no texto çiz-se João Lopes d'Amorim, e outras vezes só João Lopes. Será o architecto ou imaginário João Lopes? Parece.»

(3) Em 22-Maio tomou posse o Provedor o Licenciado Diogo Antunes da Costa, nomeado a 7-Março.

(4) Em 4-Julho tomou posse o Juiz de Fora Licenciado Bernardo Sampaio, nomeado por 4 meses por alvará de 8-Maio.

para cima de treze anos dez cruzados e trinta dias de cadeia» e, sendo menor de 13 anos, 1.000 rs., pagos pelos pais, e os nadadores para a cadeia, podendo ser presos por quem os encontrasse.

(fls. 49 v. e 50).

Em 22-Agosto, a requerimento do Provedor e Irmão da Misericórdia, acordaram os da vereação com os da governança, dar uma pena de água ao *Hospital da Misericórdia* da arca que está atrás da *Capela de S. Paio* e que vai para o *Chafariz do Toural*, mas sob condição de não faltar a água no Chafariz, porque, faltando, não iria para o Hospital. Os requerentes alegaram que esta vila era *passagem* para *S. Tiago de Galiza* e *S. Gonçalo de Amarante*, e também à vila *vinham muitosromeiros e doentes ao S. Gualter* e no Hospital havia falta de água para os pobres e doentes beberem e para a limpeza.

(fls. 53).

Escusa de tutor — O lecenceado Cristovão dabreu prouedor e contador com allsada nesta villa de Gimarães e sua comarca por elReinoso senhor etc. faso saber a todos hos coregedores prouedores ouuidores Juises e mais justisas deste reino e senhorios de Portugal aque esta minha carta de sentensa for apresentada he ho conhesimento della com direito pertenser, em como no inventario que se fez per morte e falesimento de ieronimo lopes laurador e morador que foi no serguall da freigesia de santa locaia de briteiros do termo desta villa, fes petisam a gonsallo de morgade gurias juis dos horfãos em adita villa e termo, farnsisco antunes morador na freg^a de saluador de briteiros do mesmo termo disendo em ella que elle juis o caregara per titor dos filhos do dito jeronimo lopes e que quoanto elle suplicante não era parente dos ditos horfãos he era homem muito mouquo que não ouuia e era de idade de mais de setenta e sinquo anos e per tall era tido e avido e tal caresia em seu asserto (?) pello que não podia ser caregado de titor e hos bens que tinha ia os tinha doado e não pesuia em sua vida (?) mais que os ditos frutus pello que lhe pedia iustificando ho que disia o ouuese por desho-brigado da dita titoria e reuogase seu despacho pera ho que alegaua adita petisam per embargos con sus tes segundo tudo isso constaua dadita petisam o quoall mandou se fisese a iustificasam que desia ho suplicante he ho dito francisquo antunes deu testemunhas ao que pedia que lhe foram perguntadas pelo dito Juis e com a dita iustificasam mandose hir os autos conclusos e indo lhe elles pernunsioiu per sua sentensa, o seguinte visto a iustificasão que o suplicante fes não se mostra por ella bastantemente ser homẽ de setenta anos pera sima por que huã teste-

munha dis ser homẽ de setente e sinquo anos e a outra que o tem per eso (?) he somente huú fala de certesa pelo que ho não hei por escuso da titoria, e page as custas de seu requerimento he o escriuão para asinar as partilhas pelo outro partidas (?) ho qual despacho sendo publicado aos vinte e seis dias do mes de ianeiro do ano de mil e seis centos e vinte he hú anos o procurador do dito fransisquo antunes suplicante dise que agrauaua pera mim e aresou e fes petisam de agrauo que intimou ante o dito Juis e eu mandei a iuntar aos autos estando per agrauo me uiesem com resposta do dito Juis a trinta de ianeiro de seis centos vinte he hum, he sendo dada a uista ao dito Juis pera responder ao agrauo e indo lhe deu os dites autos em resposta a trinta do mesmo mes e ano, e sendo me leuados comclusos em eles prenumciei aminha sentensa de desagrauo seginte = agrauado he o agrauante pelo iuis em o não auer por escuso da tituria da contenda prouendo em seu agrauo, uistos hos autos e como legitimamente consta ser ele agrauante de idade prefeita de setenta anos e mal ouvido e pobre e sem ter parentesquo allgum com esses horfãos e uisto a desposisam de direito e da nosa hordenasam em tal caso, hei ao agrauante por escuso e liure da dita tituria e mando se ua em pas ao primeiro de feureiro de seis centos e uinte he hú Cristouã dabreu = a qual minha sentensa sendo dada e publicada por min no dito dia mes he ano atras o suplicante fransisquo antunes me pedio lhe mandase pasar esta sentensa he eu lha mandei pasar que mando se cumpra e guarde asim e da maneira que se nella contem e por min he mandado e iulgado e por ella hei ao suplicante francisquo antunes por escuso da dita tituria por ser de idade de setenta anos e mall ouuindo e pobre he não ter parentesquo com hos horfãos e mando ao Juis de outro titor que não tenha escusa e por me ser pedida esta por ho dito suplicante pera sua guarda lha mandei pasar por min asinada e aselade com o selo desta prouedoria que ante min serue ao primeiro dia do mes de feureiro ano do nasimento de noso Snor Jesu Xpõ de mil e seis centos he vinte he hú annos fr^{co} guonsalves a fes por saluador de meira escriuão dos horfãos e dos autos pagou se esta carta de sentensa tirada dos autos e pagou desta sentensa cento e sesenta rs e da tirar corenta rs, saluador de meira escriuão dos horfãos e fis escreuer e sub escrevi Cristouão dabreu... (1) -

(de fls. 58 v. a 60 v.)

EDUARDO DE ALMEIDA.

(Continúa).

(1) Registada no Livro das Vereações. Damos cópia pela curiosidade que possa ter para quem se interessa pelo nosso direito antigo.

PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

«Sou forçado a reconhecer que o nacionalismo integralista é sincero e ligado à essência das suas doutrinas».

RAÚL PROENÇA.

DISCURSO DE ABERTURA

DUAS palavras apenas. A secção que hoje se inicia vem substituir a que durante algum tempo se publicou nesta mesma revista com a vaga epígrafe de «Vória». Aqui se registarão todos os factos que mereçam menção especial constituindo, por assim dizer, um resumido repositório das várias facetas da vida : dos factos : das letras.

A irregularidade na saída do Gil Vicente não permitiu a continuação de «Vória» porque daria em resultado trazer notícias que, pelo atraso de publicação, perderiam toda a oportunidade. Passemos, pois, adiante por sobre os factos pretéritos e actualisemos a secção que agora se inicia.

«Nação Portuguesa»

Nação Portuguesa, a primeira trincheira levantada em prol do Integralismo e a que António Sardinha, o nosso saúdoso e querido Mestre, deu o melhor do seu esforço de incansável combatente, entrou, agora, sob a inteligente direcção do Dr. Manuel Múrias, na série V.

É com o maior regosijo que registamos este facto, tanto mais que *Nação Portuguesa* se apresenta, mercê dos esforços do seu proprietário-gerente e nosso muito querido amigo Sr. José Fernandes Júnior, com um novo aspecto e consideravelmente melhorada.

Desejando à *Nação Portuguesa* as maiores prosperidades, saúdamos muito sinceramente todos os que nela trabalham salientando a urgência de condicionar toda a acção reconstrutora por um labor constante de rectificação mental.

«Estudos»

A magnífica revista mensal de cultura e formação católica, órgão do C. A. D. C., de Coimbra, acaba de entrar no seu VII aniversário.

Os *Estudos* que mantêm «integralmente a sua velha orientação — escrupulosamente atentos e obedientes às deter-

minações, direcções e conselhos do Magistério autêntico da Igreja, desde o Santo Padre até ao seu Venerando Prelado, — «reconhecendo com alegria quanto lhes tem sido proveitosa e nobilitante esta sua incondicional e agradecida adesão à Cadeira de Pedro» têm-se sabido impôr no meio intelectual e católico do nosso país.

As nossas saudações muito sinceras com os desejos das maiores prosperidades.

«Portucalé»

Recebemos a agradável visita desta valiosa revista ilustrada de cultura literária, científica e artística que se publica no Porto sob a distinta direcção dos srs. drs. Augusto Martins, Cláudio Basto e Pedro Vitorino.

A *Portucalé* que vem preencher uma lacuna no meio literário da cidade da Virgem, desejamos larga e próspera vida.

«Jornal Português»

Temos recebido, com boa regularidade, êste periódico, do Rio de Janeiro, que completou há pouco o seu XI aniversário.

De excelente aspecto gráfico e profusamente ilustrado, com abundante informação de Portugal, é de lamentar que se deixe, por vezes, levar pelo sectarismo político de alguns dos seus colaboradores — emigrados políticos, na maior parte — fazendo uma campanha de descrédito contra a obra portuguesa da Ditadura.

Enviamos-lhes as nossas saudações muito sinceras.

«O Comércio»

A êste bem redigido semanário independente que, sob a inteligente direcção

do sr. João Silva, se publica no Porto, agradecemos a transcrição que tem feito do estudo crítico do nosso distinto colaborador Eugénio de Belonor sôbre *Guer-ra Junqueiro*.

Apresentamos-lhe as nossas saudações por ter completado o seu VI aniversário e desejamos-lhe próspera vida.

Dr. António Rodrigues Cavalheiro

Concluiu a sua formatura na Faculdade de Letras (Secção de Ciências Histórico-Geográficas) o nosso presado amigo, antigo e distinto colaborador, sr. dr. António Rodrigues Cavalheiro.

Muito antes de abandonar os bancos das escolas, o dr. António Rodrigues Cavalheiro, pelas suas excepcionais faculdades de trabalho e inteligência, conseguiu firmar um nome respeitado como investigador imparcial e incapaz de ceder na proclamação da verdade que reconheceu.

Fiel à dignidade do seu pensamento, António Rodrigues Cavalheiro teve a coragem de afrontar o maçonismo inveterado do sr. Agostinho Fortes, como uma tese sôbre os *Tumultos de Campo de Ourique*, em que a acção anti-nacional da maçonaria foi enèrgicamente salientada.

O diálogo travado entre o professor argüente e o candidato à licenciatura, não deixou, porém, dúvidas no espirito de quantos ouviram sôbre a justiça das afirmações de Rodrigues Cavalheiro. O sr. Fortes perdeu uma excelente ocasião de omitir o panegírico de uma sociedade secreta, condenada pelo Código Penal, — e de que, não obstante, o sr. prof. é sócio.

Abraçando o dr. António Rodrigues Cavalheiro, felicitamo-lo pela destemida

audácia das suas afirmações nacionalistas, quando lhe seria bem mais cómodo, e com lucro certo de classificação, conformar-se à doutrina oficial da escola ou do professor.

Literatura cristã

Ganha terreno — e com inteira justiça — a encantadora iniciativa do brilhante escritor e nosso presado colaborador Nuno de Montemór, da publicação de novelas inéditas com uma finalidade moralizadora e cristã.

A essa generosa iniciativa deram já o seu aplauso e o seu concurso alguns dos mais ilustres nomes da literatura nacional, como Lopes Vieira, Correia de Oliveira, Hipólito Raposo, Manuel Ribeiro, António Alves Martins, Antero de Figueiredo, etc.

Nesta época de egoísmo feroz em que o individualismo predomina em quasi todas as camadas sociais é consolador ver levantar-se no meio de tanta inveja, um sentimento tão belo, tão generoso e de tão alto valor como o que Nuno de Montemór concebeu e a *União Gráfica* acarinhou e vai executar.

A primeira novela da *Colecção Veritas* sair em Outubro. Intitula-se *O Avó* e é seu autor Nuno de Montemór. Illustra-o uma nova de talento, a sr.^a D. Clotilde Mateus.

O Avó, como as anteriores obras de Nuno de Montemór, é um livro magnifico onde canta e scintila a flor da ternura portuguesa. Ao ser lido num cenáculo de de escritores foram todos unânimes em considerá-lo a melhor obra de Nuno de Montemór.

Gil Vicente que aplaudiu e louvou, logo

de principio, a generosa iniciativa de Nuno de Montemór, regosija-se muito sinceramente com o completo triunfo da *Veritas* e, conseqüentemente, da literatura cristã.

Parente de Figueiredo

Dêste nosso presado colaborador devem, em breve, ser postos à venda dois belos livros. São elles: — *Sementeira de ouro*, contos para crianças, edição de luxo illustrada por João Carlos e *Do Atlântico ao Mediterrâneo*, impressões colhidas em Espanha. Estamos certos que estes dois livros constituirão um belo triunfo para o nosso dedicado Amigo e distinto colaborador.

«A alma dos meus bonecos»

Horácio de Castro Guimarães, o nosso bom Amigo e colaborador, que se vai revelando já um escritor de futuro, tem a entrar no prelo o seu livro de contos *A alma dos meus bonecos*, com prefácio do illustre escritor Dr. Campos Monteiro.

«O Labor da Grei»

Está já publicado o último fascículo desta valiosa publicação comemorativa da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia, que se realizou em Guimarães em Agosto de 1923.

No próximo fascículo referir-nos-hemos mais de espaço a êste *Livro bendito da Linhagem Vimaranesense*.

S. Dâmaso — O Papa português

Há já alguns meses, o professor Santarelli realizou, em Roma, uma interessante conferência acerca dos poemas do glo-

rioso papa S. Dâmaso que foi natural da cidade de Guimarães.

S. Dâmaso cantou em admiráveis estrofes os mártires do cristianismo «com um estilo muito seu e expressão típica», conseguindo dar relêvo, por meio da sua palavra, às figuras dos heróis do martírio.

Em seguida à conferência do professor Sentarelli os assistentes entoaram no altar mór da basílica de S. Lourenço, onde se venera o corpo do santo português, o *Êste confessor*, hino com que a Igreja celebra os santos que confessaram a fé de Cristo.

«Exposição de Arte Sacra»

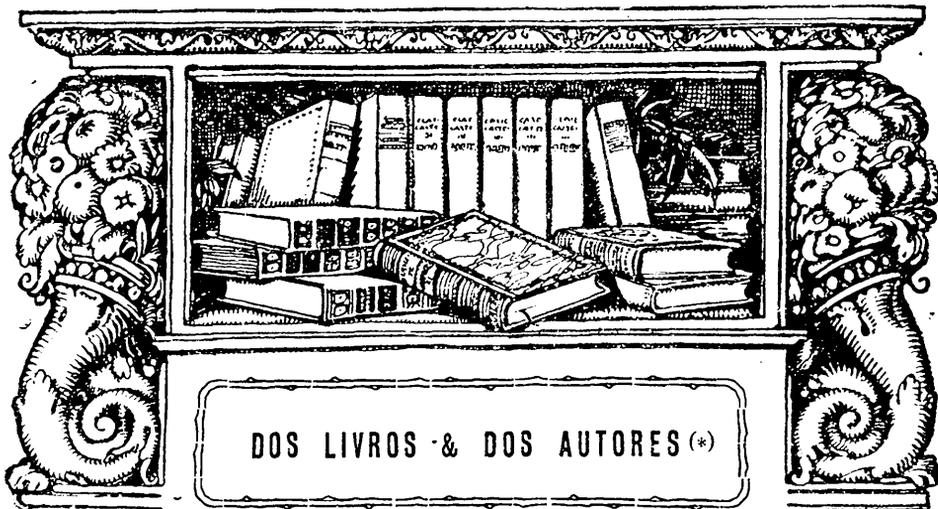
Numa elegante edição da excelente revista *Nação Portuguesa*, foi posto à venda êste magnifico trabalho do nosso distinto colaborador e critico de arte, sr. Alfredo Guimarães.

Guilherme de Faria

A partir do próximo número, *Gil Vicente* tem a honra de contar, entre os seus colaboradores, o nome do distinto poeta Guilherme de Faria.

Desde já queremos deixar aqui vincado o nosso agradecimento e apresentar-lhe as nossas homenagens.





AUTO DAS QUATRO ESTAÇÕES — Poema em verso (2.^a edição refundida: lição definitiva), por *António Corrêa d'Oliveira*. Ed. do Autor. Depositária: Coelho & Silva, L.^{da}, R. de Santa Catarina, 1219. Porto, 1928.

Trata-se da reedição, refundida e definitiva, deste formoso Poema em verso, publicado em 1910 e quasi logo esgotado, como tantas outras obras-primas do Altíssimo Poeta, que a seguir a esta serão também reeditadas. Será este um grande benefício que o ilustre Artista presta às letras nacionais, tão necessitadas de obras de valor e altitude moral, principalmente no campo da poesia, desacreditada por maus e incipientes versajadores, impúdicos e pouco escrupulosos, que se julgam no direito de pôr em verso, todo o lodçal duma sensibilidade rasteira...

O aparecimento dum livro de António Corrêa d'Oliveira é sempre um grande acontecimento literário, embora, como no caso do *Auto das Quatro Estações*, se trate dum trabalho já publicado. É que o autor de *A Nossa Pátria* e das *Tentações de São Frei Gil*, é uma fonte inesgotável de fresca inspiração e um criador sublime de mundos de Beleza, que todos nós, os seus humildes admiradores, nos não fartamos de saborear! No *Auto das Quatro Estações*, como reza o prólogo:

.....
*São as quatro Estações que vão passar,
Em Tempo, em Alma, em Pátria, em Natureza;*

(*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis peio seu valor intrinseco.

*O resto, um vago fumo de beleza,
Na fantasia que entretém o olhar.*

*Cada Estação é um símbolo da vida:
Manhã, — a frente ainda escurecida
De névoa e sofrimento, — a ensaiar mais luz...*

*No entanto, o poema, é Portugal que passa;
É Portugal que fica: o Chão, a Raça,
O Arado, o Amor, — e a Bênção de Jesus.*

Em toda a obra de Corrêa d'Oliveira, é sempre *Portugal que passa...* porque ninguém melhor do que êle sabe sentir e cantar as belezas desta *linda e doce terra portuguesa*, dêste Portugal que

*... nasceu dum rio
E morre junto do mar;
Nasce em água, mórre em água...
— O seu destino é chorar.*

Se um dia a vontade de Deus fizesse desaparecer da face da terra a nossa velha Pátria, através da obra imortal dêste *outro Virgílio que está para voltar*, seria fácil reconstituir a alma da paisagem e da gente portuguesa, tão viva e tão bem retratada ela anda em seus versos ritmicos.

Divide-se o *Auto* em quatro quadros: Primavera, Estio, Outono e Inverno. E à maneira clássica das tragédias gregas, côros de mendigos, pastoras, caminheiros, cavadores, romeiros, desterrados, vindimadores, etc., entrelaçam seus cantos ao decorrer das scenas, dando maior realce e beleza à boa compreensão do Poema.

O *Auto das Quatro Estações* é uma joia fulgurante, nesse estreitado tesoiro literário, que é toda a obra do notabilíssimo Poeta, por tudo digna da atenção e do reparo dêsses *espíritos que passam, cheios de momento e de século!*

O *BERÇO* — (Drama da Serra. 3 actos), por *Hipólito Raposo*. Livraria Universal, Calçada do Combro, 28. Lisboa, 1928.

Depois de *Ana a Kalunga*, — êsse belo livro das coisas da nossa África distante —, o dr. Hipólito Raposo, professor distinto da Escola da Arte de Representar, dá-nos agora *O Berço*, impressionante drama, em 3 actos, de costumes das suas serras da Beira.

Escrito em 1914, quando o Autor, de volta de Coimbra à sua terra natal, estava ainda nesse inflamado período de ilusões, que todos atra-

vessamos na estrada dos vinte anos, só no verão de 1915 o primeiro acto do *Berço* logrou ser representado, numa demonstração escolar dos alunos da Escola da Arte de Representar, realizada na Casa de Garrett. Desde então, por mesquinhos motivos, que o dr. Hipólito Raposo explica numa Nota final do livro, não conseguiu o drama voltar à scena e nem mesmo dele mais se falou, até à data em que o seu ilustre Autor teve a louvável idéa de o fazer vir a lume. E bem andou, porque *O Berço*, — «sem adultério, sem enrêdo amoroso, sem habilidades mistificadoras», escrito numa linguagem característica e pitoresca, focando um caso de vida familiar, real e humano —, é um curioso precursor das modernas tentativas do Teatro Regional. Não sei nem para o caso importa, porque não sou crítico, nem técnico teatral, se o drama do dr. Hipólito Raposo terá condições de vida na transposição para o palco. Estou a vê-lo, apenas, pelo aspecto literário e pelo muito que vale, como generosa e bem intencionada tentativa de reconstituição do teatro português regional. Nisso, sim, é que êle vale e muito, como exemplo e incentivo para todos os escritores dramáticos!

Como que a justificar a peça, precede-a um magnífico estudo sôbre *Regionalismo e Teatro*. É das melhores coisas que, sôbre o assunto, se têm escrito em Portugal e demonstra a alta competência do Autor em matéria teatral e o muito que do seu ensino tem a esperar a Escola de que êle é professor distintíssimo.

Oxalá que os autores e as companhias dramáticas, saibam ler e aproveitar a bela lição que se desprende das páginas de estudo do dr. Hipólito Raposo, porque dela e da sua applicação prática, muito terão a lucrar o público e o renascimento do nosso Teatro!

Nesta hora de crise tremenda para o teatro nacional, — crise que ninguém ignora, embora não possamos prever até onde nos arrastará —, faz bem ler palavras de esperança e sensatez, como as que se encontram no *Regionalismo e Teatro*. Há tempos, nas colunas de *A Voz*, a propósito das louváveis intenções da ilustre artista D. Ilda Stichini sôbre teatro cristão e falando da reacção que se nota já lá fora por parte de altos espíritos, como Henry Ghéon, Shaw, Rouché, Lavinson, etc., perguntava eu: «Porque não há-de Portugal reagir também, contra o sôpro materialista das idéias dissolventes? Porque não hão-de os dramaturgos portugueses, abandonando o servilismo dos processos degradantes do mau teatro francês, trazer para os nossos palcos a grandeza dos assuntos nacionais e a antiga pureza de costumes das peças de Garrett, de Marcelino, de D. João da Câmara?»

E a essa pergunta, acrescento eu agora: Porque não hão-de todos

ler e meditar a lição proveitosa das palavras de Hipólito Raposo e esforçar-se por tirar delas realizações práticas e úteis?

Que autores e actores, num recolhimento de consciência, procurem penitenciar-se dos erros passados, porque a hora presente é de Humildade e Resgate, — não é dêsse infernal Orgulho, que perde!...

Agosto de 1928.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.

PERDIDOS NO DESERTO, por *Felix Léonnet*. Casa Editora A. Figueirinhas, L.^{da}. Porto, 1927.

Perdidos no deserto, é um romance de aventuras extraordinárias, cheias de imprevisto, mas com passagens bastante bruscas e algumas pouco recomendáveis. É o volume n.º 3 dos *romances para toda a gente*, que a Casa Figueirinhas tem editado com magnífico êxito.

O DANÇARINO MUNDANO, por *Paul Bourget*. Casa Editora A. Figueirinhas, L.^{da}. Porto, 1927.

É um livro que deve estar em todos os lares porque da sua leitura só se aproveitarão ensinamentos úteis. O admirável autor da magnífica tese *O Divórcio*, tem, no *Dançarino Mundano* mais uma obra-prima da literatura dos nossos dias.

Romance destinado a um êxito certo está escrito em estilo singelo e atraente. O autor sabe tornar simpáticas e familiares as figuras que descreve, tão verídicas e tão humanas se nos apresentam. A tradução, feita pelo sr. Domingos Guimarães, é esmerada.

Pode ufanar-se a Casa Figueirinhas, do Porto, de ter editado uma que é digna dos melhores encômios e que deve figurar em todas as bibliotecas.

O TRABALHO, A SAÚDE E ÊXITO, por *Orison Swett Marden*. Casa Editora A. Figueirinhas, L.^{da}. Porto, 1927.

É grande a reputação de Marden como educador. Todos os seus livros constituem completos tratados de higiene moral e física. O *trabalho, a saúde e o êxito* que a Casa Figueirinhas lançou no mercado vem comprovar e confirmar essa reputação. Não somos, fique isto esclarecido, entusiastas admiradores dos processos e conselhos que Marden nos apresenta nos seus livros. Êles foram escritos mais pròpriamente para serem observados na América, sobretudo na América do Norte. Será adaptá-

veis a todos os povos? Não nos parece. Guardemos, porém, dos seus ensinamentos aquilo que nos seja mais útil, preciso e facilmente adaptável.

EDITH, por *M. du Camp* franc. Casa Editora A. Figueirinhas, L.^{da}. Porto, 1927.

Estamos em frente de um livro encantador e de profunda psicologia. Do seu entrecho não sabemos que mais admirar, se a beleza e carácter forte da protagonista se o estilo suave, fluente, elegante.

Edith personifica as mais belas virtudes cristãs. É uma figura admirável de nobreza e sentimento que, dispendendo toda a fortuna que seu pai, o banqueiro Bodry, havia adquirido à custa das lágrimas daqueles a quem uma falência fictícia tinha lançado na miséria, se lança, assim, heróicamente, humildemente, a ganhar o pão necessário à sua alimentação.

Protestante, casada com o pastor protestante Wood, convence-se da superioridade e grandeza do catolicismo, a que se converte, e a que, por sua vez, depois de uma grande luta, o pastor Wood também se acolhe. Todo o romance é admirável e a tradução é esmerada e perfeita.

L'ÉTERNEL FÉMININ, por *J. L. Gaston Pastre*. P. Téqui, livreiro, editor. 82, Rue Bonaparte. Paris, 1927.

O feminismo tem sido, ultimamente assunto discutidíssimo e conta grande número de entusiastas. Embora o problema se nos apresente como última conquista da civilização, não o é de facto, porque na realidade, é já muito antigo.

Gaston Pastre trata-o com sólida argumentação e apoia-se na doutrina católica para mais vigorosamente o defender. É deveras interessante o cap. I, em que o A. afirma que a «libertação da mulher nasceu com Jesus Cristo».

As provas são expostas com muita clareza, boa lógica e bem ordenadas. O livro é deveras interessante e cheio de interesse.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.



GIL VICENTE

REVISTA LITERÁRIA DE CULTURA NACIONALISTA

Sumário dos n.ºs 7 e 8 — 4.º volume — 1928

DR. JACKSON DE FIGUEIREDO.....	<i>Cláudio e António Cor- réa d'Oliveira Guimarães</i>
CANTAR	<i>Guilherme de Faria</i>
A NOSSA HOMENAGEM.....	<i>Manuel Alves d'Oliveira</i>
O ANÁTEMA DA FLANDRES — O 2.º BATALHÃO DO 34 DE INFANTARIA (Continuação).....	<i>João de Ourique</i>
VELHARIAS VIMARANENSES—(Guimarães há 100 anos, 1828)	<i>João Lopes de Faria</i>
A QUESTÃO SOCIAL E A INTELIGÊNCIA.....	<i>Eugénio de Belonór</i>
A MATA (Conto).....	<i>Francisco de Queirós</i>

Ilustração — Francisco Martins

Pensamentos, palavras & obras:

Um centenário histórico (MANUEL ALVES DE OLIVEIRA); — «O Primo de Inglaterra»; — A «Brotéria»; A obra de Nuno de Montemor; — «Um sorriso de Santo António»; — São Gonçalo; — «A Realeza de D. Miguel»; — Grémio Português Tradicionalista; — «Vínculos Sagrados»; — Arcebispo Primaz; — Dr. José Maria Rodrigues; — As «Meditações» do Cônego Beaudenom; Livros novos; — «A música portuguesa e os seus representantes»; — O «Album da Colónia Portuguesa no Brasil»; — Dr. Francisco de Queirós; — «O Último olhar de Jesus».

Dos Livros & Dos Autores:

DO MEU CANTAR, por *Vergílio Amaral*.—Tip. Universal.—Braga, 1927; — SIGNO+, (poema), por *Rafael Laffón*.—Colecção «Mediodia». — Sevilha, 1927; — NOTAS BIOGRÁFICAS DO EX.º E REV.º SENHOR D. MANUEL VIEIRA DE MATOS, ARCEBISPO PRIMAZ, por *Monsenhor J. Augusto Ferreira*. —Tip. «Minerva». — Avenida Barão de Trovisqueira. — Famalicão, 1927; — LENGUA Y LITERATURA PORTUGUESAS, por *Fidelino de Figueiredo*.—Companhia Ibero-Americana de Publicaciones, S. A. — Don Ramón de la Cruz, 51. Madrid, 1928; — A RAÍNSHA SANTA, por *José Agostinho*. — Casa Editora A. Figueirinhas, L.ª. — R. das Oliveiras, 71. — Porto, 1928; — CURIOSIDADES DE GUIMARÃES — MULHERES, JOGO, FESTAS E LUXO, por *Alberto V. Braga*.—Tip. Minerva Vimaranense. — Guimarães, 1928; — L'HEROINE DU PÉ-TANG, por *Henri Mageau*. — Pierre Téqui, livreiro, editor. — 83, Rue Bonaparte. — Paris, 1927. (MANUEL ALVES DE OLIVEIRA); — O IRMÃO DE LUZIA (Romance), por *Nuno de Montemór*. — «União Gráfica, L.ª. — Rua de Santa Marta, 150. — Lisboa, 1928. (HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES).

Extracto do Catálogo de Livros

á venda na administração do "Gil Vicente"

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES:

- "Por Amor de Colombina..." (Fantasia dramática)..... 2\$50
«Reinas de Amor» (novela) 5\$00

RUY GALVÃO DE CARVALHO:

- «Antóni o Sardinha, Poeta do Amor Cristão»..... 5\$00

JOAO DE OURIQUE:

- «Farrapos de alma» (versos)..... 10\$00

ANTÓNIO SARDINHA:

- «Pratiquemos um acto de Inteligência!» 4\$00

JOSÉ PEQUITO REBELO:

- «As falsas idéias claras em economia agrária».... 3\$00

MANUEL MÚRIAS:

- «O Seiscentismo em Portugal» 6\$00
«Cultura peninsular no Renascimento» 2\$50
«A política de África de El-Rei D. Sebastião»..... 5\$00
«A Língua Portuguesa no Brasil» (Ed. em papel de lino, exs. numerados e rubricados pelo Autor)..... 7\$50

FERNANDO DA COSTA FREITAS:

- «D. Frei Tirso de Guimarães» (novela)..... 2\$50

CÉSAR DE OLIVEIRA:

- «A Marcha do Ódio» 12\$50

J. LÚCIO D'AZEVEDO:

- «Anotações à margem dum capítulo de Alberto Sampaio»..... 2\$50

FERNANDO AMADO:

- «O Pescador» (Poema dramático)..... 15\$00

GENERAL VITORIANO JOSÉ CÉSAR:

- «A Batalha de Ourique» 3\$00

FERNÃO DA VIDE:

- «O Pensamento Integralista»..... 5\$00

ALFREDO GUIMARÃES:

- «Exposição de arte sacra» 4\$00

- «Cartilha do Operário» 1\$50

- «Os Planos da Autocracia Judaica» 5\$00

Para a província acresce o porte de correio, excepto para os assinantes do Gil Vicente, quando a importância da encomenda fôr superior a Esc. 25\$00. Todas as encomendas são enviadas contra-reembolso.

ESCOLA GRÁFICA

ARCOS DE VALDEVEZ

Assinem um dos cursos alegres da *Escola Gráfica*, já hoje chamada a *Universidade Alegre de Portugal!* Conta já cêrca de 7.000 alunos! Peçam o prospecto, que se manda gratuitamente.

CURSOS EM PUBLICAÇÃO :

Dominus Tecum !

semanário para ensino
alegre do latim

Ha capito ?

semanário para ensino
alegre de italiano

S'il vous plaît !

semanário para ensino
alegre de francês

Oh, yes !

semanário para ensino
alegre de inglês

Magiaturas

semanário para ensino
alegre de filosofia

Bicharada

semanário para ensino
alegre de zoologia

CURSOS EM PREPARAÇÃO :

Credo !

semanário para ensino
alegre de religião

Sementeira

semanário para ensino
alegre de botânica

3 × 9 = 27

semanário para ensino
alegre de matemática

Era uma vez...

semanário para ensino
alegre de história

Mixórdias

semanário para ensino
alegre de química

Engenhocas

semanário para ensino
alegre de física

NÃO DEIXEM DE ASSINAR :

Vi ! Li ! Ri !

semanário humorístico sem pornografia

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

	1 ano	6 meses
Continente e Ilhas.....	20\$00	12\$00
Colónias portuguesas	36\$00	
Estrangeiro	40\$00	

Pagamento feito directa e adiantadamente à Administração
Preço dêste número..... 5\$00

Edição e propriedade de MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
Redacção e Administração: Rua Egas Moniz, 87
GUIMARÃES

COMPANHIA DE SEGUROS

Fidelidade

FUNDADA EM 1835

Um homem que deixa aos seus filhos um seguro de vida, mais do que um precioso amparo material, legá-lhes o mais alto exemplo de trabalho e de vontade.

SEGUROS DE VIDA,
CONTRA INCÊNDIO
E MARÍTIMOS

Largo do Corpo Santo, 13, 1.º — LISBOA

Telefones C. 388 e C. 1719

DR. JACKSON DE FIGUEIREDO

Por CLÁUDIO e ANTÔNIO CORRÊA D'OLIVEIRA GUIMARÃES

CERROU há pouco para sempre os seus olhos, em plena primavera da vida e da arte, lá nas terras plêtoricas e ardentes do Brasil, sua pátria estremecida — assim no-lo comunica em frio laconismo um telegrama cruel! — o Dr. Jackson de Figueiredo, o ensaísta admirável, o crítico sagaz e penetrante, o veemente e culto doutrinário católico e nacionalista, o fecundo e equilibrado pensador a quem a renascença espiritual do seu país tantos e tão notáveis serviços deve.

Quando o autor ilustre do *Pascal e a Inquietação Moderna* surgiu para as letras, a atmosfera mental da grande república americana, dominada por duas poderosas correntes filosóficas, — já se não ouviam as vozes altisonantes de Eduardo Prado, de Joaquim Nabuco, de Carlos de Laet, os belos apóstolos do cristianismo que haviam emudecido para sempre, e, em pleno triunfo, em plena apoteose, iam pontificando Sylvio Romero e Tobias Barreto prêgando à turba entusiasmada o seu monismo evolucionista — era caracterizada essencialmente pela descrença mais absoluta, pelo materialismo mais absurdo, pelo ateísmo mais duro, pelo positivismo mais cruel. Haeckel, Darwin, Büchner, Maleschatt exerciam a sua influência nefasta sôbre todos os espíritos moços.

A revolução feita para a proclamação da República alargara infelizmente o seu âmbito: a sua acção não se limitara, como seria de esperar, unicamente à caserna ou à rua — invadira também os meios intelectuais e artísticos do Brasil neles deixando sinais evidentes da sua maléfica e perniciosa passagem, e, ainda mais do que isso, corroera de lepra ruim muitas almas, muitas inteligências, muitas sensibilidades de tal sorte que à verdadeira sociedade brasileira que começara a desaparecer, religiosa e crente, com a pureza dos seus costumes, a rigidês dos seus princípios, a inflexibilidade do seu carácter, a fôrça e a beleza das suas tradições outra surgira atea e democrática, moldada pelo scepticismo kantiano e pelas lições falsas dos grandes ideólogos revolucionários. A Igreja que se fôra, mercê da sua separação do Estado, afastando dia a dia do convívio com os intelectuais brasileiros, atravessava também o seu *memento tragico*.

Foi neste céu turvo, encarvoado e triste que o talento excepcional do Dr. Jackson de Figueiredo abriu pela primeira vez as asas radiosas para um vôo largo e luminoso. Educado carinhosamente pela mãe, num doce ambiente de virtude e de fé, o eminente escritor não pôde fugir porém na sua adolescência, inquieta e febril, ardorosa e possessiva, embriagada de sonhos e transbordante de esperanças, à influência daninha que exercia o *agnosticismo* que pompeava por essa época largamente em Sergipe, sua terra natal, ou à lição preversa e demoníaca dos livros então em voga entre os rapazes seus contemporâneos, perdendo-se por todos os ínvios caminhos antes de pisar de novo a abençoada *Estrada de Damasco*. É das sombras da noite que dealba sempre a madrugada, é do inverno triste e enregelado que nasce a risonha primavera, e assim, também Jackson de Figueiredo depois do denso cerraceiro em que vivera a sua alma, sem unidade real a que se arreigasse, havia de vêr desabrochar para o seu espírito subtil e para o seu coração admirável a aurora divina da ortodoxia católica. Tal qual o filho pródigo, o grande escritor tinha de regressar de novo ao lar paterno, cheio de esperança e de fé, visto que como diz algures José de Maistre o homem verdadeiro poderá sem dúvida transviar mas terá que descrever uma curva reentrante que o reconduzirá ao ponto de partida.

Como António Corrêa d'Oliveira, o nosso glorioso Poeta, o primeiro dos mestres católicos e nacionalistas actuais, Jackson de Figueiredo poderia exclamar, ao voltar depois da tempestade, ao seio de Deus:

*Erva do atalho, inútil ou daninha
Tapete eu fui do vário pensamento
Que passa e nem Deus sabe onde caminha.*

*Com as nuvens andei e com o vento
Sem descanso por mais que me cansasse
E sem Firmeza em toJo o Firmamento.*

Mais do que as leituras proveitosas de Farias Brito, foram a voz dos seus *ancestres*, as lições dos seus mortos e a herança do seu sangue, queremos crê-lo, que o trouxeram à Terra da Promissão. Arrastado até o Rio de Janeiro, em contacto com a Babel tentadora que fôra para êle, segundo a sua própria confissão, «uma esfinge halucinante», num meio terrível onde largamente vinha repercutir-se a névrose da época, e se estadeavam as doutrinas anárquicas e dissolventes da panaceia democrática e liberalista importadas de França, Jackson de Figueiredo, ávido de saber, sequioso de novidade, ébrio de idealismo, profundamente impressionado agora pelas obras tumultuosas, anárquicas, materialistas e tortu-

radas de Nietschze, Sthendal, Spencer, Carlyle, Antero do Quental, que tanto seduziam a sua vibrátil e impetuosa compleição de artista, deixara-se enredar completamente nos seus encantos demoníacos.

De súbito, porém, Deus ilumina a sua vida. A unidade que ansiosamente buscara em toda a sua ardente mocidade, eis que lhe surgia radiosa e bela, após uma grave enfermidade em que a morte o rondara de perto. A Igreja! Para àquem da bruma densa que envolvera o seu espírito durante tanto tempo, rasgava-se agora o mais deslumbrante panorama, abria-se um horizonte magnífico de soberano encantamento, paisagens paradisíacas, jardins encantados de bondade e de amor.

Exaltado panpsychista ao suas idéias vão-se dia a dia depurando, transcendentalizando, solidificando, até alcançarem, tal qual entre nós o enorme poeta do «Verbo Ser e Verbo Amar», — com quem a sua interessante individualidade literária mantém uns certos e curiosos pontos de contacto — a suprema beleza do Céu, êsse excelso e divino mundo apenas atingido pelos eleitos e incompreensível portanto àquele *homem carnal* a que alude S. Paulo na sua epístola aos romanos.

Só quem percorrer atentamente a obra admirável de Jackson de Figueiredo, desde que o escritor «abdicando *conscientemente do seu Individualismo nas mãos amantíssimas da Igreja Católica*» se encontrou afinal a si próprio; só quem lêr a colecção preciosa dos seus livros, friso magnífico de excelentes ensaios, colectânea interessantíssima de artigos doutrinários e de combate, em que tendo por único fundamento a história, a unidade de pensamento é perfeita, a coerência absoluta, a verdade luminosa, poderá avaliar de toda a acção social e política exercida pelo autor ilustre do *Durval de Moraes e os Poetas de Nossa Senhora*, numa Pátria quási laica.

Compreendendo a verdade da afirmação interessantíssima de Ernesto Hello, «de que todo o homem que possui uma parcela de verdade e não a dá é tão culpado como o avarento, que em tempo de fome guarda trigo num celeiro»; sentindo-se predestinado por Deus para chefe de uma cruzada admirável, instalando Cristo nos altares de todos os corações brasileiros; reconhecendo que a vida é acção, sempre acção, essencialmente acção, Jackson de Figueiredo inicia o seu apostolado — católico, apostólico, romano, em religião, contra-revolucionário, anti-democrático, anti-liberal em política, — reunindo à sua volta e sob o seu comando, com a criação do Centro D. Vital, um grupo de esforçados paladinos que desfraldando impetuosamente o seu balsão de guerra, se lançam heroicamente no prélio sacrosanto. A sementeira depressa germinou; hoje é já seara farta e reluzente.

Eh! rapazes de Portugal, ó novos cavaleiros da Távola Redonda, aprendamos todos com a lição magnífica desta vida cheia de fé e de abnegação, de esforço e de vontade, de energia e de audácia, a persistirmos intemeratamente neste rude e áspero combate, contra um século de mentira e ignomínia, de traição e embuste. Deixemo-nos pois de apatias injustificáveis, de sonambulismos comprometedores; não nos percamos romanticamente em luars de extase, em architecturas de sonho, e senhores da nossa roça, conscientes do nosso objectivo grandioso, saibamos, como Jackson de Figueiredo, prosseguir intemeratamente no bom combate, conduzindo Portugal de novo e em breve aos seus destinos históricos e religiosos.

N. dos A. — Êste nosso breve e rápido artigo, sôbre o sagacíssimo critico e pensador brasileiro, foi escrito a correr, *à vol d'oiseau*, logo após a notícia terrível da sua morte. Muita coisa de interessante nos oferece ainda a obra extraordinária de Jackson de Figueiredo, que seria impossível focar num artigo como êste. Em breve porém, se Deus não mandar o contrário, publicaremos nesta mesma revista um longo ensaio *Jackson de Figueiredo e o papel preponderante da Poesia Religiosa, através as Idades.* — C. E A. C. D'OLIVEIRA GUIMARÃES.



CANTAR

*Ai eu coitada como vivo
Em gran cuidado por meu amigo
Que hei alongado! Muito me tarda
O meu amigo na Guarda!*

EL REI D. SANGHO I

*Dom Sancho, o «cantar de amigo»
Anda-me sempre a lembrar;
Mas, como de amor, o digo,
Que Ela é quem tarda em voltar!*

*E a esperança já me amofina,
Pois muito, muito me tarda
Aquela Moça Menina
Que o meu amor sempre aguarda!*

A NOSSA HOMENAGEM

Por MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

QUANDO, em 1884, Guimarães mostrou a todo o país, na memorável Exposição Industrial que então se realizou no palacete do Cavalinho, os resultados magníficos do seu intenso labor, viu coroados de assombrados aplausos e de entusiásticos incitamentos todos os seus generosos esforços de engrandecimento e ressurgimento económicos.

Eram outros os tempos e mais afervorados os homens. E, então, Guimarães tinha um escol magnífico de homens bons que deixaram à sua terra nobres exemplos e prestaram ao país enormes benefícios.

Era muito reduzido o número dos scéticos. Essa perigosa doença de tão progressivo contágio, ou era ainda ignorada, ou poucos, muito poucos mesmo, lhe rendiam tributo.

Foi assim que os homens de 1884 se aprestaram corajosos para demonstrarem pública e insofismavelmente os admiráveis resultados do seu intenso trabalho e apêgo à terra. E Alberto Sampaio, o Vimaranesse ilustre, o Mestre generoso que nos legou tão sólidos elementos para a reconstrução nacional que havemos de levar a bom termo, *pola lei e pola grei*, organizou o relatório dessa memorável e fecunda parada de valores da indústria vimaranense.

Passam-se os anos. As indústrias ampliam-se; tomam novos rumos. Desenvolvem-se umas. Sepultam-se outras. E em 1923, aos olhos maravilhados de todo o país, Guimarães mostra, de novo, o resultado do seu labor intenso durante os trinta e nove anos que decorreram. Um côro de louvores e aplausos se levanta, unânime, espontâneo, irreprimível. É que, na verdade, as indústrias de Guimarães revelam tais progressos, criaram tal perfeição que rivalizam com os similares estrangeiros, chegando algumas a ultrapassá-los com bem notória vantagem. Mas fecha-se o templo do trabalho, encerram-se as



FRANCISCO MARTINS

portas do edificio do Proposto, arrumam-se os mostruários, desbaratam-se os *stands*, e os vimaranenses voltam de novo às suas fábricas, à *lufa-lufa* das oficinas.

Vai-se extinguindo, gradualmente, o éco vibrante dos aplausos.

Já a vida do burgo volta, de novo, à sua pacatez antiga, sem a garridice dos enfeites da festa que lhe tinham dado uma outra feição mais cosmopolita, sem os *vai-vens* contínuos das *multas e desvairadas gentes* que acorriam de todo o país, a ver, curiosa e sofregamente uns, minuciosa e detalhadamente outros, as preciosidades do grande bazar vimaranense, que tanta maravilha enfeitiçante exhibia.

A política rasteira e mesquinha entra de novo em acção procurando, nos prémios a distribuir, agradar mais à convicção dos seus apaniguados do que pròpriamente ao mérito ou valor industrial dos expositores.

È por aqui ficaria a memória da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia se um Vimaranense de acendrado e entusiástico bairrismo não procurasse erguer-lhe um padrão condigno, um padrão que fica a perpetuar, pelos séculos àlém, o majestoso certame das indústrias de Guimarães.

Foi o Sr. Francisco Martins, a quem vimos render a nossa homenagem modesta mas sincera, que se lançou à tarefa ingrata e canceirosa de reunir os materiais precisos à erecção dêsse padrão de glória que há pouco ainda se concluiu.

Guimarães — o Labor da Grei — ficará sendo «a Bíblia Sagrada dos corações patriotas» e «o Livro bemdito da Linhagem Vimaranense». Nas suas 246 páginas, são tratados todos os assuntos que tão de perto se prendem à vida histórica, intelectual e fabril da terra que foi berço doirado de Portugal e é hoje, incontestavelmente, um seguro fiel da balança económica do nosso país.

*

* *

Nesta feira desordenada de ambições em que o brado de Guizot é escutado e aplaudido por muitos, sem escrúpulos de consciência

nem relutância nos meios empregados ou a empregar para que mais fácil e rapidamente o possam seguir, o exemplo que a todos lega o Sr. Francisco Martins é admirável de grandeza, de sacrifício, de apêgo ao bem amado cantinho natal.

Eis porque, perante exemplo tão nobre, aqui fica consignado o reconhecimento e a admiração sincera de um desvalioso vimaranense que só tem o mérito de também muito amar e querer à sua Terra.



“O ANÁTEMA DA FLANDRES”

O 2.^o BATALHÃO DO 34 DE INFANTARIA

(CONTINUAÇÃO)

AO redor do quartel tudo era silêncio. Os uivos dos salafrários dos empregários da guerra estavam guardados no receio de qualquer repressão, e longe se mantinham os lobos com o rabo escondido entre as pernas.

A noite avançava e o general não aparecia, pelo que os oficiais resolvem chamar os impedidos para lhes fazerem as camas, afim de descansar até ao regresso do general, que afinal mal os deixa passar pelo sono, chegando noite alta, ao começo da madrugada.

No gabinete do major-comandante do Grupo de Batalhões do 34 de Infantaria se instala de novo o general, que aí reúne a officialidade a quem dera ordem de detenção. O general, que mostra não ter tido boa recepção do ministro, começa uma exposição, que se prolonga em variadas considerações, por vezes bem pouco claras, informando que o ministro determinava que, ou os oficiais tomavam o comando do batalhão e seguiam com êle para Lisboa pelas 9 horas da manhã, ou seriam considerados presos pelo acto de insubordinação que cometiam com a insistência do seu pedido. Ao mesmo tempo, êle general, convidava os oficiais a desistirem da insistência, e antes comunicassem êsse desejo quando fôsses em França, pois então seria simpática ao ministro. Acrescia ainda a circunstância de que o batalhão mobilizado do 34 de infantaria era o «único» que formulava tal vontade, o que confirmava com os telegramas que trazia do ministério, entre os quais um do 7 de infantaria que declarava marchar para Lisboa.

Nenhum official presente podia acreditar na verdade de tal telegrama, perante a circular e a ligação anteriores, e antes se entendeu julgar êsse telegrama como um produto de qualquer falsificador, forjando um ludi-

SIDÓNIO PAIS — Livro Branco: — Os jornais consideram medida como quebra de neutralidade. Dizem que navios são para Inglaterra, onde corista havia falta. «Berliner Tageblatt» diz que a situação criada é extremamente difficil e que por isso se abstem de comentários, mas que uma coisa se pode afirmar sem hesitação: é haver quebra de neutralidade caso navios sejam para uso Inglaterra.

Acha bem expôr os motivos urgentes que determinaram o Govêrno. (27-2-916).

brio, por só êste critério ser possível desde que a «palavra de honra» era tantas vezes empenhada por oficiais do exército, do 7 de infantaria.

A ninguém é lícito uma dúvida, por mais rápida, sôbre a dignidade do exército, que se pensa acima de qualquer suspeita. E ainda que assim fôsse, que a traição mordesse a honra militar, não era razão que os libertasse de um compromisso de honra, só a resolver-se numa concordância do ministro com a declaração que o general lhe transmitira por solicitação dos oficiais que lhe estavam presentes. Antes preso por virtude do que em liberdade com Caim. É assim que os oficiais lhe falam, afirmando-lhe também, uma vez mais, que em França tal declaração não seria em tempo.

Ou todos saíam dos seus quartéis com os seus soldados para França e África, já que o govêrno da república insistia na participação *ad hoc* na guerra, ficando assim o exército a coberto de toda e qualquer suspeição ultrajante na negra hora do anavalhamento de Portugal, ou os oficiais do 34 de infantaria seriam tomados sob os ferros da república por não saberem escarrar na palavra de honra que tinham empenhada e que sabiam manter por um dever de corporação e por um dever de dignidade pessoal.

Deixar presos, em Portugal, camaradas seus que se alcunhavam publicamente de cobardes pelo ânimo leve de tão lugubre govêrno... da república, não estava no carácter dos oficiais do 34 de infantaria. Tanto

SIDÔNIO PAIS — Livro Branco: — O Govêrno alemão deixa uma porta de saída possível, que seria o entendimento com as companhias proprietárias dos navios. (29-2-916).

SIR CARNEGIE — Livro Branco: — Indicando os tópicos *em que na opinião de Sir Ed. Grey, a resposta podia basear-se.*

.....

Durante um período de mais de dezoito meses, os navios alemães surtos nos portos portugueses, têm gozado da protecção do Govêrno da república dentro das águas territoriais portuguesas. Estas circunstâncias justificam que Portugal os considere como incluídos no princípio geral do *domínio eminente*, que exerça, em relação a êles, o direito que tem de tomar, em casos urgentes, a propriedade de todas as pessoas dentro da sua jurisdição e *convertê-la ao uso que as exigências do país pedirem*. Nenhuma potência estrangeira pode atacar êste direito, que é inerente à soberania dos Estados.

Portugal foi ameaçado da paralização do seu comércio marítimo devido à falta geral de transportes, e a *urgente precisão de navios amplamente justifica as excepcionais medidas tomadas*. Esta mesma falta de transportes marítimos compeliu o Govêrno italiano a proceder de modo semelhante e a requisitar os navios alemães ancorados nos portos italianos, e nem por isso o Govêrno alemão parece, tanto quanto é conhecido, ter oposto qualquer objecção a êste acto.

Os proprietários dos navios receberão, em devido tempo, as indemnizações a que foram julgados com direito, e não podem, portanto, considerar-se como tendo sofrido qualquer prejuízo resultante da decisão tomada pelo Govêrno da república. (1-3-916).

mais sendo bem visível que êsses oficiais presos, pelo fracasso do movimento de 13 de Dezembro, tinham tido apenas a intenção de, na vitória que entreviram, alcançar o conhecimento positivo da cooperação na guerra, de que participariam se não fôsse possível evitá-la já a Portugal, e que não procurariam, porque (di-lo o «Times» de 7 de Janeiro de 1916) «o exército não estava preparado e que o Tesouro não tinha fundos excedentes à sua disposição»; porque (di-lo Teixeira Gomes em 14-11-914) «não havia na Europa nação cujos interesses fôsem mais contrários, do que os de Portugal, ao estado de guerra, para a qual, de resto, não tinhamos o mínimo preparo», e «o que seriam as conseqüências duma guerra para um país nas circunstâncias financeiras e políticas do nosso»; e porque «de acôrdo com êste govêrno (inglês) eu exortava o meu Govêrno (Teixeira Gomes em 28 de Agosto, telegrama n.º 98), a que não abandonasse tal atitude (neutralidade condicional), fôsem quais fôsem as sugestões e influências que tentassem movê-lo, e por instruções também dêste Govêrno, o ministro inglês em Lisboa foi públicamente agradecer ao Govêrno Português essa mesma atitude que alguns insensatos acoimavam de dúbia ou traidora para com a nossa aliada», e, ao menos, tentariam arrancar a Portugal o estigma de vassalagem na marcha para a guerra, a que nos conduzia a república, pela sua almejada beligerância na forçada declaração de guerra da Alemanha, em que se escrevera, em face dos ignóbeis actos contrários à neutralidade (desde o Parlamento à rua): «Por êste procedimento o Govêrno Português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, e que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses»!...

E não só era anseio dêsses oficiais, a quem na prisão sistemática se algemava a desafronta da cobardia gratuita, mas também dos oficiais que lhe eram presentes, conhecer, por direito incontestável, a justificação do sacrifício supremo que se exigia, e mostrá-la à Nação, clara e nua, para voluntariamente a perfilhar se fôsse digna e necessária; para pacientemente a tolerar se as circunstâncias doutro modo a tornassem inevitável; para justiceiramente a repelir, sôbre quem a fomentara contra os interesses e brios nacionais, se ela fôsse ruïnosa, e inconsciente, e aviltante, e mendigada ignominiosamente; para inteligentemente a evitar, emfim, por uma diplomacia portuguesa (sem nunca ter que olvidar o defensivo tratado de aliança luso-britânica) se o decôro nacional se opuzesse a uma cooperação na Europa Central (1), quando nas portuguesas

(1) «Diário de Notícias», jornal, 14-11-921: — WASHINGTON, 12 — ... O Marechal Foch, ao depôr sôbre o túmulo a medalha militar e a Cruz de Guerra, dirigindo-se

possessões ultramarinas se estava tornando de imediata necessidade, ao que, criminosamente, se não dava satisfação urgente e antes se entregava a defesa dessas terras a tropas estrangeiras!...

Era êste o ponto de vista dos implicados no «13 de Dezembro» — a defesa da dignidade portuguesa —, e também dos oficiais presentes, que nesse instante só solicitavam a companhia estremecida dêstes seus camaradas de armas, para em França, ou em qualquer outro campo de luta obrigatória que o ministro entendesse, mostrarem que a nodoa de cobardia de que os acoimavam não era neles que residia, mas em quem tão miseravelmente os insultava.

Não havia medo à morte que houvessem de defrontar, havia nojo à desonra em que traiçoeiramente os envolviam contra Portugal (!).

O general, de vista baixa, não olha a officialidade, e entre dentes lembra-se estouvadamente de «uma possível complicação com a Espanha!...» Ninguém percebe patavina, e todos se ficam olhando boquiabertos ante tamanho disparate. Mas logo o general, entre carrancudo e patético, tem a estulta presunção de classificar de traição à Pátria o gesto nobre da officialidade que, movida por mola misteriosa, repele tão execranda afronta relegando ao «govêrno de triste memória» e seus lacaios a infâmia tão gratuitamente proferida e que justamente devolve à alma que a albergue.

Sinceramente comovido por tão unânime repulsa lídima, o major-comandante, António Baptista Justo, pede aos seus oficiais que o escutem, e voltando-se para o general declara que a pureza do acto português, bem demonstrada já pela sua officialidade, lhe não permite simplesmente a situação de ser seu interprete, mas o obriga imediatamente a acompanhá-la no destino que ela houver de seguir, na glória ou no sacrifício, esperando embora que só a glória a bafeje, amparada pelo general como seu guia melhor.

aos gloriosos restos do soldado, proferiu algumas palavras que, pela sua simplicidade e sinceridade, comoveram profundamente a assistência.

«Soldado Desconhecido, tu que vieste à terra de França a fim de tomares parte nas provações, dando o exemplo sublime do sacrificio, eu te saúdo. Em nome dos meus camaradas, deponho sôbre os teus despojos mortais *a mais alta recompensa que a França pode conceder.*»

O sr. Briand também depôs sôbre o caixão uma placa de mármore e uma palma de bronze, *em testemunho do reconhecimento da França.* — H.

(¹) «Em conclusão: Infantaria 34, que em Santarém se alheou da política para que o quizeram arrastar, pode orgulhar-se de ser dos batalhões que na Flandres prestaram mais brilhantes serviços. Quando outros mal conheciam as trincheiras já o 34 tinha fama pe experimentado e de valente». — Livro da Guerra. — capitão Magno.

Num silêncio profundo, a officialidade deixa transparecer um reconhecimento de alma que atinge bastantemente o major-comandante; e o general dispensa-lhe apenas a ordem de detenção que a officialidade já cumpria, e solicita-lhe que não se aproveite dos soldados para qualquer acto de rebelião, o que obriga o major-comandante a assegurar-lhe que fácil lhe seria arrastar até à morte todos os seus soldados, porque todos amavam os seus officiaes como a seus pais, mas supunha que o general já tivesse compreendido que a acção exteriorizada era de homens consciences, e não de ignorantes, de presunçosos, de aventureiros (1).

Bastante confuso, o general retira-se acompanhado do seu ajudante, e segue para o quartel do 3 de artilharia.

A nada cediam os maltrapilhos da Liberdade, os salafrários da Civilização, os monstros do Progresso. O bem nacional ante o Direito e a Justiça do internacionalismo pouco era, e tão pouco, que o relegaram ao desprêzo. A Fraternidade consistia nas algemas que iam aplicar à alma de mais alguns portugueses; e a Igualdade era a tirania da fôrça de que usavam contra quem dispunha de um número mínimo para se lhe antepôr em revolta lídima.

A officialidade do 34 de infantaria, prevendo o que se sucederia, manda chamar os impedidos para lhe arrecadar as roupas e preparar-lhe as malas, que logo ordena as conduzam de manhã ao 3 de artilharia de onde chega a ordem do general para os officiaes do 34 de infantaria se apresentarem.

A officialidade parte rodando o seu comandante, e entra no quartel do 3 de artilharia onde é abraçada pelos seus camaradas, que de novo lhe reiteram a sua renegação da condução, para Lisboa, do batalhão mobilizado do 34 de infantaria, ainda quando lhe seja ordenado.

Sobe-se finalmente a escadaria e penetra-se no amplo gabinete do comando. Ao fundo, o general, tendo à esquerda o comandante do 3 de artilharia, coronel Jaime de Figueiredo, e à direita o ajudante. E próximo da mesa também se vê o major do 34 de infantaria, Vladimiro de Magalhães, que não acompanhara os seus camaradas.

Alinhando-se a distância, fica a officialidade do 34 de infantaria com o seu comandante ao centro, ouvindo uma nova prelecção do general, mas muito rápida, convidando os officiaes presentes a retomarem os seus

(1) «Livro da Guerra»: — A 20, embarcava infantaria 34, (não sem ocorrências desagradáveis),...

SOARES A ROSEN — Livro Branco: — Envia cópia textual do «memorandum» Carnegie de 1 de Março. (3-3-916).

lugares de comando e conduzirem a Lisboa o batalhão mobilizado, ao que o major-comandante António Baptista Justo responde, lembrando que a oficialidade do 34 de infantaria tem a sua palavra empenhada na solicitação de que fôra interprete e agora acompanhava integralmente.

O major Vladimiro Magalhães é então convidado pelo general a conduzir o batalhão a Lisboa, ao que êle responde, cabisbaixo, que não sabe se os soldados o acompanharão.

A oficialidade do 34 de infantaria sorri-se e murmura, e o general ira-se e duas vezes pergunta se é capaz, ou não, de comandar o batalhão, respondendo o major Magalhães, em frases entrecortadas, que vai assumir o comando e... ver se os soldados vão com êle.

In continenti, a ordem de prisão é dada à oficialidade do 34 de infantaria, que deve ser conduzida para Lisboa no dia 19 à tarde, e dá entrada na sala dos oficiais do 3 de artilharia, sendo-lhe interditas todas as demais dependências do quartel.

(*Continúa*).

JOÃO DE OURIQUE.

SOARES A SIDÓNIO PAIS — Envia cópia textual do «memorandum» Carnegie de 1 de Março; acha legal o apresamento dos navios e que «o art.º 2.º do tratado do comércio não se aplica ao aproveitamento de navios imobilizados, porque só se refere à retenção dos navios em trânsito».

Pelo que acabo de dizer, vê V. Ex.^a que, ainda que fôssemos neutrais, era perfeitamente legítimo o nosso procedimento. Se, a-pesar disso, o Govêrno alemão, como V. Ex.^a supõe, nos arguir de quebra de neutralidade, acentui firmemente o infundado da arguição, não só pelas razões jurídicas expostas, mas também pela impropriedade da expressão, que não podemos deixar de pôr em evidência para que ninguém neste lance suspeite haver da nossa parte um dissimulado retraimento incompatível com os nossos brios.

Logo no comêço da guerra, em 7 de Agosto de 1914, declarou o govêrno da República, com aplauso unânime do Parlamento, que em circunstância alguma faltaríamos aos deveres da aliança que livremente contraímos com a Inglaterra. E os governos estrangeiros, incluindo o alemão, acataram tanto os sentimentos de pura lealdade que nos ditavam esta atitude, que todos mantiveram aqui os seus representantes.

E agora como sempre, continuamos fiéis às nossas obrigações de aliados da nação inglesa, quaisquer que sejam as contrariedades que a seu lado possam deparar-se-nos. (2-3-916).

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1828

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

MAIO

Dia 1—Deu entrada na cadeia da correição António José, de 40 anos, do lugar da Pisca, de Creixomil, casado, sapateiro, vestido de miliciano do regimento de Braga, preso em um barulho. Foi entregue na prisão pelo porteiro dos órfãos e por um porteiro do geral e por uns poucos de populares. Foi solto pela fôrça armada do tenente-coronel Abreu. Tornou a ser preso e foi outra vez levado desta cadeia pelos milicianos do seu regimento de Braga em 17 de Junho d'êste ano.

— «Continuam as luminarias e repiques e sahiu da casa do Arco um carro, muito ornamentado com flores e bandeiras, conduzindo o retrato de S. M. o sr. D. Miguel 1.º, acompanhado por bastante povo e pela família da casa dando vivas e agitando bandeiras.» (P. L.)

Dia 2 — «Luminarias, alguns vivas

e cantatas, sem maior novidade.» (P. L.)

Dia 3 — «Morreu uma irmã do P.º José das Aldeias que depois foi conego cura, José António Rodrigues Cardoso. Foi sepultada na igreja de Santa Clara.» (P. L.)

Dia 4 — Das 2 para as 3 horas da tarde faleceu na freguesia de S. Lourenço de Golães, em casa de seu pai, o cónego meio prebendado da Colegiada, Miguel de Freitas Costa, que havia renunciado o benefício por coadjutoria em seu irmão António de Freitas Costa. Foi sepultado na dita freguesia.

Dia 8 — «Entram aqui o batalhão de caçadores n.º 12, (vindo de Trás-os-Montes) e o regimento de infantaria n.º 12; marcham no dia seguinte para as suas praças, aquele para a de Ponte de Lima e êste para a de Chaves.» (P. L.)

— Provisão nomeando Procurador da Coroa e real fazenda o bacharel José Ferreira Alves Costa,

cargo vago por falecimento de seu pai Inácio Ferreira Alves Costa, de que tomou posse a 16 dêste mesmo mês.

Dia 10 — Em vereação: foi determinado que o Escrivão cobre todas as condenações feitas pela Câmara e em dívida ao concelho desde 2 de Maio de 1811 em diante, no prazo de 30 dias, pena de suspensão e culpa, dando igualmente por concluída a execução de António José Alves de Abreu, no termo de 8 dias, debaixo da mesma responsabilidade. — Também foi determinado, «que para a melhor forma de aboletamento, comodidade dos Povos, e mesmo para o menos incomodo da mesma Tropa, se passe a fazer um esclarecimento de arruamento dos moradores actuaes d'esta mesma villa, que será apresentado a esta Camara, e para esta diligencia nomeiam o ex-Procurador do Concelho Antonio Manuel Martins e»... (em branco); — Mais foi determinado que novamente nomeavam os desembargadores José Raimundo de Passos Porbem Barbosa e José Joaquim de Abreu, para, em nome da Câmara representante dos habitantes da vila e termo, felicitarem o Infante D. Miguel, pelo seu feliz regresso a estes Reinos para os reger e governar, visto ter-se impossibilitado a deputação que para êste fim a Câmara nomeou em 22 de Março. — Preços da feira: 1\$000, 520, 600 e 520 réis.

Dia 16 — Sessão extraordinária da câmara — Aberta e lida a carta régia de 6 de Maio convocando côrtes dos 3 Estados dentro de 30 dias em Lisboa e mandando eleger imediatamente os procuradores a elas. Esta carta foi entregue em 15 pelo Provedor. Resolveu-se mandarem-se cartas às pessoas da governança e fazer convocação por pregão pelas ruas e afixação de editais, para as 9 da manhã, 17, na casa da câmara.

Dia 17 — Sessão extraordinária da câmara — Eleição de 2 procuradores às Côrtes: obtiveram votação: Gaspar Leite de Azevedo e Araújo 44 votos; José Maria de Sousa da Silveira 59; Nicolau de Arrochela Vieira Malheiro 2, Vicente Machado de Melo Pinheiro 2, Manuel de Freitas do Amaral 1 e António Joaquim da Cunha. Ficaram eleitos os primeiros dois, a quem, por ordem do vereador presidente, o escrivão notificou para estarem em Lisboa no dia 6 de Junho, e pelo segundo estar presente foi-lhe deferido o juramento. O primeiro representou pedindo escusa por moléstias, segundo o atestado do médico Manuel José do Souto Coelho e Oliveira que o considera «valetudinario da maior ponderação e melindre com perda de sentidos, e movimentos voluntários, que o tornam incapás dos mais pequenos esforços.» A Câmara escusou-o e tornou a chamar os votantes, saindo eleito com 36

Votos o conselheiro Lourenço de Arrochela Vieira Malheiro, que teve igual intimação sendo-lhe deferido o juramento.

— «Nesta tarde chega a noticia de ter sido reclamados na cidade do Porto os direitos do Sr. D. Pedro pelos regimentos de infantaria 6 e 18, artilheria 4, e dois esquadões de cavalaria 15, indo-se-lhe reunir os batalhões de caçadores 6, 10 e 11. N'esta mesma tarde chega a noticia de ter sido aclamado em Braga o mesmo Senhor pelos regimentos de infantaria 3 e 9, vindo-se-lhe reunir o regimento 21 e caçadores 12.» (P. L.)

Dia 20 — «Principia a reunir o regimento de milicias d'esta villa para socego da mesma que havia sido perturbado por varias vezes.» (P. L.)

Dia 22 — Na manhã d'este dia tomou posse da meia conesia do falecido Miguel de Freitas Costa, seu irmão António de Freitas Costa, filhos do dr. Manuel de Freitas Costa e de D. Teresa Joaquina Lopes Brandão.

— Chega ao Cabido, pelo correio, a noticia official de ter falecido à 1 hora da manhã do dia 15, em Lisboa, onde residia, o cónego tesoureiro-mór João Baptista da Silva, bacharel em canones, natural de Enxara do Bispo, concelho de Mafra, que havia resignado por coadjutoria em Tomé Luis Felgueiras, em 1787; o Cabido após a noticia do falecimento daquele, dispensou este da residência *amara*.

— «Á noite foi morto o P.º José de S. Domingos com um tiro que lhe deram na ocasião em que se ia recolhendo para casa. Foi dado à sepultura na capela dos 5.ºs dominicos no dia 24.» (P. L.)

Dia 25 — «Chega o novo general da provincia do Minho, D. Álvaro, nomeado pelo sr. D. Miguel para substituir o seu antecessor Antonio Hipolito Costa que havia seguido o partido dos do Porto.» (P. L.)

Dia 26 — «Principia aqui a reunir o regimento de milicias de Braga por ordem do general D. Alvaro, governador das armas da provincia, que chegára na vespera e ainda aqui se achava.» (P. L.)

«Dia 27 — «Morreu Luis Antonio Viana, procurador de demandas. Foi sepultado na capela dos 3.ºs dominicos.» (P. L.)

Dia 30 — «Logo de madrugada retiraram d'aqui para Rôças o general D. Alvaro, que se achava em Guimarães desde o dia 25 d'este mez, e os dois regimentos de milicias de Braga e Guimarães.» (P. L.)

«Dia 31 — «Entra aqui uma divisão do governo do Porto comandada pelo tenente-coronel «Abreu» de cavalaria 12, a qual era composta de: duas peças de artilheria, um esquadrão de cavalaria 12, regimento de infantaria 3, dois batalhões de infantaria 9 e 18, e dois contingentes de caçadores 6 e 11; chegando ao Tournal o comandante deu os vivas seguintes: viva o Sr. D. Pedro 4.º, viva a Sr.ª D. Maria

2.^ª, viva a Carta constitucional, viva o sr. Infante regente e viva a Santa Religião. Quasi ao mesmo tempo chegou um esquadrão de cavalaria 10 e mais muita gente armada de Fafe. À noite iluminação geral, e houve alguns disturbios feitos pela tropa.» (P. L.)

Por motivo desta entrada das tropas constitucionais, o carcereiro da correição, José Joaquim de Carvalho, não serviu seu officio até 3 de Julho seguinte.

JUNHO

Dia 1 — «Morreu o comendador Ignacio Leite d'Almada, morador na sua casa do Arco. Foi sepultado sem estrondo algum na madrugada do dia seguinte no seu jazigo (aliaz na sepultura do meio) colocado na capela de Santo Ignacio, da igreja de S. Francisco (P. L.)

— «É feito na camara um auto de aclamação do sr. D. Pedro 4.^o pela officialidade da divisão, chegada na vespera, e por mais algumas pessoas de todas as classes. De tarde *Te-Deum* na Colegiada a que assistiu parte do Cabido (P. L.) O auto está publicado no jornal vimaranense «Independente» n.^o 132.

Dia 3 — «De manhã sahe d'esta villa para Penafiel a divisão que tinha entrado a 31 de Maio; comandava-a o tenente coronel Abreu, de cavalaria 12. Ficaram 200 soldados do regimento de infantaria 9 para fazer a guarnição da villa enquanto

não viesse gente de Braga rendellos. Á tarde chegou de Braga um destacamento de 60 homens de caçadores 3 e 11, e de infantaria 21 comandado pelo capitão Eça, do 21, para guarnição da villa.» (P. L.)

— O dr. António Vaz Lobo de Abreu, juiz de fora na vila de Basto, servindo de corregedor interino desta vila de Guimarães, por officio do comandante da fôrça expedicionária sôbre a mesma, por lhe cumprir em razão de ser o juiz de fora mais visinho, forma auto sumário contra todos os empregados públicos de justiça e de fazenda e dêste concelho, que em 29 de Abril dêste ano assinaram o auto da aclamação do sr. D. Miguel rei absoluto, e logo deu sentença condenatória contra todos, excepto 3 escrivães, o juiz e o secretário dos órfãos. — Vide o jornal vimaranense «Independente» n.^{os} 152, 153 e 156.

Dia 4 — Tomou posse o juiz de fora, interino e provisório, o bacharel João Nuno Silvêrio Cerqueira Gomes e Lima, provido por portaria de 1 dêste mês da Junta Provisória encarregada de manter a autoridade de D. Pedro IV. Estiveram presentes o juiz pela ordenação Bento Leite Pereira da Costa Bernardes, que como presidente da câmara lhe deu a posse (os mais vereadores e o procurador do concelho, o provedor Manuel Inácio Pereira de Moraes Cabral e o corregedor interino António Vaz Lobo de Abreu, e mais vereadores e

procurador do concelho por se terem ausentado da vila e não haver quem os supra; todos estes servindo por D. Pedro IV.

Dia 5—A tropa de linha prende e conduz à cadeia da correição, frei Alexandre Pires de N. Sr.^a da Boa Nova e frei Estanislau da Imaculada Senhora da Conceição, por os achar fora do seu convento de S. Francisco (provavelmente de noite), e José António Fortunato Ribeiro, de Mogege, couto de Ronfe, tenente de milícias da 8.^a companhia, declarando todos ignorar o motivo da prisão. O segundo não quiz assinar o auto. Foram os três conduzidos para a cidade de Braga no dia 7 dêste.

Dia 7—Foi preso para a cadeia da correição António de Freitas, desta vila, procurador de causas, dizendo-se que por culpas que tinha cometido, o qual foi conduzido a Braga no dia 8 seguinte pela tropa de linha estacionada nesta vila.

Dia 8—«De manhã chega de Braga um contingente de caçadores 11 e outro de infantaria 18 que marcharam até á Serra comandados pelo capitão Eça do 21, que aqui servia de governador militar. A guarnição que aqui estava comandada pelo Eça marchou para Cavez comandada pelo major de milícias de Braga, o Moncada. O capitão Eça regressou logo para aqui com a sua gente. Ás 11 horas da manhã veio uma ordenança de Braga trazer um officio para o capitão Eça,

no qual o general lhe ordenava marchasse com toda a sua gente para aquella cidade; marcharam logo os contingentes de caçadores 3 e 11, infantaria 18, os voluntarios de D. Pedrô 4.^o, as auctoridades d'esta villa e muitos paisanos. Logo que os constitucionaes tiveram noticia da retirada da tropa cuidaram em se pôr a salvo. Á tarde veio a noticia de ter chegado á Lixa gente de Gaspar Teixeira, a qual fêz que toda a villa ficasse um deserto, porque os realistas já ha dias se haviam retirado. Á noite ouviram-se alguns vivas ao Sr. D. Miguel rei e os realistas já iam aparecendo.» (P. L.)

Dia 9—«De manhã continuavam a aparecer os realistas e alguns com topes. Á tarde chegou a noticia de que a gente que tinha vindo á Lixa não excedia o numero de 80 guerrilhas, e que estas se haviam retirado outra vez para Amarante. N'esta mesma tarde deu o P.^o José Dionisio uma grande maçada no escrivão Rodrigo Felizardo que o pôs ás portas da morte.» (P. L.)

Dia 10—«De manhã chegaram os contingentes que tinham ido para Cavez comandados pelo major de milícias de Braga, Moncada, tendo feito retirar o general D. Alvaro com a sua gente que era só milicias. Trouxeram presos uns poucos de milicianos e guerrilhas, bem como o «Vinagre» secretario da Provincia que andava no quartel general de D. Alvaro.» (P. L.)

Dia 11 — «N'esta madrugada sahem para o Porto os contingentes que tinham entrado no dia antecedente, e tambem foram com elles os soldados do 15 que estavam de guarda ao quartel.» (P. L.)

Dia 13 — «Passa para Braga o general D. Alvaro com alguns cavalarias, 80 e tantos soldados do regimento 9 que tinham sido prisioneiros em Penafiel, e os regimentos de milicias de Basto, Braga e Guimarães, tendo esta divisão de 500 a 600 baionetas.» (P. L.)

Dia 15 — «Tornou a entrar o general D. Alvaro com a sua divisão com que no dia 13 d'este tinha marchado para Braga d'onde voltou pela Povoia para aqui.» (P. L.)

Dia 16 — «Pega na vara de corregedor Antonio Joaquim de Carvalho que se tinha retirado quando a tropa de D. Alvaro se retirou para Cavez. A Camara que tambem se tinha ausentado na mesma occasião, entrou no exercicio das suas funções fazendo n'este dia um termo (auto) em que anula o auto que a tropa do Porto havia mandado lavrar no dia 1 do corrente mez. Á noite houve luminarias mas não foram geraes. (P. L.) Para o referido auto compareceo a Camara, a saber: o juiz pela ordenação José Antonio Mendes da Silva Bragança, os vereadores Francisco José Mendes Brandão e João Pinto de Carvalho Sousa e Silva e o procurador immediato Antonio Manuel Martins, e tambem presentes o general da

provincia D. Alvaro da Costa Sousa de Macedo e seu ajudante d'ordens D. Manuel da Costa Sousa e Macedo, o corregedor António Joaquim de Carvalho, Antonio Cardoso Meneses e Athayde coronel de milicias da villa, Francisco de Magalhães d'Araujo Pimentel coronel de milicias de Basto, Joaquim Jeronimo da Cunha Reis Mota Godinho coronel de milicias de Braga, Manuel d'Almeida Carvalho major de milicias da villa, Antonio Mathias de Sousa Raivoso* capitão de cavalaria ás ordens do general, Luis Pereira de Coutinho Vilhena, fidalgo da casa real, Gaspar Pinto Teixeira de Carvalho de Sousa e Silva, clero e mais pessoas assignadas, 55 além das mencionadas; declaram que n'esta camara se assignara um auto de reclamação dos revoltosos da facção do Porto em opposição a outro de aclamação de S. Mag.^{de} o Sr. D. Miguel espontaneamente feito pelos habitantes da villa, e não apparecendo o auto de reclamação, talvez occultado, para d'elle não existir de futurô memoria⁽¹⁾ o hão por nulo e de nenhum efeito e ratificada a proclamação de D. Miguel por ser esta a vontade geral dos povos d'esta comarca.» Está publicado no n.º 139 do «Independente» jornal de Guimarães.

(1) Êste auto de 1 de Junho de 1828 acha-se nas primeiras páginas do livro que depois serviu para as vereações de 1834 a 1836. Está publicado no n.º 132 do jornal de Guimarães «Independente».

Dia 17—«Sahe a divisão de D. Alvaro, e segue a estrada da Lixa. Entra o regimento de milicias dos Arcos e um contingente do regimento de milicias de Villa do Conde. O dos Arcos marcha no dia seguinte para Lixa e o de Villa do Conde ficou aqui para guarnição da villa.» (P. L.)

Dia 18—«Chega aqui a noticia de ter chegado tropa do Porto a S.^{to} Thirso. Por esta noticia retira-se logo o corregedor da vila, Antonio Joaquim de Carvalho, as milicias de Villa do Conde que aqui estavam e a maior parte dos realistas.» (P. L.)

Dia 19—«Vinda do Porto entra uma divisão comandada pelo tenente-coronel (Joaquim Manuel da Cunha) «Lobo» de caçadores 11, composta dum contingente de caçadores 11;—60 voluntarios dos 2 batalhões D. Pedro 4.^o e D. Maria 2.^a, do Porto; 40 cavalos dos 5 regimentos de cavalaria 6, 9 e 12;—100 homens do regimento de milicias da Terra da Feira, 1 batalhão do 18 e uma peça d'artilheria. Esta divisão comportou-se aqui

muito bem e marchou no dia seguinte na direção da Lixa.» (P. L.)

Dia 20—«Das 3 para as 4 horas da tarde entra o ajudante «Simões» da secretaria d'esta provincia com alguns guerrilhas e milicianos de Villa do Conde, e logo que chegou ao Toural mandou pôr a tropa em linha e deu os vivas seguintes: ao Sr. D. Miguel 1.^o, á Sr.^a Imperatriz-rainha, á casa de Bragança e á Santa Religião, voltando logo para Braga. Os guerrilhas logo que chegaram deram atraz de 2 milicianos e não os podendo alcançar atiraram-lhe 2 tiros que não acertaram. Os milicianos eram da villa e dos que não tinham reunido ao seu regimento.» (P. L.)

Dia 21—«Já de noite entra o capitão do Reboto com uns poucos de milicianos e paisanos armados, o qual chegando ao Toural deu vivas ao Sr. D. Pedro 4.^o, á Sr.^a D. Maria 2.^a e á Carta, andando depois com esta gente patrulhando pela villa.» (P. L.)

(Continúa).

JOÃO LOPES DE FARIA.



A QUESTÃO SOCIAL E A INTELIGÊNCIA ⁽¹⁾

Por EUGÉNIO DE BELONOR

«Apontando como a tara pior do Individualismo a sinistra perversão da Inteligência, diabòlicamente efectivada por êle, o nosso fim é salientar a urgência de condicionar toda a acção reconstrutora por um labor constante de rectificação mental.»

ANTÓNIO SARDINHA.

Minhas Senhoras:

Meus Senhores:

Disse Le Play, algures, que não é o vício que mata as nações, mas sim o êrro. É esta uma lição de flagrante e iniludível verdade

A Questão Social, tão magistralmente dissecada nas páginas da Encíclica *Rerum Novarum*, está dentro da lei que se encerra nas graves palavras de Le Play. Antes de deflagrar no campo económico, foi gerada nos domínios da intelligência.

Origem da Questão Social — Posso afirmar com absoluta segurança que a Questão Social, — debaixo desta designação englobo todas as graduações da moderna desorientação social, — saíu inteira do cérebro enfermo de Rousseau, tendo sido, portanto, a sua origem primária a Reforma protestante. Falo, é claro, no campo dos princípios; porque no campo material, sei-o eu, sabem-no V. Ex.^{as} melhor do que eu, outras causas houve. Múltiplas. Variadas. Lembro, de passagem, que o próprio Colbert, — o grande ministro de Luís XIV, não está isento de responsabilidades. Algumas das suas medidas económicas foram o ponto de partida para a hipertrofia do industrialismo moderno.

Convém, entretanto, notar que as causas materiais são de mais restrita e quasi nula acção eficiente. A dissolvência inegável das me-

(1) Conferência realizada no Porto, no *Circulo Catòlico dos Operários*.

didias de Colbert só vem a expandir-se com virulência, quando, num corte brusco de relações com o passado, a sociedade começou a fazer das doutrinas de Rousseau o evangelho de uma vida nova, — vida que tem sido antes agonia pavorosa nos horrores de uma asfixia que, por desgraça nossa, já demais tem durado.

Reportemo-nos, pois, ao domínio dos princípios.

Eu voto contra Jacques Maritain na maneira de encarar a gênese das doutrinas de Rousseau. Segundo Maritain, a doutrina de Rousseau é um catolicismo desnaturado e invertido pela sensibilidade mórbida e prevertida do alienado de Genebra.

Mas será realmente assim?

A educação de Rousseau havia sido calvinista. O catolicismo exterior, que êle veio a viver durante vinte e seis anos para outra vez voltar ao calvinismo, não era o da Igreja católica, mas uma doutrina mutilada e corrompida, profundamente heterodoxa, — o *quietismo*, que se dogmatizava nos salões imoralíssimos de M.^{me} de Warens.

E se é certo, como já notou alguém, que, ao escrever o *Contrato Social*, Rousseau tomara por modelo a antiga Genebra das liberdades e regalias episcopais, não menos certo é que os germens calvinistas, sempre cuidadosamente conservados no espírito de Rousseau, lhe deformaram a visão dessa modelar Genebra da Meia Idade, revestindo-a das características de um burgo radicalmente protestante e protestantemente huguenote.

Que o espírito de Rousseau continú a ser profundamente protestante não deixa o próprio Jacques Maritain de o confessar ao acusar nele grandes «pretenções à virtude, uma affectação de rigidez racional, tão cruelmente desmentida pela sua verdadeira natureza, e, sobretudo, uma atitude de protestação perpétua, aliada à mania nativa de censurar os costumes alheios»: — qualidades estas que são a pedra de toque de uma psicologia medularmente calvinista.

Mas fiquemo-nos por aqui. Esta digressão levar-nos-ia longe. Não abandonemos, porém, esta certesa: — as doutrinas de Rousseau são de origem marcadamente protestante. O *non serviam* satânico de Lutero gerou o homem *associal* de Rousseau. A *bondade natural* do ho-

mem solitário identifica-se com o orgulho agressivo e feroz do desfradado de Witemberg. É uma atitude de perpétua revolta: — revolta contra a ordem e revolta contra a vida, porque a ordem, meus senhores, é um produto espontâneo da vida.

A independência anárquica do livre-exame já continha em germen a Liberdade e a Igualdade das grosseiras concepções *rous-sistas*.

Gerada na rebeldia apóstata contra a regra, — rebeldia que a balbúrdia desenfreada da Reforma ergueu à categoria de dogma fundamental, — a mística doentia de Rousseau, tendo-se apoderado das inteligências, tendo escravizado as sensibilidades, tendo proclamado o primado do indivíduo sobre a sociedade, irá provocar uma crise tremenda em todos os domínios da vida humana.

A eterna luta do fraco contra o forte vai sair dos naturais limites da legítima defesa e revestirá um aspecto confrangedor de tragédia, em que o vencido será imolado pelo vencedor e devorado em requintes de canibalismo revoltante.

Moloc, — a monstruosa e sanguinária divindade, surgirá dos escombros de um passado longínquo a sacrificar a miséria indefesa num arripiante abraço de fogo.

De facto, quando em 1789, a Constituinte proclamou solenemente os *Direitos do Homem e do Cidadão*, a doutrina de Rousseau recebeu a sua consagração oficial. Surge o homem da natureza, o *homem-bom*. Aclama-se na liberdade a aurora de uma felicidade sem termo. É em nome dessa liberdade-fada, dessa liberdade-deusa, abate-se o passado a golpes rijos de camartelo. Que importaria que nesse passado o povo, protegido pelo escudo invulnerável das suas organizações, vivesse desafogadamente e, no exercício de altíssimo direito, fôsse até às Côrtes fazer as suas reclamações e dar aos Reis conselhos de boa governança? ...

O passado é a morte, proclamava o Indivíduo. A vida é momento que passa. É necessario substituir a já gasta e velha tríade — ordem, autoridade, hierarquia, por estoutra, deslumbradora como um sol nascente: — Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

A sabedoria das gerações passadas — Mas o passado não é morte, como brada, em confusão, a anarquia individualista.

O passado é mesmo uma parte integrante da vida. Sociedade divorciada do passado é árvore a que cortaram as raízes e que se morre, lentamente, à minguia de seiva. Não, o passado não é a morte. É uma lição, a lição soberana da experiência.

Não é só nos nossos dias que a melhoria de condição das classes humildes se apresenta como um problema fundamental, cuja solução se impõe. Não é só de hoje que se procura suavizar a existência dos carecidos da fortuna. Pode dizer-se afoitamente que êste problema é tão antigo como o homem. Já no alvorecer das idades êste se preocupava em harmonizar as conseqüências resultantes da lei natural das desigualdades com as exigências justas da dignidade da pessoa humana.

A Idade Média, sintetizando com profunda sabedoria a vida social na fórmula singela — Autoridade, Hierarquia e Ordem, deu ao problema uma solução que, em seus quadros gerais se nos afigura definitiva.

A liberdade individual absoluta, foi repelida como perigosamente anárquica. O operário procurou a sua defeza em sindicatos profissionais obrigatórios para todos os artistas do mesmo ofício. O trabalho é autónomo. A Meia Idade não conhece o trabalho alugado. Por uma intuição admirável das realidades, liberta-se da exploração patronal, sempre exposta a degenerar em tirania aos embates da ambição, e aproveita o egoísmo do homem para lhe impôr uma regra, para lhe imprimir uma orientação, para lhe ditar um fim, para o fazer *bem servir* a ordem.

O operário via-se livre da astúcia criminosa de aventureiros que lhe bebessem, com o seu suor, o sangue seu e dos seus, porque a corporação em que se agrupava era, simultâneamente, monopólio da indústria que explorava. Diante dêle abria-se um futuro de desafogo e independência, pois que, passando pelas diversas categorias, de *aprendiz* até *mestre*, podia alfim estabelecer-se por conta própria, passar de subordinado a chefe submetido sòmente ao estatuto geral da corporação.

Dêste modo, as corporações eram uma garantia segura da vida económica do operário, porque lhe forneciam, graças a uma sábia e equitativa distribuição do trabalho, meios de jàmais carecer ou faltar aos seus com o preciso.

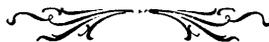
Eram também uma garantia da vida familiar, porque, nos seus estatutos, às regras de previdência económica juntavam-se determinações salutareas de vigilância moral. As corporações eram verdadeiras escolas de moralidade e ordem.

Acrescente-se a estes esplêndidos benefícios o «banimento do perigo da sobre-produção pelo equilíbrio dos interêsses entre o Capital e o Trabalho, pois que o artista, produtor independente, adquiria e utilizava as matérias primas sem intervenção de terceiro», e chegar-se-á à conclusão rigorosa de que as «corporações eram a mais segura garantia da ordem social».

A autonomia dêstes organismos era tão completa que entre nós, por exemplo, o órgão superior do trabalho — a *Casa dos Vinte e Quatro*, — expulsou um dia um emissário do Rei, que pretendia assistir às sessões a título de protecção régia, dando-lhe esta resposta esplendidamente altiva: — *esta casa é dos vinte e quatro, não cabem cá vinte e cinco.*

Ah! mas por uma trágica e desgraçada ironia, a Liberdade moderna é uma inimiga figadal dessas liberdades de antanho. Tais liberdades arriscam-se a passar hoje por rebelião. Inteiramente incompreendidas. Incompreendidas e... estranguladas pela Liberdade rousista.

(Conclui no próximo fascículo).



A M A T A

(C O N T O)

Por FRANCISCO DE QUEIRÓS

GALGANDO fossos, muralhas, portarias, um homem arquejante, anciado, lívido, surgiu na praça de armas, voltou para o canto de onde subia a escada nobre, deu ainda uns passos mas logo regougando — «Deus, Misericórdia», tropeçou, abateu desamparado, rolou desacorde pelo chão, e ficou com os olhos vítreos entreabertos fitando o céu a que nem um floco de núvem, naquela tarde, maculava o azul. Sobresaltados, vendo assim um desconhecido que de tão inesperado até lhes parecera caído do alto, cavaliços acorreram, de sob uma arcada e, pelos braços, pelas pernas, foram-no levando incertos no passo, aos tropeções.

Houve logo alvoroço. Mulheres apareceram inquietas às gelózias, às portas. Uma precipitou-se a amparar a cabeça do moribundo, que ia bamboleando quási arrasto pelo lagedo. Algumas correram à fonte buscar água, outra, espreitando por sôbre o hombro de um pegureiro, clamou logo que aquele homem, havia de jurá-lo, era da banda da serra e já, quando passara na romagem de S. Tiago de Galiza, o vira para além da Pedra Cavaleira.

O moço da câmara surgiu no alto, ao cimo da escadaria, a inquirir. E logo após, anediando um galgo preto, alto, espadaúdo, na florescência radiosa de uma mocidade exuberante, entre o seu capelão e o seu intendente, Pêro Ruís, senhor daquelas terras, em nome de el-rei Conde daquela Tôrre. Como era generoso e bom logo se apressou pelos degraus poídos enquanto o clérigo súbitamente recordado dos diabos que «naquele tempo» Jesus expulsava de homens assim, pausadamente, a cada degráu ia-se benzendo e murmurava: — «Vade retro, Satan in nomine Criste, vade retro.» O outro, apezar de sêco de carnes, tinha vagares de paquiderme, indolência nos olhos côr de folha morta.

Foi descendo a ruminar que aquilo devia-se pegar. Ou teria sido pancada de sol ou, quem sabe lá, alguma quartã ou alguma terçã que se lhe tivesse metido no corpo...

Vozes clamavam: — Mas que seria! — Deita-se-lhe água nas fontes! — Senhora dos Aflitos!...

Então, já perto dêle, o senhor murmurou:

— Mas, que traria aqui êsse homem em correria tão desvairada e louca?...

Áquela voz, miraculosamente, num assômo de oculta e despertada energia, êle inteiriçou os membros, esgazeou o olhar, soergueu-se. Começou soltando monosílabos anciosos e incompreensíveis... Mas outra vez caiu no mesmo letargo angustiado.

Apavoradas, duas mulheres correram anunciar que pelos caminhos do castelo uma malta de homens vinha subindo a gritar, a esbracejar. Já se não estava em tempos de fossado ou de algaras de sarracenos, mas em tom de guerra é que pareciam vir pela encosta acima. Crianças amedrontadas choravam, de guela aberta. Logo no encalço das mulheres um solarengo veio, açodado e aflito:

— Senhor, senhor, a malta já vem perto. Mandai juntar a vossa gente, mandai tocar o sino da vossa tôrre, que grande calamidade se anuncia. Dizem que a vossa mata entre Cabril e Penha Longa está ardendo em três pontos.

— O Senhor se amerceie de nós. Depressa, depressa Egas Fafes. Á tôrre, à tôrre. Um homem que tanja o sino toda a tarde, toda a noite. O Senhor se amerceie de nós. Quando êsse cançar outro o renderá. Depressa, depressa, Egas Fafes; — ao menos, agora, despachai-vos, caminhai.

De repente, de roldão, a turba entrou ululante. Alguns traziam machados, achas de armas; todos vociferavam frases que no ar se fundiam num ruído intraduzível em que sobresaíam distintamente repetidas palavras: fogo, a mata, o letrado, a mata, fome, desgraça, o letrado, o letrado, o letrado. Pêro Ruís então, recuou à escada, subiu uns degráus e erguendo o braço:

— Escutai!

Firmemente, a um mais velho, que avançara:

— Fala tu.

— Senhor, alguns dêstes passaram no meu povo assim armados já e já assim alvorotados porque a vossa mata, a riqueza de nós todos, está ardendo.

— Senhor, eu vi!... E do meio da turba um outro avançou, abriu caminho e com grandes gestos, com grandes vozes:

— Senhor, eu vi! Eu moro na serra, junto da Aldara-a-Pastora e como me erguesse à estrêla de alva, ao sair da porta logo avistei um grande clarão para as bandas de Cabril. Para a Penha Longa, perto dos

hortos do Letrado, outro clarão maior. E porque o silêncio era puro e a frescura matinal de lá corria, ouvi, certo que ouvi, o estalar das ramarias ardendo. Mas o que logo pude distinguir, distingi sem dúvida, sem dúvida, foi a grande vozearia da malta de povo que se juntava: «Fogo! É na Penha Longa! Fogo! A nossa mata que arde!» Não vos ofendais que não diziam a mata do conde. Mais que de vós é nossa a mata que a todos nos alimenta e enriquece. Corri a casas, bati a portas, com uma carapita alarmei a aldeia e, enquanto os vizinhos em rancho foram engrossando outros ranchos que corriam para além, eu vim aqui dizer-vos e saber o que determinais. Pelo caminho juntaram-se-me êsses todos.

— Senhor, dizei! Senhor dizei!

Ora era certo que toda essa mata cujo incêndio agora tantas almas alvoroçava parecia um resto da floresta primitiva. De mar a monte e pelas pregas da serra, agasalhando toda a terra de Nosso Senhor, entre ribeiras fundas e em volta de lagôas tranqüilas, abraçava-se o arvoredado entretecendo ramarias densas. Perto das praias e em face da contínua inquietação misteriosa do oceano, no acre beijo das brisas mareiras, os pinheiros de eterna sombra prometiam já as quilhas e os mastros da Descoberta. Vinham depois os castanheiros de hercúleas pernas ascendentes, fartura abençoada dos invernos rigorosos. Nas pregas do terreno mais fértil e mais beijado pela tepidez fecunda do sol, essas cerejeiras que em varinhas tenras Lúculo trouxera na bagagem das legiões do Oriente e que lançadas as primeiras raízes tinham invadido todo o Império, também erguiam nos seus troncos lisos as ridentes alegrias das flores sem mácula, depois os sanguíneos e brunidos frutos, frescura reconfortante das merendas do primeiro verão. Para as alturas eram os robles e os azinhos gigantesco. E, nos seus troncos carcomidos, abelhas de ouro riscando o ar, armazenavam pelos giestais, pelas estevas e pelas urzes, a doçura perfumada das flores cheirosas.

Na beira das águas dôces crescia o vime e o salgueiro, com que nas veladas das noites invernosas, ao fogo benfazejo, que a mata igualmente alimentava, os homens enterteciam as alcôfas e os gigos das casas apercebidas. O catre e a arca, a viga e os prumos, tudo ela generosamente oferecia a cada um.

Pelas Páscoas, iam-se buscar, com as lãs da tosquia, os anhos, os corsos e os gamos; verão além, com abuízes, costelas ou laçadas, o coelho, a lebre, a perdiz e o galo bravo. Mas o que fazia a fartura, a alegria ruidosa de longos dias, acendia a gula e consolava da vinda da neve e das chuvas inverniais, era a procura, a montaria e a carniça dos cerdos pela brenha dos matos e pelas cavernas dos montes.

Ordinariamente, pelas temporas de S. Mateus, em dia certo que o Senhor marcava com antecedência e que um caminheiro, já esperado nas encruzilhadas, ia comunicar ao cura de cada povo, para que à hora da missa o anunciasse claramente, indicava-se o início e o local das batidas. Então começava por toda a parte uma animação intensa e ruidosa, como se todos voltassem à moirama, nas antigas correrias. Ferravam-se novos chuços, aguçavam-se os antigos. Os velhos iam repetindo esquecidas proezas da sua valentia. Alguns lembravam ainda a valentia do conde velho que para salvar um vilão que se intrometera na caçada dos solarengos e de pouco destro, ia sendo desventrado por uma fera enraivecida que se atravessara na frente e com uma adaga a abatera de um só golpe. Os iniciados blasonavam sempre para se afoitarem proezas certas e promessas de arremetidas violentas.

Na véspera e pela madrugada, grandes grupos de homens atravessavam os montes, seguiam os trilhos conhecidos e quando ao apontar do sol o senhor chegava a cavalo com os seus, segurando os mastins, já tão alvoroçados como os homens, recebia-o uma vozearia entusiástica de hoste aguerrida, trefega e impaciente. Geralmente o senhor apeava. Os homens desenvolviam-se numa extensa linha e iam-se internando, com os mastins e sabujos à frente a fariscar.

Bem depressa os ladridos anunciavam o encontro do primeiro bicho. Logo seguiam até o avistarem no seu acoito, em ância de lhe vibrar o primeiro golpe. A fera, em guarda, afrontava a turba, preparava-se para a defesa. Por vezes, mastins escabujavam ao lado, já feridos pelas presas recurvas. Então os homens avançavam, chuços em riste e enfurecidos pela vista do primeiro sangue, cevavam nela a sua ância de carniça. E quando a viam cair aos urros, nos arranques supremos, sempre clamavam:

— Fôro, fôro... êste javardo é nosso!

É que, por costume antigo, que já vinha do tempo dos godos, só de dez em dez é que uma presa ficava para o castelo.

Os cerdos iam caindo uns após outros. E, sôbre trancas, um a um, eram logo levados para uma clareira, onde homens mais idosos, de braços nus, brandiam grandes facas luzídias, limpavam a caça, iam preparando os quinhões que o fumo, o vinho e o sal depois tinham que conservar.

Dentro em pouco o fartum das entranhas abandonadas, das gorduras que derretiam em grandes caldeiros, espalhava-se no ar, sufocando, atraindo bandos de aves carniceiras, embriagando todos. E durante dias, semanas inteiras, eram clamores que animavam toda a mata

como se a própria vegetação ansiando em arrancos de vivo animal, er-guesse aqueles alaridos ecoantes:

— Fôro. Fôro. O javardo é nosso!...

Nos quinhões, por vezes, erguia-se um protesto: invejas cegavam os chefes de famílias menos numerosas. Alguns viam maior a parte dos companheiros. Então era o senhor chamado. Reparava a injustiça se a havia, reprimia as exorbitâncias audaciosas, a todos contentava.

E agora? Agora a mata estava ardendo. A fome, a fome... Que havia de ser de todas aquelas almas? Por isso a inquietação, o receio e a angústia a todos tomara. A mata... a mata estava ardendo. Já o sino da tórre de menagem começava a repetir badaladas aflitas quando o senhor, montando no cavalo que logo lhe tinham trazido, abalou no meio de toda aquela gente. Primeiro, coleando, desceram a escarpa nua, sôbre que o Castelo se erguia; depois, penetrando por entre castanheiros gigantescos, foram seguindo a antiga via romana que, através dos tempos, perdurava, resistindo às águas dos vendavais e ao ataque persistente das vegetações espontâneas.

Foram avançando sempre. Por vezes outros homens se juntavam. E o dia declinava quando tiveram os primeiros indícios do incêndio na névoa densa que por sôbre o arvoredado, nas clareiras, se avistava, enrubescida pelo sol poente. Grandes aves, piando sinistramente, fugiam num assustado vôo incerto. Mas quando, já perto da noite, chegaram ao ponto em que a via, recurvando, deixava a sombra das ramarias e topava com os hortos do Letrado, então, patenteou-se-lhes em toda a sua grandeza, o calamitoso desastre. No horizonte, ao alto da montanha longínqua, a linha de fogo estendia-se a perder de vista, iluminando o céu, colorindo as nuvens, indicando por toda a parte a uniformidade imperturbável da mata.

Da esquerda, em volta da casa simples e sem torre, desnudavam-se, primeiro, campos de frumentária leiva; depois, em lento pendor, uma extensa escadaria de balcões ourelados, afestoados de macieira. Dêsse lado era o horizonte largo. Da direita e ao fundo continuava sempre a massa ingente de arvoredado sem fim.

Na casa, batida pela luz do incêndio, o boqueirão de uma janela aberta parecia mais negro e o seu silêncio e solidão um estranho mistério. Mas tudo ali era estranho e misterioso era o homem que aquela casa recolhia. Contudo alguns julgaram vêr sumir-se um vulto na sombra das portadas:

— O Letrado!... segredaram, benzendo-se ligeiramente à socapa. É que êsse homem, cujas leituras em velhos pergaminhos, por dia

e noite moita, já faziam curvar um pouco, começara a ser vagamente acusado de pacto com Satanaz, logo que da sua mula negra apeou uma tarde à porta daquela casa, no regresso de Salamanca e do seu afamado Estudo. Era meão de estatura. E a barba escura e cerdosa que usava bipartida tinha à mistura pêlos de um ruivo acobreado. O olhar baixo, desconfiado, fugidio e incerto, não indicava a pacifica serenidade dos que então estudavam a sciência de Bartholo. Sempre vivera arredado do Castelo e do seu senhor, e, apesar disso, com êle tinha bem próxima ligação.

Em tempos de El-Rei Afonso o conde D. Froilaz, ainda muito novo, tomara-se perdidamente de amores pela filha de um astroso judeu que em tempos viera erguer a sua cabana ali onde agora era a casa do Letrado. Dêsses amores, na sexta-feira de Paixão de um muito remoto ano, nascera o Bastardo. Tamanino, viera para o Castelo, mas quando êle já tinha arnez e lança acedeu D. Froilaz às instâncias do Arcebispo de Braga, irmão de sua mãe, e veio a casar com a filha do Senhor de Pombeiro.

Logo tornara-se taciturno o Bastardo e arredando-se de todo o convívio passara um ano em montarias. Depois entrara num fossado que lhe dera riqueza e fama. Por fim, como a senhora dona Guiomar ia passando os anos sem dar a D. Froilaz outro desejado herdeiro, filho de boa linhagem, foi-se amoldando de novo à vida castelã.

Mas D. Froilaz que assim lhe conhecera ânimo cioso enfeudou-lhe a casa e terras de Penha Longa, e quando depois de acompanhar seu pai que fôra tomar parte pelo Rei de Leão nas guerras contra os aragoneses, voltou, casado com uma filha adoptiva de D. Ruy Ordez de Molina, para ali fôra habitar. Foi dêsse casamento que, um ano depois, tirando a vida a sua mãe, nasceu aquele que agora conheciam pelo Letrado e acusavam de pacto com o diabo e que tão misteriosamente vivia à orla da mata.

Anos mais tarde voltara o Bastardo à côrte do Rei de Leão e por lá se demorava com sua hoste quando D. Froilaz lhe mandou anunciar, para que o acompanhasse, que resolvera seguir sem delonga para a Cruzada do Santo Sepulcro do Senhor.

E numa manhã clara lá partiu entre os seus castelãos, vassallos e donatários, enquanto a senhora D. Guiomar, que o Arcebispo de Brága viera acompanhar nesse transe, do alto da Tôrre ia seguindo até os fins do horizonte o torvelinho de poeira que a hoste levantava.

Tempos depois os que ficaram e a larga parentela teve a explicação de tão súbita partida. D. Froilaz ia cumprir dura promessa de reconheci-

mento e gratidão por, finalmente, o Céu lhe prometer legítima descendência de senhora que tanto queria e honrava. O Céu cumpriu. Em dia de S. Miguel o Anjo, pela hora de sexta depois do meio dia, nasceu aquele menino que agora, homem feito e varão esforçado continuava a grandeza e a valentia de seus maiores.

Passaram anos sem que de D. Froilaz mais se soubesse, nem eram animadoras as novas que vinham da Cruzada longínqua. Uma tarde, na melancolia de um sanguínio entardecer de outono, desbaratados, rotos, famélicos, inglórios, entre o alvoroço dos solarengos, os restos da hoste voltaram, comandados pelo Bastardo e sem o seu senhor que, de peito aberto, ficara, com muitos dos seus, sob os muros de S. João de Acre, olhando o céu para onde sua alma voara, na ascensão gloriosa que a Santa Igreja garantia.

Vinha arrogante e orgulhoso o Bastardo, com ruminadas cubiças àquele domínio senhorial e vasto, meditados projectos de poderio, rapaces lembranças de amealhação de riquezas sem conta. E quando a senhora D. Guiomar, recalcando as suas lágrimas, apareceu no alto da escadaria mostrando aos que chegavam o seu legítimo senhor, teve palavras insultuosas para tão nobre Dona que assim apresentava tão inesperado e tamanino rival. Mas os velhos que ainda viviam e aqueles que de crianças se tinham feito homens, vozeando protestos indignados logo asseguraram o direito daquela tão legítima e tão amada descendência de seu senhor.

Não desarmou o Bartardo e clamando pela justiça de el-Rei, continuou a assacar o aleive desonroso. Mas os que o acompanhavam, sem o amar, porque era duro e injusto, logo gostosamente foram aceitando legitimidade tão claramente proclamada e com poucos é que, roído de ódio e de inveja, partiu para o seu feudo, prometendo guerra sem tréguas àquela mulher e àquele menino. Nada pôde, que o Arcebispo de Braga e os parentes poderosos as garantiram e até pouco depois el-Rei honrou aquela casa, nela pernoitando quando se dirigia a Astorga, a pactuar com o rei de Castela guerra com moírama.

(Conclui no próximo fascículo).



PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

«O Integralismo, foi uma nova cavalaria, cheia de idealismo, mas de um idealismo muito realista, muito humano, pois o seu pensamento, muito longe de vaguear nas transcendências e nas indeterminações, se firmava na imagem da Pátria, bem real nas suas tradições, nas suas fronteiras, nos seus traços étnicos e ainda por demais corporizada numa pessoa viva — o Rei.»

JOSÉ PEQUITO REBELO.

UM CENTENARIO HISTÓRICO

FOI em 11 de Julho de 1828 que os Três Estados do Reino, reunidos, fizeram a aclamação de El-Rei o Senhor D. Miguel I. Rei amado dos portugueses, o Senhor D. Miguel soube incarnar as aspirações da Nação que queria continuar as gloriosas tradições da Monarquia.

Tendo surgido numa época de dissolução e desvairo político, portadores das conseqüências nefastas que ainda hoje estamos expiando, o Senhor D. Miguel foi, inegavelmente, o Rei decidido e de firme vontade, defensor acérrimo dos sólidos princípios da tradição portuguesa, tornando-se, por isso mesmo, o legítimo representante das mais nobres e supremas aspirações de Portugal.

Faltando aos liberais o apoio necessário às suas investidas, serviram-se, para o conquistar, dos meios mais vis, das campanhas mais absurdas, e, assim, surgiram de todos os lados os mais disparatados comentários à acção do Rei, não o poupando mesmo na sua vida íntima.

Vencido em Évora-Monte, pela intervenção estrangeira, aí se iniciou a derrocada do Trono e da Nação.

Os reis constitucionais ficaram a ser manequim dos políticos para valorizarem os documentos forjados na sempre nefasta e tumultuosa oficina do Parlamento.

Destituídos da suprema autoridade, amordaçados pelas conveniências políticas e particulares dos chefes de governo, eram a personificação daquele rei da

célebre história que, rodeado de respeitos e de hipotéticos poderes, não deixava, contudo, de patentear a sua completa nudez.

Eis a lição que colhemos durante este século que decorreu. Lição severa, mas purificadora.

À sombra dela já os nossos olhos, limpos de todas as impurezas que os compêndios escolares acumularam, podem olhar com carinho e veneração o Rei da saúde que melhor soube interpretar a vontade da Nação, preferindo a miséria e as agruras do exílio a ser conivente no mais monstruoso crime de lesa-pátria, que a História oficial glorifica, mas que nós temos fundamento gravado na nossa inteligência e no nosso coração.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

«O Primo de Inglaterra»

Os nossos distintíssimos colaboradores e amigos srs. Cláudio e António Corrêa de Oliveira Guimarães — duas das mais fortes e cultas organizações de artistas da moderna geração — concluíram, de colaboração com o admirável Poeta António Teixeira Pinto, o escritor nacionalista do *Ribamar*, uma peça em 4 actos, de ambiente religioso e português, a que já se referiu, com palavras de justo louvor, grande parte da imprensa do Porto e Lisboa.

O Primo de Inglaterra, é uma peça simbólica, integralista, focando o conflito eterno entre a tradição e a civilização, entre o espírito do que foi e o espírito do que é.

A «Brotéria»

Foi dia de festa legítima, há tempos, na *Brotéria* aquele em que o director da magnífica revista, o eminente naturalista Sr. Padre Joaquim Silva Tavares, foi recebido, como sócio efectivo, na Academia das Ciências.

Com a *Brotéria* estivemos em espírito nessa festa em que a Igreja e a Companhia de Jesus, de que o ilustre académico é membro prestigioso, receberam tanta honra como honesta alegria. E rememorámos, então, como todos os nossos melhores intelectuais rememoram, os serviços magistrais da *Brotéria* à Fé, às Ciências e às Letras, bem como o carinhoso acolhimento que lá se dispensa, em consultório gratuito, às perguntas ou dúvidas do clero paroquial e de todos os católicos que prezam a verdadeira ortodoxia. Enfim, os constantes triunfos da *Brotéria* e a glória progressiva e sólida, do seu director e dos seus colaboradores insignes, consolam-nos e alentam-nos tanto, que aqui deixámos estas linhas de rápida, mas sincera, homenagem, esperançados em que os nossos reconstrutores menos disciplinados procurem orientar-se na fé, na ciência e nas letras, por um guia tão seguro e magnânimo.

A *Brotéria* foi abençoada e louvada por Sua Santidade Pio XI e por vários Prelados. Será preciso dizer mais, se os

nossos homens de ciência e de letras a consideram a melhor que temos no género?

A obra de Nuno de Montemór

De um extenso artigo que o ilustre professor italiano sr. Guido Battelli, publicou na «Unité Cattolica» dedicado à obra de Nuno de Montemór — nosso distinto colaborador e querido Amigo — transcrevemos estas belas passagens:

«Há quarenta anos, Lorenzo Etechetti, desbaratando a sua musa alcoólica pelos prostíbulos e estalagens suspeitas, gritava: «apontem-me hoje um poeta cristão que seja capaz de escrever um soneto legível!»

Se êste desgraçado, ao qual esperamos Deus haja concedido a sua misericórdia por tanta fatuidade dita e escrita, hoje reabrisse os olhos, ficaria maravilhado perante o exuberante refflorir da literatura católica dos rossos dias.

No campo filosófico veria um Chesterton e um Maritain, na poesia um Louis le Cardonnel, um Claudel e um Jammes, na prosa narrativa um Papini e um Ribeiro, na eloquência um Vasquez Mella, na agiografia um Joergensen e Ghéon, para não falar de outros tantos valorosos escritores e sábios cristãos.

A esta bela falange de fulgidos talentos, juntou-se, nos últimos tempos, a nobre figura de um poeta português, Nuno de Montemór que no seu livro «Amor de Deus e da Terra» revelou uma profundidade de pensador e uma intensidade de pensamento infinitamente superior a muitos fabricantes da rima contemporânea.

Pode imaginar-se, por isso, com quanta satisfação descobri em Portugal êste livro onde palpita um sopro de verdadeira e grande poesia.

É de preferência para os humildes, para os que sofrem e para os que choram

que a voz de Nuno de Montemór se volta, cheia de pensamentos bons, pensamentos santos, que faz brilhar na treva da vida como faróis noturnos nas tempestuosas praias dos mares.

A poesia de Nuno de Montemór é mais verdadeira, mais viva, mais humana, que toda a fatigante reconstrução neo-clássica tentada nestes últimos anos.

Para a entender não é preciso recorrer à enciclopédia nem ao dicionário mitológico: basta ter um pouco de coração, haver sofrido e ter a esperança de que as nossas lágrimas serão um dia consoladas.»

Todo o extenso artigo vem intercalado de traduções, na suavíssima língua italiana do livro de Nuno de Montemór, particularizando os seguintes salmos: *Escrever para quem?* — *Os que eu amo* — *O meu único amor* — *O meu presépio* e *O Cântico à Guarda* terminando por dizer que todo o livro merecia ser traduzido para ensinamento e consolação de toda a gente.

Aproveitando êste ensejo, vamos transmitir aos nossos leitores uma agradável notícia. O distinto professor Sr. Guido Battelli vai, dentro em breve, conceder-nos a honra de colaborar na nossa revista.

«Um sorriso de Santo António»

Intitula-se assim a segunda novela da *Colecção Veritas*, que deve ser posta à venda em Janeiro.

É seu autor o nosso querido Amigo e antigo colaborador, Sr. Dr. Hipólito Raposo, que, de há muito, tem, nas lêtras portuguesas, um nome consagrado, como um dos nossos mais prestigiados prosadores contemporâneos.

Danço esta boa nova aos nossos leitores, assinantes da *Colecção Vêritas*, constatamos, com alegria, que a magnífica cruzada que Nuno de Montemór e a *União Gráfica* lançaram, há um ano, afirma, dia a dia, a sua vitória.

O 3.º volume será de outro grande e consagrado escritor: Manuel Ribeiro.

Podemos também anunciar que vão muito adiantados os trabalhos para a classificação das novelas e poemas que os escritores novos mandaram ao concurso da *União Gráfica*.

A inscrição de novos assinantes da *Colecção* está permanentemente aberta, devendo os seus pedidos ser dirigidos para a Travessa do Despacho, 16 — Lisboa.

São Gonçalo

No próximo fascículo, *Gil Vicente* vai iniciar a publicação de um magnífico e valioso estudo do nosso distinto colaborador Sr. Alberto V. Braga, sobre São Gonçalo, o santo vimaranense que se venera em Amarante.

«A Realeza de D. Miguel»

Dentro em breve será posto à venda uma nova edição do livro do Sr. D. Miguel Sotto Mayor, *A Realeza de D. Miguel*, com prefácio e notas do nosso querido amigo Sr. Dr. João Ameal.

Grémio Português Tradicionalista

Recomendamos a todos os integralistas a sua inscrição como sócios do Grémio Português Tradicionalista.

O Grémio é, actualmente, a nossa melhor organização e foi êle que durante a

vigência do Pacto de Paris evitou a dispersão mantendo bem alto a bandeira sagrada da Legitimidade dos Direitos do Senhor Dom Duarte.

A séde do Grémio é na Rua do Sol (a Santa Catarina), 40-A, 1.º — Lisboa.

«Vínculos Sagrados»

Manuel Ribeiro, o apreciado e ilustre romancista da *Catedral* e da *Revoada dos Anjos*, tem, no prelo, um novo livro.

Vínculos Sagrados faz parte da *Trilogia Nacional* que em 1925 se iniciou com *A colina sagrada* e há-de despertar o interesse alvoroçado dos seus anteriores volumes.

Arcebispo Primaz

O incidente desagradável ocorrido em Braga, não nos merece referências.

Apenas queremos testemunhar ao illustre Prelado que tantos e tão assinalados serviços tem prestado à Igreja, o preito da nossa admiração e profundo respeito, aproveitando êste ensejo para, com as nossas homenagens e veneração, beijarmos o anel do Venerando Antistete.

Dr. José Maria Rodrigues

O n.º 197 (ano XII) da *Vida Católica*, órgão oficial do Patriarcado de Lisboa, insere os autos de investigação requerida pelo Rev. Dr. José Maria Rodrigues, em face da afrontosa acuseção que lhe foi feita de pertencer à maçonaria.

A investigação a que procederam as autoridades eclesiásticas, deu inteira satisfação ao Sr. Dr. José Maria Rodrigues.

Felicitemos o eminente professor e virtuoso sacerdote que é, ao mesmo tempo, uma glória do magistério português.

As «Meditações» do Cónego Beaudenom

No sentido de prestar um bom serviço ao afervoramento, entre nós, dos sentimentos religiosos e à regularização da vida prática e afectiva das almas devotas, a conhecida casa editora A. Figueirinhas, L.^{da}, do Porto, abriu a assinatura para a publicação, em português, das obras do Cónego Beaudenom, começando pelas suas *Meditações*, magnífica obra em 4 volumes.

Entre os autores de obras piedosas — Santo Ignacio de Loyola, S. Francisco de Sales, P.^e Dupont e tantos outros, — o Cónego Beaudenom ocupa um lugar de alto relêvo, sendo os seus livros modernamente os mais preferidos por todas as pessoas que se entregam à vida contemplativa.

Estudando profundamente os Evangelhos e pondo em foco luminoso a vida da Sagrada Família, — Jesus, Maria e José, — demorando-se particularmente no desenvolvimento da Vida de Jesus, que apresenta à nossa consideração como exemplo e modêlo, o Cónego Beaudenom teve, sem dúvida, a preocupação de tornar essa vida o mais humana possível, isto é, perfeitamente imitável por todas as pessoas, qualquer que seja a sua categoria e condição.

O estilo, sempre variado e muito elegante, por vezes de um colorido que encanto e subjuga, é um dos seus atractivos mais poderosos, porque é uma coisa bela,

e é através das coisas belas que melhor podemos admirar a suprema Beleza.

Louvando tão simpática iniciativa da Casa Figueirinhas, estamos certos que ela terá a coroá-la o êxito que lhe é devido, na divulgação das grandes verdades evangélicas, e, por conseguinte, na disseminação e depuramento da vida cristã no nosso país.

Livros novos

Em breve serão lançados para a *feira das letras* dois livros de escritores vimezanenses, sendo um de novelas, escrito pelo nosso distinto colaborador Sr. Dr. Eduardo de Almeida, e outro de psicologia infantil, da autoria do nosso amigo Sr. A. L. de Carvalho.

«A música portuguesa e os seus representantes»

Vai entrar no prelo mais um novo livro de arte do ilustre escritor Sr. Alfredo Pinto (Sacavém), todo dedicado a compositores portugueses, como segunda parte do livro *Horas de arte*, que também tratou de músicas nacionais.

Esta obra trata dos seguintes artistas: Virgílio Angelo, Cláudio Cordeiro, Rui Coelho, José Cordeiro, Luís Costa, dr. Ivo Cruz, Fernandes Fão, Costa Ferreira, Frederico de Freitas, Francisco de Lacerda, Armando Luz, Hermínio Nascimento, Wenceslau Pinto, Manuel Ribeiro Sampaio Ribeiro, Flaviano Rodrigues, Óscar da Silva e dr. António Viana.

É uma obra intensamente patriótica, onde os estrangeiros poderão analisar quanto a cultura da música é já digna de aprêço no nosso país.

◉ «Album da Colônia Portuguesa no Brasil»

A colônia portuguesa no Brasil vai apresentar, na Exposição Ibero-Americana de Sevilha, uma obra de patriotismo que muito dignifica os seus promotores.

Trata-se da publicação do «Album da Colônia Portuguesa no Brasil», no qual os principais escritores brasileiros e os intelectuais portugueses, residentes na grande Nação irmã, vão celebrar a obra formidável que Portugal realizou além-Atlântico, desde o tempo do descobrimento e colonização até ao presente.

Os feitos heroicos dos portugueses; a sua acção colonizadora; o seu esforço na criação e desenvolvimento do comércio e da indústria; a sua obra monumental de beneficência e assistência, tudo será posto em foco no referido Album, junto com uma vasta e primorosa documentação gráfica.

No Rio de Janeiro abriu já a exposição dos trabalhos que figurarão no «Album da Colônia Portuguesa no Brasil», o qual constituirá como um hino de beleza a erguer bem alto o nome de Portugal, gloriosamente perpetuado na grande Nação brasileira.

Dr. Francisco de Queirós

Dá-nos, de novo, a honra da sua colaboração o distinto escritor e advogado Sr. Dr. Francisco de Queirós.

A Mata é um excerpto de um livro de contos que êste nosso Amigo tem a entrar no prelo, tendo a nossa revista iniciado já a sua publicação no fascículo correspondente aos n.ºs 5 e 6, da 2.ª série.

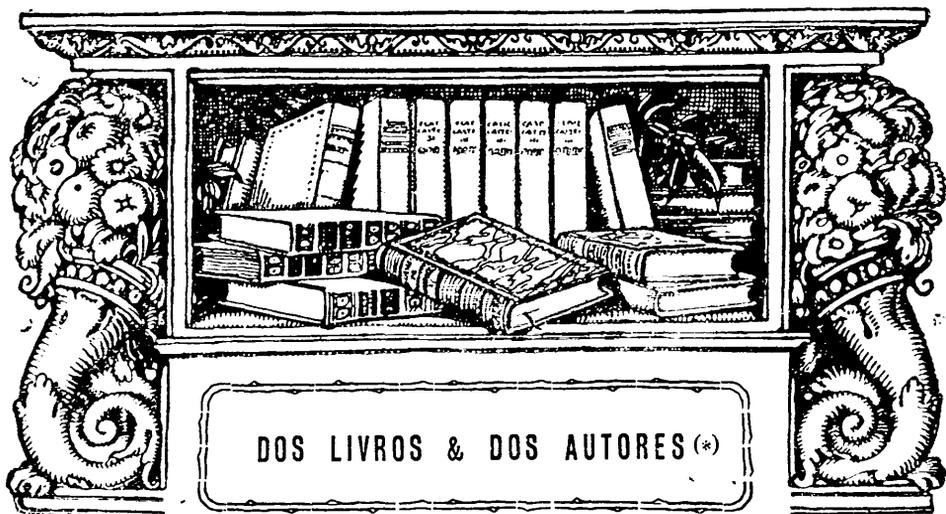
Como, por motivos vários, o seu Autor só agora nos pôde enviar a conclusão, publicamos hoje, novamente, a parte então publicada, concluindo, no próximo fascículo, a publicação dêste interessante conto.

◉ «O Último olhar de Jesus»

Antero de Figueiredo, o prosador espiritualista da *Senhora do Amparo*, tem a sair, breve, do prelo um novo romance a que deu o título de: *O Último olhar de Jesus*.

Êste novo livro embora não seja um romance de tese, não deixa, no entanto, de expressar as conclusões espirituais do seu ilustre autor.





DO MEU CANTAR, por *Vergilio Amaral*. — Tip. Universal. — Braga, 1927.

Livro de quadras encantadoras, ao sabor popular, canta as esperanças e as desilusões desta vida cheia de canceiras e abrolhos. Vergílio Amaral revela-se um bom poeta que pode e deve levar mais longe os dotes que possui de saber fazer versos.

Continue, pois, sem desfalecimentos a cantar, porque

*Cantando, bem resa o povo
— É que lindas orações! —
O rosário é lume novo
Da cinza das tradições.*

O Autor ilustrou o seu belo livrinho com singelos mas interessantes desenhos.

SIGNO, (poemas), por *Rafael Laffón*. — Colecção «Mediodia». — Sevilha, 1927.

É dividido em seis partes êste livro de poemas que D. Rafael Laffón escreveu e teve a gentileza de nos enviar, enfaixando, assim, em secções distintas, as suas produções: — a) *Menaje*; — b) *Curva de Agua*; — c) *Niño en brago*; — d) De «Baró de Gran Empresa»; — e)

(*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis peio seu valor intrínseco.

Forma; — f) *Paisage concéntrico*. Vejamos a orientação do Autor neste soneto consagrado a *Niño y su ángel*:

*Ángel de precisión para su guarda
— internas aventuras en sígilo —;
ángel que levas por el doble hilo
gemela el ancla verde o negra o parda...*

*Como desquite de la andanza tarda,
espacios truncas de tu flor al filo,
y anestésias azul — dosis en vilo —,
múltiplo alado en zumba de moscarda.*

*Y el niño tutelado en la aventura,
declina mapas mudos de mañana,
se embala em curvas de su calentura*

*— ¡ jamás activo peina ya una cana! —:
que el ángel dona — dones de premura —,
timón seguro tras del ala plana.*

*NOTAS BIOGRÁFICAS DO EX.^{MO} E REV.^{MO} SENHOR
D. MANUEL VIEIRA DE MATOS, ARCEBISPO
PRIMAZ, por Monsenhor J. Augusto Ferreira. — Tip.
«Minerva». — Avenida Barão de Trovisqueira. — Fama-
licão, 1927.*

Monsenhor J. Augusto Ferreira, que é um grande valor nas letras portuguesas, fez muito bem em dar a primazia às notas biográficas do actual Senhor Arcebispo de Braga, iniciando assim, a continuação, até ao presente, da História dos Arcebispos de Braga.

A oportunidade é flagrante, não só por constituir uma condigna celebração do 28.º aniversário da sagração episcopal do Senhor D. Manuel Vieira de Matos, como, também, por vir prestar uma necessária homenagem ao venerando Prelado Bracarense para que melhor se possa ajuizar, com justiça e com verdade, quanto tem de grande — porque é cristão e é portuguesa — a acção desenvolvida por S. Ex.^a Rev.^{ma} na recristianização do nosso povo.

Assim, à face das notas biográficas; assim, à face das provas que nos são fornecidas por actos praticados; assim, à luz clara dos acontecimentos e dos factos, rasga-se a neblina que, muitas vezes, se forma a perturbar a visão nítida e, o que é mais ainda, a apreciar com injustiça o que só louvores e agradecimentos nos deve merecer.

Depois, as páginas dêste livro, constituem apreciáveis elementos para a história imparcial da agitada vida e perseguição vil que a república, logo no seu nefasto alvorecer, moveu contra a Igreja e os seus Ministros, reeditando, assim, as scenas selvagens dos homens do liberalismo.

A forma verdadeiramente heroica e abnegada como o então Prelado da Guarda enfrentou e combateu as iníquas leis da violência e da perseguição, encontra-se detalhadamente feita nos documentos que então se publicaram e, agora, foram reunidos neste admirável volume.

Que todos os portugueses leiam essas páginas tão cheias de heroísmo e humildade, para, desta forma, e memorando toda a benéfica acção desenvolvida pelo Senhor D. Manuel Vieira de Matos se poder, sem disfarce, fazer verdadeira justiça às intenções nobres e cristãs do eminente Prelado.

LENGUA Y LITERATURA PORTUGUESAS, por *Fidelino de Figueiredo*.—Compañia Ibero-Americana de Publicaciones, S. A.—Don Ramón de la Cruz, 51.—Madrid, 1928.

Fidelino de Figueiredo que em terras de Espanha tem sabido honrar e dignificar a literatura portuguesa, criando-lhe um carinhoso ambiente e cuidando de intensificar o tão necessário intercâmbio cultural, publicou, em opúsculo, o interessante e magistral discurso que pronunciou por ocasião da abertura da cátedra da língua portuguesa, na Universidade Central de Madrid, por iniciativa da Junta de Relações Culturais.

Trabalho cuidadoso, de profunda análise científica e filológica, replete com fidelidade e brilho, todo o valor estético e cultural da língua e da literatura portuguesa, desde «o ciclo dos *Amadises* e dos *Palmeirins*» até nossos dias, desde a literatura portuguesa dos fins do século XVIII, de que se desprende a brasileira, até aos «nomes ilustres do Brasil, onde a língua comum é objecto do mais devotado culto».

A RAÍNHA SANTA, por *José Agostinho*.—Casa Editora A. Figueirinhas, L.^{da}. — R. das Oliveiras, 71. — Porto, 1928.

Na história e na lenda a Rainha Santa ficou sempre lembrada do nosso povo, perpétuamente acarinhada no coração da nossa gente. A santa rainha D. Isabel, a protectora dos infelizes, a esposa magnânima, a mensageira de Deus, é sempre lembrada em todos os recantos de Portugal, porque a todos os recantos chegou a fama das suas virtudes e o esplendor da sua santidade.

É a história e a vida de D. Isabel que o distinto polígrafo e escritor de valiosos méritos sr. José Agostinho, nos narra, com encantadora beleza, no seu novo e admirável livro *A Rainha Santa*, que lemos com a sofreguidão, com o interêsse que as coisas belas sempre despertam e incitam.

Toda a agitada vida do reinado de D. Diniz, a dois passos ainda do corajoso rasgo de S. Mamede, se encontra soberbamente narrada, num estilo vernáculo, tocante e virtuoso, neste soberbo romance, rigorosamente histórico, a que bem se podem aplicar as palavras, cheias de verdade, do P.^e Félix: — «o bom livro é o mais eficaz da terra; eficaz para iluminar, eficaz para consolar, eficaz para converter não sòmente um homem, mas um povo, mas um século.»

CURIOSIDADES DE GUIMARÃES — MULHERES, JOGO, FESTAS E LUXO, por *Alberto V. Braga*. — Tip. Minerva Vimaranesense. — Guimarães, 1928.

Trata-se de um novo trabalho de investigação, metódica, desapassionada e real, focando a vida desregrada da população vimaranense, «af por 1600 e pico».

Trabalho de valor histórico, baseado em documentos insofismáveis, documentos que o tempo poupou nos empoeirados arquivos, revela a magnífica tendências de Alberto V. Braga, para os estudos rigorosamente etnológicos. Apaixonado de tudo o que se prende aos costumes, tendências e tradições do nosso povo, possuindo uma cultura folclórica invulgaríssima, já sobejamente demonstrados em trabalhos anteriores, há a esperar do seu talento uma obra de mais vulto de índole igealmente etnográficas. Que em breve a possamos anunciar, são os votos que ficamos fazendo.

L'HEROINE DU PÉ-TANG, por *Henri Mageau*. — Pièrre Têqui, livreiro, editor. — 82, Rue Bonaparte. — Paris, 1927.

Neste *século das luzes* tem-se desenvolvido uma campanha furiosa e sectária contra as ordens religiosas. Nuno de Montemór, no seu belo romance *A paixão de uma religiosa*, mostra-nos a dedicação e zelo fervoroso das boas irmãs da caridade, dessas heroicas servas do Senhor que alheias a todo o perigo, cumprem heroicamente o seu dever.

Henri Mageau, no seu excelente livro — *L'Heroine du Pé-Tang, Hélène de Jaurias, sœur de charité* — faz a biografia da boa religiosa que,

no meio de guerras, bandidos e revoluções, nas paragens do Pé-Tang, na China, exerce a sua actividade enfrentando corajosa e heroicamente todos os perigos.

Esta biografia foi coroada pela Academia Francesa.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

O IRMÃO DE LUZIA (Romance), por *Nuno de Montemór*. — «União Gráfica, L.^{da}. — R. de Santa Marta, 150. — Lisboa, 1928.

Já há meses que tenho em meu poder, por gentilíssima e cativante oferta dos seus Autores, três livros notáveis: *O Irmão de Luzia*, de Nuno de Montemór; o *Auto das Quatro Estações*, de António Corrêa d'Oliveira, e *O Berço*, de Hipólito Raposo. Tendo sido esta a ordem pela qual os recebi, por ela me guiarei nas referências a fazer-lhes.

A demora e a lamentável irregularidade na saída do *Gil Vicente*, devido ao trabalho ronceiro da tipografia onde era impresso, deram motivo a esta falta enorme em que tenho estado para com tão ilustres camaradas.

Que o seu coração de amigos me desculpe e me perdôe o silêncio involuntário, na certeza de que, para futuro, serei mais pronto, tanto mais que esta Revista parece ter agora assegurada a sua publicação regular.

E falemos, pois, dêste tríptico admirável, — magnífico sintoma de renascimento literário e generoso esforço de evangelização nacionalista.

* * *

Recordo-me perfeitamente de que, quando recebi o livro de Nuno de Montemór, tinha acabado de ler, há pouco, uma das mais venenosas novelas de Vargas Vila. Trazia ainda o espírito revoltado por aquelas páginas de demolição e engenhosas perfídias, dolorosamente vazias do mais ligeiro conforto moral... E por isso, *O Irmão de Luzia* foi para mim, naquele momento, como o refrigério dum veio de água, que surge, milagrosamente, na aridez escaldante dum deserto. Fez-me um grande bem ao coração e à alma.

Devorei-o avidamente, procurando nele, então, para o meu espírito, apenas o banho purificador da doutrinação cristã. Só agora, ao relê-lo, é que verdadeiramente o li...

Porque ler, — é analisar; prescrutar; identificar-se a gente com a psicologia e a sensibilidade do autor; pesar um a um todos os materiais,

bons ou maus, de que o escritor se serviu para construir a sua obra de Arte.

E que belos e valiosos são os materiais de que se serviu Nuno de Montemór, para a realização da sua obra de mais valia!

.....
O Irmão de Luzia, pertence a essa espécie de romances da literatura de idéias, que observando e estudando os fenómenos sociais e a eles submetendo os resultados duma conscienciosa análise, por ela procura descobrir a determinação dos factos que, num encadeamento lógico e natural, nos conduzem à investigação das leis essenciais da vida. É esse o romance de psicologia social, que tem seus mestres em Balzac e Bourget e que, com Maurice Barrès e Henry Bordeaux, conclui pela necessidade do tradicionalismo e pela orientação disciplinadora do espírito católico, — bases sólidas, permanentes e eternas da preciosa célula familiar.

Parece, pelo título, que *O Irmão de Luzia* devia ser uma continuação de *A Paixão de uma Religiosa*, — esse formoso romance que consagrou o autor e que tão salutar influência exerceu no espírito de muitos descrentes. Mas não. Enquanto *A Paixão de uma Religiosa* é um livro de misticismo, com scenas impressionantes, sem dúvida, mas sem grandes lances dramáticos, *O Irmão de Luzia* é uma obra vigorosa de doutrinação e de combate, de lágrimas, de nervos, de tragédia! Sente-se, através da leitura das suas páginas, o pulso forte dum escritor seguro e a consoladora certeza dum grande romancista católico.

Há nele movimento, luta, enrêdo e a admirável segurança técnica do escritor, que, auscultando a vida, sabe entender e fazer comunicar ao leitor, toda a intensidade das suas palpitações dolorosas.

Linguagem simples e desartificiosa; estilo sóbrio, quasi corrente, mas comunicativo e esmaltado de imagens belas e pensamentos profundos. Nuno de Montemór possui o difficil condão de prender e interessar vivamente as atenções, arrastando-nos de página para página, numa ansiedade crescente de chegar ao fim!

Como a *Irmã Luzia*, *Padre Honório* é também um eloqüente conversor de almas, uma figura formosíssima talhada em espiritualidade e beleza. Todas as outras figuras, desde as mais importantes como Helena e Paulo de Menezes, Fernanda e Luís do Souto, às mais secundárias como a criada Palmira e o impedido José, são cuidadosamente tratadas e vivem numa simples pincelada de observação psicológica.

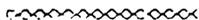
Não pretendo fazer aqui o enrêdo do romance, que seria longo e inútil, porque o livro, que em poucos meses vai já na 3.^a edição, é sufficientemente conhecido.

Nuno de Montemór, está a fazer uma verdadeira obra de apostolado, merecedora dos maiores elogios e digna do carinho e da atenção de todos os nacionalistas e católicos. O nosso País estava a precisar dum escritor assim, porque embora possuíssemos já excelentes prosadores como Antero de Figueiredo, Aquilino e Manuel Ribeiro, Ricardo Jorge, Raúl Brandão e Hipólito Raposo, o que é certo é que em Portugal, depois do silêncio de Carlos Malheiro Dias (o último dos nossos grandes romancistas) ainda não voltara a surgir alguém que mostrasse decidida vocação para êsse género difficil.

Será, porém, *O Irmão de Luzia*, uma obra isenta de defeitos? Não, infelizmente, porque nada sai sem defeitos das mãos do homem! Mas são estes tão pequenos e logo assombrados por páginas tão belas, que não vale a pena o trabalho de os mencionar. Dum livro que encerra uma alegoria magnífica, como aquela da noite da partida dos Jesuítas portuguezes a caminho do exílio, só há que dizer, ajustando aqui a frase de D. Francisco Manuel de Melo, citada por Antero de Figueiredo: «Vem sempre estreito o aplauso para quem serve assim tão belas causas, com tão belo talento.»

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.

N. da R.— Devia, esta referência ao trabalho de Nuno de Montemór, ter saído no n.º 5-6 da nossa Revista, juntamente com as que Horácio de Castro Guimarães faz aos livros de Correia d'Oliveira e Hipólito Raposo. Não nos foi, porém, por falta de espaço, possível inseri-la nesse n.º, pelo que achamos necessária esta explicação para melhor compreensão das palavras com que o autor antecede a sua crítica ao *Irmão de Luzia*.



ERRATAS

Devido a precipitações na tipografia algumas erratas passaram no último número. Porque eram de pequeno vulto não fazemos a rectificação de todas. Apenas salientamos que na referência ao livro *L'Éternel Féminin*, se deve ler: — o livro é deveras interessante e cheio de oportunidade, substituindo assim, o «cheio de interêsse» que a revisão emendou e a tipografia deixou de rectificar.



GIL VICENTE

REVISTA LITERÁRIA DE CULTURA NACIONALISTA



Sumário dos n.ºs 9 e 10 — 4.º volume — 1928

ASPECTOS E FIGURAS DA NOVA ITÁLIA — <i>Alfredo Oriani (1852-1909)</i>	<i>Guido Battelli</i>
POETA IMORREDOIRO	<i>António Cunha</i>
VELHARIAS VIMARANENSES—(Guimarães há 100 anos, 1828)	<i>João Lopes de Faria</i>
A MATA (Conto)—(CONCLUSÃO)	<i>Francisco de Queirós</i>
S. GONÇALO — <i>Culto e Lenda destas bandas do seu berço</i>	<i>Alberto V. Braga</i>
A QUESTÃO SOCIAL E A INTELIGÊNCIA (CONCLUSÃO)	<i>Eugénio de Belonôr</i>
O ANÁTEMA DA FLANDRES — O 2.º BATALHÃO DO 34 DE INFANTARIA (CONTINUAÇÃO).....	<i>João de Ourique</i>

Pensamentos, palavras & obras:

Momento histórico (MANUEL ALVES DE OLIVEIRA); — Política monárquica; — Visconde do Porto da Cruz; — Prof. Guido Battelli; — César de Oliveira; — António da Cunha; — Rainha D. Amélia; — Dr. Leão Ramos Ascensão; — Dr. Marques Cêrca; — «Da Hera nas Colunas»; — «Portugal Ilustrado»; — «A Língua Portuguesa» - Revista de Filologia.

Dos Livros & Dos Autores:

EXPOSIÇÃO DE ARTE SACRA, por *Alfredo Guimarães* (desenhos de João Amaral). — Edição da «Nação Portuguesa», Lisboa, 1928; — PAIXÃO E MORTE DE SIDÓNIO, pelo *Visconde do Porto da Cruz*. Funchal, 1928; — CASTELO DE S. MAMEDE E IGREJA DE S. MIGUEL DO CASTELO, pelo *Dr. Luís de Pina*. Porto, 1928; — ALECRIM DO NORTE (quadras singelas), por *Manuel de Moura*. — Impressas no Porto, em 1928, na Tipografia Progresso, Rua Dr. Sousa Viterbo, 91; — TERMINOLOGIA POPULAR ANATÓMICA, (Guimarães), por *Luís de Pina*. — Tipografia da «Enciclopédia Portuguesa», L.^{da}. — Rua Cândido dos Reis, 47, Porto, 1928; — CACIONEIRO DO MINHO, por *Silva Vieira*. — Livraria Esposendense, Editora. — Esposende, 1927; — VIDA DE S. FRANCISCO DE ASSIS, pelo *P.º Aloísio Tomás Gonçalves*, O. F. M. — Edição do «Boletim Mensal». Braga, 1928; — MEDICINA POPULAR (segundo a tradição de Guimarães), por *Luís de Pina*. 116, Rua Formosa, Porto, 1928; — ANUÁRIO DE «EUSKO-FOLCLORE». (Edição da Escuela de Artes y Oficios. Vitória-Espanha), 1927; — CATECISMO DO MATRIMÓNIO, por *P. Joseph Hoppenot*, S. J. (tradução de Zuzarte de Mendonça. Casa Editora de A. Figueirinhas, L.^{da}, Rua das Oliveiras,

71, Porto, 1928; — LIÇÕES DE PEDAGOGIA, por *Chasteau*. Tradução e adaptação de António Figueirinhas. Casa Editora de A. Figueirinhas, L.^{da}, Rua das Oliveiras, 71, Porto, 1928. (MANUEL ALVES DE OLIVEIRA); — FARRAPOS D'ALMA, por *João de Ourique*. — J. Rodrigues & C.^a. Lisboa, 1928. (José Agostinho); — O AVO (novela), por *Nuno de Montemor*. Edição da «União Gráfica». Rua de Santa Marta 150-152, Lisboa, 1928; — VOOS MÍSTICOS (versos), por *Maria Augusta dos Santos Noqueira*. (Prefácio de Parente de Figueiredo. Edição de «A Voz do Pastor», — R. do Triunfo, 286, Porto, 1928; — PÉTALAS (versos), por *Euclides Sotto-Mayor*. Edição do jornal «O Fafense». Fafe, 1928; — UN APOTRE DE 15 ANS. CHARLES-HENRI DE LA BOUILLERIE, por *R. P. Emile Herbinère*, C. S. Sp.— Pierre Téqui, libraire-éditeur. 82, R. Bonaparte, Paris, 1928; — GRANDS SANC-TUAIRES FRANÇAIS. (Histoire et Doctrine), por *M^{gr}. Tissier*. — Pierre Téqui, libraire-éditeur. 82, R. Bonaparte, Paris, 1928. (HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES).

Ilustrações:

Altar de S. Gonçalo na Igreja do extinto Convento de S. Domingos (Guimarães), O Senhor Dom Duarte Nuno.

Em PAU, no dia 19 de Outubro de 1928, nos jardins do palacete da Sr.^a Duqueza de Cadaval.

A Língua Portuguesa

Publicação mensal para o estudo, divulgação e defesa da língua portuguesa

Director: RODRIGO DE SÁ NOGUEIRA

Redacção e Administração: — Largo do Directório, 8-3.^o

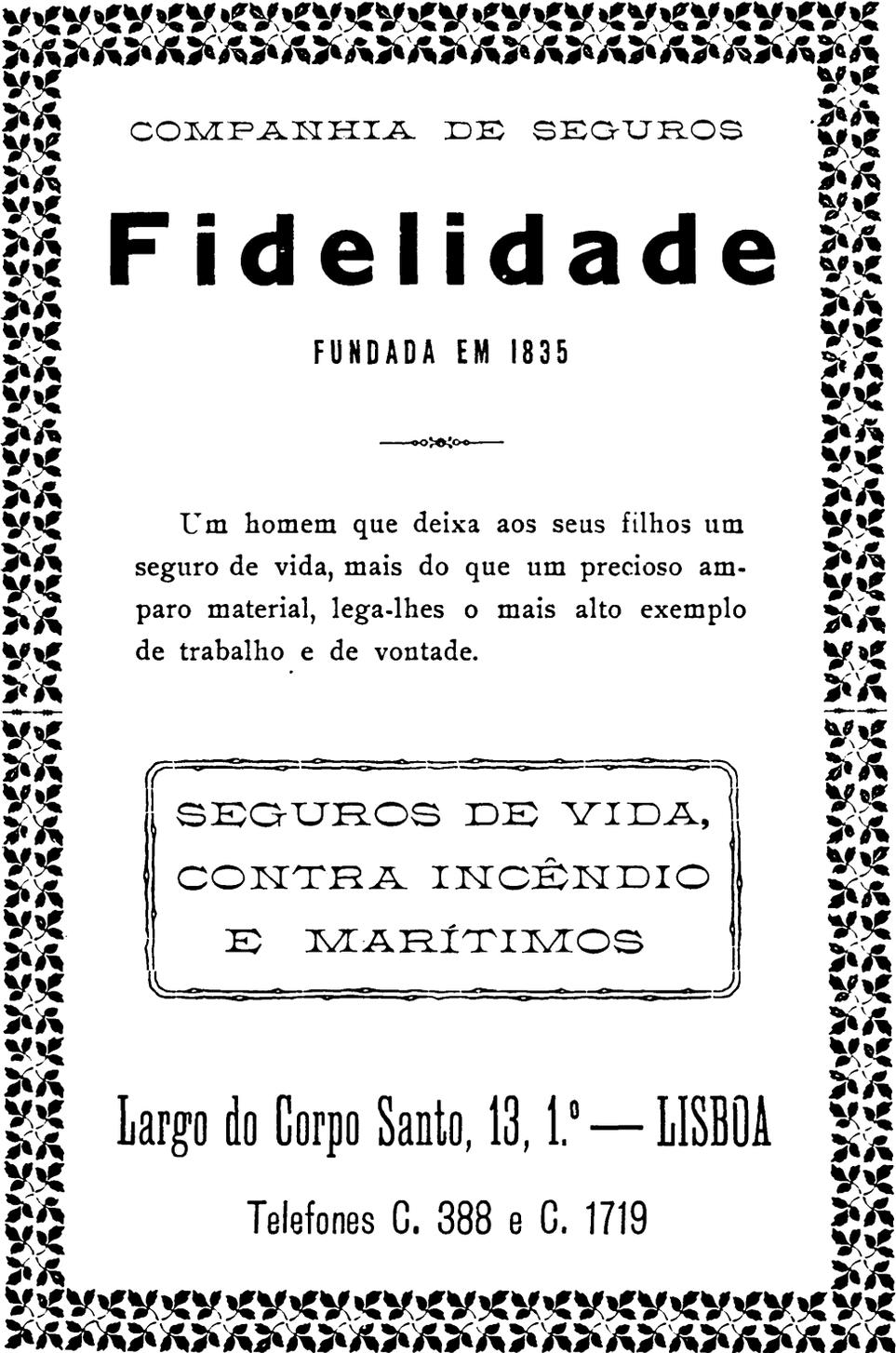
L I S B O A

Assinaturas de 6 n.^{os}, 21\$00

Sumário do fascículo 1.^o:

SUMARIO: — «A Língua Portuguesa», Redacção; — *Observações Filológicas*, J. Leite de Vasconcelos; — *Reacção literária na Língua*, J. J. Nunes; — *O texto das Cantigas d'Amigo*, Rodrigues Lapa; — *Ninarias Filológicas — Haplogia vocabular — Haplogia sintáctica — Idolatra* Xavier Fernandes; — *O Dicionário da Academia*, R. de Sá Nogueira; — *Notas e Comentários*.

Inserirá estudos dos mais consagrados mestres, tanto portugueses como estrangeiros, sobre filologia nacional e românica em geral. Secções de vulgarização e sistematização, notícias e críticas de obras modernas e antigas. Tratará amplamente de todos os problemas que possam subsidiar o conhecimento da nossa língua, etc., etc.



COMPANHIA DE SEGUROS

Fidelidade

FUNDADA EM 1835

Um homem que deixa aos seus filhos um seguro de vida, mais do que um precioso amparo material, legá-lhes o mais alto exemplo de trabalho e de vontade.

SEGUROS DE VIDA,
CONTRA INCÊNDIO
E MARÍTIMOS

Largo do Corpo Santo, 13, 1.º — LISBOA

Telefones C. 388 e C. 1719

Extracto do Catálogo de Livros

á venda na administração do "Gil Vicente"

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES:	
"Por Amor de Colombina..." (Fantasia dramática).....	2\$50
«Ruínas de Amor» (novela)	5\$00
RUY GALVÃO DE CARVALHO:	
«António Sardinha, Poeta do Amor Cristão».....	5\$00
JOÃO DE OURIQUE:	
«Farrapos de alma» (versos).....	10\$00
ANTÓNIO SARDINHA:	
«Pratiquemos um acto de Inteligência!»	4\$00
JOSÉ PEQUITO REBELO:	
«As falsas idéias claras em economia agrária»	3\$00
MANUEL MÚRIAS:	
«O Seiscentismo em Portugal»	6\$00
«Cultura peninsular no Renascimento»	2\$50
«A política de África de El-Rei D. Sebastião».....	5\$00
«A Língua Portuguesa no Brasil» (Ed. em papel de linho, exs. numerados e rubricados pelo Autor).....	7\$50
FERNANDO DA COSTA FREITAS:	
«D. Frei Tirso de Guimarães» (novela).....	2\$50
CÉSAR DE OLIVEIRA:	
«A Marcha do Ódio»	12\$50
J. LÚCIO D'AZEVEDO:	
«Anotações à margem dum capítulo de Alberto Sampaio».....	2\$50
FERNANDO AMADO:	
«O Pescador» (Poema dramático).....	15\$00
GENERAL VITORIANO JOSÉ CÉSAR:	
«A Batalha de Ourique»	3\$00
FERNÃO DA VIDE:	
«O Pensamento Integralista».....	5\$00
ALFREDO GUIMARÃES:	
«Exposição de arte sacra»	4\$00
«Cartilha do Operário»	1\$50
«Os Planos da Autocracia Judaica»	5\$00

Para a província acresce o porte de correio, excepto para os assinantes do Gil Vicente, quando a importância da encomenda fôr superior a Esc. 25\$00. Todas as encomendas são enviadas contra-reembolso.

ASPECTOS E FIGURAS DA NOVA ITÁLIA

ALFREDO ORIANI (1852-1909)

Por GUIDO BATTELLI

NO estrangeiro está-se em regra mal informado àcerca da profunda revolução política de que a Itália é teatro neste momento. Crê-se, em geral, que um homem audacioso e genial se apoderou violentamente dos poderes do Estado, impondo a sua vontade à Nação e fazendo valer como lei o seu arbítrio. Ignora-se que a actual revolução política foi preparada por um largo movimento espiritual que abrange todos os campos da actividade intelectual: filosofia, política, história, arte, literatura. Mussolini é, decerto, o Chefe (*Il Duce*) que executa com mão firme os postulados desta revolução anti-democrática, anti-liberal, anti-burguesa e anti-socialista; mas êle mesmo é o expoente de toda uma larga corrente espiritual que tem as suas raízes no País e tem por isso o consenso unânime da Nação, que com satisfação suporta os duros sacrifícios que as circunstâncias hoje lhe impõem, porque sabe que estes sacrifícios são indispensáveis para a reconstrução económica e política da pátria.

Se o fascismo como doutrina política alcançou um êxito tão grande e tão rápido, foi porque o espírito italiano estava já preparado para o compreender. A liquidação dos velhos postulados filosóficos, políticos e artísticos herdados do «estúpido século XIX⁽¹⁾» estava já definitivamente feita quando o fascismo se afirmou. Tinha passado, para sempre, no campo filosófico o grosseiro materialismo, que foi o verdadeiro opróbrio do pensamento europeu no fim do século

(1) Alusão ao livro *Le stupide XIX siècle*, de Léon Daudet. — Nota do tradutor.

passado; tinha passado o plácido agnosticismo positivista em que parecia acomodar-se feliz a alma covarde duma burguesia indolente; tinha passado, para sempre, a doutrina liberal do «estado-gendarme» que reduzia as funções políticas à simples defesa da ordem exterior, negando ao Estado qualquer finalidade ética; estava liquidado para sempre o grosseiro engano das democracias, chamadas liberais ou igualitárias, que dispersavam a soberania pela multidão anónima e muitas vezes inconsciente dos votos, açambarcados com fraude e as mais baixas lisonjas dos instintos bestiais da plebe. Todos estavam já convencidos de que aqueles milhões de papelinhos brancos lançados ao acaso na urna pelas mãos duma multidão inconsciente e analfabeta eram *zeros* sem nenhum valor, e de que a chamada representação nacional na realidade não representava senão o triunfo de poucos astutos e audazes *meneurs*.

Na própria arte e na literatura fizera-se o processo à escola realista ou naturalista, como lhe queiram chamar, mostrando como a pretensa objectividade do artista era pura ilusão, visto que cada um de nós vê e interpreta o mundo exterior segundo o seu próprio temperamento.

O fascismo apareceu na scena política quando o terreno estava já limpo das falazes ideologias democráticas herdadas da Revolução Francesa, quando já uma vigorosa reacção espiritualista se tinha vindo desenhando em todas as ordens da actividade espèculativa.

Mas quem foi que primeiramente teve a visão desta nova alta dos valores espirituais e ousou erguer o grito de alarme em nome da inteligência contra a fôrça cega e brutal do número? Quem foi o profeta que viu entre as lentas neblinas estagnadas na planície o sol que devia repontar detrás das colinas? Êste homem cuja memória todo o italiano hoje saúda com ânimo grato foi ALFREDO ORIANI.

Alfredo Oriani, natural da Romagna, não teve a fortuna de ver realizado o seu sonho, não pôde ver realizada a sua profecia, morreu antes de assistir à reacção ideal contra o ímpeto cego e bestial da multidão, da qual, infelizmente, na sua «vermelha Romagna» tinha visto de perto os terríveis excessos.

Oriani viveu no período mais triste da nossa história, quando o govêrno nas mãos de homens velhos, fracos e ineptos, dava quotidianos exemplos de vileza e cobardia, deixando cair cada dia um farrapo do seu prestígio e da sua autoridade, pactuando vergonhosamente com os partidos subversivos, que cada dia se tornavam mais insolentes, mais audazes e mais ferozes. Oriani viu calcada a bandeira da pátria para se substituir por ela um trapo vermelho; viu saqueadas as feitorias, ocupadas as fábricas, queimadas e devastadas as igrejas. Entre as chamas dos incêndios, a multidão bestializada urrava: «Não queremos nem Deus, nem patrão: não queremos mais nem pátria, nem família, nem lei, nem religião»! . . .

È então êste homem, obscuro, pobre solitário, levantou o seu grito de revolta num livro magnífico que se intitula precisamente: *A revolta ideal*. As páginas luminosas dêste livro são um protesto corajoso da inteligência, oprimida pela fôrça brutal do número; proclamam a supremacia do pensamento, da energia, da vontade, contra as estúpidas doutrinas niveladoras do comunismo, que pretendem reduzir o homem à condição de um animal satisfeito com ter sempre ao seu alcance e à sua vontade o pão e o amor.

Oriani ensina que a Pátria é uma realidade histórica negar a qual é sacrilégio; que a família é uma necessidade social a cuja exigência não nos podem subtrair sem recairmos na barbaria dos milênios longínquos; que a Religião não é assunto de consciência particular, como prégava a doutrina liberal, mas é uma exigência imprescindível do pensamento humano, ansioso perante os eternos problemas que jàmais obterão da sciência uma resposta.

As páginas de Oriani foram um toque de clarim, uma alvorada de guerra que despertou «os corações abatidos e os ânimos sucumbidos» de uma burguezia fraca e indolente, preocupada unicamente com os seus interêsses materiais e esquecida das mais altas finalidades que a história marca aos povos. Èle fustiga sangrentamente aquela vileza, aquela cobardia, increpa aquela baixaza, destroi todo êsse fantástico castelo de cartas formado pelos princípios democráticos de 1789.

Liberdade, igualdade, fraternidade, grita-se, mas a liberdade se não é subordinada a um princípio orgânico superior, a uma hierarquia, torna-se funesta tanto para o indivíduo como para o Estado, porque se converte numa anarquia demolidora e dissolvente. Que aconteceria, pergunta a si mesmo Oriani, se cada um dos órgãos do corpo humano pretendesse exercer as suas funções independentemente daquela coordenação que é imposta pelas leis biológicas? A enfermidade e a morte seriam a necessária consequência desta desordem. Assim na vida social, quando cada uma das classes pretende actuar só em vista do seu interesse egoístico, sem se preocupar com o bem-estar da Nação, nascem greves, conflitos, lutas que conduzem à ruína económica e muitas vezes à escravidão política. A liberdade do indivíduo e das classes sociais deve por isso ser subordinada a uma finalidade mais alta, que só o Estado tem o direito, ou melhor o dever, de actuar, e portanto só ao Estado e não ao indivíduo compete a soberania.

Grita-se igualdade, mas a igualdade não existe na Natureza; grita-se fraternidade, mas a fraternidade não existe na história. A história não é mais que uma luta de povos que realizam idealidades diversas, muitas vezes opostas entre si, e que conquistam a vitória pela concorrência económica e pela luta política: o prémio é dado à inteligência, à actividade, à coragem, ao heroísmo. Esta é a lei da vida, este é o ritmo da história.

Hoje toda a mocidade italiana está compenetrada destas doutrinas suscitadoras de energia, poderoso estímulo de vida e actividade; ela olha altiva para o seu longínquo porvir com a intrépida coragem dos fortes, que sabem que terão de vencer ásperas batalhas para arrancar a vitória, mas sabem também que a vida é bela e vale a pena de ser vivida somente por esta dedicação a um ideal. O jovem sabe que a vida é luta, sacrifício, dôr; mas sabe que a Vitória beija a fronte dos valorosos e que o futuro do País está confiado às resoluções magnânimas e às ousadias generosas.

Agere et pati fortiter romanum est!

(Traduzido do italiano pelo dr. Artur Bivar)

POETA IMORREDOIRO

(Ao abalisado polígrafo José Agostinho)

*Muito deve orgulhar-se a lusa história
Em registar no seu memorial,
Um tão ilustre filho, um ideal,
A quem os seus escritos só dão glória.*

*Poetas tem havido, cuja m'mória
Jâmais esquecerá em Portugal;
Mas um houve porém que sem igual,
Nas letras alcançou grande vitória.*

*Todos sabem mui bem que foi Camões
A quem Deus ofertou inspirações,
Para êle os «Lusíadas» cantar.*

*Êsses poemas são imorredoiros;
A sua alma coberta de bons loiros,
Para a mansão do céu foi habitar.*

Guimarães, Setembro de 1928.

ANTÓNIO CUNHA.

VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1828

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

JUNHO

Dia 22 — «Ás 7 horas da manhã ouve-se um pequeno tiroteio para as partes de S.^{ta} Luzia. Os soldados e paisanos que na noite antecedente tinham pegado em armas para fazerem a guarnição da vila viram-se na necessidade de pegarem n'elas (estavam ensarilhadas defronte da casa do Tournal) e fugirem pela Caldeiroa fóra. Poucos momentos depois que estes se retiraram, entraram uns poucos de guerrilhas; 10 soldados do regimento 19 e alguns milicianos de Villa do Conde, tudo comandado por um official de caçadores 8; e vindo desde S.^{ta} Lusía a dar fogo ao ar, e continuando-o a dar no Tournal deram 2 tiros para uma janela do Passeio. onde estavam 2 homens, mas não acertaram. Foram em seguimento dos que se haviam retirado, mas só puderam prender um. Voltando para o Tournal o

comandante mandou prender alguns individuos que lhe haviam dito ser constitucionaes. Passadas duas ou tres horas tocou a caixa a reunir e formando no Tournal, onde todos tinham sido aboletados, o comandante deu os vivas ao sr. D. Miguel 1.^o, á Sr.^a Imperatriz Rainha, á Casa de Bragança e á Santa Religião, marchando outra vez para Braga levando os presos atados com cordas.» (P. L.)

Dia 24 — «Entra uma divisão do Porto comandada pelo coronel «Cayola» do 21, composta dos seguintes corpos: um contingente de caçadores 11, outro contingente de infantaria 9, um batalhão do 18 e o regimento n.^o 21, dois batalhões de milicianos (um do Porto e outro de Vila Nova das Ameias) alguns cavalos, alguns voluntarios e duas peças d'artilheria, que ao todo eram 1500 homens. Logo que esta divisão chegou ao Tournal foram os caçadores e voluntarios o a con-

vento de S. Domingos e prenderam todos os frades e creados que lá encontraram e os conduziram sem capas nem chapeu á presença do comandante que estava no Toural, o qual lhes deu uma reprehensão e os mandou para a cadeia. Estas prisões foram feitas por ordem da Junta do Porto por queixa que lhe haviam feito de se ter dado um tiro do convento á gente do capitão Reboto na ocasião em que os guerrilhas que vieram de Braga a 22 d'este mez a fez fugir. Quasi na mesma ocasião que os frades foram presos levou um soldado de cavalaria um tiro de bala e quartos em uma perna do qual ficou bem mal tratado, e queixando-se o soldado ao comandante da divisão, de lhe haverem dado o tiro de dentro do convento, este mandou logo saquear o convento da maneira mais escandalosa, a ponto que nada deixaram que não roubassem ou inutilisassem. Na ocasião do saque disparou-se a arma d'um caçador que estava arrombando uma cela, e dando no rosto d'um voluntario lhe fez um estrago tamanho que ficou inteiramente cego e disforme.» (P. L.)

Dia 25 — Aviso da Intendência Geral da policia da côrte e reino, acusando a recepção do officio que lhe dirigiu em 16 dêste o corregedor da comarca de Guimarães, recebido pelo correio marítimo que chegou a Lisboa em 25 e levado logo à presença de S. A. R. «em

cujo nome se louva o seu honrado comportamento, zelo e fidelidade, recomendando-lhe que proceda contra quaesquer pessoas desaffectedas á realesa, ou perigosas, formando-lhe culpa e dando-se parte.»

Dia 26 — Aviso da secretaria de estado dos negócios eclesiásticos e de justiça, nomeando o corregedor António Joaquim de Carvalho interinamente Delegado do Intendente Geral da Policia, tomando a seu cargo a policia da provincia do Minho, entendendo-se esta interina Delegação subordinada ao governador das justicas do Pôrto actualmente em Lamego.

— Aviso da secretaria de estado dos negocios de justiça, determinando ao corregedor que immediatamente suspenda dos seus lugares o provedor da comarca, Manuel Inácio Pereira de Moraes Cabral, o juiz de fóra de Bastos, António Vaz Lobo de Abreu e o escrivão do dito provedor, os quais êle corregedor em officio dirigido à dita secretaria em 16 dêste mencionou como tendo tomado parte com o mesmo provedor para o transtôrno da boa ordem e para aliciar gente ao partido «rebelde». Também lhe ordena que suspenda quaisquer juizes ordinários da comarca em quem não considere sufficiente confiança para exercerem os seus lugares nas actuais circumstâncias fazendo que as varas dêstes juizes recaiam em homens de reconhecidos sen-

timentos a favor da boa causa suspendendo também quaisquer officiais de justiça do seu distrito cujas opiniões e conduta se tornem suspeitas.

— «À meia noite sahem para o Pôrto os frades dominicos e os seus creados que haviam sido presos na tarde de 24 d'este mez. Os frades que seguiram presos para o Porto foram fr. Antonio Macieira, o Grilo, de Braga, e o sacristão, tambem natural de Braga, ficando dos que tinham sido presos fr. Manuel do Rosario e fr. José, organista. Alguns d'estes padres tinham sido feridos pelos soldados quando foram presos. Tambem foi com os frades o fardamento do 15, que estava nos quartéis.» (P. L.)

Dia 27 — «De manhã chegou a noticia de terem desembarcado em Matosinhos ao pé do Porto trinta e tantos figuros do partido do Sr. D. Pedro 4.º entre os quaes vinham o Marquez de Palmela, o Conde de Vila-Flôr, o Conde da Taipa, o Conde de Calhariz, o Barão de Rendufe, e os 3 generaes Saldanha, Stubbs e Azevedo e outros. Por esta noticia houve de manhã repiques e muitos foguetes, sendo estes pagos pelos officiais de milicias do Porto. Das 10 para as 11 horas da manhã sahiu a musica do 21 a tocar o himno constitucional pelas ruas da vila, acompanhada por muitos militares e paisanos, dando vivas ao Sr. D. Pedro 4.º, á Sr.ª D. Maria 2.ª e á Carta. N'esta manhã tam-

bem chegou a noticia de se terem dado duas batalhas nos dias 24 e 25 d'este mes, junto a Condeixa, nas quaes o exercito constitucional tirou alguma vantagem. Ao meio dia houve alguns repiques e foguetes do ar.» (P. L.)

— «Das 5 para as 6 horas da tarde foi atacada de improviso a guarda da divisão constitucional do Porto que estava n'esta vila e que n'ela havia entrado a 24 d'este mez. A guarda que foi atacada era a que estava postada na ponte de S.ª Luzia. Ao mesmo tempo que foi atacada a guarda da ponte principiaram a avançar soldados e guerrilhas pelas ruas de Traz-o-Mosteiro, S. Domingos e Molianas, chegando alguns guerrilhas a entrar no Toural onde foram mortos. O batalhão do n.º 18 que estava em revista no terreiro da Misericordia marchou logo para o inimigo repelindo-o em diferentes pontos. Os outros corpos entraram a pegar em armas, porem em grande desordem porque o fogo já era imenso por todas as partes. Não obstante a sua surpresa não deixaram de fazer um fogo vivissimo ao inimigo fazendo-o retirar em desordem. Na villa apareceram alguns 12 ou 15 mortos, no numero dos quaes entravam um sargento do n.º 9 e um soldado do mesmo regimento, ambos da divisão constitucional do Porto; o resto dos mortos eram guerrilhas e milicianos da gente (realistas) que tinha vindo de

Braga. Fóra da villa tambem appareceram bastantes mortos e feridos. Finalmente foi esta a maior catástrophe que Guimarães tinha visto, a qual encheu toda a gente de terror e espanto, pelo que ficou a villa deserta de todo. O fogo durou até depois de Trindades, e então é que as duas divisões retiraram, a realista para Braga, isto é parte dela porque a outra dispersou para diferentes partes, e a constitucional para o Monte da Forca, onde acampou n'esta noite. A tropa que tinha vindo de Braga era composta de guerrilhas, milicias, alguns soldados do n.º 19 e um batalhão de soldados provisórios, e era comandada por o coronel Raimundo José Pinheiro, governador de Viana.» (P. L.)

Dia 28 — «De madrugada vieram a esta vila alguns piquetes da tropa constitucional que estava no monte da Forca, para conduzirem os feridos e algumas bagagens que n'ela lhe haviam ficado, e para deitarem o fogo á casa de Fortunato Cardoso, do Proposto, por lhe haverem feito fogo da mesma. Os soldados lançaram o fogo á cavalariça e minutos depois retiraram-se, dando assim lugar a que o povo acudisse, pelo que não ardeu a casa, mas somente parte da dita cavalariça. Os soldados mataram um moço que estava a ter conta na dita casa. N'esta manhã marchou a tropa constitucional para Penafiel. A villa ainda n'este dia se achava deserta,

causando horror o numero dos mortos que entrava para a Misericórdia, uns na tumba e outros em pavioas. O sargento do 9 foi morto mesmo ao pé do cruzeiro do Tural, com um tiro de espingarda.» (P. L.)

Dia 29 — «Passa o general D. Alvaro acompanhado somente por dois cavalarias, vinha d'Amarante e foi para Braga. A villa ainda se conservava como no dia antecedente.» (P. L.)

Dia 30 — Passa aqui o general D. Álvaro, que vinha de Braga e ia para Amarante, seguiu pela estrada da Cruz da Argola, Alto das Vassouras, etc. Na vila já ia apparecendo alguma gente.

JULHO

Dia 1 — «Passaram uns 8 guerrilhas que iam reunir-se á gente de Braga, que na mesma manhã passou no Rebôto, (cêrca de 300 a 400 homens), seguindo a estrada de Penafiel e levando duas peças de artilharia. Esta gente era realista.» (P. L.)

— «N'este dia já ia apparecendo mais alguma gente na villa. Ás 11 horas da noite chegaram 11 cargas de polvora, escoltadas por milicianos e guerrilhas, e foram para Penafiel para a gente que tinha marchado de Braga e passado de manhã ao Rebôto.» (P. L.)

Dia 2 — O Governador das justicas, da Relação, participa de Lamego, ao Corregedor, para que no

seu distrito faça pública esta notícia: «haver sido aclamado, em 29 do mês findo, Rei de Portugal o sr. D. Miguel.»

— «Entraram nesta villa 200 voluntarios realistas, comandados pelo capitão Alpoim, que foi do n.º 15; ficaram aqui por algum tempo.» (P. L.)

Dia 3 — «Pelas 10 horas da noite entraram nesta villa as três divisões realistas de Gaspar Teixeira, D. Alvaro e Franco e há por tal motivo iluminação geral. Foram protegidas bastantes casas, principalmente as dos constitucionaes; as divisões eram compostas de algumas companhias de caçadores, 2 batalhões de soldados provisórios, regimento de infantaria n.º 12, alguns policias, 80 cavalos e os regimentos de milicias de Braga, Basto, Penafiel, Arcos, Barca e Vila do Conde, e duas peças d'artelheria.» (P. L.)

— Foi preso pelos voluntários realistas o beneficiado minorista, António José da Rocha, que, no registo da cadeia da correição, declarou ignorar o motivo. Não há data da saída.

— «Vindo a passar quarenta e tantos voluntarios realistas, por Fafe, foram desarmados os soldados e presos os officiais pela gente da villa e suas imediações. Os voluntarios vinham para esta villa.» (P. L.)

Dia 4 — A Câmara, em sessão extraordinária, elegeu juiz-almo-

tacé, na falta de José António Mendes da Silva Bragança, que se achava actualmente servindo de juiz vereador, a Francisco Filipe de Sousa da Silveira. O presidente, juiz vereador, apresentou um officio, recebido neste dia, do doutor desembargador da comarca, com o decreto de S. Maj.^{de} o sr. D. Miguel I, o qual foi mandado afixar nos lugares públicos e resolvido que houvesse em 3 noites luminápor tão aplausível motivo.

— O conego Paulo de Carvalho Machado e Melo ofereceu, em nome do Cabido, ao general D. Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, que aqui passava neste dia com as tropas do seu comando, a encontrar os constitucionais que retiravam para Galiza, 142 pares de sapatos que, ao preço de 400 réis o par, importaram em 56\$800 réis (reduzido a metal foram 50\$550) para as ditas tropas, cuja importância só foi paga em 5 de Fevereiro de 1829, visto que quando o oferecimento foi feito se achavam dispersos os membros do Cabido.

— «De tarde marcharam sobre a Falperra as 3 divisões que aqui haviam entrado na noite antecedente, para franquearem o exercito constitucional do Porto, que se ia retirando para a Galiza, tendo a Junta provisória do Pôrto e os Titulares e Generaes que vieram de Inglaterra fugido para bordo de uns brigues inglezes que então estavam surtos no Douro, pondo-se ao fresco.» (P. L.)

Dia 5—Em vereação:—foi apresentado um officio do capitão-mor, governador militar desta vila, Domingos Cardoso de Macedo, requisitando pão para fornecimento da tropa aqui estacionada. Delibrou-se que o juiz presidente embargasse o pão preciso.—Determinou-se que nos dias 7, 8 e 9 se posesse a lanço o reparo das águas.—Preços da feira: 900, 520, 600 e 520 réis.

—Aviso do Governador das justicas da Relação, em Lamego, ao corregedor António Joaquim de Carvalho, participando-lhe que el-Rei o nomeara, a êle corregedor, delegado do Intendente geral da Polícia, conforme lhe fôra comunicado por aviso régio de 26 de Junho de 1828, retro relatado.

Dia 8—Presos pela fôrça armada, deram entrada na cadeia da correição António Leite e Silva, de Cepães, de 60 anos, capitão de ordenanças reformado, e o seu familiar Miguel de Freitas, de 15 anos. Êsta foi solto por alvará do juiz de fora e aquele foi removido para o castelo e tornou para a cadeia da correição em 6 de Março de 1829, donde saiu a 15 dêste mesmo mês, por alvará do dito juiz de fora. A fôrça armada já no dia de ontem havia feito prisões; no dia de hoje fez mais, àlém das duas acima relatadas, e continuou a fazê-las nos dias seguintes, declarando todos ignorarem o motivo da prisão.

—Em sessão extraordinária da

vereação, sendo presente um aviso régio à câmara para dar posse ao juiz de fora, bacharel Damião Pereira da Silva, foi determinado o dia 9, às 4 horas da tarde, para êsse acto.

Dia 9—Foi entregue pelo meirinho da correição, na cadeia da mesma, José Pedro Mendes de Sousa, de S. Martinho de Sande, cego de um olho, acadêmico da Universidade; foi em leva para a Relação, mas o registo não diz quando.

—«Toma posse da vara de Juiz de fora desta villa, o bacharel Damião Pereira da Silva de Sousa e Meneses, nomeado por provisão do desembargo do paço em nome do infante regente, de 1 de Abril de 1828, em lugar do Basilio, que tinha sido nomeado pela infante regente D. Isabel Maria.» (P. L.)

—«Chega a noticia de ter entrado na Galiza a tropa constitucional do Porto, tendo-lhe sido aprisionada muita gente e tendo-se apresentado bastante ao exercito realista que a seguiu até á Maia.» (P. L.)

Dia 10—«São suspensos dos seus officios, por servirem com os rebeldes do Porto, os escrivães d'esta villa, José de Sousa Bandeira, Luiz de Freitas (Pedreira), o Bravo, e outros, sendo os seus officios logo providos em realistas.» (P. L.)

—O presbítero António Soares da Maia, de Cepães, de 47 anos,

dá entrada na cadeia da correição, onde foi entregue pelo meirinho da correição; o registro não diz a saída d'êlé.

Dia 11 — De manhã, entram 50 a 60 soldados que tinham sido prisioneiros pelo exército realista, os quais eram do regimento 23, alguns caçadores e alguns milicianos de Coimbra. Marcharam de tarde na direcção de Amarante, escoltados por alguns voluntários realistas de Basto. Às Trindades entra aqui um batalhão de milícias de Penafiel e marcha no dia seguinte para a sua praça.

— Toma posse duma conesia prebendada da Colegiada, que desde 1704 andava na família, João Artur de Barros Leiva, da casa dos Laranjeiros desta vila, o qual entrou tendo de idade 16 anos incompletos por coadjutor e futuro sucessor de seu tio João de Barros Leiva, por bula apostólica de 13 de Janeiro de 1827 à qual se acordou o beneplacito régio de 15 de Março do mesmo ano de 1827.

Dia 12 — Em vereação foi determinado — «que em consequencia da criminosa ausência que fêz d'esta villa o escrivão d'esta câmara, Joaquim Cardoso de Freitas, sumindo o livro das liquidações do anno passado e mais títulos pertencentes a esta mesma câmara; e tendo êste deixado fechada a casa da sua assistência, onde é natural estejam tais títulos, não constando haja pessoa alguma encarregada

das chaves da mesma casa; acordaram que o escrivão Joaquim José Peixoto da Costa, que interinamente serve, acompanhado do alcaide e dois escrivães do judicial, depois de terem notificado o irmão do fugitivo escrivão, por nome Francisco José Fernandes Silva, abram e entrem na casa do mesmo escrivão e procurem com o maior acatamento e conduzam a esta câmara todos os títulos e livros do cartório dela, deixando em segurança a casa, depois de feita a diligência.» — Preços da feira: 900, 460, 600 e 580 réis.

— Aviso da secretaria de estado dos negócios eclesiásticos e de justiça, ao corregedor de Guimarães, que em vista do seu officio de 7 do corrente dirigido a êle Luís de Paulo Furtado de Castro do Rio de Mendonça, em que dizia que os empregados públicos da comarca, pela maior parte, se tinham manifestado «possuidos dos principios contrarios à boa causa», manda-lhe que «suspenda logo os referidos empregados, sendo seus subordinados, e prova interinamente os seus lugares na forma da lei, em homens que tenham as qualidades precisas para os bem servirem, sendo uma das principais a decidida aderência à boa causa portugueza»; emquanto aos rendimentos dos referidos officios, excedentes aos que pertencem aos serventuários, se façam neles sequestros, se estiverem nestes ter-

mos, segundo os dois officios que ultimamente lhe foram dirigidos, ficando por esta maneira resolvida a dúvida que êle corregedor propunha.

— «Entra aqui o regimento de milicias desta villa, trazendo alguns constitucionais presos, entre êles o capitão Moniz, o cirurgião Faria e o porta-bandeira Carreira, todos do mesmô regimento, e o P.º José Dionisio. Logo que o mesmo regimento chegou ao Tournal, o seu comandante, o *coronel Lameiras*, mandou faser as continencias do costume, dando vivas por 3 vezes a S. M. o sr. D. Miguel I.º Os presos foram conduzidos à cadeia, indo após eles muita gente dando vivas ao sr. D. Miguel rei, e morras aos Negros.» (P. L.)— O registro da cadeia da correição diz: Foram entregues por uma escolta de milicianos e por ordem do Visconde do Pêso da Régua, general da provincia de Trás-os-Montes: o capitão de milicias do regimento de Guimarães, Inácio Moniz Coelho, morador na freguesia de Viade, termo de Basto e Manuel José de Faria, cirurgião do mesmo regimento, morador nesta vila, aquele de 44 anos, rosto redondo e de estatura ordinária, e êste de 45 anos, rosto comprido, cirurgião aprovado e curado e residente nesta vila; ambos ignoravam o motivo da prisão; o 1.º foi remetido para a Relação do Pôrto, e o 2.º foi em leva para a mesma Relação,

em 25 de Fevereiro de 1829. Não menciona os outros 2 presos. É porque não entraram nela.

Dia 15— «Morreu o exemplarissimo P.º Manuel Ribeiro, capelão das religiosas dominicas, o qual em tôda a sua vida deu bastantes provas da sua boa moral e sãs virtudes, sendo o confessor escolhido por quasi todos os enfermos, aos quais deixava penitentes e muito agradados do seu bom modo. Foi sepultado no dia seguinte na igreja onde era capelão.» (P. L.)— Chamava-se Manuel José Ribeiro Bernardes e era natural de Travassos.

— «Foram para suas casas os milicianos do regimento de milicias d'esta villa, e também foram para Basto os voluntários realistas que há tempos aqui estavam e de que era comandante o capitão Alpoim.» (P. L.)

Dia 16— Em vereação, houve sómente despacho.

— Deu entrada na cadeia da correição, Bernardo José da Costa, negociante de pêso, lã e seda, no Tournal, solteiro e falto do olho direito, preso pelos officiais do Juiz de fora e solto por ordem do mesmo.

Dia 17— «Morreu uma irmã do P.º José Mendes de Oliveira, da rua de Couros. Foi sepultada na igreja de S. Francisco.» (P. L.)

Dia 18— «Entra aqui, vindo de Braga, um batalhão de duzentas baionetas, composto de soldados

de vários corpos e de outros que tinham dado baixa. Partiram no dia seguinte duas companhias deste batalhão para Fafe e o resto ficou para fazer a guarnição desta villa.» (P. L.)

Dia 19 — Em vereação foi deliberado felicitar el-Rei o sr. D. Miguel 1.º — Preços da feira: 920, 420, 600, e 550 réis.

Dia 20 — «Soleme Te-Deum na Colegiada, pela aclamação do sr. D. Miguel 1.º, Rei de Portugal, feita em Lisboa pelos 3 Estados, a 30 do mez passado.» (P. L.)

Dia 21 — «Só neste dia se fez a eleição do Cabido, por o estado de desordem do reino o não permitir quando o devia ser.» (P. L.)

— Em vereação — dando cumprimento ao officio do desembargador corregedor, de 16 dêste corrente mês, foi nomeado para tesoureiro geral do cofre dos rendimentos reais da comarca Luís António da Silva, negociante de ferragens, do Toural.

Dia 23 — «Vem o general da provincia, D. Álvaro, para conferenciar com o corregedor, e parte no dia seguinte para o seu quartel-general em Braga.» (P. L.)

— Em vereação: «arremataram-se pela 5.ª vez as águas públicas da villa, a saber: tanques da Senhora da Oliveira, da praça do Toural, dos terreiros da Misericórdia e do Carmo, fonte dos Passarinhos, e largo da Senhora da Guia, ao lanço de reis 17\$600 de

José Luis e Antonio de Araujo, moradores ás escadas de Soalhães, com as seguintes condições: ter sempre águas nas bicas e lagos acima referidos, as águas desde a nasença sempre limpas, desembarraçadas e as caixas cobertas, não deixar tirar das caixas em sitio algum as águas nem lavar roupas ou outras cousas; lavar os tanques 4 vezes no anno; e quando nêles haja falta de água serem conduzidos às cadeias do Castelo e o senado mandar concertar á custa dêles, excepto os alcatruzes precisos que serão sempre por conta do Senado. — Foi arrematado pelo maior lanço, de 2\$700 réis, os talhos e madeiras que se acham na botica da alfandega, a Bernardo de Sousa. — Aliviado de tesoureiro geral do cofre dos rendimentos reais da comarca, Luís Antonio da Silva, por motivos que alegou e nomearam para o dito cargo a Tomaz Antonio Corvite, negociante de sola, da rua Nova do Muro. — Determinaram que visto ter pegado em armas contra o ligitimo Governo de El-Rei o sr. D. Miguel 1.º e ter servido a Junta de facção revolucionada, tanto o tenente da Bomba, José Joaquim Peralta como o bacharel João Pinto de Saldanha, demitirem aquele de tenente da Bomba e êste de sindico da Câmara, e igualmente suspendem de escrivão dêste senado a Joaquim Cardoso de Freitas, por ser decididamente inimigo do sr. D. Mi-

guel 1.º e das suas sábias determinações e que o escrivão que continuamente se acha servindo íntimo ao proprietário do mesmo officio para que eleja uma pessoa idónea e que tenha mostrado decidida adesão às sábias instituições do legítimo Governo de El-Rei o sr. D. Miguel 1.º — Foi determinado que na 1.ª sessão de câmara se aprontem os livros das contas para serem tomadas por êste Senado e aprovadas pelo desembargador Provedor da Comarca na forma do seu costume. — Nomearam tenente da companhia dos incendios a Bernardo Felix de Matos, d'esta vila, havendo-o por bem o governador das armas da provincia, D. Alvaro Costa de Sousa de Macedo.»

— Deram entrada na cadeia da correição: Manuel António de Carvalho, da casa da Covilhã, freguesia de Tolões, capitão reformado do regimento de milicias de Basto, preso pelos officiais do corregedor; e João António Vaz, furriel do regimento de milicias desta vila, preso à ordem do seu coronel; ambos disseram ignorar o motivo da prisão; aquele foi sôlto por alvará e êste foi por ordem do seu coronel mudado por uma escolta desta vila para a relação do Pôrto, em 18 de Dezembro de 1829.

Dia 24 — «Neste dia e no seguinte prendem-se bastantes constitucionais.» (P. L.) Não existem os livros do registo das cadeias do Castelo,

não se podendo saber destas e de muitas outras prisões.

Dias 26— «Reuniram-se as Ordenanças desta villa e foram com os soldados Provisórios que aqui estavam para dar caça aos de Fafe que andavam reunidos e armados.» (P. L.)

Dia 27 — «Morreram: uma irmã de José dos Santos, cirurgião, morador no terreiro de S. Francisco, e o filho da Mariana estalajadeira da Fonte da Barrela, morador no Cano de Baixo, na sua quinta de Eiras. Aquela foi sepultada na igreja do Campo da Feira e êste na dos Capuchos.» (P. L.)

Dia 28 — Em sessão extraordinária da Câmara, o juiz presidente apresentou um officio do desembargador corregedor que acompanhava a provisão do tesouro público de 30 de Junho último, e a do real decreto de 25 do mesmo mês a que ela se refere; mandaram cumprir, registrar e fazer público.

— «Entram os soldados provisórios e as ordenanças que tinham ido para as partes de Fafe, trazendo 8 presos.» (P. L.)

— Deu entrada na cadeia da correição José António Vieira «o Tamancaeira», sargento de milicias desta vila, negociante, de 32 anos, casado, preso por ordem do Juiz de fora; foi em leva para o Pôrto. Conduzido outra vez para esta cadeia da correição, por ordem do presidente da alçada por officio dirigido ao corregedor desta vila, a 30 de Março de 1829, foi em leva

para a Beira Alta, a 19 de Janeiro de 1852. Também aqui deu entrada Bernardo José de Castro, de 40 anos, casado, negociante de panos de lã e seda no Toural, e foi em leva para o Pôrto, em 1829.

Dia 29 — «Tiveram lugar nêste dia, na igreja de S. Francisco, umas solenes exequias pela alma do comendador Ignacio Leite Pereira de Almada (Azenha), senhor da casa do Arco, da rua de S.^{ta} Maria. Foram feitas com a maior pompa e grandeza.» (P. L.)

— Foi preso por ordem do juiz de fora e entregue na cadeia da correição pelos officiaes do mesmo, Francisco Ribeiro Machado, de 50 anos, casado, negociante de rapé, morador nesta vila; foi em leva para o Pôrto, em 1829. Também Luís António da Silva, escrivão do geral desta vila, de 48 anos, casado com Ana Maria Ribeirô, morador nesta vila; foi preso na sua casa e quinta de Lagares, dote de sua mulher, pelo meirinho da correição; António Luís Pereira do Lago e officiaes do mesmo juízo, juiz do Subsino e homens apenados na dita freguesia, às 11 horas da noite, e logo conduzido a esta cadeia da correição, ignorando o motivo; foi em leva para o Pôrto, e conduzido outra vez para esta, por ordem do presidente da alçada, por officio remetido ao corregedor desta comarca, em 50 de Março de 1829.

Dia 30 — Em vereação: — «O juiz presidente apresentou um officio do

dr. desembargador corregedor que acompanhava os exemplares seguintes: Um, porque S. M. deu por acabadas as côrtes gerais que tinha mandado chamar por cartas convocatórias de 6 de Maio expedidas ao clero, nobresa e ás cidades; — Outro, em que S. M. é servido abolir o regulamento actual dos passaportes e ordenar que se proceda na forma que antes dêle se praticava; — Outro, em que S. M. é servido de se conformar com as resoluções dos 3 Estados e em que há por bem à semelhança do que se praticou nas Côrtes celebradas no ano de 1641 se forme assento motivado assinado por todos e cada um dos 3 braços; — outro, do Intendente geral da Policia em que declara e ordena que ficam prohibidas todas as prisões arbitrarías e tumultuárias para as quais não proceda ordem de ligítima auctoridade; — Outro, finalmente, que contém a resposta ao discurso da preposição recitado nas côrtes celebradas em 23 de Junho de 1828, na cidade de Lisboa. — Foi nomeado tesoureiro do cofre geral dos rendimentos reaes da comarca, Nicolau Luis Ferreira, morador na esquina defronte do cruseiro do Toural, e aliviado Tomaz Antonio Corvite, por motivos que expôs. — Foi apresentado um officio do dr. desembargador provedor da comarca, para que este Senado faça as mais exactas averiguações sôbre a conducta de todos os Mestres de

1.^{as} letras e de gramática, assim públicos como particulares, que se alistassem, ou por modo algum tomassem parte, na Rebelião que na cidade do Pôrto teve principio em 16 de Maio d'este ano.»

— É feita a eleição da Misericórdia que «por causa do estado crítico em que se achava esta terra» se não pôde fazer no dia competente.

— Foi preso Martinho António, desta vila, alfaiate, de 34 anos, viúvo, o qual foi para o Pôrto; e também o Padre José Lopes de Faria, de S. Martinho de Candoso, de 53 anos, preso pelos voluntários realistas, à ordem do juiz de fora. Ambos deram entrada na cadeia da correição, a 1 de Agosto.

AGOSTO

Dia 1 — Deram entrada na cadeia da correição o padre Francisco José da Fonseca e Freitas, de 62 anos, natural de Cepães, e o bacharel Manuel de Freitas Costa Júnior, de 32 anos, desta vila, que no dia de ontem foram presos à ordem do corregedor; João António Fernandes Viegas, desta vila, viúvo, de 44 anos, o qual foi por ordem do juiz de fora mudado para o hospital de S. Dâmaso; e António José Marques, espingardeiro, desta mesma vila, o qual foi para a Relação do Pôrto, e tornou para esta por ordem do presidente da

alçada, em 26 ou 27 de Março de 1829.

Dia 2 — «Professou na Colegiada o hábito da Ordem de Cristo, António Ribeiro Guimarães, filho de João Ribeiro, mercador, que morou em S. Paio.» (P. L.)

— Em vereação: «Nomearam tesoureiro do cofre geral dos rendimentos reaes da comarca, José Joaquim de Sousa Lobo, negociante, da rua de S. Domingos, e aliviaram, por motivos atendíveis, Nicolau Luis Ferreira. — Taxas: pão trigo 9 onças, pão terçado 21 onças e pão milhão 20 onças.»

— «Entram 15 soldados de cavalaria n.º 11 e marcham no dia seguinte pela estrada de Pombeiro.» (P. L.)

— Vem aqui o general da Província, D. Álvaro.

Dia 3 — Foi preso à ordem do seu coronel e deu entrada na cadeia da correição, por constitucional, o capitão da 6.^a companhia do regimento de milícias desta vila, José Ferreira de Sousa Vilas-boas, morador na sua casa e quinta do Soeiro, da freguesia de Medelo, Montelongo, de 45 anos, casado com D. Gertrudes Maria Emilia da Conceição. Foi conduzido para a Relação do Pôrto a 23 de Março de 1829.

(*Continúa*).

JOÃO LOPES DE FARIA.

A M A T A

(C O N T O)

Por FRANCISCO DE QUEIRÓS

(Conclusão)

AGORA a mata estava ardendo. Ao avançar da noite sem lua o clarão da fogueira ingente alagava de lampejos sanguíneos as quebradas dos montes carbonizadas já pelo fogo, que passara. Todos pareciam cobertos de um largo manto de damasco negro. E por léguas e léguas, em linha de chama, muralha alta de uma fortaleza sem fim, ciclópica, trágica, apavorante estendia-se uma recortada, sinuosa, longa faixa ardente, abraçando aqui uma colina, escondendo-se ali numa prega de terreno, reaparecendo além mais alta, mais forte, mais lucilante.

Grandes aves, acordadas no seu acoito habitual, piando sinistramente fugiam num assustado vôo incerto. Uma ou outra iluminada pelo livido clarão avistava-se no céu desatinada, seguindo ao acaso. Por vezes a coluna de fumo cercava-a, sufocava-a. Ia então cambalhotando pelo ar, amortecia a asa e caía sobre a terra abrazada onde, por um momento, estrebuchava.

Robles gigantes, resistindo no meio das selvas finas, que logo se consumiam, ficavam erguidos para o céu, como por vezes os batalhadores heróicos dos prélios desesperados. Mas a chama persistente cercava-os, invadia-os, a folhagem crepitava-lhes, ramos convulsionavam-se e de repente toda a árvore aparecia a flambar, erguendo para o céu os braços descarnados. Por fim iam ficando árvores de braza. Os sobros e os azinhos revestidos de cortiça punham-se negros e negros continuavam e fumegantes até à incineração final.

E a hoste ia avançando num silêncio angustiado. Um bando de gamos endoidecido de pavor veio contra ela. Mas os guias na frente, avistando a tempo os homens, fletiram num salto para o descampado e todos se foram perdendo no longe, em tropel, balindo sinistramente.

No ruído trágico das árvores que abatiam, do crepitar das ramarias, de todos os estampidos que da brenha vinham repetidos, distinguia-se

o tropear dos cavaleiros e dos peões que avançavam, sempre calados no confrangimento agônico do desespero. Pero Ruis no seu ginete negro concentrara-se amargurado e no momento seguia numa inércia acabrunhada de todas as suas energias. Maxilares contraídos, olhar endurecido, ia meditando em toda a extensão do desastre. Não tardariam fomes, dí-zimos e foros sem pagamento, talvez revoltas...

Da curva de um caminho surdiu então um grupo de homens. Tra-ziam, em duas andas de ramos esgarçados, dois corpos gemebundos:

— Quem sois?

— Senhor, servos vossos. Êsses que aí levamos amarfanharam-nos duas árvores ao cair.

— Ide para o castelo... Chamai-lhes as mulheres... Onde anda a grei?

— Se avançardes sempre para o lado da serra depressa a encontra-reis.

Erecto sôbre a sela, Pero Ruis pareceu mais alto. Louvado Deus; sobresaltado com a vista daqueles feridos, o senhor acordara para a luta. Era de novo o chefe animoso e forte.

Mas onde, como conseguiria êle cortar o avanço àquele inimigo novo que, com o poder, que Deus lhe dera desde o inicio, tudo subvertia sem esforço?

Das bandas do nascente ia dealbando um novo dia. Já um alvôr de mais suave tom esbatia a sanguinolência sinistra do clarão das chamas. Mas os bafejos da brisa matinal avivando o incêndio traziam vagas de ar aquecido que sufocavam os homens e apavoravam os animais. E os cavalos com vibrações fugidias pela pelagem espumante iam soltando nítridos amiudados.

Voltaram por fim a embrenhar-se na espessura do arvoredó. Agora do incêndio só sabiam pela nuvem de fumo, que os livores da manhã através da ramaria já mostravam em toda a sua atra opacidade. Depois à coluna espessa tocou-a o sol nascente. Doirou-lhe toda uma orla e o céu foi tomando um dêstes aspectos confrangedores como os que prenun-ciam as grandes tempestades.

Do interior das brenhas começou então a distinguir-se, primeiro vago, indefinido, depois já mais certo um vosear entrecortado, por vezes ulu-lante, golpes de machados a embeberem-se no cerne rijo das árvores, ra-marias abatendo num arranque sôbre o chão.

De repente foram topar com uma larga brecha através do arvoredó. E duas gigantescas muralhas de verdura estendiam-se sinuosa, infindá-velmente. A relva tenra que há pouco ainda se abrigava sob as sombras

tapetava todo o largo caminho com o seu aveludado claro. Da esquerda removidos, em montão troncos rolados, ramos partidos e à flor do solo, por todo êle disseminados, como feridas abertas a sangrar, os colos decepados das grandes árvores, gotejando a seiva.

E o senhor do alto do cavalo fumegante ia olhando, reparando sempre. Algumas vezes parou por momentos ante porções de ramaria espalhadas pelo chão, que continuando o pasto à chama bem depressa iriam tornar inane o esforço de todo aquele trabalho imenso. E ia considerando, êle que era guia de homens a falta que faz no trabalho da multidão o pensamento que dirige, a vontade que unifica o esforço.

A vozeria, o ruído do arvoredo abatendo era já mais próximo e de repente numa volta avistaram o formigar da multidão. Aqui, além contra uma árvore, contra a seguinte, contra outra ainda encarniçavam-se dois, quatro, seis homens, brandindo sem cessar a tôda a volta dos seus troncos enormes, os machados luzidios. E os golpes constantes produziam o som continuado de um gigantesco adufe tangendo. Os mais próximos foram reconhecendo Pero Ruís entre os que aproximavam:

— O senhor, o senhor, clamaram animados.

— O senhor, o senhor, foram gritando outros.

— O senhor, o senhor... hô... hô... veio num alarido de todo êsse arvoredo, da incontável multidão, que se estendia pelas matas além, encoberta pela ramaria. E o clamor de apocalipse, por um pouco, ficou ecoando, multiplicou-se, repercutiu-se pela espessura da vegetação sem fim:

— Hô... hô... hô.

Pero Ruís, sem se apear, chamando alguns mais velhos clamou-lhes do alto da sela:

— Que fazeis... Que fazeis que vós estais perdendo num trabalho sem fim. Quando a queima aqui chegar, abrazando-vos de ardor, não será este corte que a poderá estorvar no seu avanço. Então nem vós tentareis já achegar-vos a combatê-lo e bem depressa ganhará o resto da nossa mata.

— Mas, senhor, que faremos... O que faremos nós?...

Pero Ruís foi-lhes dizendo o que pelo caminho tinha já pensado. Que deviam procurar as arribas do Fregim naquele tempo ainda alargado e cheio das neves derretidas e aproveitar para cercar o incêndio a toalha das suas águas serenas. Alargariam mais ainda a margem de além com um corte como aquele e abandonariam à sua má ventura todo o arvoredo até lá. Só assim. Era a fôrça do destino.

Nem esperaram mais. Foram logo com altos brados para os meandros do arvoredó :

— Sus!... Sus!... Ao Fregim. Ao Fregim. O nosso conde o ordena.

E começaram carapitas aqui e além buzinando assodadas como para assalto de castelo em freima de guerra santa. O ruído dos machados foi esmorecendo, esmorecendo até que de todo deixou de ouvir-se. Por fim só um borborinho ingente das vozes confundidas veio a subir do espesso da ramaria. E logo começaram a aparecer homens e homens. Surdiam de entre o arvoredó mais próximo, saltavam assodados, machado ao ombro, por sôbre os últimos troncos abatidos, passavam saüdando o senhor e apertavam-se em coluna que refluía e se alongava e ia marchando como onda a rolar pela via larga que antes tinham aberto.

Eram todos membrudos e erectos como se róbles da mata fôssem, dos mais velhos. Os braços mostravam revessos de músculo através dos buréis rudes e muitos tinham peitos velosos como de animais. E seguiam sempre. Já assim tinham passado os suevos e os alanos. E mais e mais irrompiam e seguiam e passavam. Ia sol alto quando começaram a rarear. Do tércio tapete verde que antes se estendia sôbre o solo já nada existia e o chão talado só mostrava as entranhas revolvidas pelo repisar daquela marcha bruta.

Pero Ruís então aproveitando um claro maior acicatou o cavalo e entre os seus castelãos envolveu-se no fluxo da onda viva. E voltaram a percorrer os caminhos que tinham já passado. De novo apareceu a coluna espessa, do espesso fumo. Mas agora era o sol meridiano que a trespassava com os seus raios faiscentes. Tinha por vezes tons de um azulado hialino outras ensombrava a terra e logo a tristeza crescia de alma em alma pela multidão.

De repente o senhor surpreendendo a conversa de uns mesteirais com um seu gardingo tornou-lhes com firmeza :

— Que dizeis homens de vão pensar. Olhai que mais do que os malfícios do Letrado vale o poder de Deus Nosso Senhor.

— Senhor, que de Satanaz é que vem êste fogo de desgraça, que ninguém pôde ainda vencer e abafar... Senhor, senhor, que desde há muito o letrado, baixando a vista dos que lhe falavam, a todos dizia que a mata devia ser queimada.

Com altas vozes outros próximos garantiram tê-lo avistado, de uma vez no Burgo do Bispo, entre um edil e o assessôr e que com gesto largo afirmava irado que por causa da mata só à hora de terça é que o Sol chegava ao casario. E então, brandindo um pergaminho, mostrava por

que lei o poder real podia talar um arvoredado que assim estava prejudicando o comum.

— Deram-lhe costas porque lhe sabiam da inveja ruim mas o fogo não tem alma. Por onde o guiam e por onde lhe dão pascigo é que êle vai. Senhor agora já todos têm por certo que isto succede por malefício do Letrado. É, senhor; é. Satanaz a quem êle sabe chamar pela calada das noites vem ajudá-lo quando lho requer.

— Já vos disse. Mais que os malefícios do Letrado, vale o poder de Deus nosso Senhor.

Sairam de novo à orla do arvoredado das passadas eras. Marchavam sempre numa coluna cerrada cuja testa apequenada pela distância, por vezes os derradeiros avistavam longe, nalguma curva do caminho ou pela pendente suave das colinas ou apertando-se na estreiteza de alguma velha calçada de lagêdo. Machados ao ombro, seguiam sempre, uns curvados sob a angústia daquela hora incerta, outros erectos, olhar fixo, a testa vincada, galvanizados no desvairamento de uma ira reprimida e desesperada.

Sobre a tarde, chegando a um alto avistaram o Fregim. Surgia da esquerda por além de um cêrro. Serpeava pela charneca verde, rolando na sua onda iluminada todo o oiro da luz solar, passava depois sob a ponte e deslizando mais um milhar de passos ia penetrar na verdura pacífica e tranqüila da mata.

Pero Ruís então com os seus poucos cavaleiros avançando sarças e rochedos galopou pelo descampado. Correram à rédea larga e vieram topar com os primeiros homens, que passavam já o rio, junto da ponte. Poucos subiam e desciam o seu característico dorso abaulado. A maior parte entrava pela água, vadeando a corrente e curvados sobre a toalha límpida bebiam a largos sorvos, molhando as barbas intonsas, encharcando o burel dos saiais. E umas e outros lhes ficavam gotejando sobre o ventre ou sobre as coxas.

Então seguiram, como contra legiões compactas, para o arvoredado que na sua insensibilidade e na sua inconsciência vegetal parecia esperá-los intemerato para batalha. Destacadas, como vedetas uma ou outra árvore que o vento em tempo tinha semeado foi despedaçada num momento. Nem a marcha demoravam aos brutos lenhadores.

Foram penetrando na brenha densa. O ruído dos machados recomeçou, cresceu, acelerou-se e bem depressa o abater das ramas sobre o chão, o estalar, o dilacerar das fibras, o ranger dos lenhos desaprumando-se na primeira oscilação da queda lhe juntou o seu fragor trágico e arripiante.

E o senhor ia guiando a uns e a outros. Assim avançaram de novo pela densidade das ramarias. Incansáveis, como no ardor de uma guerra brava, mal despedaçavam uma árvore e a removiam logo buscavam outra virgem de golpes contra que arremettessem. Às vezes para isso tinham de ladear a coluna inteira. Seguiam então a fímbria da margem sempre cuidadosos de que as copas das árvores os não atingissem na queda inesperada. Chegavam então aos primeiros troncos intactos.

E logo continuavam numa ânsia de vitória que a presença do senhor alentava de fé. Sempre o mesmo ardor na peleja os animava. Naquela faina dias sucediam-se às noites, noites aos dias com o único dencanso de algum apressado sono sobresaltado em cima do solo nu, o único alimento do pão que por vezes as mulheres em ranchos traziam nas alcofas de vime ou nas bôlsas de esparto entrelaçado.

E assim penetravam, penetravam sempre nã espessura da mata. Seguindo sempre a margem sinuosa do Fregim nem bem sabiam já onde estariam. Do incêndio ninguém sabia lavrava certamente lá por longe. Alguns até sem outro indício do que o seu desejo começavam a alimentar a esperança de que miraculosamente alguma fôrça estranha o tivesse dominado para além. Mais uma noite veio. Veio e foi passando e já madrugada pelo céu oriental em luz mais cinzenta um dia novo, quando repentinamente da espessura de uns aloendros novos num, trémulo lancinante um grito veio inesperado e de pavor:

— O fogo... o fogo...

E mais vozes, mais apavoradas, mais repetidas continuaram logo:

— O fogo... o fogo... o fogo...

Todos acordaram. E logo se erguiam vociferando: — O fogo... o fogo. Parecia irromperem do solo em maior número, mais, muitos mais. Começou a desordem. Uns atropelavam-se, outros desvairados iam, voltavam.

Pero Ruís quis sossegar o tumulto. Foi para montar mas os cavalos que se tinham desprendido, correram à doida e já ninguém os via. E algumas vozes clamavam:

— Fugam, fugam que nos cerca. Fugam que nos atalham no caminho.

O senhor conseguiu erguer mais alto a sua voz de comando:

— Sossegai. Sossegai. Vamos às árvores. Nada esta perdido.

Mas um clarão começou a avistar-se ao largo, pela aberta que as sinuosidades do Fregim alargavam até longe. Desgraçadamente era certo. O incêndio já lavrava numa e noutra margem.

Então um bando de homens fortes, membrudos e hirsutos passou mais desvairado e mais truculento:

— Ao Letrado, ao Letrado.

Todos iam segui-lo mas Pero Ruís, os cavaleiros e os gardingos, braços ao alto, interpozeram-se.

— Sus... sus!...

E na confusão geral foram ainda obedecidos. A multidão dos homens comprimiu-se, refluíu como torrente a que levantassem súbita barragem e foi-se sustendo, foi serenando.

Senhor que há de ser de nós.

— Combater, combater até o fim.

Pegaram de novo nos machados. Recomeçaram. Mas a luta perdera o denodo e já os não alentava a mesma fé. O senhor dera uma nova direcção ao corte e as árvores foram recomeçando a cair.

De repente um velho soltando o machado encostou-se a um tronco. Ficou imóvel e duas, a duas lágrimas serenas começaram a desprender-se-lhe dos olhos embaciados.

Mas uma vozearia selvagem recomeçou e bem depressa o mesmo bando truculento reapareceu. Um grupo de mulheres desgrenhadas e vociferantes juntara-se-lhe. Traziam preso com líaçs vegetais, pulsos cruzados nas costas, esgazeado e áfono, o Letrado, que cada um amaldiçoava e enchia de ameaças. Na cabeça uma pedrada abrira uma brecha sangrenta, que gotejava sôbre a face enegrecendo-a e desfigurando-a.

Á morte... à morte o Iscariote; à morte... à morte...

Todos então levantaram do trabalho e acorreram desvairados. Um grito unisono, gutural e terrível irrompeu:

— Á morte... à morte.

Muitos não sabiam ainda de quem se tratava mas clamavam sempre:

— Á morte... à morte.

Um homem membrudo e de largo arcaboço, repentinamente surgiu junto do desgraçado e, brandindo numa ânsia feroz um machado, descarregou-lho sôbre a cabeça. Mas, sem bem se saber como tão rapidamente ali surgira, Pero Ruís interpôs-se e violentamente, empurrando o homem que rolou e caiu, clamou enérgico:

— A nossa justiça, a nossa justiça é que o julgará.

Mas o bando furioso clamou:

— Fôro... fôro êste javardo é nosso.

— Á nossa justiça... à nossa justiça.

Mas, como nas caçadas hibernais o clamor ululante veio de novo.

— Fôro... fôro, êste javardo é nosso...

E empurrando, puchando, chuçando o Letrado passaram além, desacatando o senhor, desprezando o seu poder e a sua autoridade.

E foram. Avançaram por entre o arvoredo e quando tiveram sinal de que o incêndio já lavrava perto prenderam-no, arrocharam-no, contra um tronco liso e forte. Ficaram ainda a ver os seus olhos desvairados. Mas uma voz bradou:

— Fugamos. O fogo vem... o fogo vem.

Uma pedra silvou ainda e foi bater no tronco da árvore mas a turbamulta desapareceu correndo. O Letrado lá ficou para sempre. E mais uma vez a justiça humana ficou na dúvida angustiada de não ter tido a rectidão infalível da justiça de Deus.

Arca, 10 — Set.º 1928.



S. GONÇALO

CULTO E LENDA DESTAS BANDAS DO SEU BERÇO

Por ALBERTO V. BRAGA

O SANTO

A freguesia de S. Salvador de Tàgilde, a sudoeste e a pouca distância de Guimarães, «é que tem a glória de ser a pátria de S. Gonçalo.»

«Não é possível averiguar quem foram os primeiros povoadores de Tàgilde, nem fixar a época da sua povoação. É certo que nos tempos anteriores à conquista dos Romanos, já êste território era povoado e cultivado.» (1)

Na aldeia humilde de *Arriconha*, desta freguesia de Tàgilde, agasalhada num cantinho viçoso do Minho cristão, nasceu, na *Casa do Paço*, pelos anos de 1200, o famoso e bem-aventurado S. Gonçalo, falecido em 10 de Janeiro de 1262, segundo alguns, ou 1259, como pretendem outros. (2)

«Nesta aldeia quis Deus que nascesse o lume de santidade de S. Gonçalo, para com ela enriquecer de virtudes êste Reino e a religião, e mostrar ao mundo que do mais humilde pó da terra sabe e pode lavrar vasos de eleição para sua igreja, e colunas de glória para a côrte do céu.

A casa em que nasceu, se chamava então o Paço de Gonçalo Pereira, bom sinal de nobreza de seus pais, que nela viviam; pois o nome de Paço só a pessoas e casas ilustres pertence.» (3)

(1) Tagilde, *Revista de Guimarães*, vol. 11, pág. 5.

(2) Pinho Leal, vol. 9, pág. 477.

(3) *História de S. Domingos*, por Frei Luis de Sousa, tomo III, pág. 148.

Ali foi baptizado e por aquelas bandas passou o inocente verdor da sua esperançosa mocidade.

Filho de gente nobre, honesta e fidalga, seu nascimento foi tão ditoso, que sendo conduzido para o baptismo, logo deu sinais do mistério para que o Senhor o destinava, pondo os olhos na imagem de Cristo Crucificado tão fitos e constantes, que causou admiração aos que o viram.

Ensinado na leitura e bons costumes, foi crescendo na idade e sabedoria, diante de Deus e dos homens. (1)

Êste santo varão português, que a igreja canonizou, santo popular e de muita devoção em todo o Reino, pertencia à família dos Pereiras, de muita distinção e nobreza, de muita honra e nomeada. (2)

Destinando-se, por vocação e devoção, à vida eclesiástica, levou-o seu pai ao arcebispo de Braga, para que se aperfeiçoasse nas sciências. Com tal aproveitamento e exemplar conduta seguiu os estudos, que o arcebispo lhe tomou grande afeição, ordenando-o presbítero no próprio paço arquiepiscopal e fazendo-o depois abade de S. Paio, na mesma ribeira de Vizela, apesar de ser muito moço. (3)

«Tanto que chegou à sua igreja, principiou a doutrinar seus fregueses, e admoestá-los de viverem na lei de Deus, e não só os quis edificar com santas palavras e doutrina, mas fez em si mesmo um claro espelho de heróicas virtudes; um vestido decente, mas pobre, e parco, uma seriedade virginal, um espírito cândido e sincero, uma liberalidade igual a tudo que possuía, é o que se via neste bom e fiel pastor de Jesus.» (4)

Fez ordenar um sobrinho que criara e havia industriado no exercício da virtude, a quem entregou a paróquia, sob juramento que cumpriria em tudo a sua vontade, e partiu depois para a sua romaria, andando 14 anos a visitar Roma, Jerusalém e os Lugares Santos, o

(1) *Antiga Guimarães*, por P.^o Torcato Peixoto, pág. 376.

(2) Ver noticias desenvolvidas sôbre a sua geração, na *Corografia Portuguesa*, do P.^o Carvalho, tomo I, pág. 78.

(3) *Minho Pictoresco*.

(4) *Antiga Guimarães*, pág. 376 e 377.

que deu lugar a que seu sobrinho, salteado do demónio, se entregasse à sensualidade, às vaidades do mundo, à luxúria, sustentando com o pão dos pobres muitos cães de caça. ⁽¹⁾

«Era a renda grossa e tratava-se como um príncipe. Muitos criados, mesa esplêndida, cavalos, açores, etc.» ⁽²⁾

O sobrinho, com falsas provas da morte do tio, e para cúmulo das suas maldades, havia pedido ao arcebispo lhe confirmasse a abadia.

Concluída a romagem, chegou o santo a sua casa.

«Vinha enfêrmo e debilitado do trabalho de andar a pé, magro, disforme; de roupa, não só pouco luzido, mas parte rôto, esfarrapado, parte mal remendado. Vinha um retrato da última pobreza, que fazia mais feio a carga de anos; o rosto queimado e denegrido, o cabelo todo branco e descomposto.» ⁽³⁾

Feita a oração ante a sua igreja, que respeitara e dignificara, foi pedir uma esmola à honra de Cristo, a seu sobrinho, mas êste espancou-o e atijou lhe os cães.

«Defendeu se o santo, sem se ofender do que tinha por natural naqueles animais».

Insistindo na esmola para matar a fome, o sobrinho respondeu que não socorria semelhantes necessidades; que fôsse ganhar a vida.

Saíu o santo da presença do sobrinho, dando graças a Deus de escapar com vida, e se pôs a pedir esmola pela comarca, instruindo os povos com a sua doutrina. ⁽⁴⁾

Estando o santo a dormir na noite depois do dia de Páscoa, ante o altar de Nossa Senhora, lhe falou a mesma Senhora e lhe disse: — «Levantai-vos e ide buscar entre as ordens religiosas aquela onde se começa e acaba o ofício pela Ave Maria.»

S. Gonçalo entrou então no mosteiro de S. Domingos de Guimarães, tomando o hábito, que o prior lhe concedeu de boa vontade, destinando-o a prègador, logo que professou. ⁽⁵⁾

(1) *Antiga Guimarães*, pág. 376 e 377 e *Pinho Leal*, vol 8, pág. 622.

(2) *História de S. Domingos*, tomo III, pág. 153.

(3) Idem, idem, pág. 154.

(4) Idem, idem.

(5) Idem, idem.

«Andou depois a prègar por tôdas as terras de além Douro e entre Douro e Minho, S. Gonçalo após S. Pero Gonçalves e S. Frei Lourenço Mendes após S. Gonçalo.

E dêste hospital saíam e a êle tornavam, e quando juntos rezavam horas nocturnas e diurnas com observância e pontualidade de santos.

S. Gonçalo prègava a religião cristã com verdadeiro zêlo evangélico.

E porque a memória da prègação de S. Pero Gonçalves e S. Gonçalo, além da honra e glória que rendeu á religião de S. Domingos, e a êste Reino, foi sempre mui venerada do povo de Guimarães, dando-se por obrigado a celebrar com ânimo agradecido o benefício espiritual que de ambos recebeu, instituiu logo duas confrarias em honra sua na nossa igreja: uma e outra com particular altar. Da de S. Pero Gonçalves são administradores os officiais da câmara, e eagem em cada ano os mordomos que hão de servir.

E para mais veneração, impetraram de Roma, correndo os anos, muitas indulgências, que se ganham pelos que visitam a sua capela das primeiras vésperas até às segundas.

Procurou e alcançou estas graças um fidalgo honrado, e natural da vila, por nome Pedrálvares. Mostra-se a grande antiguidade da confraria em um particular favor com que se autorizou o altar, que foi ser consagrado (coisa que há muitos anos se não costuma) do que persevera a lembrança em sabermos pelo breve romano que as principais indulgências são concedidas no dia em que foi sagrado sem embargo, e que também se ganham em certas festas do ano.

O sítio dêste altar e capela, é o tôpo cruzeiro da banda da epístola.

Ficou no outro tôpo defronte dedicada à capela, e o altar ao bem-aventurado S. Gonçalo com sua imagem de vulto, e sua confraria, e enfim como de santo em todo pertencente ao tronco, e origem deste convento, e como português ficou em melhor lugar, qual é o da parte do evangelho (1). Mas andando o tempo, pareceu que era devido

(1) Ainda hoje existem altar e confraria na igreja de S. Domingos, de Guimarães.

êste sítio à Virgem gloriosa do Rosário: e o santo lhe deu seu lugar, sendo mudado para o mesmo que a Senhora tinha, e ficando por duas vias honrado: uma em lhe dar o seu altar, outra em ficar no da Senhora.» (1)

«A ordem de S. Bento e S. Domingos litigavam sôbre S. Gonçalo, pretendendo cada qual delas fazê-lo seu. Multiplicam-se tanto os milagres dêste precioso santo, e a glória de seu nome vai com êles tão crescida, que mereceu, como outro pomo de discórdia, ser cobiçado daquelas duas religiões para frade de seu hábito.» (2)

Bastava êste santo para honrar a província de Portugal. Santo de tantos prodígios e milagres que bem se lhe pode chamar o Tautomurgo Português. (3)

O santo tomou, segundo opinião assegurada de vários cronistas religiosos, o hábito de cónego regrantê na igreja da Colegiada de Guimarães, que desde o tempo de D. Afonso Henriques até D. Afonso III foi regular, vivendo os seus cónegos em comum, segundo a regra do P. S. Agostinho. (4)

«... e eu quero suspeitar, que sendo abade, era juntamente beneficiado desta igreja (Colegiada) de Guimarães, porque a prerogativa de ela lhe celebrar sua festa, e cantar sua missa em tempo tão antigo, parece ter algum particular respeito, que ela com êle tinha, principalmente, que ainda então não era Beatificado...

... nos tempos de el-rei D. Fernando, primeiro rei de Castela, e depois no do conde D. Henrique, nesta igreja havia clérigos; e no de el-rei D. Afonso Henriques, começou de ter cónegos, os quais tendo aqui benefícios, também tinham abadias.

... E da mesma maneira presumo eu, que S. Gonçalo foi chamado abade de S. Paio de Vizela, sem se tratar, que foi cónego, por

(1) *História de S. Domingos*, tomo I.

(2) *Várias Antiguidades de Portugal*, de Gaspar Estaço, pág. 145.

(3) *Crónica dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho*, de Dom Nicolau de S. Maria, livro IV, pág. 198.

(4) *Idem*.

brevidade, e por não ser necessário, e também porque estas conezias rendiam tão pouco, que mais caso se fazia das abadias.»⁽¹⁾

«Depois, por mandado do prelado passou a Amarante com outros companheiros. Encontrou esta vila tão deserta e devastada que nem se viam indícios de habitações. Onde fôra a povoação, havia somente um grande bosque. S. Gonçalo construiu uma capela, dedicada a N. S. da Assunção, num rochedo sobranceiro ao rio Tâmega, capela que existe ainda, formando actualmente a capela-mór da matriz, que era a igreja do convento de S. Gonçalo da ordem de S. Domingos.

O povo atribuía a fundação do convento ao próprio santo, mas os fundadores foram el-rei D. João III e sua mulher, a rainha D. Catarina.

No meio daquele deserto, o santo era como um braço da providência para amparar os que pediam socôrro e confôrto. Para os caminhantes perdidos era um guia fiel e zeloso. Para os que via extenuados pela fome e pela fadiga, ou prostrados por doença, era um hospitaleiro que a todos recolhia e agasalhava conforme podia.

O santo faleceu na capela que construíra, depois de alguns anos de vida ascética, e ali foi sepultado.

A fama dos seus milagres começou a atrair à localidade muita concorrência de devotos, a vila repovoou-se novamente, havendo ao princípio umas estalagens e umas casas para abrigarem os romeiros, as quais pertenciam à Colegiada de Guimarães.

O santo, pode dizer-se que foi um novo fundador de Amarante; na antiga capela, por êle edificada, vê-se o seu sarcófago de granito, encimado pela sua grosseira estátua.»⁽²⁾

Das maravilhas que o Senhor obrou em sua honra, dos muitos milagres feitos e grandezas notáveis do santo, e das mercês e favores divinos dispensados à sua obra e ao seu mosteiro, lêr o tomo III da História de S. Domingos, de páginas 170 a 191, e o Corpo Diplomático Português, por Rebêlo da Silva, páginas 167.

(1) *Antiguidades de Portugal*, idem, págs. 146 e 147.

(2) *História de S. Domingos*, Pinho Leal e *Dicionário corográfico*, por Esteves Ferreira e Guilherme R.

S. Gonçalo foi astro de primeira grandeza. Juntou em perfume e luz, bondade e resignação, o seu valor máximo de santo, que nos pertenceu por nascimento, e que muitas honras e favores para o seu berço acarretou, pela sabedoria da sua prègação e encanto da sua doutrina, ensinada a pobres e ignorantes, a quem dava dinheiro e pão, e às tenras criancinhas a quem vestia e afagava.

A sua vida anda à volta do amor, da devoção e da caridade: púlpito, altar, confessionário; pobres órfãos e viúvas.

«S. Gonçalo foi dos primeiros santos da ordem Dominica.

Para os pobres teve sempre a porta aberta e a casa franqueada. Julgava por si, tóda a bondade dos outros.

Beijou e rezou com lágrimas, humildemente e com suavidade, a terra dos Lugares Santos que visitou, como se em cada um encontrasse o mesmo Cristo em carne.

Mendigou de porta em porta a sustentação quotidiana, penitência mais dura de levar que todas as do mundo, para quem nele alguma hora teve de que viver.

Teve sempre por glória a pobreza e a fome.

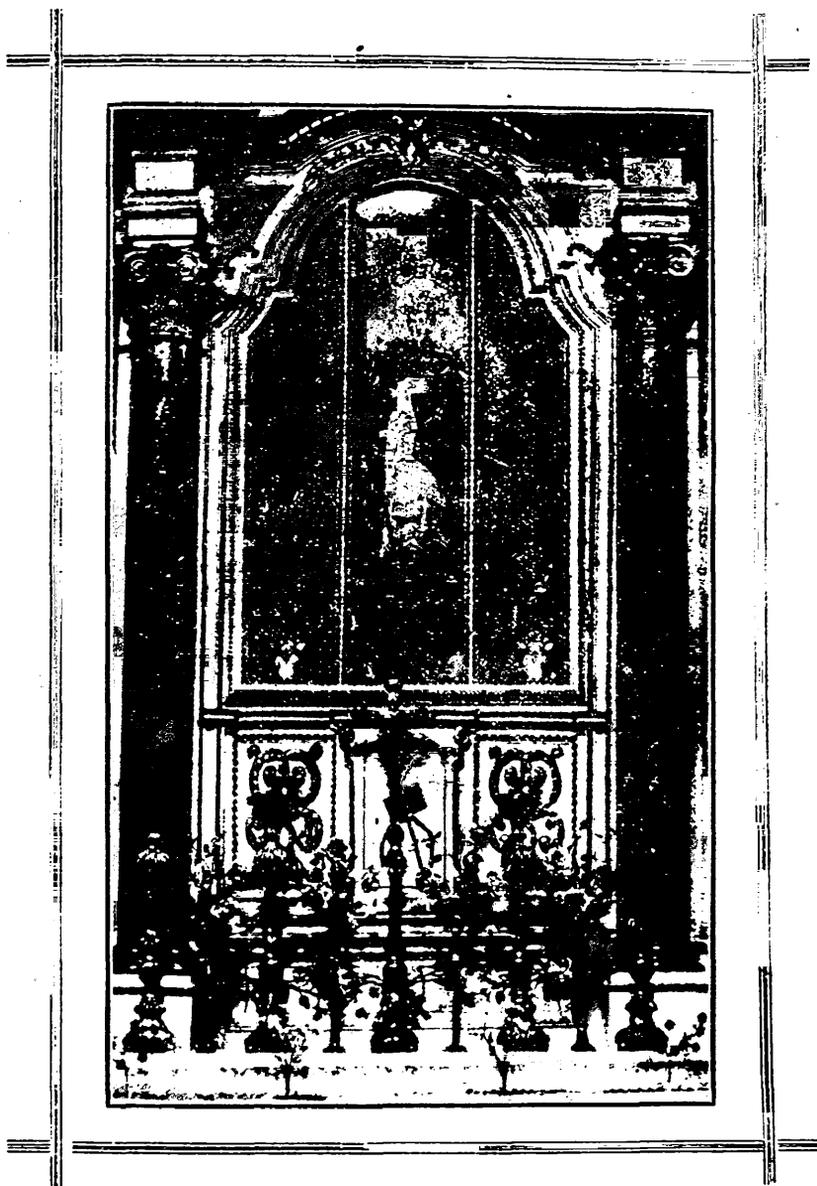
Vingava-se do corpo com disciplinas e abstinências e voava com a alma ao mais alto dos céus.

Prègava, ensinava, trabalhava sem descansar.» (1)

O CULTO

Todos os conventos e casas religiosas de Guimarães tiveram o culto acrisolado de S. Gonçalo. Era como que um inspirado protector das suas ordens e um advogado das suas pretensões, confidente dos segredos, desgostos e tristezas dos recolhidos, símbolo sagrado que motivava horas de folga e distracção dentro da clausura, pelo menos uma vez cada ano. Era santo de festas e oratórios, tal qual S.^{to} António o foi para os comerciantes, que o salientavam ao fundo dos estabelecimentos, em oratóriozinhos floridos e bruxuleantes de lamparinas permanentes.

(1) *Passagens da História de S. Domingos*, tomo III.



ALTAR DE SÃO GONÇALO NA IGREJA DO EXTINTO
CONVENTO DE S. DOMINGOS (GUIMARÃES)

As recolhidas do Anjo festejavam S. Gonçalo no seu dia, 10 de Janeiro, com danças e pandeiretas, festa e folga que dava éco e brado. (1)

Em todos os conventos e recolhimentos triunfava a imagem dêste santo, como em quási todas as igrejas de Guimarães e seu termo, e em altares de rendas e flores, êle sobressaía por entre luzes, sanefas e doiradas colunas.

De resto, grande número de imagens, altares, igrejas, capelas e retábulos se espalhavam por todo o reino, e fora dêle, ao venerando S. Gonçalo. (2)

Altars e Imagens. — Altar e imagem na igreja de S. Domingos.

«Tem a igreja da Colegiada uma imagem de N. S.^{ra} da Oliveira e muitas pinturas nela de S. Gonçalo (não são menos de tres as que duram em tres distintos lugares, a saber: uma no altar de S.^{ta} Ana; outra num canto do claustro, e a terceira na capela que chamam da Misericórdia). Da mesma maneira deram título à ermida da S.^{ra} da Oliveira, e mandaram pintar no altar uma imagem de S. Gonçalo, etc.» (3)

O primeiro altar que se ergueu em honra e louvor deste santo, parece que foi na igreja da Colegiada de Guimarães, segundo opinião de Nicolau de S.^{ta} Maria e de Gaspar Estaço, que a páginas 147 das suas *Antiguidades de Portugal*, adianta:

«Faz por esta minha conjectura que nesta igreja (Oliveira) houve já altar de S. Gonçalo, do que nos avisou um cónego antigo, que o ouviu aos passados. Além disto, ela lhe faz Ofício Duplex de costume antiquíssimo; e todo o cónego que vai em romaria a S. Gonçalo de Amarante, que são cinco léguas, é contado como presente por tres dias, e todos os anos podem ir todos se quiserem.

Além disto, vir Gonçalo Dias de tão longe dar o seu casal

(1) Informação particular.

(2) Vêr pág. 183 da *História de S. Domingos*, tomo III.

(3) Idem, pág. 168. Já nenhuma daquelas pinturas existem, presentemente.

e com êle a obrigação da missa de S. Gonçalo, santo do seu nome, a esta igreja, antes que a outra desta vila e dêste termo, tem mistério. (1)

... Mas deixando isto, pelo que fica dito, vou presumindo que S. Gonçalo alguma coisa foi desta igreja.»

Em Mesão Frio havia também altar de S. Gonçalo, feito em 1703. Imagens e altares existiam igualmente em Mascotelos, Atães, S. Pedro de Azurém e S. Paio de Vizela, em altar-mór.

Capelas. — Em Tãgilde há a capela de S. Gonçalo, no lugar da Arriconha, onde nasceu o santo, construída em 1657, conforme as duas inscrições colocadas na face exterior da fachada, que dizem: *Esta ermida se fez com esmolas dos devotos, sendo agentes os padres Bento de Carvalho e Francisco Fernandes. Era de 1657.*

É pública e a sua administração pertence de direito à Junta de Paróquia. Todavia o dono da quinta, onde nasceu o santo, a administra, colhendo as esmolas e mandando celebrar uma missa solene a 10 de Janeiro, em que se reza ao Padroeiro e onde concorre muita gente.

Em 1687 o Visitador mandou que o abade a reparasse e fabricasse, visto que colhia as esmolas.

Em Moreira de Cónegos há a capela de Nossa Senhora da Ajuda, particular, no lugar das Pereiras.

Foi mandada construir por Manuel Machado de Almeida, agradecido à Virgem por lhe conceder alívio em suas enfermidades, para o que alcançou licença do arcebispo D. José de Bragança, em Março de 1751; em 13 de Janeiro de 1752 passou-se provisão para a bênção da capela e imagens de Nossa Senhora da Ajuda, S. Gonçalo e Santo Ovídio (as mesmas que hoje conserva).

Em Sande (S. Martinho), ainda no ano de 1708 foi reformada

(1) «Entre as doações da fazenda do Cabido, está uma do casal do Barral, sito no termo de Braga, que lhe foi dado por um Gonçalo Dias, morador na vila de Chaves, o qual veio a esta vila de Guimarães, e na Praça dela, em seu nome e de sua mulher Maria Gil, por serviço de Deus e saúde de suas almas e devoção de Santa Maria, lhe fez doação do dito casal com obrigação que o Cabido lhe diria cada ano uma missa oficiada em dia de S. Gonçalo por suas almas. Foi feita esta doação em 1430». (*Várias Antiguidades, de Estaço, pág. 146*).

por alguns devotos uma capela de S. Gonçalo, da qual só resta hoje uma cruz, indicando o seu poiso. Era situada no lugar de Cima de Vila.

Irmandades e Legados. — Em S. Paio de Vizela havia, aí por 1740, confraria do Rosário e de S. Gonçalo, e na igreja de S. Domingos existe ainda hoje uma irmandade. (1)

Em Aldão, a confraria do Subsino e Nome de Deus que ali houve, era obrigada a 5 missas: Em dia de S. Paio, S. Tiago, S. Martinho, Santa Catarina e S. Gonçalo.

Recolhia o juiz, para estas despesas, 3 alqueires de centeio, pagos pelo casal de Rua Franca, 750 réis da Leira da Barrela e 7 canadas de vinho de Penouços. Êste último legado fôra abolido.

Além disto o juiz pedia pela freguesia. No S. Miguel, pão; no Natal, carne; e cada freguês pagava 20 réis, dizendo-se dêste rendimento uma missa na primeira sexta-feira de cada mês.

Devoção e Votos. — De S. Paio de Vizela ia antigamente, por voto dos seus antepassados, em procissão, com uma pessoa de cada casa, com cruz levantada e o pároco de sobrepeliz e estola, um clamor, a 23 de Abril, dia de S. Jorge, a S. Gonçalo de Amarante, distante 3 léguas, que foi comutado mais tarde, em 1707, para o cruzeiro do Calvário da mesma freguesia, por D. Rodrigo de Moura Teles, arcebispo de Braga.

De S. Lourenço de Calvos ia outro clamor a S. Gonçalo, a Amarante, em dia de S. Mateus, tendo sido igualmente comutado no mesmo ano e pelo mesmo Arcebispo, para a dita igreja.

(1) § 4.º Cap.º 12 — A irmandade de S. Gonçalo, incorporada, acompanha as procissões e actos religiosos que se fazem na igreja do extinto convento de S. Domingos, onde se acha erecta; bem como assiste aos enterros de seus irmãos, distribuindo-se no fim de cada acto em que a irmandade se incorporar, seis rosários aos irmãos presentes.

§ 5.º — A irmandade incorporada poderá acompanhar qualquer acto religioso, ainda que fora desta igreja, mas não o fará sem primeiro ser resolvido pela assembleia geral.

§ 6.º Os irmãos quando acompanharem processionalmente a irmandade, usarão de capa branca e murça preta. (*Estatutos da irmandade, novamente coordenados e aprovados em 20-6-1869. Os primeiros, que não vimos, datam de 1736.*)

Em Tágilde fazia-se um clamor que ia a 22 de Abril a S. Gonçalo de Amarante, depois comutado, fazendo-se da igreja à capela de Arriconha.

Havia em Serzedo um clamor no dia de S. Gonçalo, em volta da igreja.

Romaria e Festividade. — Há na freguesia de S. Paio de Vizela, a 9 e 10 de Janeiro, uma romaria a que concorrem quasi todos os habitantes desta ribeira e doutras partes mais remotas a visitar o milagroso S. Gonçalo.

Esta romaria é chamada dos Tremoços, porque no dia 9 de Janeiro, à tarde, se distribui ao povo 20 alqueires de tremoços e vinho, que tudo se coloca num carro, junto ao cruzeiro (1).

A lenda explica a razão desta festa por o santo gostar muito de se entreter, galhofeiramente, com os rapazes e raparigas, atirando-lhes tremoços, como aos pardais migalhava pão e trigo.

É em memória disto que dantes se punha uma pipa de vinho para quem quisesse beber, havendo além disso um tiroteio de tremoços (só cozidos e não curtidos) que pagava o legatário (2).

Na «Antiga Guimarães», pág. 382, lê-se, sobre a romaria: «Vai muita gente em romaria a uma capela que se levantou em Terra Conha, lugar do seu nascimento, e igualmente ao mosteiro de Amarante, aonde está sepultado.»

Terra Conha deve ser *Arriconha*, assim chamado em todos os documentos ao lugar onde nasceu o santo. Seria engano? Ou seria assim o primitivo nome, que depois sofreu alteração?

Na igreja de S. Domingos, onde existe ainda hoje uma irmandade, costumava, noutros tempos, festejar-se solenemente, e com rica procissão, o S. Gonçalo, santo domínico e venerando, como se vê pela letra dos Estatutos, de Junho de 1869:

(1) Quanto mais brioso era o juiz da festa, mais tremoços e vinho dava. Já uma maré se distribuiu um carro (40 rasas) de tremoços.

(2) Livro 2.º manuscrito de Martins Sarmento, pág. 154. Convém dizer que muitos elementos sobre o culto de S. Gonçalo, os topei nos 4 volumes manuscritos do Abade de Tágilde e no livro de consultas aos párcos, de 1842, existente na Sociedade Martins Sarmento.

Cap.º 10 — A festa do Nosso Padroeiro, o Milagroso S. Gonçalo, de quem tem a invocação esta santa irmandade, será feita no dia dez de Janeiro de cada ano, fazendo-se esta festividade com toda a pompa, compatível com os rendimentos da irmandade, havendo primeiro *vésperas*, e no dia missa solene com Exposição do Santíssimo e sermão, segundas *vésperas* com sermão e procissão, tudo a música bocal e instrumental.

§ 1.º — Todos os irmãos são obrigados a assistir a esta festividade, com suas capas, e se dará a cada um dêles que assim assistir, um rosário, bem como às irmãs que estiverem presentes.

§ 2.º — Se por qualquer impedimento se não puder fazer esta festividade no dia que fica designado, a mesa escolherá um dia santificado para ela.

Vária — Havia em 1609 pedidores de esmolas nas freguesias do termo de Guimarães, para as despesas da canonização de S. Gonçalo e S. Pedro Telmo (1).

Era costume e tradição antiga da Colegiada, contar como presente, três dias, todo o beneficiado que uma vez no ano fôsse em romaria a S. Gonçalo, a Amarante; quem fôsse a S. Tiago da Galiza era contado quinze dias, e o que fosse a N. S.^{ra} de Guadalupe, era contado por um mês.

Há em Nespereira uma quinta chamada de S. Gonçalo.

Na freguesia de S. Paio de Vizela o nome predilecto do baptismo foi noutro tempo o de Gonçalo, havendo assim muitas criaturas com êste nome.

Na freguesia de Gémeos, houve pelo menos, em diferentes épocas, 5 párocos chamados Gonçalo, e em S. Miguel do Castelo, (Guimarães) outros 5, sendo rara a freguesia que não tivesse um ou mais párocos com aquele nome.

Em S. Paio de Vizela, em 1860, Francisco José Gomes da Silva, deu uma estola rica à imagem de S. Gonçalo, a qual foi feita no Rio de Janeiro.

(1) Livro 3.º das vereações, folhas 161. v.

A cruz paroquial de Tãgilde é gótica, e, segundo a tradição, assistiu ao baptismo de S. Gonçalo.

Esteve na Exposição de ourivesaria, no Porto, sendo muito apreciada pelo seu valor artístico e histórico.

S. Gonçalo de Amarante é advogado contra as dôres das pernas, das diversas enfermidades testiculares, casamenteiro das velhas e patrono dos tosadores.

(Conclui no próximo fascículo).



A QUESTÃO SOCIAL E A INTELIGÊNCIA

Por EUGÉNIO DE BELONOR

(CONCLUSÃO)

A loucura libertária do nosso tempo — A Revolução não as poupou. Não poupou os organismos em que elas se definiam e consubstanciavam. A autonomia operária, que o bom senso medieval criara, afigurou-se deprimente, demasiado arcaica, ao Indivíduo-Divindade das utopias de Rousseau.

Apareceram a substituí-la a Liberdade, a Igualdade, a Fraternidade, os três *fétiches* carnavalescos que o alienado de Genebra apontara à adoração reverente das turbas idólatras e sanguinárias da Revolução.

Às liberdades reais, positivas, opunha-se a quimera, a abstracção. O zero vencia a unidade. Era o prólogo da tragédia que iria desenrolar-se numa confusão babélica dos mais disparatados sistemas, numa balbúrdia tumultuante onde o *fétiche*-fraternidade appareceria como divindade protectora da carnagem e da sangueira em que se compraziam os instintos desbridados, arrastados perdidamente numa cavalgada satânica de rancor e ódio.

As corporações desapareceram no tumultuar do imenso desvairo. Ao trabalhador gritou-se em toadilha estonteante: — és livre. És a divindade do futuro. Ergue-te da abjecção em que te conservava a grillheta da tirania. Tu és o único soberano. Quebra, esmaga, aniquila a servidão, porque tu és a força, és a justiça, és o direito. É na liberdade que encontrarás a tua felicidade.

Foi uma onda de loucura a passar sobre a face muda da terra. O operário embriagou-se com a voz da sereia, depois de a haver religiosamente escutado. Possuído por todas as fúrias de destruição, passou ufano por cima dos restos fumegantes daquilo que fôra o seu bem-estar, a sua tranquillidade, a sua defesa. Esta embriaguês não podia, porém, eternizar-se. Ia chegar o momento em que o trabalhador desceria de

novo a comungar as realidades e se veria forçado a reconhecer, tomado de desespero e pânico, o ludíbrio imenso de que fôra vítima, o escârneo sangrento, a mentira repugnante dessa Liberdade em que, levianamente, acreditara.

O despertar era realmente um pesadelo, mas um pesadelo, vivido dramaticamente, momento a momento, hora a hora, todos os dias, um pesadelo que, — infelizmente! —, não tinha parentesco algum com os sonhos maus.

Se era sonho êste pesadelo, era porém, um sonho desperto, desesperante. Derrocada de uma aspiração erguida em maré alta de orgulho, desfazer de miragem édênica, empolgante! O operário viu-se a súbitas esmagado sob uma avalanche de misérias.

Fraco, desprotegido, privado dos meios naturais de defesa que, com tanta imprudência, repudiara, viu-se presa dos argentários sem escrúpulos, roubado, espoliado, explorado, tratado como um animal de carga.

Enriquecei-vos! Enriquecei-vos! bradava Guizot, cínicamente. E êste bradar arripia, porque se semelha ao gargalhar estrídulo, metálico, de um bôbo que, em efgares crimosamente sarcásticos, escarnecesse da miséria de muitos milhões de desgraçados.

Mas as gargalhadas do bôbo irão alimentar a revolta na alma infelicíssima do operário, que a doutrina sinistramente optimista de Rousseau lançara à margem da sociedade. O pária vai erguer-se do seu aniquilamento para travar uma guerra de morte com a sociedade que o escravisa.

A Revolução roubara-lhe a Fé em requintes de satanismo e orgia. Instilara-lhe no cérebro um tóxico perigosíssimo: — a ânsia de novidades. Fizera-lhe acreditar na mentira doirada, mas repugnante, do Progresso. Levara-lhe à alma o ódio a toda a supremacia.

Entenebrecido o espírito na última contensão do desespero pelas funestas conseqüências das doutrinas de Rousseau, o operário, que a finança vampirizava, depois de o haver convertido em animal de carga, transformaria-se por sua vez em fera altamente perigosa.

É a hora macabra de Karl Marx!

Os geometrismos económico-materialistas dêste Judeu não conseguem iludir ninguém. É Rousseau a fazer sentir ainda a sua influência de morte.

Toda a doutrina marxista, que é afinal, o evangelho do comunismo, se deduz naturalmente do *Contrato social*.

Á igualdade natural, à igualdade civil e política, tão gritadamente proclamada, era natural que se juntasse a igualdade económica. Karl Marx não fez mais do que desenvolver, envolvendo-o pròdigamente em fórmulas pseudo-científicas, o pensamento que já Rousseau exteriorisava claramente, ao afirmar «que o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que chamou sua a uma porção de terra e encontrou ingênuos que o acreditassem».

Condimente-se êste dogma roussista com o monstruoso êrro metafísico do Progresso e ter-se-á, indubitavelmente, a doutrina de Karl Marx.

Em conclusão: o marxismo é um desenvolvimento da doutrina de Rousseau sob o ponto de vista da economia.

Os operários que ainda hoje empregam o melhor das suas energias em fomentar a Revolução Social, seduzidos pelas célebres palavras de comando do autor do *Das Kapital*;— «a emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos mesmos trabalhadores», êsses operários são vítimas inconscientes da loucura do invertido genebrês. São cérebros envenenados pela crença absurda de que a vida na terra será uma felicidade sem manchas no dia em que a libertação fôr total, em que não mais haja coacção, nem dependência, nem sujeição, nem laço algum moral que sirva de obstáculo à consecução dos prazeres a que todos têm direito.

De olhos vendados, os trabalhadores deixaram-se conduzir às cegas: Sairam para fora do caminho que leva à verdadeira felicidade, porque um dia, para sua desgraça, se convenceram de que a vida se resume no apertado círculo de uma existência.

Acreditaram, à fôrça de o ouvirem proclamar em nome de uma Ciência que desconheciam inteiramente, mas que veneravam, supersticiosamente, como uma divindade tutelar, acreditaram que o Além era uma mentira, que a felicidade devia ser gosada já e, portanto, havia que conquistá-la. Ludibriados e fascinados, procuraram, e procuram ainda, teimosamente, revoltar-se contra a ordem natural das coisas, à conquista de uma emancipação quimérica, dessa felicidade terrena impossível de atingir.

Nem o fracasso retumbante de experiências repetidas teve ainda força de os convencer do erro em que laboram.

É que, meus senhores, realmente não há doenças mais perniciosas, nem mais difíceis de curar do que as doenças da inteligência.

É ver a demência libertária.

Desde que o trabalhador se afastou de Deus, não mais o conheceu se não para dêle blasfemar e maldizer, para logo acreditar na felicidade terrestre com todo o seu cortejo de conseqüências anti-sociais. E, para gozar essa felicidade que a tirania dos grandes, — segundo crê, — lhe arrebatou, converte a vida num verdadeiro inferno, concentra as suas forças num paroxismo de raiva, lança-se por cima de tudo, destrói tudo, arrasa tudo, aniquila tudo, e não prevê que alfim se vai achar num imenso deserto em que a vida se lhe torna impossível.

Abraza-o, consome-o, requeira-o em torturas dantescas uma sêde inapagável de gozo absoluto. E a experiência do seu sofrimento não lhe mostra que a felicidade neste mundo é um escârneo, um remoque sangrento, uma ironia feroz arremessada às faces do homem que, quando não crê em Deus, é o ser desgraçado por excelência! não lhe mostra que a paz de alma, gerada na aceitação dos padecimentos inerentes à nossa condição de degradados, é a maior felicidade a que se pode aspirar no curto espaço da nossa existência sobre a terra.

Não vão, todavia, supor V. Ex.^{as} que me iludo ou firo a nota do exagêro ao falar assim. Não faço mais do que consultar a experiência: — a minha própria experiência; exumar dos escaninhos, por demais atulhados, da memória todas as reminiscências, todas as lembranças, todas as recordações da minha vida de operário, limpá-las da poalha do tempo, arrancá-las à guela hiante do esquecimento, e dar-lhes uma vida nova, animá-las, — se é que, na realidade, se pode animar farrapos esparsos de uma existência sempre exposta ao embate enganador das vagas da fortuna.

É o meu passado de artista humilde e obscuro que me leva agora a proclamar que a grande crise social gerada em parte notável pela repercussão da crise operária assenta em taras intelectuais muito particulares, das quais não é a menor, por certo, o esquecimento das verdades eternas.

Sim, meus senhores, a Questão Social é, na sua base, uma doença da inteligência.

Remédio indispensável — Genial foi a intuição de Leão XIII, quando, ao estabelecer a diagnose do mal, lhe foi apontando as causas intellectuais.

A aspiração absurda e antinatural da igualdade foi, inconfundivelmente denunciada. Ficou sòlidamente provada a sociabilidade natural do homem, a sua insuficiência para a vida isolada, a existência da família como sociedade primária e célula da sociedade civil, gosando de direitos imprescritíveis e inalienáveis, contra os quais é um crime monstruoso atentar.

Vindicado ficou também o direito de propriedade, aparecendo-nos irrefutavelmente colocado a par dos direitos naturais, postulado pela existência da família e pela necessidade e natureza do trabalho...

Não me adianto mais nesta exposição despretenciosa.

Tenha-se bem presente, — e é sobretudo isto que pretendo, — que Leão XIII, ao tratar da Questão Social, formulou, antecedentemente a todos os remédios propostos, aquele resumo de princípios eternos indispensáveis à boa saúde das sociedades, que todos os ramos legítimos ou bastardos das teorias de Rousseau unânimemente rejeitavam.

Crie o operário organismos de protecção, que velem pelo seu bem estar, que sejam os mantenedores invencíveis dos seus direitos. Mas, antes disso, limpe a sua inteligência de todos os erros que a envenenam.

Lembre-se sempre do aviso importantíssimo daquele grande santo que se sentou na cadeira de Pedro e se chamou Pio X: — «os verdadeiros amigos do povo não são revolucionários; não são inovadores; são tradicionalistas.»

Fuja da companhia de todos aqueles que defendem e propagam as utopias sêdiças já fulminadas na encíclica imortal de Leão XIII. Adopte êste afastamento como uma medida de sanidade.

Defenda-se o operário, mas sempre orientado pela lei do amor, em obediência contínua ao mandamento que Jesus Cristo nos legou ao aproximar-se a hora do seu transe redentor.

A luta de classes não resolve a crise. A luta de classes, gera a desordem, gera a confusão, gera o ódio. Por consequência a luta de classes inferioriza o homem, que não é feito para odiar, abate-o da sua categoria de ser racional, relegando-o para a categoria do bruto; imprime-lhe na fronte todos os estigmas de degenerescência irremediável.

Não é, pois, à luta de classes que o operário há-de recorrer para reconquistar o lugar que de direito lhe pertence na sociedade, mas sim à solidariedade, à mutualidade e à justiça.

Volte-se definitivamente para a doutrina do divino Operário da Galileia.

Abandone o caminho desastroso dos profetas do êrro, lance ao esquecimento a fragorosa cólera que lhe cachoa no peito, — não sem razão bastas vezes, forçoso é confessá-lo, — encha o espírito de paz e serenidade e volte-se para lá dos montes para a claridade augustíssima que dimana de Roma.

Organize-se, mas não sejam os seus sindicatos alfurjas, onde se trame a revolução, onde se fomente a desordem, onde se forje o crime, onde se gere a morte.

À semelhança dos seus camaradas da Meia Idade, crie organismos que lhe garantam o sustento do corpo, mas que, acima de tudo, sejam escolas de moral, onde o espírito se eduque, se aperfeiçoe, se cristianize e, por consequência, se humanize.

E cheguei ao fim, meus senhores.

Impõe-se, é certo, a necessidade de uma organização cristã operária. Mas é preciso não esquecer que a vida é Verbo antes de ser Acção. Evite-se o que já é tido e havido por *heresia das obras*. Proceda-se a um trabalho preliminar indispensável: — a rectificação, a cura das inteligências. Não é demais repeti-lo: — fundamentalmente, a Questão Social é uma doença da inteligência.

Começemos por desembaraçá-la do mito falaz da Ciência-emancipadora e por a levar à convicção de que negar o mistério, porque mistério, é rematada loucura.

O mais simples dos fenómenos naturais mergulha as suas raízes em plena névoa de mistério. Levemos a razão a fazer um acto de humildade sincera, e abrir-se plenamente à Luz da Fé.

E, logo qua isto se faça, entremos afoitamente, de machado em punho, na pavorosa floresta de mitos que ganhou todos os recantos da inteligência, medrando à larga e abatamo-los, sem dor, até conseguirmos limpar o terreno, convertendo-o em larga planície tôda batida, tôda iluminada, tôda beijada pelo sol da verdade.

É forçoso que o êrro seja banido dos espíritos, onde lançou garras fundas, para que a reconstrução seja proveitosa, para que a organização se não esterilize, ou se não converta, como, infelizmente, há sucedido até hoje, num foco tremendo de infecção social.

Bom Combate — E todos nós que abandonámos já o trilho falso por onde enveredaram nossos país e que, desgraçadamente! continua a servir de roteiro a muitos, temos a obrigação impreterível de não guardarmos, avaramente, as certezas que nos alumiam e nos animam.

Pesa sobre nós o dever gravíssimo de as apostolizar pròdigamente, de as semear à farta no espírito dos transviados.

Todos somos apóstolos.

Nem só os doze pescadores da Galíleia merecem êsse nome. A sua missão: — prègar a doutrina de Jesus a todas as gentes, constitui um apostolado à parte.

Todos somos apóstolos. O apostolado é inerente à natureza humana. É a conseqüência grandiosa da sua sociabilidade.

Todo o homem nasce apóstolo, porque todo o homem é naturalmente social. A coadjuvação não é reclamada sòmente pelas necessidades físicas, mas, sobretudo, pelas necessidades morais.

Se todos somos naturalmente apóstolos, também naturalmente nos está indicada a trincheira que devemos ocupar no Bom Combate.

O Apóstolo é o soldado que ataca a cidadela do êrro e da mentira. Urge que sejamos bons apóstolos, que empreguemos todos os meios ao nosso alcance para a difusão das grandes verdades sociais.

Não é já um mandato de egoísmo, uma ordem imperiosa do nosso interêsse. É o património moral do passado que nos incumbe vindicar e salvaguardar. São ós direitos sagrados dos nascituros que temos de defender.

É a hora santa do sacrifício. Saibamos sacrificar-nos. Saibamos sofrer todas as inclemências que enchem de tribulação a vida dos lutadores.

Purifiquemos o mundo com o sacrifício ingente do nosso sofrimento redentor. Seja a nossa passagem na terra uma luminosa madrugada, aurora radiosa de formoso dia.

Lancemo-nos com o ardor que anima as grandes almas à realização augusta do nosso apostolado, e, para que a nossa vida se não queime na indolência criminosa dos que não olham ao cumprimento do dever, busquemos o alimento espiritual da nossa abnegação no conforto sereno da esperança em Deus e na meditação continua das memorandas palavras de Le Play:

São os erros e não os crimes dos homens que dão a morte às nações.

Nota: — Não atribuimos única e exclusivamente a Rousseau, como ao leitor poderá parecer, a responsabilidade da Questão Social. Rousseau teve muitos colaboradores. Bem o sabemos. Simplesmente, sem Rousseau nenhum deles conseguiria impôr as suas doutrinas. Foi a mística de Rousseau que deu vida a todos os sistemas revolucionários de economia. E é esta a sua grande responsabilidade. — *E. de B.*



“O ANÁTEMA DA FLANDRES”

O 2.^o BATALHÃO DO 34 DE INFANTARIA

(CONTINUAÇÃO)

NESTA sala-prisão trocam-se impressões com a oficialidade do 5 de artilharia, até que o coronel Jaime de Figueiredo, comandante militar e do 3 de artilharia aparece, dirigindo-se para junto do major Justo, com quem parece pretender conversar. Entre frases mordidas e difíceis de distinguir, êle conversa, e ninguém percebe, ao menos, o sentido. Mas breve, porém, surge a insinuação de traição à Pátria, de quem não conhecendo o sentido da Vida e o valor do Homem, também não pode penetrar a concepção do patriotismo, e por isso errou na directriz do seu pensamento desamparado.

Murmura-se, e o major Justo mostra bem a repulsa da já tão identificada malevolência, ainda que por ignorância da Casa de Portugal. O coronel Figueiredo afasta-se apressado, mordendo desculpas, e, para vingança pobre, intima os oficiais do 5 de artilharia a não tomarem qualquer contacto com os oficiais presos, gesto apoucado que de tanto ridículo não é comentado, e os oficiais do 3 de artilharia nem sempre cumprem.

Emfim... isolados oficialmente...

Assim se passam as últimas horas da madrugada, ouvindo-se, ao longe, lá do fundo do Campo de Fóra de Vila, lá para os lados do quartel do 34 de infantaria, os ululos das panteras à volta dos soldados sem oficiais. E chega também a informação de que, os rugidos escutados, são os aplausos da canalha sem honra aos «Amigos da Sérvia» em discursatas: general Mendonça e Matos, coronel Jaime de Figueiredo e governador civil Manuel Alegre, que se esganiçam, palavrando, nas sombras da noite, uma traição à Pátria que cobardemente lançam sôbre os oficiais presos, ao que os soldados respondem com pães endurecidos, ou não dão ouvidos e voltam as costas, caminhando para as casernas, onde ninguém mais entra e as enxergas ardem, ou espalhando-se pela cidade e arrabaldes.

O «cabaceiro» sôa a acordar os dorminhões das aldeias, os sinos respondem ao rebate chamando os bandidos da serra em auxílio dos

cafres da cidade, não haja falta de algum carcereiro ao embarque dos escravizados e dos prisioneiros da república, porque um número diminuto de energúmenos não comportará o ânimo da audácia, num arrôjo cobarde, sobre as suas vítimas indefesas.

A manhã vai despertando num bulício suspeito. As tabernas acordam cedo e recolhem os melhores proventos. Pelas ruas tortuosas passam grupos de aspecto reservado, e no quartel do 34 de infantaria alguns carbonários vão fazendo as malas dos soldados, a que sorriem como os hotentotes ao redor do branco que assam vivo na fogueira e lhes vai ser um bom festim.

Os soldados é que não sabem dispensar-lhes outro favor que não seja um desdém saliente, e um sargento que intima o corneteiro de dia a uma companhia, a fazer o toque de alvorada, recebe a formal recusa do seu inferior, que lhe declara ser essa ordem das atribuições do seu oficial de dia. A intimação do sargento insiste, e a recusa do corneteiro é mais inabalável. Finalmente, o sargento manda o corneteiro acompanhá-lo ao oficial de dia que está preso. O oficial de dia aconselha a fazer o toque de alvorada ao corneteiro renitente, que o olhava de faces lavadas pelas lágrimas e sem articular uma palavra.

O corneteiro parte num sucumbimento pungente. Os oficiais presos não pronunciam uma frase, e o toque da alvorada são molhado duma dôr que tanto chorava.

Ninguém esquecerá êsse luto pesado que a alma portuguesa sangrava em torturas duma amargura que não visionava em sua desdita.

Nenhum oficial sabe conversar, e os soldados em desespero não sabem que fazer.

A dôr da Pátria é tão maguada...

Os impedidos aparecem como que atordoados, sucumbidos, não têm voz, nem maneiras, e ficam-se receiosos às portas da sala-prisão na indecisão do momento que terrivelmente os turbava. E chamados pelos

SIDÓNIO PAIS — Livro Branco: — Que (o Governo alemão) a recebeu muito mal, dizendo que se não tratava somente da questão de direito, mas também da questão da forma como a medida foi posta em execução. A urgência não era tão grande que se não pudesse adiar a medida (dizia o mesmo Governo alemão) por alguns dias para a comunicar previamente ao Governo alemão, . . . que tinha recebido um telegrama do ministro da Alemanha em Lisboa, dizendo que depois da posse tinha havido uma salva de vinte e um tiros à bandeira portuguesa içada nos navios, o que representava uma ofensa e era contrário ao código marítimo.

... que a conversa terminara bruscamente e que podia desde já comunicar que a resposta do Governo português era insuficiente e não podia satisfazer. (2-3-916).

seus oficiais, dificilmente, em frases cortadas e sem nexos, vão narrando os sucessos da manhã, não contendo as lágrimas que muitas vezes são duma irreverência irritante.

As cornetas, outrora contentes, eram agora como em funeral, fazendo toques sombrios para as várias formaturas que os soldados não atendem. Todos eram tristes, e foram-se espalhando pela cidade. Durante a noite todos os soldados voltaram as costas às pantomimices do general, e os vivas à guerra não foram êles que os soltaram. Êles só davam vivas aos seus oficiais... que queriam a comandá-los...

Depois, lá se foram a buscar o almoço para os seus oficiais ali presos, olhando tristemente aquela sala que os compungia.

Voltam breves com os almoços que se comem em silêncio. E novos sucessos os impedidos revelam.

Os sargentos andam de pistola em punho, pela cidade, a levar os soldados para o quartel, e aí ainda é de pistola em punho que os levam para a última formatura. Mas enquanto uns são trazidos à fôrça, outros se escapam, e a formatura torna-se difícil, e mal humorada sempre. Os paisanos vão ajudar os sargentos, e são êles quem vai buscar as mochilas e as põe aos ombros dos soldados. Ninguém se entende naquela barafunda que o cidadão da Liberdade aumenta em confusão.

Os civis dão vivas à guerra e os soldados reclamam os seus oficiais... Os primeiros ficam a gozar os benefícios da guerra — são os voluntários; os segundos vão gozar os benefícios da guerra — são os forçados.

O almoço terminara gravemente. E os impedidos sentem-se bem ali, porque estão junto dos seus oficiais; e não têm vontade de retirar, embora seja já a hora da partida ao embarque para Lisboa.

Alguns oficiais vão prevenir-se com as suas pistolas, porque são informados que a mariolagem, os tesos, os valentaços, os voluntários que não vão para a guerra, os querem vexar quando, à tarde, seguirem sob prisão para Lisboa, e também sabem que nenhuma providência se toma para evitar um possível desaire.

O batalhão mobilizado, que devia seguir às oito horas da manhã, já está atrasado na marcha.

SIDÓNIO PAIS — Livro Branco: — ... são unânimes em considerar para solução pacífica ser assegurado que navios não se destinam a inimigos da Alemanha. Afastando êste receio creio que proprietários de navios não poriam embaraços.

Há quem diga não sei com que fundamento, que protesto tem por fim obter maior indemnização. (2-5-916).

Os oficiais despedem-se dos seus impedidos que não sabem partir à formatura última e que entre lágrimas amigas e dores mudas se não contêm e os abraçam.

Hora dolorosa aquela!

Lá partem, emfim, cambaleando, tropeçando constantemente, depois de terem prestado o último serviço aos seus amigos hierárquicos, que, ante sentimentos tão puros, têm os olhos nublados e são possuídos de intensa comoção.

Ao longe escuta-se um sussurro, uma vozearia abafada, que alguns minutos depois se sente aproximar. Deve ser o batalhão. Todos acorrem pressurosos, às janelas, a despedirem-se, na vista da distância, daquele batalhão que lhes roubaram.

Lá surge agora aquela turba, maldita de sempre, uivando à frente dum batalhão de degredados. E umas fardas espalhadas logo aparecem. Pobre batalhão!...

Quem pensaria ser possível vêr em tropel e desalinho o batalhão que ontem fôra a apoteose da disciplina e o escrínio da veneração!...

Sôbre um cavalo de carroça vai tombado o major Vladimiro de Magalhães, e atrás os soldados, dispersos e aos magotes, comandados pelo capitão Magalhães e dois aspirantes de Lisboa, envoltos pela escória dos tremedais que vai afivelando a mochila nos mobilizados, ou lhes conduz, ou lhes empunha as espingardas...

O batalhão do 34 de infantaria... hoje... era aquilo... num monte com tal gentalha que não tivera um albergue na alma para saber vestir uma farda, e não ser... os voluntários...

O rabotalho humano uiva lúgubrememente «os vivas à guerra»... empurrando os soldados degredados que choravam doloridamente o «vivam os nossos oficiais», «queremos os nossos oficiais.»

Numa curva da cidade, já desaparece aquele batalhão que fôra

SOARES — Livro Branco: — Cumpre ainda notar que o procedimento do Governo português é baseado na lei 480 de 7 de Fevereiro de 1916, base 10.^a, e está em harmonia com as estipulações internacionais. O artigo 2.^o do tratado de comércio e navegação entre Portugal e Alemanha não se aplica ao aproveitamento de navios imobilizados, porque só se refere a retenção de navios em trânsito. E, quando se applicasse, as suas disposições estariam cumpridas porque só obrigam ao reconhecimento prévio do direito de indemnização, que se fez pelo artigo 5.^o do decreto n.^o 2229, de 23 de Fevereiro de 1916, ficando o *quantum* da indemnização para fixação ulterior com todas as garantias.

Por todas estas razões o Governo, tendo exercido o direito, que lhe assistia, de prover a instantes necessidades da economia pública, não pode modificar o seu acto. (3-3-916).

o encanto dos seus oficiais, e aquela canalhada que era a maldição daquele batalhão.

Das janelas se afastam, então, os oficiais, com as lágrimas borbulhantes duma dupla dôr — a sua prisão vaiada de cobardia e o seu batalhão vilipendiado de indisciplina...

Foi para êste fim que se formaram as empresas do «Diário de Notícias» e do «Século» e de outros mentidores da missão nobre que é dada à imprensa? Ou para vergastar desapiedadamente as acções infames, residam elas nos maiores poderes da Terra?

Se pretendem ser informadores da opinião pública, não o sejam de uma opinião pública que só lhes sirva.

Passam-se algumas horas de recolhimento naquele misterioso encanto da balsâmica saúde. Às malas dos oficiais presos precedem a sua viagem para a prisão definitiva; e a um intervalo de instantes, ouve-se alguém que convida os detidos a descerem à parada do 3 de artilharia, onde seis trens se quedavam vãos.

Em cada trem vão dando entrada quatro a cinco oficiais presos, com um oficial de artilharia que recôbe a respectiva guia de marcha.

Breve termina a praxe disciplinar, e nunca se nota a comparência do comandante de artilharia, que também era o comandante militar de Santarém. Acto contínuo os trens começam saindo a porta férrea de artilharia, junto da qual estacionavam duas grossas alas de bandidos de mistura com curiosos, que se iam tornando mais compactas até fora da cidade, e na estação dos caminhos de ferro era um mar de gente polvilhado de feras.

(*Continúa*).

JOÃO DE OURIQUE.

ROSEN — Livro Branco: — O artigo 2.º do tratado de comércio, «*presupõe a satisfação de uma necessidade do Estado, emquanto a apreensão, como é notório, estendeu-se a um número de navios alemães em desproporção com o que era necessário a Portugal para suprir a falta de tonelagem*».

Por êste procedimento o Governo Português deu a conhecer que se considera como vassalo da Inglaterra, e que subordina todas as outras considerações aos interesses e desejos ingleses.

Finalmente a apreensão dos navios realizou-se sob formas em que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arriada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com a flâmula de guerra. O navio almirante salvou por esta ocasião.

O governo imperial vê-se forçado a tirar as necessárias conseqüências do procedimento do Governo português. Considera-se de agora em diante, como achando-se em estado de guerra com o Governo. (8-3-916).

PENSAMENTOS, PALAVRAS & OBRAS

DA VIDA : DOS FACTOS : DAS LETRAS

«Triunfou o Integralismo, porque defendia a verdade política e porque era representado por homens que timbraram sempre em ser coerentes com os princípios que serviam. O triunfo completo é condicionado por esta mesma coerência, que todos os integralistas devem observar. E, para isso, em primeiro lugar, o espírito de sacrifício e de dedicação heróica. Nunca o Integralismo poderá servir de logradouro a quem quer que seja. No dia em que tal sucedesse, desaparecia o Integralismo.»

LEÃO RAMOS ASCENÇÃO.

MOMENTO HISTÓRICO

NUM bem curto espaço de tempo dois acontecimentos, de notável valor histórico, vieram animar e encorajar todos os que à causa verdadeiramente nacionalista têm consagrado a sua actividade e sofrido, resignadamente, todos os sacrifícios.

O Senhor. Dom Duarte tendo chegado à maioridade legal, afirmou, a todos que tiveram a ventura de assistir ao inesquecível momento histórico de Pau, manter a sua liberdade de acção em perfeita comunhão com o pensamento nacionalista que orienta a geração moça de Portugal.

Passada a balbúrdia, desaparecida a confusão que o Pacto de Paris fez surgir nos nossos arraiais, todos os que ficaram fieis à bandeira esperavam, ansiosamente, que o Rei falasse. Passaram-se os tempos e com eles foi o desânimo invadindo a maior parte. Alguém que ao Integralismo prestou sempre os mais assinalados e inolvidáveis serviços, alguém que sempre soube manter bem alta a chama da fé, chegou a lançar o desalentador pregão de Real! Real! por D... Rei de Portugal.

Aniquiladas, desbaratadas, as hostes sempre aguerridas, mas sem um seguro comando, lançaram-se em aventuras inglórias que sempre terminavam em ruidosos fracassos.



*Em Pau, no dia 19 de Outubro de 1928, nos jardins do palácio
da sr.^a Duquesa de Cadaval*

Da esquerda para a direita: Engenheiro Albuquerque Amaral Cardoso, Dr. Rolão Preto, Duque de Cadaval, Dr. Mário Cardia, S. M. a Rainha Senhora D. Maria Teresa, Dr. Luís Almeida Braga, Padre Tomás Martins, S. M. El-Rei o Senhor D. Duarte Nuno, Vergílio Barroso, Jacinto Cândido da Silva, Senhora Duquesa de Cadaval, S. A. a Senhora Duquesa de Guimarães, D. João de Almeida, Engenheiro Sárrea Prado, Dr. Joaquim Almeida Braga e Dr. Hipólito Raposo



O SENHOR DOM DUARTE

Agora o Rei falou. Disse o que queria e com o que podíamos contar. Que as fracassadas tentativas de entendimento com quem sempre se mostrou hostil ao nosso pensamento e à nossa acção, tenham servido de muito proveitoso ensinamento.

Unamo-nos todos à volta dos princípios que nos orientam, à volta de quem encarna e defende êsses princípios. Que uma nova e esperançosa alvorada venha encontrar todos nos seus antigos postos. Nós cá estamos. Nós sempre aqui estivemos, neste longo tempo decorrido, alheios a toda a enervante inércia, sofrendo todos os embates, resistindo a todas as premeditadas emboscadas.

Unamo-nos, pois, todos na mesma acção, no mesmo pensamento, na mesma esperança. E sempre que se volte a falar em conluios que nos procurem inutilizar ou criar de novo a confusão e macular a bandeira que desfraldamos e defendemos com todo o entusiasmo, não nos esqueçamos nunca, que quem não é por nós é contra nós.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

Política Monárquica

No dia 18 de Outubro reuniram-se, em Pau, representantes do velho Partido Legitimista e do Integralismo Lusitano, com o fim de saüdarem o neto de Dom Miguel I, o Príncipe Dom Duarte Nuno de Bragança, por ter atingido a maioria legal.

A recepção teve lugar nos salões do Palácio da Senhora Duquesa do Cadaval, achando-se o Senhor Dom Duarte Nuno acompanhado por sua Mãe, a Senhora D. Maria Teresa de Lowenstein e Bragança, viúva do Senhor Dom Miguel II, e de sua tia, a Senhora Dona Aldegundes de Bragança, Duquesa de Guimarães, que até então exercia as funções de regente.

Foram lidas mensagens dos organismos legitimistas e integralistas e outras de estudantes das escolas portuguesas em que se faziam afirmações de lealdade aos princípios de legítima tradição dinástica e ao

mesmo tempo se manifestava a esperança que os monárquicos tradicionalistas depositam no seu pretendente ao Trono.

Respondendo às saüdações que lhe foram feitas, o Senhor Dom Duarte Nuno afirmou aos portugueses ali presentes a plenitude dos seus direitos ao Trono de Portugal e acentuou o propósito de manter e defender, à custa da própria vida, o património político de seu Pai e de seu Avô.

Todos os documentos políticos que foram lidos na reunião, como a resposta do Senhor D. Duarte, vão ser publicados em número especial do jornal *A Nação*.

Foi particularmente impressionante, segundo nos informam, o momento em que a Senhora Duquesa de Guimarães transmitiu a seu sobrinho os poderes políticos de que era detentora.

Além da Senhora Duquesa e de seu filho o Duque de Cadaval achavam-se presentes, entre outros, os srs. D. João

de Almeida, Engenheiro Angelo de Sárrea Prado, Dr. Luis de Almeida Braga, Conde de Monsaraz, Dr. Francisco Rolão Preto, Dr. Hipólito Raposo que também representava o Dr. Pequito Rebelo, Dr. Luís Gorjão Henriques, Engenheiro Jacinto Cândido da Silva, Dr. Joaquim de Almeida Braga, Vergílio Barroso, Dr. Mário Cardia, rev. Tomás Martins, etc. etc.

Foram recebidos em Pau durante o dia muitas cartas e telegramas de diversos pontos do País.

Visconde do Pôrto da Cruz

O ilustre autor da *Paixão e Morte de Sidónio*, vai honrar-nos com a sua apreciada colaboração.

Em breve *Gil Vicente* iniciará a publicação das *Crendices Madeirenses*, interessantes páginas de folclore em que o sr. Visconde do Pôrto da Cruz nos revelará a alma simples e supersticiosa da gente da sua Madeira.

É com o maior regosijo que damos esta boa nova aos nossos leitores, e com a maior satisfação que contamos entre os nossos colaboradores o nome ilustre do bom combatente nacionalista que é o sr. Visconde do Pôrto da Cruz.

Prof. Guido Battelli

A partir dêste número, *Gil Vicente* tem a honra de contar entre os seus colaboradores o nome do distinto Prof. Guido Battelli, director da Sala Italiana da Faculdade de Letras de Coimbra e um grande amigo de Portugal.

Guido Battelli, que tem já uma obra muito respeitada e admirada nos centros

mais cultos da Europa e que já tantos benefícios tem prestado a favor das boas letras portuguesas, oferece aos nossos leitores um magnífico estudo sobre o carácter particular e nacionalista de Alfredo Oriani a quem a Itália-Nova deve, em boa parte, o seu resgate espiritual. Êste estudo está feito com inteligência, ponderação e um incontestável espírito crítico, tornando mais conhecida a obra admirável de Oriani.

Chamamos para êle a boa atenção dos nossos leitores e agradecemos muito sinceramente ao ilustre Prof. Guido Battelli a grande honra com que se dignou distinguir-nos.

César de Oliveira

César de Oliveira, o nosso bom Amigo, a quem afazeres particulares forçaram a abandonar, por algum tempo, a nossa trincheira, volta, de novo, a ocupar o lugar que tinha deixado vago. A partir do próximo fascículo cá teremos de novo tão bom camarada. É com a maior alegria que o abraçamos muito sinceramente.

António da Cunha

Publicamos, neste número, um soneto dêste esperançoso poeta vimaranense.

Quási se pode dizer que é a sua estreia: e, por êste motivo, os seus versos revelam ainda as indecisões e receios de quem principia. No entanto António da Cunha, que é um bom nacionalista, possui magníficas qualidades que, bem aproveitadas, o podem tornar, num futuro próximo, um bom e apreciado poeta. Daqui o econra-

jamos a que prossiga nos seus trabalhos, procurando sempre aperfeiçoar as suas produções.

Rainha D. Amélia

Sua Majestade a Rainha Senhora D. Amélia, foi eleita presidente honorária da Academia de Versailles, antiga Sociedade de Ciências Morais, das Letras e das Artes, de Seine et Oise.

É uma alta distinção que deve encher de orgulho todos os portugueses que têm pela Senhora D. Amélia verdadeira veneração.

Dr. Leão Ramos Ascensão

Concluiu a sua formatura, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, o nosso querido amigo e antigo colaborador, sr. dr. Leão Ramos Ascensão, um dos mais denodados combatentes da boa causa.

No C. A. D. C., na presidência da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano e na direcção do brilhante semanário académico a *Vanguarda*, o dr. Leão Ramos Ascensão evidenciou sempre excepcionais qualidades de lutador. Apesar da sua vida dispersa, este nosso amigo formou-se em 5 anos, tendo ainda tirado a frequência da Faculdade de Letras. Considerado por todos um alto espírito, virtuoso e modelar na sua vida, o dr. Leão Ramos Ascensão vai iniciar brilhantemente, queremos acreditá-lo, a sua vida prática.

Enviamos-lhe um grande abraço de felicitações, fazendo votos para que, atra-

vés a vida prática, êle sempre se saiba impôr como em Coimbra.

Dr. Marques Cêrca

Mais um combatente da boa causa que abandona Coimbra.

O nosso prezado Amigo, dr. Messias Fernandes Marques Cêrca, concluiu os seus estudos na Faculdade de Direito da velha Universidade, onde sempre afirmou excepcionais qualidades de trabalho aliadas a uma lucidíssima inteligência.

O dr. Marques Cêrca pertenceu ao C. A. D. C. e à Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, colectividades a que prestou os mais assinalados serviços, sendo querido e estimado por todos.

Felicitando-o muito sinceramente, desejamos ao novo advogado um futuro cheio de prosperidades.

«Da Hera nas Colunas»

Vai ser posto à venda, em breve, este novo livro de António Sardinha.

É com a maior ansiedade que todos os nacionalistas aguardam esta nova colecção de ensaios do grande Mestre do nacionalismo português.

«Portugal Ilustrado»

Sob a inteligente direcção de Rui Chianca, o distinto escritor que no Brasil tem sempre sabido elevar e honrar a Pátria, iniciou a sua publicação, no Rio de Janeiro, esta magnífica revista ilustrada de propaganda portuguesa e intercâmbio luso-brasileiro.

É certo que «o patriotismo faz milagres. E é por um milagre de patriotismo que, pela segunda vez, e mais alto e confiado na vitória» — Rui Chianca — «clama e reclama aos portugueses de todo o mundo:

— Pela Pátria! e avante!»

Saüdando muito sinceramente a *Phenix* renascida, desejamos-lhe as maiores prosperidades.

«**A Língua Portuguesa**» — *Revista de Filologia*

Acaba de publicar-se o primeiro número desta importante revista de filologia, — *publicação mensal para o estudo, divulgação e defesa da língua portuguesa* —, sob a proficiente direcção do já consagrado filólogo Dr. Rodrigo de Sá Nogueira.

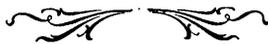
A iniciativa da publicação de uma revista desta natureza em Portugal, pode classificar-se de temerária se considerarmos as dificuldades que tem de vencer para se impôr e existir, em virtude do limitado público que se interessa pelas questões e pelo estudo da língua pátria. E contudo, uma revista de língua portuguesa é uma necessidade imprescindível em Portugal, como barreira a opôr à invasão cada vez maior dos elementos perniciosos que bárbaramente deturpam o

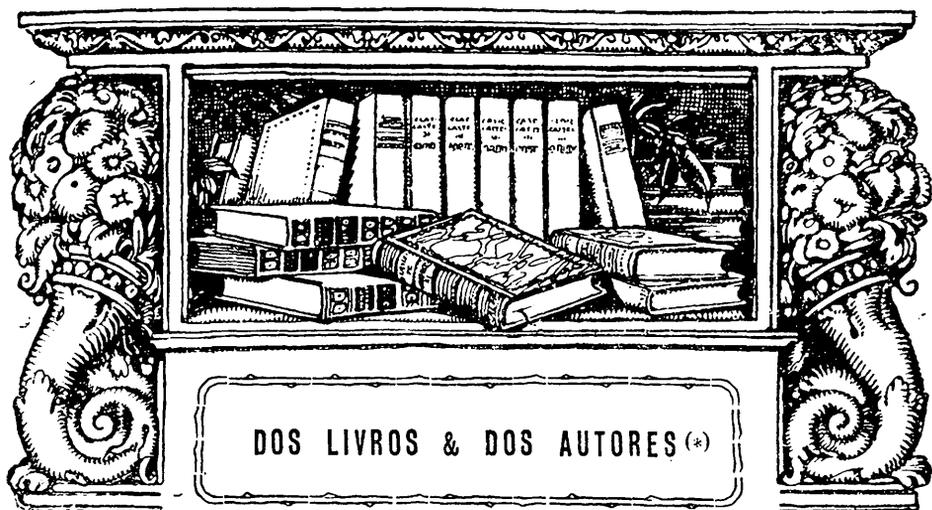
nosso tão rico idioma, e a evitar o abandono e descuido a que muitos o votam, promovendo o gôsto por estes estudos.

O número que temos presente, além do seu primoroso aspecto gráfico, denotando um cuidado pouco vulgar em revistas especializadas, contém valioso recheio e insere colaboração dos venerandos mestres J. Leite de Vasconcelos e José Joaquim Nunes. O sumário é o seguinte: — «*A Língua Portuguesa*», Redacção; *Observações Filológicas*, J. Leite de Vasconcelos; *Reacção literária na Língua*, J. Joaquim Nunes; *O texto das Cantigas d'Amigo*, Rodrigues Lapa; *Ninharias Filológicas*, Xavier Fernandes; *O Dicionário da Academia*, R. de Sá Nogueira; e uma bem documentada secção de *Écos e Comentários*. Além disso, anuncia para os números próximos a publicação de um *Curso de Filologia*.

Revista de incontestável merecimento, pelo valioso serviço que vem prestar à cultura portuguesa, ela não poderá deixar de figurar nas estantes de todos os bons cultores da linguagem e em todas as escolas e liceus.

A atenção que o público dispense a esta notável revista, será a mais justa recompensa dos esforços dispendidos pelo seu director e editor por terem tomado a iniciativa de lançar uma tão útil como benemérita publicação.





EXPOSIÇÃO DE ARTE SACRA, por *Alfredo Guimarães*, (desenhos de *João Amaral*). — Edição da «*Nação Portuguesa*» — Largo do Directório, 8, 3.º — Lisboa, 1928.

Alfredo Guimarães, o arqueólogo ilustre que tem já uma magnífica obra que o caracteriza e impõe, faz, na *Exposição de Arte Sacra*, uma peregrinação saudável ao santuário de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, «junto de cujas pedras douradas esvoaçou a alegria» da sua infância, para nos descrever, com dados históricos, as preciosidades maravilhosas do seu incomparável tesouro.

Quási se pode dizer que a maior parte da gente que fala assombadamente do Tesouro da Colegiada desconhece a história dos seus objectos e quais os seus doadores. Alfredo Guimarães vem, neste trabalho, revelar-nos toda a história dessas tão belas preciosidades, pondo-nos, assim, em contacto com os personagens de um período de grandeza em que a Cruz e a Espada eram irmãs gêmeas no mesmo anseio de glória e de cristianização.

Fala-nos, também, da importância da ourivesaria vimaranense do século XVI que dá a Guimarães «grande e seguro prestígio de centro produtor da melhor ourivesaria portuguesa», afirmando, na sua clara e enternecida peregrinação, que «noventa por cento da nossa triação artística, realizada no percurso longo de oito séculos de história, é de pura intenção e serviço religioso.»

(*) Só daremos nota bibliográfica dos livros que nos sejam enviados em *duplicado*, a não ser que se trate de livros de preço elevado ou notáveis pelo seu valor intrínseco.

Toda a exposição é feita numa linguagem viva, cheia de fé, de saúde e de arrebatamento. Os desenhos de João Amaral são sugestivos e facilitam grandemente a identificação das peças referenciadas.

PAIXÃO E MORTE DE SIDÓNIO, pelo Visconde do Pôrto da Cruz. — Tipografia Esperança. — Funchal (Madeira), 1928.

Lendo êste precioso livro, vivemos ainda os momentos de apoteose que se seguiram à revolta de 5 de Dezembro, chefiada por Sidónio Pais, e as horas negras de anseio e tragédia que o crime da estação do Rossio veio trazer a esta desventurada Pátria.

Embora se possam considerar ainda recentes os acontecimentos que o Visconde do Pôrto da Cruz trata na *Paixão e Morte de Sidónio*, êste livro é deveras valioso pelas revelações que encerra e pela luz que vem fazer sôbre certos factos de incontestável importância histórica.

O Visconde do Pôrto da Cruz teve um preponderante papel em alguns dêles. O seu depoimento é, pois, precioso e cheio de verdade. Todo o seu livro é formado de páginas de história de uma agitada época que teve lances de heroísmos e horrores de tragédia, que teve dedicações desinteressadas mas sofreu, também, as emboscadas traiçoeiras que inutilizaram todos os nobres esforços de ressurreição.

A acção desenvolvida pelos políticos de todos os campos era, como sempre, incitada pelo interêsse. Ouçamos o Visconde do Pôrto da Cruz: — «As tendências anti-parlamentares de Sidónio Pais, se desagradavam ao partido Democrático, de forma alguma eram simpáticas também aos velhos *conselheiros* do constitucionalismo monárquico, aqueles que têm uma responsabilidade idêntica, na vida política do regime deposto em 1910, aquela que criaram os democráticos, de 1910 em diante.»

Livro de um fervoroso nacionalista é, todo êle, repassado de uma fé viva no Ressurgimento de Portugal.

CASTELO DE S. MAMEDE E IGREJA DE S. MIGUEL DO CASTELO, pelo Dr. Luís de Pina. — Pôrto, 1928.

O dr. Luís de Pina que é um apaixonado investigador de bem comprovados recursos, estuda, neste valioso trabalho, as origens do Castelo de S. Mamede — *Castro sanctus mames* — e da «pequena, pobre e mo-

destíssima capelinha «*in honorem beati Michaelis, et S. Martirum Saturnini, Juliani et Baziliae, Fausti et Januarii*» que se ergue junto ao Castelo.

Estudo consciencioso e bem firmado, não pode deixar de interessar a quem se dedica à história do *burgo vimaranense*, a quem venera essas preciosas relíquias do passado que foram os alicerces de Portugal.

E, com o dr. Luís de Pina, nós preguntamos também: — «Quem julgará, entrando na humilíssima igreja de S. Miguel do Castelo, e ao pisar irreligiosamente as lages daquele desprezado chão, que sob algumas delas, impiedosamente deslembreadas, jazem as cinzas daqueles a quem os reis deram foros de cavalaria e chamavam «bons bèsteiros de Vimaranes»?!»

ALECRIM DO NORTE (quadras singelas), por *Manuel de Moura*. — Impressas no Pôrto, em 1928, na Tipografia Progresso, Rua Dr. Sousa Viterbo, 91.

Quadras singelas lhe chama o Autor. Sim. Quadras singelas, mas encantadoras. São feitas por quem sabe escrever e sentir. Como nós gostaríamos de as ver por aí cantadas nos arraiais do Minho, substituindo as *brègeirices* desgraçadas que pululam em toda a parte.

Como seria lindo ouvir cantar:

*Meu amor disse que vinha,
passa-se o dia e não vem.
Se inda vier, não lhe falo,
não falo à noite a ninguém*

Ou est'outra:

*Um amor é lei divina,
pecado são dois amores.
Bem sabes que Jesus disse:
— Não sirvas a dois senhores.*

Vejamos ainda esta sentida quadra, de enternecida beleza e simplicidade:

*Musgo negro, musgo verde,
musgo de fios doirados!
És a saüdade que o tempo
criou dos tempos passados.*

TERMINOLOGIA POPULAR ANATOMICA, (Guimarães),
por *Luís de Pina*. — Tipografia da «Enciclopédia Por-
tuguesa», L.^{da} — Rua Cândido dos Reis, 47. — Pôr-
to, 1928.

É tão variada a linguagem de que se serve o povo para indicar os seus sofrimentos, que, por vezes, os médicos quedam-se estupefactos sem conseguirem atinar com o verdadeiro significado da idéia que o doente lhe exprimiu.

Com a *Terminologia popular anatómica*, que o dr. Luís de Pina foi pacientemente recolhendo em observação cuidada, os expressivos vocábulos da linguagem popular ficam sendo mais familiares a quem tenha de se dedicar à medicina, facilitando, assim, a melhor compreensão dos termos, por vezes cabalísticos, com que as gentes das nossas aldeias costumam forçar a paciência dos mais resignados médicos.

CANCIONEIRO DO MINHO, por *Silva Vieira*. — Livraria
Esposendense, Editora. — Esposende, 1917.

Distantes vão já os tempos em que cada província mantinha a sua característica própria, fervorosamente apegada às pequeninas coisas que lhe davam feição distinta. Muitas vezes, na própria província, alguns povos distinguíam-se dos outros, pela sua forma de trajar, de cantar, de se divertir.

Hoje, com a nefasta atracção que a cidade exerce sôbre os povos das aldeias, alguns dêsses característicos costumes entraram em franco declinar.

É necessário, pois, opôr uma barreira ao mal que alastra devastadoramente. Por toda a parte se estão fazendo as melhores tentativas nesse sentido.

O *Cancioneiro Minhoto* que Silva Vieira carinhosamente coligiu, é uma tentativa honesta e merecedora de aplausos. É certo que algumas quadras que estão fazendo parte do *Cancioneiro Minhoto* não são propriamente minhotas. Têm outra origem, embora, depois, se fixassem também no Minho. Mas Silva Vieira é credor do nosso aplauso pela obra que lançou a público.

Que ela se espalhe por todos os casais do Minho, para que em breve vejamos o nosso povo substituir as canções obscênas das revistas

em yogi, pelas quadras que nasceram ao fogo bemfazejo da lareira, ou nas rixas de rubro bairrismo, como esta:

*Chamais a Braga cidade,
Guimarães lhe dá no rosto;
Braga para ser cidade...
Há de ser com'á do Pôrto.*

VIDA DE S. FRANCISCO DE ASSIS, pelo P.^o Aloísio Tomás Gonçalves, O. F. M. — Edição do «Boletim Mensal». — Braga, 1928.

Quanto se não tem escrito, ùltimamente, em prosa e verso, sôbre esta figura grandiosa na história do cristianismo?

O *Poverello* e Assis são hoje, neste renascer de literatura espiritualista, as bases em que vão buscar apoio os novos escritores ou aqueles que tendo andado perdidos nas encruzilhadas das letras, abriram os olhos para a luz e procuram ansiosamente a estrada de Damasco. E S. Francisco de Assis vai, assim, realizando um prodigioso milagre. Os lobos da literatura que tanto mal fizeram, ouvem a palavra da redenção e tornam-se mansos cordeiros a conduzirem para Deus os rebanhos tresmalhados. Repete-se a scena maravilhosa de Gubio.

No entanto há ainda quem desconheça a sua personalidade tão rica, tão exuberante de virtudes e de exemplos.

O Rev. P.^o Aloísio Tomás reuniu na *Vida de S. Francisco de Assis* todos os elementos que nos podem pôr em salutar contacto com a extraordinária personalidade do *Poverello*. É um livro precioso, bem escrito, que não deve faltar nas nossas bibliotecas.

Todo êle é um hino de louvor às santas virtudes do *Poverello* e dos maltrapilhos da *Suburra*, porque «entre os maltrapilhos de Francisco aponta a Igreja luzido número de seus melhores servidores, em quem Deus complacientemente se gloria.»

MEDICINA POPULAR (segundo a tradição de Guimarães),
por Luís de Pina. — 116, Rua Formosa. — Pôrto, 1928.

Mais um novo trabalho de Luís de Pina, distinto médico e fecundo e talentoso escritor. Na pleiade dos novos, Luís de Pina ocupa um lugar

de destaque. Podendo passar na ociosidade os momentos que a sua clínica lhe deixasse livres, Luís de Pina dedica-os, com a melhor boa-vontade, a diversas investigações, aos seus versos, ou aos seus desenhos.

Quando a maioria se perde na cavaqueira atrofiadora dos cafés, ou das assembleias, Luís de Pina, estuda, trabalha.

Aquí o temos nós, de novo, num bem orientado estudo sôbre a medicina popular. É que o adagiário é vasto. Nasce ao «canto da lareira» que «é o ninho mais puro da tradição portuguesa!» E porque «entre o muito que é descabido e incoerente, o saber do Povo tem bastante de útil e bom; e às vezes um ditado, um conselho secular, uma indicação valem mais que as centenas de livros que nas montras tentam os olhos insatisfeitos dos cultos leitores», Luís de Pina recolhe-os, aproveita-os, estuda-os, purifica-os no cadinho do seu saber e da sua experiência e como «*a experiência é a mãe da sciência*», Luís de Pina há de vir a ser — e do coração lho desejamos — um bom Mestre.

ANUARIO DE «EUSKO-FOLCLORE». — Edição da Escuela de Artes y Oficios. — Vitoria (Espanha), 1927.

É deveras interessante êste volume de folclore. Os trabalhos de investigação que encerra sôbre os costumes, instrumentos musicos, casas e tradições dos povos vascos merecem estudo atento, sobretudo a parte II que se refere aos trabalhos de Prê-história Vasca, que muito vem contribuir para um melhor conhecimento do seu passado remoto.

Êste volume da iniciativa de la Sociedad de Estudios Vascos encerra muitas e interessantes fotografias, plantas e esquemas.

CATECISMO DO MATRIMÓNIO, por *P. Joseph Hoppenot*,
 S. J. — tradução de Zuzarte de Mendonça. — Casa Editora de A. Figueirinhas, L.^{da} — R. das Oliveiras, 71. —
 Pôrto, 1928.

Eis um livro que deve estar em todos os lares para que possam ser aproveitados os preciosos ensinamentos que encerra. Demais, sendo notória a ignorância sôbre o sacramento do Matrimónio, que origina, na sua maior parte, os lamentáveis modos de pensar que hoje se observam, êste

magnífico livro é um dos melhores do género que conhecemos, para obstar a tais inconvenientes.

Deus e a Família: — são as bases em que deve assentar toda a vida social. Mas para nos podermos aproximar de Deus é necessário que saibamos criar a Família. Os males de que hoje sofre uma boa parte da sociedade contemporânea derivam da falta de conhecimentos que se observa por tóda a parte àcerca dos deveres matrimoniais, tão corrompidos elles têm sido pela lepra do malthusianismo, e pela legislação estúpida de um século de desgraça.

O *Catecismo do Matrimónio* é, pois, um livro recomendável, um livro claro, sóbrio e metódico, expondo com notável clareza todos os pontos essenciaes de tão importante sacramento.

LIÇÕES DE PEDAGOGIA, por *Chateau*, Tradução e adaptação de António Figueirinhas. — Casa Editora de A. Figueirinhas, L.^{da} — Rua das Oliveiras, 71. — Pôrto, 1928.

O presente volume encerra uma colecção avultada de teses pedagógicas, concisas e postas com inapreciável clareza. É completo e é prático. Trata todos os pontos essenciaes da Pedagogia de um modo preciso e substancioso. Constitui um óptimo complemento do *Catecismo da Educação*, de René Bethléem, que tanto successo causou e tantos auxílios veio prestar. É já a 2.^a edição em língua portuguesa. A primeira edição foi feita em 1899. Êste livro, como já em 1899 dizia António Figueirinhas, no *Prólogo* que escreveu: — «é tão útil ao professor como ao discípulo, mas naturalmente de melhor proveito para quem ensina, porque até pode afirmar-se que muitos professores nêle devem constituir, com certeza, o seu arcabouço moral e mental.»

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

FARRAPOS D'ALMA, por *João de Ourique*. — J. Rodrigues & C.^a — Lisboa, 1928.

Incontestável se torna o ardor pátrio do autor. Digno de grande elogio é o seu espirito elevadamente tradicionalista. Há fulgurações de

genialidade moral neste poeta que parece viver num frêmito de puro amor de Deus e da Pátria.

A sua Fé, a sua virtude, a sua coragem moral, a sua repugnância pela hipocrisia, pelo dolo, pela baixeza dos caracteres, transparecem sempre com nitidês admirável de tudo quanto João de Ourique escreve — prosa ou verso, artigo ou livro, análise ou desabafo.

E não lhe falta uma apreciável cultura das sciências sociais e políticas nem a orientação disciplinada duma fé superiormente religiosa, modelar de sentimento.

O que nele claudica ainda, às vezes, é a arte poética. João de Ourique é decididamente um elevado poeta, mas, no ardor do seu estro, esquece-se freqüentemente das algemas despóticas da versificação.

É quási sempre, ao dispôr os acentos.

Exemplos :

Em solidão, sob a guarda de Deus...

A quem rezam a oração — Adeus...

Mas esquecer-te nas brumas imensas...

E em alguns versos — a *Invocação*, por exemplo — a imaginação falseia o sentimento, austeramente religioso. Se João de Ourique reflectir no soneto dedicado ao Nirvana, dar-nos há razão. O mesmo lhe sucederá porventura, se analisar alguns dos seus sonetos, ricos de concepção, mas menos felizes na clareza expressiva, na ordem das idéias, na translucidês das imagens.

JOSÉ AGOSTINHO.

O AVO (novela), por *Nuno de Montemór*. — Edição da «União Gráfica». — Rua de Santa Marta, 150-152. — Lisboa, 1928.

Mais um trabalho magnifico do brilhante e fecundo escritor nacionalista Nuno de Montemór e o 1.º volume com que a «União Gráfica» inicia a *Colecção Veritas*. Se bem que, na minha humilde opinião, não seja esta a melhor obra do consagrado autor do «Irmão de Luzia» e da «Paixão de uma religiosa», — essas duas belas joias literárias de apolo-gética cristã —, que, desde logo, afirmaram o valor e o talento de Nuno de Montemór, «O Avô» é ainda, apesar disso, um belo trabalho que nos delicia e encanta, através da suave simplicidade, de estilo e de enrêdo, das suas 124 páginas, donde brota inegavelmente, uma funda e segura lição de moral.

José Flora, a figura primordial do livro e aquela que o cobre duma auréola roxa de sacrifício, na sua *agonia de crucificado*, é um personagem palpitante de vida, na sua extraordinária abnegação pelo filho e no seu louco amor de avô, e que o autor, numa penetrante visão psicológica, arrancou dos trágicos ciclos da realidade humana.

Novela profundamente emotiva, moralizadora, cristã e nacionalista, valiosa pela sua factura literária e artística, «O Avô» ab: e auspiciosamente a «Colecção Vêritas», — nobilíssima cruzada de Arte espiritual, cujos alicerces Nuno de Montemór fundou e que será, dentro em breve, o mais belo edifício, em terras de Portugal, da nova *Cavalaria Cristã* das letras lusitanas!

VOOS MÍSTICOS (versos), por *Maria Augusta dos Santos Nogueira*. (Prefácio de Parente de Figueiredo). — Edição de «A Voz do Pastor». — Rua do Triunfo, 286. — Pôrto, 1928.

Gentilmente conduzida pela mão amiga de Parente de Figueiredo — o prefaciador do livro —, aparece pela primeira vez diante dos meus olhos o nome de D. Maria Augusta dos Santos Nogueira, na portada dum livro de versos religiosos, *nascidos e purificados num coração jeminino, entre o bucolismo santificado dos campos e da montanha!*

«Vãos Místicos», como o seu doce título suavemente sugere, é o brando ruflar de meigas asas puríssimas, duma ingénua alma de mulher, abertas num largo gesto de oração, esvoaçando para o Céu...

Como diz o ilustre artista Parente de Figueiredo, no seu belo prefácio aos «Vãos Místicos», — *o aparecimento desassombrado duma poetisa religiosa atinge foros de volumoso acontecimento*. E assim é, na verdade, tão habituados andamos todos a ver, perdido pelos mais desvairados caminhos da baixa sensualidade ou subvertido em loucas pieguices passionais, o talento artístico das nossas poetisas e o seu próprio sagrado pudor de mulheres!

D. Maria dos Santos Nogueira rompendo nobremente com a vaga de morbidez e licenciosidades poéticas, dá-nos em versos sãos, rítmicos, cantantes como o cristal de ribeiros bucólicos, o louvor emotivo de Deus e a eterna beleza das Suas criações terrenas.

Há nos «Vãos Místicos» hesitações de forma, imperfeições artísticas, ingénuas incertezas? Sem dúvida nenhuma; mas D. Maria Nogueira, que não me quererá mal por estes reparos, tem talento e emoção poética bas-

tantes para procurar corrigir-se e aperfeiçoar-se, dando-nos em breve a obra definitiva que dela esperamos, para que o público a premeie com a devida consagração dentro da poesia religiosa em Portugal.

E a uma poetisa, que logo no seu livro de estreia se nos impõe por tamanha sinceridade e fluente inspiração e nos dá belos versos como estes, que cito ao acaso: *O Sermão da Barca, Horas místicas, O Ti Henrique, Estio*, etc., há que exigir que suba mais alto, mais alto ainda!...

PÉTALAS (versos), por *Euclides Sotto-Mayor*. — Edição do Jornal «O Fafense». — Fafe, 1928.

Depois da prometedora estreia do seu lindo livro de sonetos — «Orações» —, cujo aparecimento, em 1927, eu tive o prazer de saudar nas páginas desta Revista, Euclides Sotto-Mayor envia-me agora um novo feixe de versos: *Pétalas*. É um pequenino livro de quadras, em edição cuidada e elegante, com uma simples e graciosa capa do distinto caricaturista Laurentino Cerdeira, um novo de talento, cujos méritos artísticos eu gostaria de ver devidamente apreciados.

Divide o Autor em duas partes a sua colecção de quadras. A primeira intitulada: *Rosas e ilusões*, encerra algumas quadras repassadas de branda saúde e amoroso lirismo, como estas :

*Noitinha... batem Trinidades!
— Diz-me lá, crente ou ateu,
Se tu não sentes saudades
Como se fôsem do Céu...*

*Meu amor, por entre as lírias
Do meu quintal perfumado,
Floriram as laranjeiras
Num romântico noivado...*

Na segunda parte, que Euclides intitulou: *Espinhos... e maldades*, satiriza levemente o amor e as mulheres, em quadras, por vezes espirituosas, como as que passamos a transcrever:

*Pedi-lhe um beijo... e tão caro
Quis vender o seu decôro,
Que exigiu-me o preço raro
De uns dez dias de namoro.*

*Chamei-te minha mascote
Em horas d'amor ardente;
Mas hoje... não vou no bote:
Tu das sorte a tôda a gente!*

Escolheu Euclides Sotto-Mayor, para êste seu novo livro de versos, um género difícil e ingrato, por ser já demasiadamente tratado dentro da Poesia portuguesa e onde raramente um Poeta consegue triunfar, depois dos êxitos ruídosos de Augusto Gil, Corrêa d'Oliveira e Silva Tavares. Cultivando, pois, a quadra ao sabor popular, Euclides não conseguiu acrescentar um novo triunfo ao seu primeiro livro «Orações». E porque êle próprio, sem melindres e tolas vaidades, o reconhece, é que eu ousou dizer-lho, certo de que êsse almejado triunfo lhe estará reservado para o novo livro a publicar — «Musa aldeã» —, que o Autor nos anuncia e de que conheço já formosíssimas amostras.

Euclides Sotto-Mayor, apesar de novo ainda, é já um belo temperamento de Poeta e possui duas qualidades essenciais para se impôr ao acolhimento e carinho do público: talento e sinceridade emotiva!

UN APOTRE DE 15 ANS. CHARLES-HENRI DE LA BOUILLERIE, por R. P. Emile Herbinière, C. S. Sp. — Pierre Téqui, Libraire-Éditeur. — 82, R. Bonaparte. — Paris, 1928.

Beati mortui qui in Domino moriuntur! E esta frase define bem a formosa vida de Charles Henri de La Bouillerie, aluno do Seminário francês de Roma, falecido na graça do Senhor a 13 de Maio de 1918, naquele modelar estabelecimento de ensino.

Num pequeno livrinho de 80 páginas, dá-nos o Reverendo Padre Emile Herbinière a sugestiva narração do que foi a vida dêste jôvem, que a morte tão cedo roubou às alegrias do sacerdócio. Exemplo magnífico, para todos aqueles que sentem vocação sincera para a vida religiosa e para os quais a meditação destas belas páginas seria proveitosa e de salutar incentivo.

GRANDS SANCTUAIRES FRANÇAIS. (HISTOIRE ET DOCTRINE), por Mgr. Tissier. — Pierre Téqui, Libraire-Éditeur. — 82, R. Bonaparte. — Paris, 1928.

A obra presente de Mgr. Tissier, ilustre Arcebispo de Chalons e um dos mais brilhantes oradores sagrados da França actual, é uma

coleção magnífica de discursos religiosos e patrióticos, pronunciados a propósito dos Santuários franceses de Chartres, Mont-Saint-Michel, Vézelay, Paray-le-Monial, Bourges, Domrémy e Lourdes.

Páginas excelentes de doutrina e de história, ornadas de pensamentos profundos a que não falta também o encanto dum rico estilo literário, fazem dêste livro uma verdadeira obra de Arte. Mgr. Tissier, é ao mesmo tempo um orador de vulto, um doutrinário ardente e um escritor de idéias profundas. A propósito do seu recente trabalho, escreveu um autorizado crítico francês: *Les évêques d'autrefois, ont fait la France comme les abeilles font leur ruche; fidèlement, inlassablement, ceux d'aujourd'hui poursuivent la tâche de leurs grands devanciers.*

Grands Sanctuaires Français, é, sob todos os pontos de vista, um livro recomendável à atenção dos nossos leitores.

HORÁCIO DE CASTRO GUIMARÃES.



GIL VICENTE

REVISTA LITERÁRIA DE CULTURA NACIONALISTA

Sumário dos n.ºs 11 e 12 — 4.º volume — 1928

AS FEIRAS E A SUA TRADIÇÃO	<i>César de Oliveira</i>
ESPADA SECULAR	<i>Ruy Galvão de Carvalho</i>
FILIGRANAS	<i>Cláudio e António Corréa d'Oliveira Guimarães</i>
«O Anátema da Flandres» — O 2.º BATALHÃO DO 34 DE INFANTARIA	<i>João de Ourique</i>
A OBRA FOLCLÓRICA DE ALBERTO VIEIRA BRAGA	<i>Jerónimo de Almeida</i>
S. GONÇALO — Culto e Lenda destas bandas do seu berço	<i>Alberto V. Braga</i>
VELHARIAS VIMARANENSES — Guimarães há 100 anos	<i>João Lopes de Faria</i>

Índice do IV volume

Gravura — Cruz de Tágilde (Romano-gótico — Século XIII)

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

	1 ano	6 meses
Continentes e Ilhas.	20\$00	12\$00
Colónias portuguesas	36\$00	
Estrangeiro	40\$00	

Pagamento feito directa e adiantadamente à Administração

Preço deste número 5\$00

COLECÇÕES DO "GIL VICENTE"

1.º, 2.º e 3.º volume

As poucas colecções que restam vendem-se nesta Administração ao preço de 20\$00 Esc. as do 1.º volume e 25\$00 Esc. as do 2.º e 3.º volume.

Edição e propriedade de MANUEL ALVES DE OLIVEIRA

Redacção e Administração: Rua Egas Moniz, 87

GUIMARÃES

Comp. e imp. no L.º do Directório, 8-3.º -- Lisboa

COMPANHIA DE SEGUROS

Fidelidade

FUNDADA EM 1835

Um homem que deixa aos seus filhos um seguro de vida, mais do que um precioso amparo material, legá-lhes o mais alto exemplo de trabalho e de vontade.

SEGUROS DE VIDA,
CONTRA INCÊNDIO
E MARÍTIMOS

Largo do Corpo Santo, 13, 1.º — LISBOA

Telefones C. 388 e C. 1719

AS FEIRAS E A SUA TRADIÇÃO

Por CÉSAR DE OLIVEIRA

ESTAS tristes feiras dos nossos dias teem também a sua tradição. Os miseráveis mercados periódicos das nossas vilórias, onde a farrapagem das barracas e a ignóbil fancaria industrial se amontôam e se estadeiam num estendal obsceno, são a pulha agonia das velhas, das nobres feiras medievais. Nem uma só nota da côr, da alegria e da beleza das suas avoengas. A bela e sólida produção de antanho está reduzida a uma reles sucata mal niquelada e mal vidrada. Todo o refugio industrial, todas as mil frivolidades pelintras com que se touca a estupidez moderna, comparecem com irritante pontualidade nas tendas de quinquelharias de todas as feiras, tentando o incauto labrêgo que há muito esqueceu que o barato sae caro. Não encontram os olhos um canto pitoresco que os atraia e extasie.

Desde a pobre ourivesaria até aos mancos trastes de madeira nua; dos trapos pintalgados, que desbotam aos primeiros contactos com a água e com o sol, até à inverosimil e cafreal diversidade de amuletos, «massottes», penduricalhos mais ou menos risíveis e todos inúteis — que pavorosa, que nauseante exposição de lixo, de lixo que o industrialismo liberalista produz, de lixo que o desgraçado homem moderno é obrigado a utilizar!

Perdida a graça rústica de uma outra velha indústria, quebrado o encanto do trajar regional ao contacto comopolita da moda invasora, desfeitos os laços corporativos que docemente enleivavam os homens e as profissões, terminada a sua função económica de escoadouros do excesso da produção e de aferidoras das cotações — as feiras quási que só vivem da tradição. Apenas um ou outro grande mercado de gados continúa, ainda precariamente, cumprindo a sua tarefa reguladora. Aí sim, que ainda se descobrem vestígios do que fôram as feiras em outros tempos.

Verdadeiras feiras, e não a chatinagem trôpega e a ciganagem sórdida de agora, eram êsses certames variegados e fartos, onde ao ar livre se apresentavam as actividades rústicas e agrícolas, e os bazares mostravam as produções urbanas e industriais. Essas «Kermesses» maravi-

lhosas eram o encanto dos olhos, dêsses cândidos olhos medievais que tudo viam através da graça e do mistério, e que livremente podiam observar as inegaláveis criações artísticas dos génios da arte e da vocação profissional. A feira antiga era museu e mercado, circo divertido e tráfego utilitário: cosmorama de magia e realidade que o homem podia admirar e adquirir.

Durante dias seguidos, às vezes durante semanas, a feira era o polo magnético a atrair os traficantes e os boémios, o centro buliçoso e marulhante para onde convergiam as gentes graves dos mesteres, e os homens manhosos dos negócios, e a rapaziada estoira-vergas e libertina ou despreocupada que se divertia.

De dia, a feira era uma Cosmopolis gigantesca e enfreneziada, um acampamento monstruoso de babélico pitoresco, um matraquear contínuo e febril de trocas e baldrocas, de ferramentas e de animais, de bugiganças artísticas e úteis e de artes de berliques e berloques, um remuinhar incessante e atarefado de gentes e de coisas. E o bom sol que arco-irrisava de coloridas gambiarras o cenário opulento e feérico dêste teatro tão rico de vida e de vertigem, era também o caprichoso ditador para quem todos apelavam e de quem tudo dependia.

Ao fundo do vasto rocío arborizado, o horisonte era limitado pela fábrica severa do mosteiro. Ou então, sôbre gentil colina, alvejava ao lado a pequena ermida, onde era rija a festa a um santo ingénuo, benevolente e milagroso.

E diante da veneranda imagem, que a piedade cristã dos povos salvara da fúria barbárica de vândalos e mouros, desfilavam as multidões de romeiros e de feirantes, gratos uns, saúdosos outros, deixando todos, nas esmolas que avolumavam em grandes salvas ou nos «ex-votos» que pendiam das paredes, o testemunho da sua fé, da sua gratidão, da sua saúde: — «Até ao ano! Até ao ano!»

Á noite, um arraial enorme fulgia em miríades de luminárias e esbrazeava no fogacho rubro dos archotes. E à maré cheia do negócio sucedia a resaca do divertido e ingénuo prazer medieval, balbuciente ainda de malícia, por entre uma pirotecnia fabulosa e mágica de fátuos pirilampos de artifício.

Os pavilhões corporativos, os celeiros e adegas municipais, as tendas de rija lona de mesterais e feirantes e os cavaletes-mostruários dos bufarinheiros, terminavam o seu tráfego e apagavam-se na treva da noite que descia.

Mas pelos arruados centrais do grande campo, já mil lumes espirram da juba loira dos archotes, do breu, do esparto e do cerne fumaren-

tos, em luminosas volutas, em línguas de sangue e ouro, torcionadas pela briza ou hirtas e soluçantes na calmaria agulhoadora da sêde e desbraguihadora dos sentidos.

Sob o negro velário da noite, sob a cúpula misteriosa onde as estrelas mais brilhantes eram míseras alfinetadas por onde se filtrava um pouco da imensa claridade que rodeia o trono de Deus — como que se continuava o mesmo dia. Era outro o comércio, mas a feira continuava. E a feira nocturna, se perdia em multidão e em ruído, ganhava em amplitude de alegria e deslumbramento.

Amplios toldos de estopa crúa eram amarrados ao tronco das árvores seculares. Ali, nessa meia-luz tamisada de frescura, alinhavam os botéquins onde se vendia a cidra muito fresca e côr de mel, servida por môças mais loiras e mais frescas do que a cidra; ali se bebia o grande vinho vermelho, o alegre vinho que desfranzia os lábios e desentaramelava as línguas da gentana que principiava por beber, e muitas vezes acabava a jogar e a altercar...

Ao lado erguiam-se, pretenciosas de arquitectura e pintalgadas de garridos tons, as flamantes barracas onde se expunham os fenómenos gerados em coitos danados, ou concebidos de sortilégios, apavorantes amores de feiticeiras com o porco-sujo tentador e velhaco. Aí chocarream os bôbos hediondos de graça nas maliciosas coplas de escárneo e mal-dizer, e se mostravam os pequeninos gnomos de rostos encortiçados e barbudos, mais pequeninos ainda do que nas lendas ou dos que se viam nas iluminuras, dentro dos seus gibõesinhos golpeados. Aí se exibiam os animais horrendos saídos dos bestiários ou arrancados às gárgulas carrancudas das catedrais, os brutinhos prodígios e de raras habilidades, toda uma fauna maravilhosa e monstruosa de gibas, de esgares, de momices, de funanbulescos atractivos para os pensamentos ávidos de fantasmarias e de milagres, para os nervos estilhaçados em emoções violentas, para os olhos gulosos do colorido estranho e perverso das curiosidades e aberrações dêste mundo de Cristo...

Sôbre as portadas fingidas e as góticas arcarias, ou sôbre largos terraços de enganosas balaustradas, arautos empavezados e arrogantes tocavam marchas guerreiras em grandes chifres recurvos, arrancavam retinentes sons às grandes tubas metálicas. Em baixo, junto ao grande reposteiro de boa tapeçaria da entrada, homens e mulheres de bela plástica e feições agradáveis e ladinas anunciam as fases várias da festa que vai principiar, os números de maior sensação no programa do espectáculo, e gesticulam, e berram, e chamam, e convidam, e convencem: «É entrar! É entrar! É entrar!»

Aqui, a maravilha é um atleta espadaúdo, o homem das forças que verga em arco grossas barras de ferro, tritura moedas nos dentes como se fôsem confeitos, e esmigalha rijos seixos entre a bigorna e o duro punho. Ali, mostra-se um contorcionista de bem merecida fama. Além para expôr um gigante à admiração do povo, foi preciso acrescentar com lanças e velhos damascos a barraca mais alta de toda a feira.

Uma grande multidão, vistosa, rubicunda e algazarreante, passava e repassava pela frente dêsses pavilhões iluminados e atraentes onde a jocundidade a todos era servida por déz-réis de mel coado: farândola ambulante de mil divertidos anceios nos olhos pasmos, lisongeavam-na os arengadores, fazendo desfilar em ritmo friso ou em descomposta teoria de bacantes a colorida procissão das bailarinas, dos trovadores, das coristas de autos e mistérios, o cortejo risonho e exótico dos dansarinos cómicos, dos nigromantes, dos mágicos e encantadores, dos cães sábios, dos esportíssimos saguis... e sempre o mesmo clamor se ouvia, sobrepondo-se ao vozear formidável, a chamar, a convidar, a convencer: «A vêr! É entrar! É entrar!»

E tudo, passada a primeira esitação, ia entrando e desaparecendo por detrás do velho tapete que servia de reposteiro.

Homens desengonçados e ferrabrazes musculosos exibiam-se sôbre felpudas peles de animais dos desertos, em lesto movimentos de acrobacia e de fôrça, enquanto os histriões de horrendas máscaras pintalgadas, arremedavam os lutadores ou dirigiam chufas pícaras ao público que as acolhia e comentava numa galhofa doida, e as sublinhava com gargalhadas atroadoras, e rebolava por fim num riso perdido e rubro de apoplexia, e empanturrava o peito desoprimido em explosões ribombantes de alegria plena, contagiosa e sã.

Ciganas morenas, mais tostadas ainda pelo sol embruxador da Andaluzia, de olhos sibilinos e longas pestanas sismáticas de mistério e de sonho, liam a «buena-dicha» na penumbra das arcadas, liam na palma das mãos o destino incerto dos homens, o fado dos que nasceram para a desgraça e para o crime, e presagiavam agoiros e tristes sinas de amor no futuro das raparigas casadoiras e supersticiosas.

Às vezes, quando esmorecia ou já se extinguía o farfalhar do prazer nocturno, e a lua se erguia, minguada e fulva como um sonho desgrenhado de prazer agreste, por entre a rendada escumilha dos pinheiros solitários nos montes cimeiros — uma voz de menestrel se ouvia no silêncio arfante da estudantina e da noite. Eram dolentes seus cantares de quási esquecida gesta. E a serenata terminava com a lua no alto e a lividez auroral no horizonte, em maviosas trovas de amor e de saúde que os arrabís acompanham em gemebundos e melodiosos acordes.

E, pelos recantos mais afastados — lá onde o senhor Alcaide ou os seus alguazis não demoram tão severamente a vista inquiridora — môças de ternos olhos aguados e fartos seios rameiravam, beliscando da escuridão a tarda lascívia dos homens que passavam.

E outras, vindas de feira em feira, sabia-se lá de que estragadas terras de Mafôma, rastejavam como serpentes de luxúria, ondulavam sôbre tablados clandestinos os quadrís e o ventre numa vertigem satânica e erótica, e tombavam finalmente, vencidas do delírio ou esgotadas de desejos, sôbre preciosos brocados e ricas alcatifas. Na babugem de perdição que espuma da vida social, mesmo da mais honesta e equilibrada, elas eram como que as vagabundas rainhas decadentes da crápula doirada do Levante.

Mal acabada a noite, com um derradeiro espreguiçamento dos corpos bem dormidos ou com um último beijo de amor saciado e passageiro, logo um novo dia clareava, porventura de mais ruído e mais negócio. E quando o sol rompia, vinha já encontrar a multidão agitada na traficância leal, febril, cantando, apreçoando, rebatendo e trocando.

O primeiro a ocupar o seu lugar na grande faina diária, era o usuário ou cambista. Êle era o vampiro sugador do bom sangue cristão. No dorso da sua mula, ao desmanchar da feira, carregava, transformados em ouro o suor e as lágrimas de um ano inteiro de trabalho e de esperanças... Sôbre a poeira das encruzilhadas, êle estendia um coiro ensebado e nauseante onde se acocorava como um côrvo de garnacha e gôrro negros, longas barbas proféticas por detrás dos livros, imagens e pergaminhos de alfarrabista com que mascarava a sua odiosa profissão. Mas freqüentemente mostrava também, sem rodeios nem receios, o adunco perfil por sôbre a banca polída onde as moedas de todos os cunhos e grossas serrilhas luziam e se encastelavam, enquanto a balança do câmbio oscilava numa cadência tentadora, numa cadência favorável de bom ágio... Ao passarem por esta figura tôrva, dura, esgrouvinhada e sórdida do rapace judeu, homens e mulheres, sem embargo de lhe caírem nas unhas momentos depois, faziam um apressado sinal da Cruz e no fundo das algibeiras as mãos fechavam-se apertando a sina redentora dum cruzado sem quebra nem falha, num gesto de instintiva repulsa, numa figa de escárneo e de esconjuro.

E a feira recomeçava.

Ali se alinhavam as grandes barracas de lona e de madeira, se improvisavam balcões, e se ostentavam no fundo das arcas encoiradas ou pendurados em rijos espartos as armas tauxiadas, os móveis estilizados ao nobre gôsto da época, os livros de horas e de todo o saber ilumina-

dos pela beneditina paciência e por artistas profanos, os paramentos ricos e as alfaías religiosas de prata e de ouro nos motivos gótico e bizantino rendilhados e lavrados a fino buril, coloridos tapetes orientais, panos suntuosos de heráldicos labores a lhama e a matiz, brocados de ramagens furta-côres, louças diáfanas e transparentes trazidas de longínquas paragens asiáticas na marreca dos camelos, cristais lapidados e espelhos de augusta limpidez, grandes barris de cerveja, tonéis eternos de carvalho para o vinho, cangas ingênuas de românicas decorações... E frascos de côres com perturbantes perfumes, e joias reluzentes porque se perdiam reinos e mulheres, e ferramentas de aço novo ainda azulado da forja, e punhais agudos de cabos cravejados e córte afiançado, e as bojudas e conchegadas panelas de ferro de três pés, e os cereais, e as especiarias, e os papéis, e o peixe salgado, e as frutas, e os animais de carga e de açougue... — tudo o que no mundo, por assim dizer, se produzia e fabricava, ali se encontrava perfilado ou a oferecer-se num arraial vistoso e funambulesco e feérico de côres garridas, e lampejos crús, e ruídos alegres de bom negócio e de plena vida!

Depois, quando o empório anual se desmantelava, enchiam de estranhas caravanas os caminhos torcicolados e poeirentos. O desmanchar da feira era qualquer coisa de triste e apressado que ninguém podia ver sem mágua, pois todos a deixavam com saúde.

O primeiro a sair era o judeu, cauteloso e desconfiado; o último era o jogador dos dados e da «vermelhinha».

Longas filas intermináveis de mulas de almocreves e tendeiros e os combóios de inumeráveis trens onde os ricos mercadores faziam conduzir as suas fazendas entre escoltas mercenárias de cavaleiros e vagabundos, e as jaulas dos bichos raros, e o carroção dos bôbos, e as decorações guerreiras da barraca onde os moços se adestravam no tiro de besta — tudo rolava aos solavancos, cada um a seu destino, muitos deles irmanados já no mesmo destino errante, subindo e descendo ladeiras, galgando pontes, a caminho de novas feiras ou de regresso aos lares e às profissões, com fundas saúdades dos belos dias findos e uma esperança mais alta de vida nova!

E no cruzamento mal-assombrado dos torcicolados caminhos poeirentos, lá onde só o tósco retábulo das «alminhas» dava seu ar cristão e uma piedade discreta ao êrmo, feirantes e romeiros se despediam entre fortes abraços e os últimos beijos de boa camaradagem nos picheis do vinho: «Adeus! Adeus! Até ao ano! Até á vista!», enquanto algum velho de larga experiência e muitos anos alongava os olhos razos de lágrimas

pela estrada do seu passado, numa grande saúde de si mesmo e da-
quela última jornada...

Como os velhos, na encruzilhada dos anos onde ao fundo da ladeira da vida se depara o barranco da morte, também as feiras adquiriram com o tempo as rugas duma irremediável decadência. Uma decadência sem nobreza, sem aprumo, sem decência. As rugas que as sulcam são de mi-séria pelintra. Acanalhadas e caducas, nem os povos nem os economistas as tomam a sério. Servem de risota. Não são de utilidade social nem de público divertimento. Enojam, e o espectáculo miserando que elas oferecem nem sequer tem a desculpá-lo a lenta paganização da moral colectiva e o relaxamento ou modificação dos costumes.

A feira de hoje é uma porcaria, um sujo incidente na vida pacata e regrada de muitos lazarónicos burgos que petrificaram na idade do sufrá-gio e da pedincha eleitoral.

É triste o fim de todas as coisas, mórmente quando se trata de ins-tituições que algum dia gosaram de prestígio e serviram a sociedade com elevação e até com glória, e suavisaram a vida dando-lhe alegria, beleza, animação e pitoresco. A agonia das feiras podia ser triste, podia ser po-bre, mesmo, pois o seu esplendor esmorecera ainda antes de terminada a sua missão social. O seu fim escusava, porém, de ser ignóbil. Elas são simplesmente uma vergonha.

Que distantes são em tudo das belas feiras dos belos séculos gre-mialistas! É que entre umas e outras medeiaram quasi duzentos anos de democracia política e de feroz liberalismo económico. As feiras modernas são o fiel espelho do meio social que as tolera. O que de bom e de belo ainda hoje se produz — e tanto é ainda, Deus seja louvado! — não con-corre ás feiras, a êsses repugnantes vasadouros de todo o enxurro indus-trial.

Sem decência e sem beleza, nada tem que as justifique.

Vivem da tradição, vivem de maus hábitos e da preguiça, vivem do vinho e charlatanice gananciosa.

As raras feiras internacionais que actualmente se realisam, atraem mais turistas que feirantes. São organizadas com a intenção imediata de espoliar os forasteiros e com a mira remota de fomentar o comércio. A imponência e a beleza com que por vezes se apresentam, compensa em parte a utilidade que não podem já prestar. Os Estados alentam e subsi-diam êsses mercados sem mercadores, senão pela minguada propaganda, pelo menos pela real ostentação que em certos casos aumenta o seu pres-tígio.

E, ao passo que a faparraria das feiras se torna dia a dia mais imunda, as exposições vulgarizam-se.

Por seu intermédio, as populações tomam conhecimento de novas ferramentas, novos motivos de arte e novas expressões de beleza.

A feira de outros tempos era uma cidade ambulante, uma cidade alegre e buliçosa que tudo expunha e de tudo vendia. As cidades de hoje são feiras permanentes. Seus magestosos bancos, seus luxuosos estabelecimentos com vitrines que parecem capelas, seus teatros, seus circos, seus campos de jogos, seus botequins monumentais, fazem todos os dias a sua feira e imprimem às grandes capitais o sinal cosmopolita no variegado conjunto que caracterisava as antigas feiras. Por isso a cidade atrai. Quem pode, vive sempre na cidade, porque a vida é aí mais fácil, os costumes mais polidos, e porque as coisas belas que existem no mundo e que o mundo vai criando para suavisar e dar encanto à vida, estão mais ao alcance de toda a gente.

O futuro dirá se, ao desmanchar das feiras de hoje, ou seja do asfixiante urbanismo provocado por uma exagerada centralização política e industrial, — será também o côrvo judeu o primeiro a safar-se com o nosso ouro, e se o cambão hediondo da jogatina e do turismo ficará ainda jogando no Funchal ou nos Estoris os bens e a honra de uma Nação inteira!...



ESPADA SECULAR

*Jazia a um canto dum armário antigo
Uma velhinha, secular espada,
Que outrora fôra a Glória sublimada
Dum meu Avô de aspecto doce e amigo.*

*Ao vê-la ali já nua e abandonada,
Tôda em ferrugem, disse então comigo:
— Eu hei-de um dia combater contigo,
Minha velhinha, secular espada*

*Serviste a Pátria pelo braço forte
Dêsse meu venerando Antepassado
Que muitas vezes triunfou da morte.*

*... Eu vejo agora a Pátria n'agonia...
Ó minha espada! hei-de contigo um dia
Honrar as cinzas dêsse Avô soldado!...*

RUY GALVÃO DE CARVALHO

FILIGRANAS

Por CLÁUDIO e ANTÔNIO CORRÊA D'OLIVEIRA GUIMARÃES

*Ao Dr. Alvaro Maia, ao
seu belo e lúcido Espírito*

A Filigrana é a renda de bilros da joalheria, — delicada, transparente, alada, quási imponderável.

Para fabricar essa aurifulgente teia de aranha, a arte de afeiçoar e estilizar os metais preciosos réquintou-se tanto, nas subtilezas da textura e na minudência da plástica que atingiu quási a perfeição misteriosa de certos insectos — artistas...

O embrincado caprichoso das suas tessituras evoca mundos aereos e remotos de feeria. Dir-se ão brinquedo de dedos esguios, pacientes, quási divinos de fadas...

A Filigrana é um milagre plástico de ourivesaria. Nela adelgaça-se tanto a rudeza da prata, afeiçoar-se com tal arte a insistência do oiro, inalterável como o diamante, que ela ganhou a plasticidade da argila, a maleabilidade ductil da cera, a leveza das rendas, a maciesa submissa das sedas de bordar. Trabalhando à fieira os metais brutos vá de enleá-los, enredá-los, tecê-los, — a prata quási fluidizada em névoas, o oiro quási imaterializado em fios de sol...

A Filigrana é por assim dizer, como a espuma para a água, como a estrêla para o céu, como o perfume para a planta, como o sonho para a vida, a espiritualização dos minérios. Desde a obscuridade subterrânea dos veios auríferos, à rutilação quási aérea desta renda delicada — que jornada ascensional, esplendorosa e magnífica!

*

* *

Onde nasceu a Filigrana?

A sua origem dilue-se nas névoas de mistério que empanam os

longes do tempo. Ela desabrocha vagamente ao dealbar das civilizações árabes. O kalifado de Córdoba recolhe-a nos seus tesoiros. No livro de horas de *Carlos o «Calvo»* exibem-se já as primitivas e bárbaras florescências da sua eclosão.

Delicada flôr de arte é nas terras ensoladas do Oriente que a sua raiz germina. Veio de Bysancio. Mal chega espalha-se pelos países que com o Levante mantem relações. Surge em Veneza e torna-se conhecida de toda a Europa sob o nome de *Opus Venetica*. Quási simultâneamente desabrocha em Portugal. É pelos inícios da Monarquia: e ela ascende logo tão alto que alcança a corôa de D. Sancho I!...

Portugal! É na verdade aquí que ela se radica e floresce como em parte alguma. A sua manufactura atinge a perfeição máxima, tornando-se com a das tapeçarias de Arraiolos, os linhos e a cutelaria de Guimarães, as olarias de Estremoz e do Prado, a cerâmica de Darque e de Viana, as sedas e os bordados de Bragança, a serralharia de Coimbra, uma das mais artísticas das nossas indústrias tradicionais.

*
* *
*

Nesta terra de Portugal onde todos são poetas, de tudo se faz lirismo, a nossa ourivesaria é um verdadeiro poema. Ora a filigrana está para o oiro como as redondilhas supremas de Corrêa d'Oliveira estão para o verso — o metal torna-se em teia, como a palavra em sôpro...

Garcia de Resende celebrava a perícia inegalável dos nossos artífices da idade-média: foi nas suas mãos destras, para todos os trabalhos em oiro que a Filigrana ganhou em carácter próprio. Desde então diferenciou-se da dos outros países, tornou-se a mais perfeita do mundo. É porém no incomparável tesouro-de Beleza que é a ourivesaria peninsular do século XV e XVI, que ela aparece como uma floração de arte da mais delicada contextura, paciente lavor, subtil encanto, raro e discreto perfume. O sôpro profundo da Renascença, espalha-a, propaga-a, semeia-a por toda a parte.

A Nação atinge então o seu período áureo de esplendor. Como que

não cabendo dentro de si, na exaltação de sonho que a dilata, excede-se, transborda para os infinitos do Mar... Galeras altivas e naus esbeltas sulcam as águas. A Cruz de Cristo sangra ferida dos ventos por sôbre todos os mares. A utopia das Descobertas arranca heróis de todas as pedras da rua. Faz-se de uma aventura a finalidade sublime de um Povo. O Mar Tenebroso é devassado, desflorado o mistério das águas ignotas, e, enfim, realizada a Grande Quimera, possuído o segrêdo legendário do Oriente.

Uma chuva de ouro cai sôbre Portugal —, e como que por milagre, surgem da sombra, as mãos benditas de mestre Gil Vicente para afeiçoar e consagrar as filigranas na rutilância eterna da custódia de Belém. Os ourives aprimoram-se então, no lavor desta deliciosa renda de ouro. Ela aristocratiza-se, torna-se querida das mulheres, prestigia-se como o mais sedutor e discreto dos atavios, fulge rorejando nos Paços da Ribeira, suspensa em pingentes das orelhas, balouçando-se em pequenos corações sôbre os colos de morango e leite, enroscando-se entre os fogos rútilos das melhores pedrarias, nos dedos afuselados das damas da côrte da Senhora Infanta.

É a sua apoteose!

*
* *
*

A Filigrana!

Como vêem nenhuma das nossas artes ornamentais possui mais dilatada e luminosa e sugestiva tradição. Ela enleia-se ao luxo e à indumentária portuguesa como os versos de Camões se enleiam à nossa História.

Através da sua embrincada rede, que de evocações, que de mundos remotos de deslumbramento, de graça e de galanteria!

Subiu onde mais aito sobem as joias: — ao colo das Rainhas, à espada dos Heróis, à sagração litúrgica dos altares. Pousou porventura feita mariposa no colo de garça da linda Inês; envolveu cariciosamente o pescoço branco da *Flor da Altura* elegante e fino como o galbo de um junquillo; emoldurou em trémulos arabescos a imagem do Cavaleiro de

Chamyli, delida pelos beijos e pelo pranto da Freira-Amorosa; abriu em flores nos cabelos flavos de Natércia. Revestindo de redes de oiro, os diamantes de minas, juntas com os grãos de almíscar e de âmbar e os caroços de azeitonas do Jardim das Oliveiras formavam as camândulas dos rosários porque as damas quinhentistas encomendavam à Virgem a vida dos namorados, batendo-se como leões no cêrco de Diu...

Quem sabe mesmo se guardando alguma madeixa de cabelos foi ao peito de Pedro Álvares Cabral até terras encantadas do Brasil, se na Cruz do Padre António Vieira reluziu na penumbra virgem das suas selvas?

*
* *
*

Mas a Arte é uma flor de luxo. Desabrocha apenas nas épocas de civilização e de requinte, nesses meios dias fulvos que alumbram de flamejamentos de rubi e coruscâncias de diamante a vida da humanidade. É inimiga da sombra, dos crepúsculos. Com o desastre de Alcácer Kibir, desce sôbre Portugal a longa noite da Derrocada.

E a Filigrana decae — quási que desaparece. Vem o fausto sardapalesco dêsse rei que ergueu Mafra e tauxiou de mármore policromos a capela de S. Roque — e ela não se vê. Vem mais tarde a coqueteria e a graça senhoril dêsse pequenino e precioso Versailles que é Queluz e nos seus saraus, à luz profunda dos lustres da «Sala dos Espelhos, não se encontram filigranas nos colos das franças e das sécias, empoadas e tafuis. Passa de moda. O gôsto abastarda-se e as filigranas, lindas como carícias, são preteridas por peças de ourivesaria, pesadas, desgraciosas, inestéticas. O Norte porém que é por assim dizer a caixa forte de tudo o que representa a tradição portuguesa é que ainda hoje conserva, acarinha e guarda essas pequenas maravilhas. E assim é ver o amoroso enlêvo com que a trabalham os mestres ourives de Travassos na Póvoa de Lanhoso ou de Gondomar, nos arredores da Cidade da Virgem. Repelidas da rua do Oiro refugiam-se na das Flores, a clássica rua dos ourives do Pôrto.

Já não brilham no peito das grandes damas, mas buscam-nas amorosamente, as garridas moças do garrido Minho. Ao sol ardente das romarias alacres, balouçam e reluzem nas cruces e corações que elas trazem sobre os seios fartos, nas arrecadas que lhe pendem das orelhas, nos mil pequeninos ornamentos com que se ataviam, de uma estilização simples, ingénua e bárbara é certo, mas sempre, sempre! — deliciosamente decorativa.



“O ANÁTEMA DA FLANDRES”

O 2.^o BATALHÃO DO 34 DE INFANTARIA

(CONTINUAÇÃO)

OS trens, positivamente arremessados ao assalto dos soldados da república, aos... voluntários, seguem sem a mais simples protecção; e ao dobrarem a esquina do Jardim Público, rebêam rugidos dos que se habituaram a vender o país, tomando agora para execração da sua vileza os que ali seguiam presos à ordem da república para satisfação dos seus amantes e chulos. A vozearia aumenta, e distingue-se bem a sêde de sangue no «á morte o Ponte e Sousa», «onde é que vae o malandro do Topinho», blasonando os assassinos o «mata-se», «mata-se».

No último trem seguiam os dois únicos alvejados pela hediondez sanguínea dos vampiros, talvez assim acondicionados no mesmo carro para mais fácil execução. Quem sabe?...

Em frente ao Hotel do Comércio, junto aos muros do quartel do 3 de artilharia, após uma chuva de pedras que constantemente vem batendo a capota do último trem, uma pasta de lama raspa pela cara do tenente Topinho. Então o alferes Matos e capitão Padrão (oficial de artilharia) precipitam-se do carro sôbre a turba, o primeiro empunhando uma pistola e o segundo a sua espada. Entretanto um voluntário⁽¹⁾ da guerra,

(1) Do diário *a Monarquia*: — *Um voluntário «malgré lui»*. — Assinada pelo sr. Correia Marcelo, do Porto, recebemos a seguinte carta que a seguir publicamos:

«Em o número 3 de 20 de Novembro a revista *Seara Nova* promulga, como fonte de todas as virtudes — o amor supremo da verdade.

Eu, obscuro leitor da *Seara Nova*, adiro firmemente; mas o signatário do artigo *Navios estrangeiros no Tejo* parece discordar de tão solene afirmação, ornando-se, por engano, com os títulos de «Ex-official voluntário da grande guerra na França, Cruz de guerra, ferido em combate.»

Quanto à existência da Cruz de guerra sôbre a farda do autor, nada tenho que objectar. É um facto que nem os cegos poderiam negar. Ela aí está, rutilante, visível, palpável, a baloiçar sôbre o amplo arcaboço de S. Ex.^a. Quanto, porém, à *voluntariedade* com que Sua Ex.^a partiu para os plainos da França, tenho umas certas dúvidas que submeto ao esclarecido critério de V. Ex.^a, recordando os seguintes factos: — Quando Alpoim, nas suas cartas de Lisboa para o «Primeiro de Janeiro», verberava

conhecido pelo «Martins dos Oculos», espeta a ponteira do guarda-chuva no penultimo trem.

O tenente Topinho e o alferes Ponte e Sousa vão também de pistola em punho a lançar-se sôbre aquela canalha, mas o alferes Correia de Campos agarra-lhes os braços e diz-lhes que está desarmado, pelo que se detêm, e reparando que o carro está parado, apontam as pistolas aos salteadores, que se eclipsam com o que agarra as rédeas dos cavalos.

O cocheiro volta à boleia, tendo ao lado um soldado do 16 de infantaria. O alferes Ponte e Sousa intima-o a que siga para a estação, mas o tenente Topinho, verificando melhor o perigo iminente, manda voltar ao quartel que não estava longe de duzentos metros.

acerbamente àqueles que cômодamente faziam a propaganda da nossa intervenção na guerra sem primeiro se terem oferecido, o Dr. Jaime Cortezão autor do artigo directamente visado, respondeu no jornal «O Norte», esclarecendo que o não fazia por que tinha mulher e filhos, mas que, quando chegasse a sua altura, partiria imediatamente a cumprir, com galhardia com os seus deveres de cidadão e de patriota; coisa que, de resto, não compreendo muito bem, sr. Redactor... Isto de a gente partir *voluntariamente* quando é *obrigada*, é exquisito...

Sem malícia me quero referir também a uns versos patrióticos, da autoria do mesmo sr. Dr. Jaime Cortezão, publicados num jornal portuense:

... *Armemo-nos e parti...*

A interpretação dêste verso também não prova muito a favor da tal *voluntariedade*.

Descontando as traições da rima, êste verso só se compreende para os efeitos espectaculosos: para pavoniari a farda, arrastar a durindana, manejar o «stick» na rua de Santo António ou no Jardim da Cordoaria, somos *nós que nos armamos*; mas para partir... isso é com os outros.

Antes de partir para os glóriosos campos da metralha, e com o fim de provar, a sua *gana* de se bater frente a frente com o *boche*, S. Ex.^a pretendeu fazer um curso de uma especialidade médica. Não sei se o concluiu. Todavia, com ou sem curso, S. Ex.^a não teve outro remédio senão marchar *voluntariamente* para o *front*.

De regresso à Pátria, coroado de louros e *decorè*, S. Ex.^a afirmava aos seus amigos, no Porto, ter sido *gazeado*. Cá por mim nunca lhe puz dúvidas; mas um dos seus mais íntimos amigos, que, ao felicitá-lo, mais efusivamente o abraçava, dizia-me, mais tarde:

— Foi gazeado, foi; mas *ao invés*...

— ?

— Sim *ao invés*, porque os gases, em vez de penetrarem no organismo... saíram por vias que só muito discretamente se podem chamar respiratórias...

Finalmente, o sr. Dr. Cortezão afirma-se, na *Seara Nova*, não gazeado, mas *ferido em combate*...

Mostro o artigo ao amigo que no Porto tanto o felicitava pelo seu *gazeamento*:

— Isto agora é verdade. Foi ferido; isso é que foi... respondeu, batendo com o

Ainda não ocorrera a falta do capitão Padrão e do alferes Matos, como ainda não aparecera qualquer força de proteção!... E assim entram no quartel do 3 de artilharia, os três oficiais que ficaram no trem, e que se perguntam sem resposta pelos dois oficiais que faltam.

O que lhes sucederia? Como e onde desapareceram? Talvez no momento em que o carro foi detido na sua marcha pelos liberais safardanas da Liberdade e da Humanidade!...

Sobem à secretaria e intimam a imediata saída duma força, absolutamente necessária para proteção aos seus camaradas, que vão a caminho da estação. O capitão-ajudante Barros e Matos nomeia com a máxima urgência uma fôrça de 40 soldados sob o comando do capitão Monteiro, que vña, quási, ao cumprimento de um dever que não admite tardança qualquer, e a autoridade militar não soube ou não quiz evitar, resguardando, como era do seu dever, de um desacato tão conhecido, os seus camaradas presos que como ela tinham galões nos braços.

O capitão Padrão aparece com a farda manchada de sangue que lhe escorria da cabeça, de uma ferida de pedrada vibrada pelas costas. Êle precipitara-se do carro, logo após o alferes Matos, sôbre os cobardes saltadores, espadeirando aqueles ululantes assassinos dos oficiais que iam entregues à sua guarda. Tinha cumprido o seu dever, barrando com a sua vida a vida dos presos por que respondia. E fôra ferido traiçoeiramente, defendendo a sua honra na devoção fervorosa pelos galões que usava e que eram do mesmo ouro do dos presos que acompanhava a Lisboa.

Uma informação chega dando o alferes Abel Matos como ferido gravemente, depois de se lhe haver encravado a pistola e quando já pisava o limiar da porta da esquadra de polícia, da Ribeira de Santarem. Fôra um «cívico republicano» que o ferira pelas costas, com um tiro de pistola, que o prostrara sôbre a soleira da porta da esquadra de polícia.

formidando cachimbo sôbre a mesa para lhe sacudir a cinza. Mas oiça lá esta história antes de se ir embora:

... Um major brasileiro ouve os primeiros tiros, trocados ao longe, entre o exército paraguaio e as avançadas brasileiras. Um pouco assustado, pergunta a um oficial que marchava a seu lado:

— Alferes, a *quê cheira o sangue?*

— Cheira a m... , meu major, responde, com toda a seriedade, o endiabrado alferes.

— «*Ai Jazus, qui já vou todo ferido*», grita o pávido e crédulo major.

E, atacando de tabaco o *kolossal* cachimbo, o amável tripeiro concluiu:

— Sim, V. pode acreditar; o Dr. Cortezão deve ter sido gravemente e profusamente ferido em combate...

Os seus três camaradas que haviam regressado ao quartel do 3 de artilharia e que procuravam o comandante militar, coronel Jayme de Figueiredo, indignadíssimos com o se permitiu e se não devia ter deixado praticar, sabem que o comandante militar está... dormindo, descansando... do palratório discursivo da noite. Mas nada os impede de o acordarem para lhe verberarem o leviano proceder.

O comandante militar, ainda sonolento, esfregando os olhos, com a cara por lavar, indagando do barulho que o despertara, aparece no corredor, onde ouve mais àcremente ser-lhe imputada a responsabilidade total do ultraje já praticado na pessoa dos três oficiais presentes, e seus camaradas presos também e entregues a tão má guarda, que mais parece cúmplice nos acontecimentos em que, pelo menos, salienta uma negligência extrema⁽¹⁾. E ainda ouve a afirmação violenta da culpabilidade que sobre êle incidia em qualquer assassinato que possivelmente se registasse, e de que êle era o principal réu, por não haver guardado convenientemente a oficialidade presa, que talvez antes, premeditadamente, houvesse entregue indefesa aos assassinos, porquanto havia chegado até à prisão dos oficiais do 34 de infantaria o conhecimento do gesto... da Fraternidade republicana que estava em prática larga.

O coronel tudo ouve e nada diz que se distinga, tartamudeando palavras misteriosas. E no Hotel Central o general Mendonça e Matos, comandante da 2.^a Divisão do Exército, e Manuel Alegre, governador civil, conversavam amenamente ante uma chavena de café, talvez aguardando em anceios bravos a primeira lista do morticínio preparado e não menos propalado.

Assim era como se conduzia a prisão de um punhado de oficiais que haviam ajoelhado no altar da Pátria⁽²⁾!... do que alguns se arrependiam ainda!...

O coronel Jaime de Figueiredo, vestido à pressa, surge, de novo, no corredor, e convida os três oficiais presos e o capitão Padrão a acompanharem-no à parada de artilharia, onde ainda se vê o trem em que foram atacados, e o tenente da guarda republicana, Adriano Pereira Caldas, com quatro praças de cavalaria.

O três oficiais do 34 de infantaria vêem bem a insuficiência da força; e quando o coronel os convida a tomarem lugar no trem, em que os acompanhará, recebe a recusa formal dos três oficiais presos, que de-

(1) Vidê declarações do Dr. Cunha e Costa, no diário católico *A Época*, de Setembro de 1919, sôbre a cooperação de Portugal na Grande Guerra.

(2) J. Barthelemes — «un État ne vit pas de liberté qui est une notion negative».

claram preferir marchar a pé, e que não seguirão além da Ribeira de Santarém, sem verificarem se o alferes Matos se encontra ainda na esquadra de polícia, pois em caso afirmativo o querem levar para Lisboa.

O coronel anuie a tudo, então retomam a direcção da estação dos caminhos de ferro, mas a pé e pela estrada de Santa Clara, que o coronel escolhera. Á frente vão os quatro cavalos da guarda republicana; sôbre a esquerda vai o coronel, ora com o capitão Padrão, ora com o tenente Caldas; e sôbre a direita e à retaguarda marcham os três oficiais do 34 de infantaria, de pistolas aperradas.

Caminha-se sem incidente, e finalmente pára-se em frente da esquadra de polícia da Ribeira de Santarém, que uma onda de malandrins totalmente esconde.

As manifestações «espontâneas» levantam-se logo que surge o grupo minúsculo. O coronel fala àqueles seus «amigos» e lá os acalma um pouco, e voltando-se para os três oficiais presos, que acompanhava, diz entender melhor que fôsse êle sòmente à esquadra a certificar-se da permanência ou não do alferes Matos, e sob palavra de honra informaria da verdade, no regresso da inspecção que fôsse fazer pessoalmente.

Os três oficiais presos anuie, visto o coronel empenhar a sua palavra de honra.

O coronel atravessa a turba e breve aparece, declarando que o alferes Matos já seguira para Lisboa com os outros oficiais do 34 de infantaria. Não há o direito de duvidar, e portanto segue-se a caminho da estação, onde embarcam, o capitão Padrão e os três oficiais presos, com destino à capital.

Alguem fala os sucessos passados na estação com os oficiais do 34 de infantaria que haviam seguido no combóio anterior. Os oficiais, apenas chegados à estação sob apupos constantes, foram introduzidos na sala de espera, e a via era já devassada por uma multidão sedenta de sangue, que o administrador do concelho, José dos Reis Júnior, simulando conter com quatro ou seis dos tais «cívicos republicanos», ainda mais atija no clamar constante pelas pistolas dos seus homens que lh'as mostram e êle não utiliza eficaz ou ineficazmente.

Os desígnios macabros são bem manifestos. Não teem intermitências os gritos de morte, e pretende-se lançar bombas para dentro da sala de espera, onde estão os oficiais presos que conseguiram chegar à estação, nos quatro trens que continuaram a marcha sem maior impedimento. O tenente Tribolet ouve os piores insultos à honra de um homem casado, bolsados por aqueles heróis da cobardia e da mais funda repelência moral.

Não longe se está da execução do plano de assassinio, quando a *gare* é invadida pela fôrça do capitão Monteiro que logo começa varrendo à coronhada aquela horda selvagem, enquanto o seu comandante aplica bem a sua espada.

O administrador do concelho, que há tanto tempo só perguntava pelas pistolas dos seus «cívicos», quer-se pôr a bom recato, e por isso invoca a qualidade de administrador do concelho de Santarém quando os sicários recuam bem acossados. A resposta não se lhe fez esperar, pois os soldados melhor carregam à coronhada, levando de roldão quando na frente deparavam.

Breve estava a via férrea desimpedida, êsses oficiais embarcavam para Lisboa, sendo-lhes afirmado, no trajecto, que na estação do Rossio os esperava o deputado democrático Tavares Ferreira com um bando dos seus «voluntários», apetrechados de carabinas e bombas, e que Norton de Matos puxava pelos cabelos, aflito, desorientado, no ministério da Guerra, por não saber como evitar a sangureira!...

Mas um momento luminoso o orienta, lembrando-lhe o envio duns camions a Braço de Prata para transportar os oficiais presos subtraindo-os assim à fúria «patriótica»⁽¹⁾ caso chegassem a tempo, e se não chegassem a horas nada mais se poderia fazer!... como se em Lisboa não houvesse tropas para limpar a estação do Rossio!...

Ao acaso, os camions chegavam a Braço de Prata no momento em que o combóio ali parava, por motivo do atrazo sofrido em Santarém. Senão... muito tarde chegavam os camions...

Deus havia-os salvo.

O combóio, em que seguiam os três restantes oficiais presos, corria agora próximo de Braço de Prata, e duma carruagem da cauda um «defensor da república» vinha soltando, a largos espaços, uns gritos de «viva à guerra» de que êle não participaria em França, mas em Portugal no lugar de algum degredado⁽²⁾.

O combóio estaca em Braço de Prata; e simultâneamente o capitão Padrão, para evitar um possível encontro com algum «coórte de heróis», convida, os três oficiais presos, a apearem-se com êle nesta estação, e tomarem no Poço do Bispo o eléctrico para Lisboa.

(1) Luís de Almeida Braga: — «quanta beleza e quanta nobreza se guarda na subordinação do indivíduo a um ideal colectivo e tradicional, na aceitação, livremente consentida, das leis misteriosas e eternas que regulam os destinos das raças.»

(2) Beryer, socialista: — «O direito internacional é uma blague portuguesa de que se hão-de rir os vindouros.»

Assim se fez, evitando-se qualquer premeditação já em exercício, seguindo-se ao Quartel General da 1.ª Divisão e daí para o Arsenal da Marinha, onde um oficial da armada pretende fazer ver que a prisão, dos oficiais do 34 de infantaria e dos oficiais do 13 de Dezembro, não será duradoura.

Entra-se na ponte do Arsenal, tomando lugar num escaler que logo parte; e ao badalar da meia noite entram, os três oficiais retardatários, a bordo do «cruzador-prisão» — o cruzador auxiliar «Pedro Nunes».

Neste estado se intima a marcha, para um campo de batalha em estrangeiras terras, ao batalhão do 34 de infantaria, ante a loucura criminosa dêsse «governo de triste memória», que teimosamente buscara a participação na Grande Guerra, por a julgar no último cartel da vida, e assim vislumbrar um golpe de morte sôbre a aspiração de Portugal — a Restauração da Nação pelas suas leis fundamentais que a legitima Monarquia tradicional incarna.

Os Fados tornariam que o golpe de morte o vibrasse a república em si mesma, pois com os Destinos não se luta.

E jámais ela encontrará bastão em que se ampare no caminho tortuoso que trilha e a despejará nos abismos eternos.

Deus super omnia.

(Continúa).

JOÃO DE OURIQUE.



A OBRA FOLCLÓRICA DE ALBERTO VIEIRA BRAGA

Por JERÓNIMO DE ALMEIDA

HÁ certos espíritos que ocultam discreta e involuntariamente o fogo sagrado que os ilumina. É tão despretencioso e comum o seu aspecto pessoal, são tão desataviadas as suas palavras e modesto o seu porte, que ninguém dirá ao abeirá-los em rápidos instantes — que está ao pé dum homem de letras. Sem querer evocar as românticas cabeleiras dos poetas da velha Arcadia, evidentemente inoportunas nos tempos que vão correndo em que a mulher é a primeira a descabelar-se, quási sempre o artista ou literato possui *certo ar* que, independentemente do seu trajo, o denuncia imediatamente...

Ocorreu-me isto a propósito do meu illustre conterrâneo Alberto V. Braga que, (perdôe-me êle a apreciação que nenhum desprimor envolve) pertence ao excepcional número daqueles que não possuem êsse *ar* de que falo, sendo como que o rótulo anunciador de seus méritos intelectuais, o que eu não considero defeito nem virtude, mas uma simples característica fisionómica. Demais, se ousei aludir ao aspecto puramente exterior da sua personalidade, foi tão sòmente pela curiosa e flagrante coerência que encontrei entre êle e as íntimas tendências do seu temperamento, cujas predilecções literárias se refletem abundantemente na sua própria linguagem, quer falando, quer escrevendo. Na verdade, se *o estilo é o homem*, raras vezes com maior propriedade se poderá aplicar tal aforismo, pois ambos parecem resentir-se do amiudado convívio com a gente rude do campo, confirmando-nos assim as suas palavras, de que com êle se entende «às mil maravilhas!» E quem o duvidará lendo, página a página, a sua Obra, rescendente ao aroma das flores silvestres?!

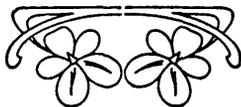
De há anos que Alberto Braga nos vem dando, em sucessivos e pacientes estudos folclóricos, fértil colheita. Dos costumes, lendas e tradi-

ções da nossa terra, num transcendente amor regionalista, que muito o dignifica. Desde os *Provincianismos Minhotos* e *Velhas Sentenças*, ao seu último trabalho *Curiosidades de Guimarães*, a sua alma se deleita e compraz na prescrutadora análise psicológica do nosso povo do Minho, cuja alma é irmã-gêmea da sua, nas profundas afinidades do seu claro sentir. E é tão intenso e vivo êste amor consagrado às velharias e curiosidades dêste ameno recanto provinciano, que de todo parecem absorver-lhe a existência, que procura enriquecer, a todo o momento, o seu tesouro com novas gemas e filigranas. Dir-se-ia que Alberto Braga andou percorrendo, em peregrina romagem de beleza, os humildes casais das nossas lindas aldeias, abancando nos tôscos escabelos que cercam as rústicas lareiras, para ouvir, de viva voz, talvez dos lábios dalguma velhinha octogenária, os contos e histórias do seu tempo, os amores e canseiras da sua longa vida. Depois saiu para o ar livre, atravessou os campos na torreira do sol em dias de ceifa ou à hora religiosa das trindades, como nos sentimentais quadros de Millet, e sempre de espírito ansioso e atento, através dos atalhos floridos ou no adro das igrejas ao sair da missa, colheu apontamentos preciosos para as suas fatigantes investigações de folclorista.

Devo dizer que ainda até não há muito tempo eu nutria um vago desprezo e quasi antipatia pelos grosseiros plebeísmos da nossa língua, começando agora de sentir-lhes certo sabor particular que me faz lembrar, ao ouvir-lhes a sua agreste toada, o português antigo dos nossos cronistas e tropeiros medievais. De facto, êles teem a sonância musical dos cavaquinhos e violas que os camponeses dedilham nas pizadas e espadeladas, e o verde colorido das nossas paisagens sertanejas. É um interessante dialecto característico e inconfundível da região minhota, com fundas analogias, fonológicas com o galego dos nossos vizinhos fronteiriços, cujas origens étnicas intimamente a nós se prendem.

Bem faz, por isso, meu amigo, em dedicar os seus ócios à missão a que se propoz, que é não só literária mas também patriótica, neste momento em que uma onda de crescente cosmopolitismo parece querer dominar tudo e todos, igualando o rude camponês das nossas aldeias com o homem *civilizado* das cidades populosas. E não tardará muito, infelizmente, que uma grande monotonia e um grande tédio invada os nossos

corações, tornando-nos (à maioria) uns meros autómatos, ultra-materia-
listas e não sei que mais. Não tardará muito que, no constante anseio de
nos igualarmos, todos formemos da Vida a mesma idéia prosaica e ade-
quada aos nossos desejos, sem poesia nem arte, porque toda ela ainda
reside justamente nas degenerescentes virtudes da nossa Raça. Não tar-
dará, de-certo, muito que eivados até à medula pela fútil pretensão de
falarmos muitos idiomas, esqueçamos e desprezemos a nossa língua-mãe,
trocando a graça natural das suas expressões pelos mais ridículos es-
trangeirismos.



S. GONÇALO

CULTO E LENDA DESTAS BANDAS DO SEU BERÇO

Per ALBERTO V. BRAGA

LENDAS E TRADIÇÕES

Falemos, em primeiro lugar, do *penedo das còvinhas*.

«As covas dos penedos, na opinião dos muitos arqueólogos contêm sentido religioso.»⁽¹⁾

Pelo menos, dentro da lenda e das tradições populares, essa crença se manifesta em variado sentido.

Muitas còvinhas e cavidades, em observada prática de remédio, são a cura para certas doenças.

Por exemplo: No cimo do monte de Santo Antoninho, na freguesia de Matamá, há uma capela, e perto dela a chamada *pedra do santinho*, milagrosa contra o *cansamento do peito*. Tem uns orifícios que o doente tapa e bafeja por cima, etc.⁽²⁾

Em S. Martinho de Candoso há o *Penedo da Senhora*, indicando uma concavidade, o sítio onde ela se sentava, e a maior altura, uma outra mais pequena, onde pousava o cotovelo, para apoiar a cabeça numa das mãos. Êste penedo tem virtudes milagrosas. Quem sentir dôres de cabeça e nele se sentar, tomando a mesma posição que tomava a Senhora, vê-se livre delas.⁽³⁾

Noutras covas, vê sòmente o povo, o indício claro da passagem dos santos quando eram dêste mundo.

(1) *Religiões da Lusitania*, de J. Leite de Vasconcelos, vol. I, pág. 355.

(2) Ver maneira de usar e mais elucidativas explicações no meu vol. *Tradições de Guimarães*, pág. 405.

(3) *Idem*, pág. 406.

E assim, dentro da origem dessa crença, as pègadas acham-se às vezes misturadas com còvinhas.

Os vários povos é que a adaptaram ás lendas dos heróis, dos santos, etc. (1)

«A notícia das pègadinhas recebi-a em Tàgilde, de dous informadores reunidos, mas com diferentes opiniões, querendo um que as marcas fôsem dos pés de S. Gonçalo, o outro que fôsem de Cristo, quando andou a pedir pelo mundo.

A crença nas pègadas impressas em rochas é tão velha como o paganismo, e não pode surpreender a ninguém que mesmo neste ponto as antigas lendas se cristianizassem. Se a atribuição das pègadinhas em S. Paio do grande herói de Tàgilde, por duvidosa para alguns populares, nos não dá aqui um exemplo frisante, vamos ver dentro em pouco que não é pelo escrúpulo que tenha a lenda de expropriar em favor dêle um monumento de origem pagã.

O penedo ou penedinho de S. Gonçalo fica à borda de um caminho e de um campo chamado do Pessegueiro.

Ninguém duvida que na corôa do penedo estão as marcas dos joelhos do santo, quando resava; a cavidade onde punha o pucarinho do caldo e outra que lhe servia de saleira.» (2)

Outros querem ver em tôdas aquelas còvinhas, o sitio dos utensílios onde o santo cozinava.

Tinha S. Gonçalo por hâbito trepar para cima do penedo, que não é de acesso muito fácil, e enxotar os pássaros do campo contíguo, chamado do Pessegueiro, que pertencia ao casal, onde se vê o solar do santo. (3)

Nos santos onde impere mais a lenda do que pròpriamente o simbolismo do culto, solenemente festejado em dia imposto de sagração, há sempre uma nota adicionada de jocosidade e folgança, que tanto pode levar-nos ao estudo da psicologia popular, como ao conhe-

(1) *Religiões da Lusitania*, idem, idem, pág. 382 e *Tradições populares de Portugal*, do mesmo autor, pág. 95 e 94.

(2) *Revista de Guimarães*, vol. I, artigo de M. Sarmiento, pág. 187 e 188.

(3) Livro 2.º manuscrito, de M. Sarmiento, pág. 121.

cimento das diversas modalidades que tornaram êsses santos favoritos e apaixonados, quer pela riqueza lendária que os envolve, quer pelo seu posto de cristianização e honra, quer ainda pelo interesse das suas festas, arraiais e procissões, sempre variadas e enredosas.

Neste ponto pode juntar-se como exemplo, a popularidade tradicional de S. Martinho, S. João, S. Pedro e Santo António.

Os temas lendários dêstes santos, andam ao sabor do povo, em muitas variantes de fantasia.

«Confrontando a história de um santo, quer ela seja autêntica, quer autenticada por decisão eclesiástica, com a lenda popular, — geralmente dispersa em fragmentos — resultará que a segunda se acha sempre tanto mais alterada quanto mais querido êle é; e que além disso o povo opera a metamorfose quasi regularmente em sentido jucundo, despindo a narração de tudo quanto lhe aparece demasiadamente austero, e bordando-a com alegres recursos de invenção sua.» (1)

Onde pára uma lenda, logo outra se entretece e amarra, e lá se vão em transformado conto no prosseguir da imaginação popular, que é fecunda e rica no tecer lendário, e sobretudo quando quer dar aos santos, por atenção da sua fé e da simpatia, um tradicional princípio de vida humana, levada de privações, de castidade, de heroísmos, de fôrça, ou de humildade, cândura e graça, e quando quere dar-se a si próprio a confiada certeza de que existiram, e que por êste mundo passaram em expiação e penitência.

O povo faz da lenda a folha corrida dos santos que muito estima, como os agiológios e *Flos Sanctorum*, fazem em jeito de mais santidade, o esclarecimento das virtudes dos mártires que por ali correm nas páginas, em evangelhos de reconhecida documentação, passos da história sagrada, fé e dogma que a Igreja manda acreditar, envolvendo-os assim mais amplamente em culto e festa.

S. Gonçalo tem lenda popular e tem crónica historiada. É santo querido do povo e santo afortunado do Senhor.

Mas as lendas, *embora por tôda a parte as tenhamos semelhantes,*

(1) Artigo de Cecília S. Branco, na *Revista Lusitana*, pág. 295 do vol. I.

recebendo côr local, segundo as regiões, ⁽¹⁾ estão, embora em mais reduzido monte, sujeitas à mesma liberdade que altera, modifica e transforma os próprios romances, que em feição cultural têm um princípio educativo e efabulação cristã.

Não sendo, as lendas, iguais no contar, tornam por vezes difícil a explicação de certos casos análogos, ocorridos em diversos e afastados pontos.

Dentro dêste caso, temos o penedo das pègadas de S. Gonçalo no monte de S. Bento, Tàgilde, é igual relação de um outro, na freguesia de Varziela, já para a costa de Felgueiras, onde se vêem também as impressões sagradas das suas pègadinhas, com características um pouco diversas.

Se os motivos fôssem iguais, mas atribuídos a outro santo, sòmente mais um caso se ajuntaria aos inúmeros que se espalham dentro dêste ciclo de variedade lendária. Mas tudo igual, sòmente com variante reduzida, temos que ver aqui a continuação da lenda ou da vida do santo, se assim quizerem, que fez neste local um pouso da sua jornada, deixando os traços mesmos da sua passagem, como um prègador de idéias, o fulgor das suas lições de doutrina.

Ficava na linha do seu caminhar, e o santo, fatigado, pesaroso, ali poisou, dando ao povo mais um capítulo da sua passagem, para o enliçar da lenda.

O penedo de Varziela é um penedo curioso, de covinhas, onde o povo daquelas bandas vê o sinal dos pés, das mãos, do chapéu e da bengala de S. Gonçalo, que está designada por um risco cavado. ⁽²⁾

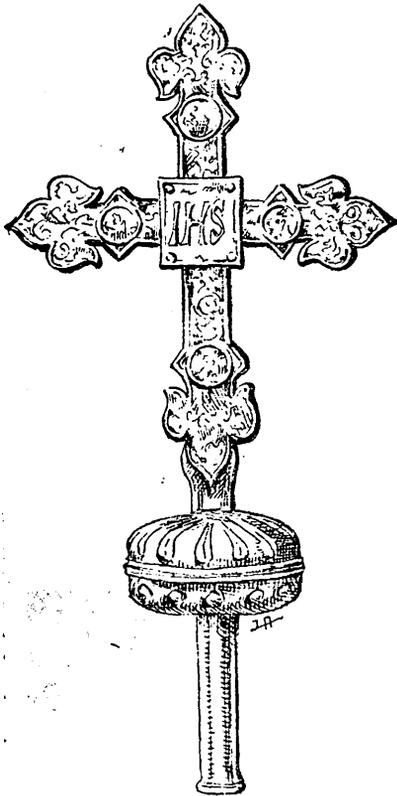
E a lenda, no mesmo sabor daquela região, continua: O santo, porque um ribeiro que passava ao pé, tinha pouca água, (rio de Sernande, afluente do Sousa) pegou no bastão e atirou-o pelos ares, dizendo que pararia onde êle parasse também. O bastão foi cair à beira do Tãmega, em Amarante. ⁽³⁾

⁽¹⁾ *Religiões da Lusitania*, vol. I, pág. 374.

⁽²⁾ Livro 2.º manuscrito de M. Sarmiento, pág. 160 e *Revista Lusitana*, vol. 21 pág. 38.

⁽³⁾ Idem 2.º manuscrito, pág. 108.

Anda, neste ponto, deturpada, a lenda. Corrente e sabido é que S. Gonçalo, de cima do penedo das pègadinhas, (Tàgilde) atirou o seu cajado, ou *bengalinha*, que foi cair a S. Paio de Vizela.



Cruz de Tàgilde (Romano-gòtica — Séc. XIII)

Saudoso, mas muito triste, como a noite, pelos dissabores passados e pelas ofensas recebidas de seu sobrinho, teve mais um alento, e vergando-se, trémulo, a custo a levantou e disse: «Ainda não há-de ser aqui». E numa cegueira toldada de lágrimas, fez mais um lanço de arremêso e a *bengalinha*, casualmente, foi cair a Amarante.

Desta maneira é que reza a lenda de Tàgilde. Mas pode, neste ponto, dar-se o caso, em virtude da repetição do gesto no mesmo motivo lendário, de o bastão ter caído em Varziela, firmando depois o santo, no alto do penedo, o mirante para o último jeitar da *bengalinha*.

E assim, então, fica compreendida também a lenda de Varziela. Melhor: uma e outra ficam a mesma; uma só, portanto, relacionada e completa. (1)

«Segundo as notícias que colhe-mos, o *penedo das pègadinhas* foi efectivamente quebrado há anos, dando-se o caso de que o pedreiro que

(1) Vizela (S. João) — «A lenda de S. Jorge, *matando o dragão para salvar a menina*, é localizada nesta freguesia. S. Jorge vinha do lado do monte; a menina estava junto do penedo onde o cavalo de S. Jorge deixou marcas das patas. S. Jorge viu a menina a chorar e perguntou-lhe o que tinha. Ela respondeu-lhe que não tardaria a ser comida por uma serpente. S. Jorge disse-lhe que não tivesse cuidado; que viesse para a sua beira; a menina veio e depois veio a serpente saída de um regueirão, e S. Jorge atirou a ela com o cavalo e matou-a naquele penedo das pègadas». (Pinho Leal, vol. 9, pág. 1960).

o quebrou, tempos depois foi atacado de paralisia e assim faleceu, o que o povo atribui a castigo, por êle haver destruído as pègadas de S. Gonçalo.» (1)

Contam que o santo, depois de escorraçado pelo sobrinho, levou vida pedinte, êle que tantas esmolos dera e tanta fome matara. Nesse seu caminhar sacrificado, batendo a portas e casais, um dia recebera duma velhinha, em dia de cozedura, um bôlo.

Ralado de fome, foi para junto de um penedo saboreá-lo. No sítio onde o poisonou, diz a lenda, uma cova ficou gravada.

O gesto de arremessar a bengala, cajada ou bastão, é vulgar, mesmo até na península; é como que um sinal que pode reputar-se de mando divino, orientando e marcando a queda dêsse corpo a esta-bilização de quem a atirou, e ser assim, depois, superiormente inspirado.

O mesmo se conta de S. Torcato, que estando na Citânia, atirou pelo ar a sua bengala, dizendo: «Aonde parares, aí ficarei.»

Mas são abundantes as lendas, neste género.

As que tecem êste nosso herói e santo, são tão lindas e puras como as pombas que vinham saltitar ao seu chamo no branqueado beiral de sua casa, e como a sua alma, sempre limpa e casta, e aberta em lição e exemplo para tantos com quem brincava, inocência de brinquedos que lhe deu popularidade quási tão aparelhada à de S. Pedro, S. João e Santo António.

Era santo que merecia também cascata, fogueiras e cantares.

!Que pena não chamar o povo, a esta banda da sua pátria, a recordação do seu dia, num folgar popularizado e divertido, alegre e cheio de viveza, nas rodas e nas danças, nas rifas e festadas de um arraial onde o santo pontificasse em altares de ramalhos e musgos, de castelos de papelão e pastores de barro! . . .

No calendário popular é êle recordado em primazia:

*No dia treze de junho
Santo António se demove;*

(1) Idem, vol. 12, pág. 1967.

*São João a vinte e quatro,
São Pedro a vinte e nove,
e São Gonçalo a trinta,
por ser o santo mais nobre.*

È na superstição caseira tem igualmente ensalmos de reza frequente:

*Em louvor de S. Gonçalo,
que não saia ensosso nem salgado.*

Dizem assim as mulheres ao deitarem sal na água para a amassadura:

*Em lougor de S. Gonçalo,
para que saia tudo pitinhas
e um só galo. (1)*

Santo tão popular e comunicativo, nascido no coração do Minho, que graça revestiria, à moda do Minho, uma festança em sua honra, lá na terra do seu berço!

Teve grande culto entre nós; foi festejado com pompas de igreja, com procissões e romarias.

È a romaria devia voltar, a sua romaria antiga dos tremoços e vinho, que dentro da tradição era culto que levava aos corações o recordar de S. Gonçalo.

Entre os moços e moças, nessa romaria, feria-se grande batalhar de tremoçada, divertir como o de Santo Amaro, no jôgo furioso dos brilhantes, em início rasgado de Carnaval.

Êste jeito pagão, que tem desculpa, como tantos outros que de inocência se revestem, recordava, como já foi dito, o predilecto passatempo do santo, quando jogava os tremoços à mocidade, em feliz anteveer do céu, enxergando a entretenha de Deus com os Anjos. . .

Para muitas almas doutrinadas nas rezas, são precisos os bruxuleios da iluminação em campo de arraial, e o toque lento das Avé-Marias, a levar-lhes em sentimento e sensibilidade a visão do céu,

(1) *Tradições Populares de Port.* de J. L. de Vasconcelos, pág. 154.

com tôdas as justiças, e a realidade do mundo, com todos os pesos da vida.

Equivale dizer que os corações se alentam, quer pedindo a Santo António, em ensalmos e defumadoiros, a saúde para os seus animais de trabalho e engorda, quer pedindo o deparo de coisas perdidas, com lenços amarrados a cadeiras no recitar de prelangas; ou pedindo a S. João as sortes e mil virtudes das ervas da meia-noite, para bons destinos e melhor saúde, a S. Torcato e às águas da sua fonte favores milagrosos, à Sr.^a das Neves o juízo perdido e a espantação exorcismada do porco-sujo, ou pedindo a S. Gonçalo, em rezas e promessas a cura para o encarangamento das pernas, à água da sua fonte, alívio para os olhos doentes, ou então a graça, a fortuna, de um arranjinho casadoiro, embora fora de tempo . . .

No conhecimento popular, S. Martinho é o seu deus da fartura, da festança alegre, da borracheira trambolhada; S. Pedro é mais conhecido como chaveiro-mór do céu, careca, de grandes barbas de neve e grande carranca; S. João como saudoso pastor, amigo das fogueiras e alcachofras, das noitadas e dos amores; Santo António como um fradinho travesso e galhofeiro, que prègou aos peixes, acarinhou as crianças e alcovitou muita moça nova, pelo menos com promessas de casório, e S. Gonçalo como um engalhoso dominico, protector dos órfãos, dos pobres e das velhas, a quem agenciava bons *casões*.

Os santos que advogam dentro do campo divino e terreno, cristão e supersticioso, têm por êles as rezas e os ensalmos, o culto e as práticas, e estão mais directamente ligados ao coração do povo, ao sofrimento humano.

Por êste modo é grande a popularidade de S. Gonçalo, que a tradição enreda no mexerico de casamenteiro.

«Reframos também à origem do epíteto *casamenteiro das velhas*, como nesta freguesia (S. Paio de Vizela) se conta, attribuído a S. Gonçalo e de que fala a cantiga popular:

*S. Gonçalo de Amarante,
casamenteiro das velhas;*

*porque não casais as novas?
Que mal vos fizeram elas? (1)*

Conta-se assim: Era aqui abade o santo, e na sua faina pastoral, percorrendo a freguesia encontrou uma sua paroquiana já velha, pobre e que só inspirava compaixão, à qual dirigiu a palavra e lhe perguntou porque não havia ela de casar (era solteira) para ter quem a amparasse. Tão estranha pergunta deixou atónita a velha e não soube responder. «Ao primeiro homem que encontrares, volve o santo, fala-lhe em casamento». Dito isto, continuou seu caminho.

A mulher foi pensando no que o abade lhe havia dito e poucos passos andados vê um jôvem, filho duma das primeiras casas da freguesia. Avistando-o, rompeu em estrondosas gargalhadas.

Aturdido o mancebo com as risadas da velha, quis saber a razão; por seu turno teve conhecimento das palavras do santo abade, e respondeu: tudo pode ser: ninguém diga desta água não beberei.

Poucos dias depois, a paróquia assistia ao casamento da pobre velha com o rico proprietário, unidos e abençoados pelo santo abade.

E as bênçãos do céu, diz a lenda, caíram naquela casa, pois com o sábio govêrno da sua nova dona, prosperou e aumentou consideravelmente.» (2)

Outras lendas correm de bôca em bôca, que por dizerem mais directamente respeito a Santo António, as omitimos.

(1) Tem variantes. Ver o cancionero, que segue mais à frente. Relacionada a outro santo, é também vulgar na Galiza aquela quadra:

*San Antonio de Canedo,
casamenteiro das vellas,
porque non casou as novas
que mal che fixeron elas.*

Canedo é um convento de frades franciscos no monte da Picaraña, en Pontareas. As variantes adaptadas de ista cántiga que coñecemos refírense a San Antonio de Amarante e a S. Andrés de Teixido. (*Cancioneiro das ribeiras do Tea, por Fermin Bouza Brey e Luís Brey Bouza, págs. 15 e 36*).

O nome de Amarante é conhecido e vulgar na toponímia galega.

(2) Pinho Leal, vol. 12, pág. 1967.

As águas santas e as fontes santas, andam ligadas à tradição do povo, que nelas viu sempre, desde remotíssimas eras, um elemento abençoado de cura, por virtude do milagre que as fez brotar, em honra e maravilha do santo ali aparecido ou nascido.

Em Tágilde e Vizela, em tempos remotos, era muito conhecido o culto tributado às fontes e nascentes, e às divindades que presidiam às águas. (1)

A superstição arraigada e uma das mais seguidas e experimentadas, é a que leva o povo à prática do seu uso e abuso em banhos e chapinamentos das partes molestas, e vem do antigo culto da água e daquele tempo em que o fogo e os montes eram considerados igualmente sagrados e temerosos.

Perto do penedo das pègadinhas, no monte de S. Bento, fica a *Fonte do Santo*, ou *Fonte de S. Gonçalo* (2), de água abençoada para a vista, já bastante arruinada, onde êle quebrava as cântaras às môças, fazendo-as reaparecer intactas, logo que as via a chorar (3).

«Eis que tocando a rocha com o conto do bordão, começa a estilar um formoso tórno de água clara, e bela, que desde aquela hora até o presente corre da mesma maneira. È porque é público o successo de sua origem, que foi êste, muita gente devota a leva para seus doentes, e afirmam que é salutífera no uso, como foi milagrosa no nascimento. Todos os romeiros com devoção a bebem e põem nos olhos» (4).

Na bica da *Fonte de S. Torcato*, costuma o povo fazer as suas abluções, lavar a cara, pernas e braços, nos dias da romaria, levando a efeito esta prática por vezes suado como um toiro. È água milagrosa.

Na véspera de S. João, vai de festada, o povo, até á *Fonte de S. Gualter* ou *Fonte Santa*, e pela volta da meia-noite, nela se lava, na esperança de correr os males e achaques. Nela lavam também as crianças doentes, deixando na água a camisa delas (5).

(1) Tágilde, na «Rev. de Guimarães», vol. 11, pág. 6 e o *Deus Bormánico*, idem, vol. 1, pág. 57.

(2) Em Amarante há também a *Fonte de S. Gonçalo*.

(3) Pinho Leal, vol. 2, pág. 121.

(4) *História de S. Domingos*, tomo III, pág. 164.

(5) Ver sôbre fontes as *Tradições Pop. de Port.*, por J. L. de Vasconcelos, pág. 72 a 74.

Na véspera de S. Tiago, 24 de Julho, o povo destas bandas, e principalmente o da corda de S. Miguel a Candoso, costuma reunir-se aos bandos e ir de caminhada até Santa Águeda, concelho de Louzada, esperando ali pelo dar da meia-noite, para depois principiar de lavar os pés e mãos, numa fonte que pelo visto tem sôpro de virtude, e simplesmente por via de as frieiras o não apoquentarem durante o inverno.

¡Já é prevenir-se com antecipação e ir bem longe, porque Santa Águeda fica em lonjura que farte, só pelo mal das frieiras!

Junto da *Fonte de S. Gonçalo*, numas lajes, também se mostram as 'marcas dos joelhos do santo.

E o pai ralhava com o filho quando as moças, entre chorosas e còradas, lhe iam fazer queixa dos cântaros escacados.

Coitadas das moças! . . . E tudo era por graça! . . .

E o santo lá continuava . . . Partia um, partia outro, partia todos quantos na borda do tanque surpreendesse.

E as moças, em magote, já sabendo do milagre, tôdas se riam e se entretinham vendo aparecer, inteiros e bojudos, os cântaros que em monte de cacaria estiveram sôbre a relva charquenta daquele lugar de fonte.

¡Como as moças eram lindas e airosas no trajar de compita e agrado, e como o santo era santo no engalho do divertir! . . .

As cachopas beijavam em gorgolejo a boqueira da fonte no matar da sêde, e o santo nunca sentiu segura nenhuma.

Os pardelhos cantavam nos ramalhos das árvores, as moças fugiam aos saltos e aos gritinhos, e S. Gonçalo ficava-se em doce quebranto de ascese! . . .

Bom santo e boa gente! . . .

Depois botaram-lhe cantigas e formaram à sua roda um cacioneiro popular.

E onde entra a popularidade versejada, entra a malícia e o erotismo.

O povo é assim. Tanto canta religioso como profano. Tanto implora como insulta.

E não é por maldade. É o seu modo de ser especial, que cabendo dentro duma religiosidade que torna larga e elástica a seu contento e satisfação, se permite ignorantemente abusar do respeito e temeridade de Deus, pela confiança por vezes dispensada a artimanhas do Diabo, que não julga tão feio como o pintam, a bruxedos, ensalmos, superstições, entrechocando se entre a visão do céu e o inferno da vida.

E a vida, muitas vezes, faz desanimar e fazer pecados; lá isso é verdade. . . :

Como se o abençoado santinho fôsse da igualha dêle, vá de chamá-lo à liça dos seus derriços e desejos:

*S. Gonçalo de Amarante,
casai-me que bem podeis;
o casar é aos dez anos
e eu já tenho dezasseis.*

*S. Gonçalo de Amarante
casamenteiro das velhas;
ó santo, casai, casai;
que as novas casam por elas.*

*S. Gonçalo, Gonçalinho, (1)
càsamenteiro das velhas,
porque não casais as novas?
Que mal vos fizeram elas?*

*Se fordes a S. Gonçalo,
trazei-me um S. Gonçalinho;
se não puderdes co'ête grande,
trazei-me um pequenino (2).*

*S. Gonçalo de Amarante,
feito de pau de amieiro,*

(1) *Tradições Populares de Port.*, por J. L. de Vasconcelos, pág. 216.

(2) «A propósito do *Gonçalinho*, convém dizer que em Amarante, por ocasião das festas do santo, se vendem umas figuras de massa, que se comem, e que representam um homem com as mãos nas ancas e os braços arqueados — figuras que se chamam *sangonçalinhos*; cada uma custa 20 rs.» (*Ensaio Etnográfico*, de J. L. de Vasconcelos, vol. IV, pág. 125).

— Aquele género de cantigas é vulgar em todo o Minho, e alusivas aos santos de maior simpatia popular.

Em S. Torcato vendem-se umas imagens do santo, em gesso, e de aí o povo cantar naquele geito.

Ao S. João igualmente, etc.

*Se fores a S. Torcato,
trazei-me um S. Torcatinho;
se não puderdes co'ête grande,
Trazei-me um mais pequenino.*

*Se fores a S. João,
trazei-me um S. Joãozinho;
se não puderdes co'ête grande,
trazei-me um mais pequenino.*

*irmão destes meus tamancos,
criado no meu lameiro (1).*

Os açoreanos renderam também o seu culto lendário a S. Gonçalo, pelo que se vê do seu interessante cancionero.

As quadras que seguem foram colhidas num artigo intitulado: *Cancioneiro popular das ilhas dos Açores*, e publicado no vol. 4 da Revista Lusitana, pág. 296.

Algumas delas são conhecidas entre nós.

*S. Gonçalo já é velho,
é velho, é maganão;
quando passa pelas moças,
arrefia, aperta a mão:*

*Prometi a Sam Gonçalo
de lhe dar uma jaqueta:
haja quem lhe dê o fôrro,
que eu lhe darei a baeta.*

*Róla, róla, Sam Gonçalo,
por êsse mundo àlém;
vamos procurar ventura
que nenhum de nós a tem.*

*Róla, róla, Sam Gonçalo,
por êsse mundo abaixo,
que eu perdi o meu amor,
eu vou-me a vêr se o acho.*

*Sam Gonçalo me chamou
pela porta da cozinha,
que fosse jantar com êle
recheado de galinha.*

*Sam Gonçalo me chamou
de cima do seu balcão,
que fosse eu comer com êle
recheado de leitão.*

*As freiras de S. Gonçalo,
tocam e bailam no côro;
a culpa é da abadeça
que lhes não faz ter miolo.*

Por ter sido um santo muito dado, que tanto passeava por entre cortejos de noivas como por bandos de leprosos e famintos, vá o povo de lhe tomar a mão e fazer do amor das cantigas o veneno da maldade, vertendo em eróticas as quadras primeira e quinta:

(1) «Quadra de Filinto Elyσιο, tornada popular». — *Rev. Lusitana*, vol. 22, pág. 79.

Sam Gonçalo de Amarante
casai-me que bem podeis,

.....
naquilo que vós sabeis

Sam Gonçalo de Amarante
feito de pau de azevinho

.....
como o porco no focinho

Ai lari, lari, ló léla,
eu venho de S. Gonçalo;
tôda a vida ouvi dizer:
pita que canta quer galo (1).

A venda dos *testiculi* de S. Gonçalo no dia da sua grande romagem, cremos que pelo Espírito Santo, em Amarante, é representará em tendência já derivada, embora, uma recordação antiga de ex-voto, a oferecer ao santo, em virtude de êle ser advogado das doenças testiculares, ou será um vestígio de significação ou culto fálico, também já apagado?

¿Serão então um ex-voto, os *testiculi* de S. Gonçalo, como os olhos bentos de cobre, prata ou oiro, a oferecer a Santa Luzia, por via das curas e milagres da vista, ou representarão amuletos de culto fálico, que eram muito usados, segundo J. Leite de Vasconcelos, entre os Romanos?

Phalus cum testiculis, etc. (2)

¿Terão certa analogia com as nossas *passarinhas* e *sardões*, que se vendem no arraial de Santa Luzia e Senhora da Conceição, numa alacridade de ditos entre a permuta distinta dos objectos e entre moços e moças?

— *Dás-me a passarinha, que eu dou-te um sardão?*

Paganismo? Amuletos fálicos?

¿Como seriam amanhadas, primitivamente, estas bugigangas de farinha triga, pinceladas de açúcar? Com que carácter? Quem sabe lá!...

Á roda dos santos andou o culto fálico, como à volta da creuça

(1) *Tradições Pop. de Port.* por J. L. de Vasconcelos, pág. 156.

(2) *Religiões da Lusitania*, do mesmo autor, vol. III, pág. 526.

e das festas ainda hoje andam as manifestações de sabor pagão e supersticioso.

Depois, o povo, tanto compra ex-votos, braços, pernas, peitos, etc., de cera, olhos bentos de cobre, prata ou oiro, como merca um *sardão* e uma *passarinha*, uma estampa de S. Gonçalo, um *sangonçalinho*, candeias de cera, ou uns *testiculi*.

Foi santo muito nosso, pelo nascimento. Foi do amor e culto dos nossos antepassados. Foi noutros tempos, quando humilde abade da sua freguesia, dispensando a todos o carinho da sua bondade, e ainda quando frade dominico, espalhando pelos povoados a doutrina de Deus, simplesmente *S. Gonçalo*.

Era assim conhecido e respeitado, quer dentro do ciclo da sua evangelização, quer por todo o país, onde a sua fama já corria como grande balsâmo.

Depois, desgostos e sofrimentos acabrunharam a sua sensibilidade, e de alma triste dobrada sôbre a dôr dos dêsgaçados que socorria, lágrimas vertidas sôbre a derradeira carícia feita às crianças, abalou um dia para o poiso da sua morte.

Lá caído por casualidade, como conta a aventura da *bengalinha* da lenda, as suas obras, os seus benefícios e milagres foram tamanhos, e a onda de crentes que o seguia em súplicas e orações era tão grande, que o santo assim naturalmente veio a tomar o nome da terra adoptiva que lhe serviu de túmulo, e passou a ser na folhinha cristã e no registo official do *Flos Sanctorum*, — **Sam Gonçalo de Amarante**.

Novembro e Dezembro de 1928.



VELHARIAS VIMARANENSES

DOCUMENTOS & EFEMÉRIDES

1828

GUIMARÃES HÁ 100 ANOS

AGOSTO

Dia 4 — A mesa da Misericórdia, sendo-lhe proposto «que tendo-se retirado por se julgar envolvido em crimes políticos e de rebelião, contra a Augusta Pessoa do Sr. D. Miguel I, o médico António Joaquim Ferreira de Castro, e estando preso nas cadeias desta villa pelos mesmos motivos o cirurgião Manuel José de Faria, e não poderem nem êste nem aquelle continuar no tratamento dos pobres dêste hospital», resolve por unanimidade restituir ao partido de médico, o dr. António José de Sousa Basto, e ao de cirurgião, Manuel José Fernandes; — achando-se vaga a cadeira do côro, que exercia o Rev. José de Faria «que se acha preso nas cadeias d'esta villa (vide 30 de Julho) e envolvido em crimes políticos e de rebelião contra a A. P. do Sr. D. M.» (ut supra), foi por unanimidade provido na cadeira o P.^o An-

tónio José de Freitas Rangel, e que a êste mesmo se restituisse o lugar de contador do côro, contando-se-lhe tôda a sua antiguidade; — Na cadeira do côro que exercia o Rev. António Tomás e que estava vaga por êle se ter refugiado pelos mesmos motivos acima, foi provido o Rev. José Ribeiro de Abreu.

Dia 9 — Em vereação foi aliviado o tesoureiro do cofre geral dos rendimentos reais da comarca, nomeado em 2 dêste mês, por motivos atendíveis que expôs, e nomeado para o mesmo cargo Francisco da Silva Guimarães Pinto, da rua dos Mercadores. — Preços da feira: 940, 460, 510 e 620 réis.

Dia 12 — «Principiam a chegar a esta villa os soldados que desde 1826 tinham emigrado para Espanha, aos quaes S. M. o sr. D. Miguel havia chamado por um decreto de 25 de Junho deste ano. Aqui ficaram, por lhes ser destinada esta villa para seu deposito; isto é para

os soldados emigrados dos corpos d'esta provincia.» (P. L.)

Dia 15. — «Chegou o visconde de Azenha, Martinho de Moraes Correia de Castro, que havia emigrado para Espanha em 1826.» (P. L.)

Dia 15—«É o primeiro dia d'este verão em que principia a sentir-se calor.» (P. L.)

Dia 16 — «Grande iluminação no terreiro do Campo da Feira, fogo preso e solto, e a musica do regimento 22 a tocar o hino realista, para o que veio de Braga. Esta iluminação e a festa de igreja no dia seguinte foi feita à custa dos realistas d'esta vila, pela aclamação do sr. D. Miguel I.º» (P. L.)

Dia 17 — «Grande festa na igreja do Campo da Feira, constando de exposição, missa cantada, sermão de manhã e de tarde e sendo oradores dois frades Benedictinos de grande nota, assistindo D. Alvaro, general da provincia, e várias pessoas de diferentes classes e partes, não falando nas da terra que concorreram em grande numero; à tarde houve *Te-Deum* assistindo as corporações religiosas e as ordens terceiras, havendo no fim procissão em volta da igreja.» (P. L.)

Dia 19 — «Morre o P.º Bernardo de S. Lourenço, ex-frade franciscano, o qual deixou bastante saudade, não só pelo seu bom comportamento, como por ser um confessor que não se negava a quem o procurasse. É sepultado na igreja de S. Francisco.» (P. L.)—N. B.

Foi commissário da Ordem 3.ª de S. Francisco de Guimarães desde 4 de Março de 1794 até 9 de Fevereiro de 1807, e era o seu nome Frei Bernardo Mariano de S. Lourenço.

Dia 20 — Em vereação houve sòmente despacho.

Dia 22 — Alvará fazendo mercê de moço-fidalgo com exercício ao bacharel Damião Pereira da Silva de Sousa e Meneses.

Dia 27 — Em vereação: «foi apresentado um officio do dr. corregedor, de 25 dêste mez, para se proporem 4 individuos que sirvam de Depositários gerais dos bens sequestrados da comarca, com o decreto junto, que determina tal nomeação. — Determinou-se que sendo indispensável para obstar aos abusos que há nos aboletamentos, por falta de haver livro exacto do armamento da villa, se procedesse desde logo à factura de um com o maior escrupulo.»

Dia 29 — É expedido o seguinte diploma:

«Dom Miguel, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, Daquém e d'além mar em Africa, senhor da Guiné, da conquista, navegação e comercio da Ethiópia, Arábia, Persia e da India, etc. Faço saber a vós dezembargador corregedor da comarca de Guimarães, Antonio Joaquim de Carvalho, que tendo-vos particularizado entre os diferentes magistrados que se distinguiram durante os últimos acon-

tecimentos revolucionarios pelo vosso zelo, fidelidade e bons serviços que Me fizestes e à justa causa Portuguesa: Hei por bem manifestar-vos a minha Real Aprovação pelo vosso honrado comportamento, proprio de um português, e que sempre terei em especial consideração os serviços praticados a bem de uma causa que juntamente é causa da religião, do trono e da independência nacional, o que assim ficareis na intelligência. El-Rei N. S. o Mandou por seu Especial Mandado pelos ministros abaixo assignados do seu conselho e seus desembargadores do paço. Christiano Fredenço Attavilla a fêz em Lisboa aos 29 de Agosto de 1828. Bernardo José de Sousa Lobato a fêz escrever — Manuel José de Arriaga Borem da Silveira — José António da Silva Pedrosa — Por aviso da secretaria d'estado dos Negócios da justiça de 25 de Agosto de 1828 e despacho do desembargo do paço de 25 do dito mez e ano.»

Dia 30 — Em vereação: nomearam tesoureiro do cofre dos Donativos para as urgências do Estado, mandado criar por decreto de 25 de Junho de 1828, Francisco José Gonçalves de Oliveira e escrivão o tabelião Paulo José de Freitas. — Nomearam tesoureiro geral do cofre dos rendimentos reais da comarca, Custódio José Ribeiro Guimarães, da rua de Santa Luzia. —

Preços da feira: 920, 440, 480 e 520 réis.

Dia 31 — Chega D. Álvaro, general da província e vai jantar a casa de Miguel Joaquim Sá, abade de S. Miguel das Caldas, voltando na madrugada do dia seguinte para Braga.

SETEMBRO

Dia 2 — A Câmara Municipal officia ao Cabido convidando-o a ofertar alguma quantia para as despesas das precisões do Estado, conforme o convite feito à Nação por Decreto de 25 de Junho último, devendo esta ser entregue até o dia 10 dêste mês, na casa da Câmara onde estava o cofre para a recepção de Donativos Voluntários. O Cabido deu 240\$000 réis, ou 212\$085 réis reduzidos a metal. O mesmo fez a todas as corporações. A Misericórdia ofertou 100\$000 réis, na forma da lei; a Ordem 3.^a de S. Francisco 150\$000 réis id.; a de S. Domingos 50\$000 réis papel; as irmandades do Rosario 100\$000 réis, na lei; S. Crispim 5\$000 réis id.; SS^{mo} de S. Paio 20\$000 réis; N. Sr.^a da Oliveira 100\$000 réis id.; S. Nicolau 10\$000 réis id.; N. Sr.^a da Conceição 10\$000 réis id.; Cordão e Chagas 35\$000 réis; N. Sr.^a do Têrço 10\$000 réis; N. Sr.^a da Guia 10\$000 réis.

Dia 3 — «Partem para Lisboa o visconde da Azenha, Martinho Correia, seu filho Bernardo Correia, o barão de Vila Pouca e seu irmão,

para beijarem a mão a S. Mag.^{de} o sr. D. Miguel 1.º» (P. L.)

Dia 6 — Em sessão de vereação: foram notados os preços da feira 920, 440, 460 e 510 réis. — Em virtude de ter o depositário Domingos José Gonçalves recebido os Donativos que a poder do mesmo têm sido dirigidos por vários párocos, corporações e particulares, e não convindo a bem do mesmo depósito, que se verifique a nomeação do novo tesoureiro: mandam que se conserve o que dantes era e se intime ao nomeado para sua inteligência, vigorando a nomeação feita no escrivão Paulo José de Freitas. — Nomearam depositários gerais dos bens confiscados às pessoas implicadas na rebelião do Pôrto de 16 de Maio, na forma do decreto de 2 de Agosto, a António Manuel Vieira Caldas, Francisco José Gonçalves de Oliveira, João Baptista da Silva Barros e Jerónimo Martins da Costa. Esta nomeação foi imediatamente participada ao dr. corregedor da comarca e aos nomeados.

Dia 7 — Faleceu no Rio de Janeiro, frei Custódio de Faria, illustre vimaranense nascido a 16 de Dezembro de 1761. Professou no convento agustiniano de Lisboa a 19 de Março de 1785. Conhecendo a fundo as línguas grega e hebraica, foi nomeado professor destas línguas no convento da Graça de Coimbra, que era da sua ordem, sendo depois transferido para o se-

minário patriarcal de Santarém, onde foi encarregado de reger hebraico e retórica. Nomeado em 1797 censor do Ordinário para a qualificação dos livros pelo cardeal patriarca D. José Francisco Miguel António de Mendonça, partiu em 1807 com a côrte portuguesa para o Rio de Janeiro e ali permaneceu até à data da sua morte, exercendo o professorado da língua grega. Escreveu: «Arte nova da lingua Grega, para uso do collegio da Graça de Coimbra», Coimbra 1790.

Dia 8 — «Morreu o Cabral da Costa. Foi sepultado no dia seguinte no seu mosteiro.» (P. L.) — Era frei Manuel de Santa Rita Cabral, Vid. «Revista de Guimarães» vol. XXIX, pág. 173.

— «Festejou-se, na forma do antigo costume, a imagem de N. Sr.^a da Guia, só com a diferença que este ano sahiu em procissão por toda a vila.» (P. L.)

Dia 10 — Em sessão de vereação foi aberto e lido o officio, de 8 do corrente, que a êste Senado dirigiu «José Maria de Sousa da Silveira, agradecendo as lisongeiras expressões do officio que esta Camara lhe dirigiu em 6 d'este, por ser Procurador em cortes d'este senado, e emquanto a ajuda de custo de que se lhe falou, linhá gosto dispor dela a beneficio das despesas do conselho, dando-se por muito satisfeito da escolha que este Senado fêz para uma missão que tanto estima.» Mandou-se registrar êste officio.

Dia 11 — Toma posse da coadjutoria e futura sucessão da prebenda do cônego Joaquim Vaz Vieira de Melo e Alvim o bacharel formado em canones e cavaleiro professo na ordem de S. Tiago, António Joaquim de Oliveira Cardoso, filho do negociante de linhos Francisco José Gonçalves de Oliveira, cavaleiro professo na ordem de Cristo e D. Maria Teresa da Encarnação. Havia professado na Collegiada em 14 de Julho de 1824 a ordem de S. Tiago juntamente com seu irmão dr. João António de Oliveira Cardoso que professou a ordem de Cristo.

Dia 12 — A mesa e junta magna da Ordem 3.^a de S. Francisco, delibera eleger novos mesários em todo e qualquer tempo sendo êles compreendidos em Negócios Políticos, como presentemente está compreendido o secretário António Joaquim Dias Sampaio e o síndico do hospital António José de Afonseca, os quais se achavam ausentes e a mesa em o próximo dia 19 elegeu secretário ao P.^o Domingos José Barroso e síndico do hospital a Domingos António de Lemos.

Dia 15 — Em vereação: foi aberto e lido o ofício que em 11 do corrente dirigiu a êste Senado o Desembargador Conselheiro Lourenço de Arrochela Vieira de Almeida Malheiro, semelhante em tudo ao que fica mencionado acima no dia 10, de José Maria de Sousa da Silveira. — Preços da feira: 960, 500,

480, e 560. — Elegeram para almotacés: para Outubro a Dezembro, por unanimidade, Fortunato Cardoso de Meneses Barreto e Gaspar Pinto Teixeira de Carvalho, e para Janeiro a Março, por unanimidade, José António Marques de Macedo, com 2 votos, Domingos José de Abreu, e outros 2 votos o capitão de milícias do regimento de Braga, Joaquim José da Silva, da freguesia de Gondar, ficando empatado, para se decidir na 1.^a sessão.

Dia 17 — Em vereação: o Juiz de fóra, presidente, desempatou a eleição de almotacés, da sessão passada, ficando Joaquim José da Silva para servir com o Macedo em Janeiro a Março. — Atendendo à escusa que deu Fortunato Cardoso de Meneses Barreto, actual provedor da Misericórdia que o impossibilita servir de almotacé, elegeram a Domingos José Alves de Abreu para servir em Outubro a Dezembro com o outro nomeado.

Dia 22 — Sessão extraordinária de vereação — Presentes o desembargador corregedor, juiz de fóra, vereadores e procurador, para deferirem a dois requerimentos de Jerónimo Martins da Costa e João Baptista da Silva Barros, nomeados para Depositários do produto dos bens sequestrados aos Implicados na Rebelião, na forma do decreto de 2 de Agosto p. p.; vendo êles corregedor e vereadores a capacidade dos nomeados, e que nenhuns outros havia que os podessem subs-

tituir, acordaram indeferir os 2 requerimentos, e os dos outros 2 depositários, no caso que intentem semelhante escusa, e que se proceda contra êles na conformidade das leis, visto não terem anuído à intimação e ficando responsáveis por qualquer prejuízo que possa resultar à R. Fazenda ou a qualquer outro a quem interesse, pela desobediência dêles depositários, expedindo (na conformidade dêste acórdão) ao corregedor e ao presidente desta Câmara, para procederem contra os mesmos.

Dia 22 — Em vereação, foram entregues as chaves do arquivo, uma ao vereador mais velho, Bragança, outra ao procurador e a outra ao escrivão, sem se inventariar os papéis nele existentes.

Dia 25 — Nasce na rua da Tulha José Arnaldo Nogueira Molarinho; foi baptizado no dia 28 na igreja da Colegiada. Era filho de Manuel José Nogueira e de Rosa Maria de Jesus, e faleceu no Pôrto, onde residia desde 1858, em 15 de Fevereiro de 1907. Recebeu apenas uma instrução muito elementar, trabalhando na oficina de ourivesaria de seu pai. Dedicou-se no Pôrto especialmente à gravura, para que sempre manifestou excepcionais aptidões, produzindo belos trabalhos, que lhe deram grande notoriedade no País. Em 1875 foi a Paris visitar a exposição, comissionado pelo govêrno. Dos seus trabalhos citaremos as medalhas do centenário do marquês

de Pombal, mandadas cunhar pela Universidade de Coimbra; do monumento erigido a D. Pedro IV, em Lisboa; da Real Associação dos Architectos e Archeólogos Civis; do monumento levantado a D. Pedro IV, na cidade do Pôrto; do Palácio de Cristal; do centenário do infante D. Henrique; da inauguração da ponte Maria Pia; o medalhão com o retrato do cônego Alves Mendes, etc. Da sua oficina, que êle conservou sempre numa modesta simplicidade primitiva, saíram outros trabalhos apreciáveis, como sinetes, miniaturas, brazões e emblemas trabalhados com arte delicada. — Do Dicionário Histórico «Portugal», vol. V, pág. 90.

Dia 27 — Em vereação, o procurador requereu «que para evitar e providenciar os grandes furtos que se estão fazendo ao publico, se não deem licenças nem se consinta mais que se venda pão cosido n'esta villa e seu termo de qualidade alguma sem que seja de peso das onças que esta Camara lhe taxar conforme a estiva, e outro sim que se não consinta pão algum de ajuste, mas sim de 20 e 40 reis, conforme sempre foi costume n'esta villa e termo; que as galinheiras e regateiras se façam ir para o sitio destinado por esta Camara, e se faça publico a todos por um bando e se officie aos senhores Juises Almotaçes para o fazerem observar, e que o escrivão d'esta Camara passe certidão ao suplicante d'este re-

querimento e seu deferimento. Foi deferido em toda a sua extensão pela Camara.»

Dia 29 — «Por ser o dia do nome de S. M. o sr. D. Miguel 1.º o destacamento aqui estacionado, pertencente ao regimento n.º 22, vai ao Toural, dá vivas ao sr. D. Miguel 1.º, á sr.ª imperatriz-rainha, á casa de Bragança, á Santa Religião e conclue com tres descargas. Á tarde percorreu as ruas uma procissão civica. Era composta de algumas bandeiras, uma musica, uma pequena guarda d'honra, muito povo dando vivas, o retrato de D. Miguel sustentado pelo Juis de fóra e pelo comandante do destacamento, indo atraz de tudo uma pequena guarda d'honra. Sahiu dos Paços do Concelho, estando as janelas do transito ornadas de cobertores de damasco e queimando-se muitos foguetes, acompanhados de repiques. Á noite houve luminarias.» (P. L.)

OUTUBRO

Dia 1 — Em vereação: foi taxado pão trigo, de 9 onças; terçado, de 28 onças e o de milhão de 29 onças. — Foi deferido juramento aos almotacés, Domingos José Alves de Abreu e Gaspar Pinto Teixeira de Carvalho, para servirem êste trimestre.

Dia 2 — «Chegam aqui 12 praças de cavalaria e duas companhias do regimento n.º 22, tudo comandado

por um major do 22 que no dia seguinte marcharam para Fafe em perseguição dos constitucionaes que para esse sitio se tinham reunido.» (P. L.)

Dia 4 — Em vereação: Preços da feira 920, 460, 380 e 360 réis. — Acordaram se participasse ao Corregedor o cumprimento do seu officio de 8 de Setembro, sôbre a factura de um livro para as fianças que se devem dar aos 4 depositários para os bens dos envolvidos na próxima passada Rebelião.

Dia 6 — Sessão extraordinária de vereação. — Com a presença do Corregedor, para efeito de nomearem abonadores aos Depositários gerais dos bens sequestrados aos Réus implicados na Rebelião principiada na cidade do Pôrto em 16 de Maio do corrente ano, e nomearam para o dito efeito a Domingos Vaz Vieira, Domingos Martins da Costa, Francisco da Costa Pereira, todos desta vila, e José António de Faria, do lugar de Corrundela, da freguesia de S. Torcato, dêste termo. — Determinaram que se remettesse uma relação a todos os Depositários gerais, dos abonadores hoje nomeados pelo Senado, em razão dêles depositários não prestarem tal abono na forma que lhes foi determinado.

Dia 8 — Em sessão de vereação, houve sômente despacho.

Dia 11 — Em vereação foi deferido juramento e dada posse a Bernardo Félix de Matos, desta

vila, que se apresentou com sua patente, de tenente da companhia dos incêndios, passada pelo General da província. — Preços da feira: 960, 460, 400 e 340 réis. — Determinou-se que se mandasse cumprir a estiva de 1 dêste mês e se fizesse público hoje por pregão.

Dia 13 — «Principia, por ordem do Governo, a missão em S. Francisco, feita por 2 frades da Falperra». (P. L.)

Dia 16 — Chega o General de Trás-os-Montes, Gaspar Teixeira de Lacerda.

Dia 17 — «Chega o General D. Alvaro que veio visitar o General da província de Traz-os-Montes, Gaspar Teixeira de Lacerda que tinha chegado no dia 16 d'este.» (P. L.)

Dia 18 — Em vereação: Determinou-se que nos anos «dEl-Rei Nosso Senhor, o Senhor Dom Miguel Primeiro houvesse 3 dias de luminarias, anunciadas por um decente pregão, que terão principio nos dias 24, 25 e 26, terminando-se no terceiro dia com um solemne *Te Deum Laudamus*; haverá fogo do ar, tanto no bando, como nos tres dias e noites incessivas. Que se prestará cera e o mais necessario para adorno do Theatro aos Estudantes desta villa que se dedicam a solemnizar os annos do mesmo Augusto Senhor». — Os paideiros de pão de mistura fina, de milho alvo e centeio requereram taxa: deferiram-lhe com a estiva de cada vintem 18 onças e de qua-

renta réis 36 onças, sendo vendido a peso e não de ajuste. — Nomearam recebedores da décima de juro, da freguesia de S. Sebastião a Bento José Ferreira Guimarães, da rua de Couros, e da de N. Sr.^a da Oliveira a Francisco Ventura Gonçalves, da praça da mesma.

Dia 25 — Toma posse da conesia prebendada n.º 7, Francisco de Abreu Coelho Leite Pereira Baccelar, pela renúncia por coadjutoria e futura sucessão que, por Bula Apostólica de 13 de Janeiro de 1827 com o beneplacito régio de 17 de Junho de 1828, nele fez seu tio cônego Francisco de Abreu Bacelar Coelho da Silva. Era filho de Rosendo de Abreu e D. Angélica Rosa de Abreu, nascido na freguesia de S. Pedro de Alvito, de Cabeceiras de Basto.

Dia 24 — «Chega do Porto o Principe de Hesse, indo hospedar-se, por assim o pedir, no convento de S. Francisco. A comitiva era composta de 1 camarista, 2 creados graves, 2 lacaios e 2 cavalarias. Á entrada deram-se alguns foguetes e tocou um repique na torre do convento de S. Francisco. Foi cumprimentado por muitas pessoas de bem d'esta villa.» (P. L.)

— «Houve luminarias por ordem da Camara que mandou por um Bando, que se pozessem por 3 noites para festejar os annos do sr. D. Miguel, a 26 d'este.» (P. L.)

Dia 25 — Em vereação: — Preços da feira: 940, 460, 400 e 380 réis.

— «Ha luminarias. Sahem com o retrato de S. M. o sr. D. Miguel 1.º levado pelo juis de fóra Damião Pereira e pelo major do Arco; iam duas bandeiras que levavam o major Almeida e o Brandão das Faias, muito povo dando vivas e atraz uma guarda d'honra de voluntarios realistas.» (P. L.)

Dia 26 — É nomeado Provedor de Guimarães o bacharel Manuel Soares de Albergaria.

— «Das 10 para 11 as horas da manhã teve o Cabido aviso de que o principe d'Esse já ia em caminho da sua igreja para assistir ao *Te Deum* (do Cabido e Camara) por ser dia dos anos de S. M. o Sr. D. Miguel 1.º. Sahiu então o Cabido com o seu presidente o chantre, de capa de asperges, para o receber na forma do ritual á porta da igreja, dando-lhe a cruz a beijar e aspergindo-o, seguindo debaixo do palio até á capela do Santissimo onde fez oração e d'ahi para a capela onde fez tambem uma breve oração e foi sentar-se na cadeira do sr. D. Prior. D'ahi a momentos o chantre entoou o *Te Deum* ao qual assistiram os viscondes d'Azenha e da Costa e mais alguns fidalgos da villa. No fim foi acompanhado pelo Cabido até fora da porta; d'ahi foi o principe com a sua comitiva, auctoridades civis e militares e mais pessoas de distincção para a casa da camara onde se demorou pouco tempo, e veio d'ahi para o Tournal onde estavam

o regimento de milicias d'esta villa, o destacamento do regimento n.º 22 e os voluntarios realistas. Ao tempo em que estava formada e posta em ordem a tropa, chegou um carro com a effigie de S. M. o sr. D. Miguel 1.º, o qual foi posto no meio do Passeio e ao lado do Principe. A tropa deu as 3 descargas do estilo e depois deu os vivas ao sr. D. Miguel que foram correspondidos pelo muito povo que estava no terreiro. Houve parada, e no fim foi o carro conduzido pela Porta da Villa acima, sendo puxado por alguns conegos, frades, escrivães e gente da plebe, indo atraz do carro o principe, toda a tropa e muito povo. Á noite houve theatro por curiosos, e luminarias.» (P. L.)

Dia 27 — «Marcha para Braga o destacamento de infantaria 22, aqui estacionado, ficando duas companhias de milicias d'esta villa para fazerem a guarnição da mesma.» (P. L.)

— Em sessão extraordinária de vereação — O Juiz de fora, presidente, apresentou um officio dos Depositários gerais dos bens sequestrados aos complicados em Rebelião, sôbre a prontificação das casas de Jerónimo Vaz Vieira de Melo e Alvim para recolher frutos e rendimentos dos bens dos mesmos complicados, e mais objectos conteudos no mesmo, por serem as únicas e próprias para êste fim, e sequestradas por o mesmo ser complicado na mesma Rebelião.

Dia 28 — «Chegou um destacamento do regimento 22, que estava em Fafe. Depois d'algum descanço marchou para Braga.» (P. L.)

NOVEMBRO

Dia 2 — «Ultima missão feita pelos missionários da Falperra que estavam no convento de S. Francisco e tinham principiado a 15 do mês passado. Foi feita a missão por ordem do Governo.» (P. L.)

Dia 8 — Em vereação, pelo juiz de fora, presidente, foi requerido que dentro de 3 dias o escrivão da câmara prestasse fiança idónea, na forma da lei, com a maior responsabilidade por sua pessoa e bens, de todos os objectos de Fazenda sob sua responsabilidade. — Preços da feira: 900, 460, 380 e 370 réis.

Dia 9 — A mesa e definitório da Misericórdia delibera aceitar, com condição, os legados deixados por D. Clara Cândida Margarida, moradora que foi na rua do Poço, na importância de 2:800\$000 réis, roupas brancas e os paramentos e mais utensílios do seu oratório, com encargo de uma missa na capela do Campo Santo em todos os domingos e dias santos, que sempre se celebrou enquanto esteve aberta ao culto, e mais obrigações,

Dia 10 — «Repete-se a tragedia que os curiosos haviam representado nos anos de S. M. o sr. D. Miguel. Assiste o principe d'Esse, sendo grande a concorrência.» (P. L.)

Dia 12 — Prestou fiança o escrivão da câmara, Jerónimo Bento de Ascensão, que já exercia o cargo no mês de Outubro.

Dia 15 — Em vereação: foi nomeado para receber do novo imposto da fábrica e quintos da vila, João António dos Santos, vendedor, da Rua Nova de S. Sebastião.

— O Juiz de fora, presidente, disse: que sendo indizível o vexame que causa aos habitantes da vila, o aboletamento de soldados, por mais tempo, como a lei manda, em casa dos particulares, existindo quartel na vila, próprios do seu regimento e desocupados, e para que no futuro exima de si qualquer responsabilidade que possa, ter mandou fazer esta declaração para constar. Pelos vereadores e procurador foi dito que se conformavam com o exposto, e que se officiasse ao caserneiro para a prontificação dos quarteis, por via do escrivão da câmara.

Dia 29 — O vereador mais velho, José António Mendes da Silva Bragança, presidindo à sessão da câmara, propôs — que se devia imediatamente promover a organização do Corpo de Voluntários, divisão do distrito, organização de companhias e proposta de officiais, na conformidade do decreto de 26 de Setembro último — no que foram conformes os mais vereadores. — Foi mandada passar a ordem para nos dias 1, 2 e 3 de Dezembro se

arrematarem todas as rendas do Senado.

Dia 30 — «Morreu n'esta villa o abade de Santa Comba de Regilde, morador ás Hortas. Foi sepultado na igreja dos Capuchos.» (P. L.)

DEZEMBRO

Dia 3 — Em sessão da Câmara andaram em pregão, 3.º dia, por que nos 2 dias antecedentes não houve lanço algum, todas as rendas do concelho, por todo o ano de 1829. O maior lanço foi de 2.600.000, feito por Joaquim José Gonçalves, negociante desta vila, como procurador de Joaquim de Freitas Guimarães, da mesma. — Foi nomeado síndico o bacharel Manuel António de Lima Peixoto.

Dia 5 — «N'este dia e no seguinte sahiram mascarados os estudantes como nos tempos remotos costumavam andar, deixando alguns anos de andar por lho vedar alguns ministros.» (P. L.)

Dia 6 — Em vereação: O pregoeiro deste juizo, Manuel da Silva, deu fé que hoje lançara pregões pelas praças e ruas da vila, convidando a nobresa e povo para responderem à Representação feita a El-Rei N. Sr., o Sr. D. Miguel I, pelo recorrente António José de Sousa Basto, formado em medicina, para serem ouvidos no emprêgo de Médico das Caldas de Visela, por o médico antecedente, António Joaquim Ferreira de Castro, ser

envolvido na Rebelião próxima passada. Não apareceu pessoa alguma.

Dia 9 — «Foram á praça os rendimentos das casas e bens dos implicados na rebelião de 16 de Maio d'este ano.» (P. L.)

Dia 10 — Em vereação foi acordado que para se fazer a divisão dos distritos do Corpo de Voluntários Realistas e organização de companhias (ver a 29 do mês de Novembro último) se officiasse ao capitão-mór da vila e termo, Domingos Cardoso de Macedo, para dar os esclarecimentos necessários.

Dia 17 — Foi acordado, em vereação, officiar ao coronel-general fazendo-lhe ver a possibilidade que esta vila e termo tinha para formar 6 companhias de Voluntários Realistas Caçadores estando já organizadas 90 praças, em exercício, antes do decreto da organização. Foram enviadas notas das pessoas aptas para comandantes do dito corpo, tendo-se hoje feito a escolha seguinte: Bernardo Correia de Morais e Castro, capitão de cavalaria n.º 1, Barão de Vila Pouca, alferes de cavalaria n.º 9 e Fortunato Cardoso de Menezes Barreto.

Dia 19 — «O Padre Mestre Mota é eleito D. Abade da Costa.» (P. L.) — Chamava-se frei José Bernardino da Mota Cardozo.

Dia 20 — Em vereação, lido 1 officio do corregedor que exigia do Senado a eleição de 3 pessoas aptas e abonadas, para uma delas ser tesoureiro do cofre do Juizo

dos órfãos, pela ausência do rebelde que servia tal cargo, foram eleitos 3 comerciantes da vila, dos quais julgou a câmara ser o mais capaz não só em sentimentos e adesão à Augusta Pessoa de Sua Majestade, mas mesmo em teres, António José Mendes d'Oliveira, proprietário de bens desta vila, por quem se responsabiliza, e que desta eleição se remetesse certidão ao mesmo ministro. — Foram nomeados para eleitos do lançamento da Ciza, da vila: Tadeu António de Lemos, Francisco José Salgado, Francisco José Mendes Guimarães, José António do Vale, José da Costa e Silva e Domingos José Lopes, ourives.

Dia 21 — «Ao meio dia repiques em todas as torres da vila e foguetes do ar, porque chegou a noticia de ter o sr. D. Pedro Imperador do Brasil ordenado que continuasse o comercio com estes reinos como até ali se praticava. Á noite houve illumination geral e andou a effigie de S. M. o sr. D. Miguel 1.º pelas principaes ruas da villa, acompanhada pela maior parte da nobresa e por muito povo que não cessava de dar vivas e uma banda de musica a tocar o hymno realista.» (P. L.)

Dia 24 — José António d'Oliveira Leite de Barros (que veio a ser Conde de Basto), do conselho de estado, ministro secretário de estado dos negócios do reino, encarregado da secretaria de estado dos

negócios da marinha e ultramar, e da secretaria da sereníssima casa e estado do infantado, comendador das comendas de S. Nicolau dos Vales, da Ordem de Cristo e da de Tôrre e Espada, alcaide-mór do castelo de Guimarães, senhor donatário do concelho de Roças, padroeiro do hospício dos Capuchinhos, em Basto, condecorado com as medalhas de Vila Franca, Restauração e Guerra Peninsular, etc., passa procuração, estando em Lisboa, a Bernardo Correia de Moraes e Castro (depois 1.º conde de Azenha), para receber na igreja por sua mulher a D. Catarina Correia Leite de Moraes Almada Machado, irmã do dito procurador e filha dos 1.ºs viscondes de Azenha. O noivo tinha licença régia para êste casamento, e em 31 de Outubro o vigário capitular de Braga concedeu licença para qualquer sacerdote os receber no oratório particular da casa.

Dia 29 — Em vereação foi acordado que por ter chegado ontem a noticia do restabelecimento completo de Sua Majestade o Sr. D. Miguel I que Deus guarde, «o melhor dos monarchas», no dia de amanhã, 30, se celebre um solene *Te-Deum* em acção de graças, fazendo-se convites necessários para as 11 horas da manhã na «cathedral d'esta villa».

— O provedor da Misericórdia, Fortunato Cardoso de Menezes Barreto, da casa do Proposto, tam-

bém propôs à mesa da sua presidência «que constando que S. M. o Sr. D. Miguel 1.º, Nosso Senhor, estava já restabelecido da sua saúde, se fizesse um solene *Te-Deum* em acção de Graças ao Todo Poderoso pelas melhoras e perfeito restabelecimento de S. Mag.^{de}, Protector d'esta S.^{ta} Casa». Foi, por unanimidade, aprovada a proposta, ficando encarregados da direcção do acto, conforme as instruções que a mesa lhes desse, os mesários Francisco José Fernandes e Silva e António Manuel Martins. O P.^o João Veloso Pereira, de Garfe, foi provido na cadeira do côro que occupara o P.^o João Coelho.

— «Á noite repiques e luminarias pelas melhoras de S. M. o sr. D. Miguel 1.º» (P. L.)

Dia 30 — Na Colegiada, a expensas da Câmara e do Cabido, há um *Te-Deum* pelas melhoras de S. M. o sr. D. Miguel I. Assiste o Geral da Costa, fr. Joaquim Mendes, o príncipe d'Esse e a maior parte da nobresa da terra.

Dia 31 — «Á noite luminarias na igreja da Misericórdia e fogo do ar. N'esta noite quebraram algumas vidraças aos moradores do Toural por não pôrem luminarias.» (P. L.)

JOÃO LOPES DE FARIA.



Índice do IV Volume

TEXTOS:

	Pág.
AGOSTINHO (JOSÉ)	
<i>Manuel Bernardes Branco</i>	55 e 91
ALMEIDA (EDUARDO DE)	
Romagem dos Séculos — <i>O pão nosso de cada dia...</i> — (Subsídios para a história económica de Guimarães)	88 e 113
ALMEIDA (JERÓNIMO DE)	
<i>Duas palavras acerca da «Bibliografia Sarmentina» de Mário Cardozo</i>	44
<i>A obra folclórica de Alberto Vieira Braga</i>	266
ALVES D'OLIVEIRA (MANUEL)	
<i>A nossa homenagem</i>	130
ANTÓNIO CUNHA	
<i>Poeta Imorredoiro</i>	177
BATELLI (GUIDO)	
<i>Aspectos e figuras da nova Itália</i> — Alfredo Oriani (1852-1908)	173
BRAGA (ALBERTO V.)	
<i>S. Gonçalo</i> — Culto e Lenda destas bandas do seu berço	198 e 269
EUGÉNIO (DE BELONÔR)	
<i>Guerra Junqueiro</i>	31 e 68
<i>A questão social e a Inteligência</i>	148 e 213
FARIA (GUILHERME DE)	
<i>Cantar</i>	129
GALVÃO DE CARVALHO (RUI)	
<i>António Sardinha, poeta do amor cristão</i>	12 e 49
<i>Espada Secular</i>	253
JOÃO DE OURIQUE	
«O Anátema da Flandres» — <i>O 18 de Janeiro</i>	18
» » » — <i>O 2.º Batalhão do 34 de Infantaria</i>	84, 107, 135, 221 e 259
LOPES DE FARIA (JOÃO)	
<i>Velharias Vimaraneses</i> — Documentos e Efemérides — Guimarães há 100 anos	61, 94, 141, 178 e 284
MOREIRA DAS NEVES	
<i>A nossa dor</i>	40

	Pág.
OLIVEIRA (CÉSAR DE)	
<i>As feiras e a sua tradição</i>	245
OLIVEIRA GUIMARÃES (CLÁUDIO E ANTÓNIO CORREIA D')	
<i>Luz e Sombra</i> 79 e	101
<i>Jackson de Figueiredo</i>	126
<i>Filigranas</i>	254
QUEIROZ (FRANCISCO DE)	
<i>A Mata</i> 151 e	190
REDACÇÃO	
<i>Como íamos dizendo...</i>	9
<i>Ecce Sacerdos Magnus</i>	95
RODRIGUES LEAL (MANUEL)	
<i>Em memória do Príncipe Real D. Luís Felipe</i>	28
<i>A presença de Deus</i>	77

*Pensamentos, Palavras & Obras — Da vida : Dos factos : Das
letras*

«A alma dos meus bonecos»	118
«A Língua Portuguesa»	232
«A música portuguesa e os seus representantes»	164
«A Realeza de D. Miguel»	165
(O) «Album da Colónia Portuguesa no Brasil»	165
António da Cunha	230
(Dr.) António Rodrigues Cavalheiro	117
Arcebispo Primaz	163
«Brotéria»	161
(Um) centenário histórico (<i>Manuel Alves d'Oliveira</i>)	160
César de Oliveira	230
«Da Hera nas Colunas»	231
Discurso de abertura	116
«Estudos»	117
«Exposição de Arte Sacra»	119
(Dr.) Francisco de Queiroz	165
Grémio Português Tradicionalista	163
(Prof.) Guido Battelli	230
Guilherme Faria	119
«Jornal Português»	117
(Dr.) José Maria Rodrigues	165
(Dr.) Leão Ramos Ascensão	231
Literatura Cristã	118
Livros Novos	164
(Dr.) Marques Cêrca	231
(As) «Meditações» do Cónego Beaudenom	164

	Pág.
Momento histórico (<i>Manuel Alves d'Oliveira</i>)	226
«Nação Portuguesa»	116
«O Comércio»	117
«O Labor da Grei»	118
«O Primo de Inglaterra»	161
«O último olhar de Jesus»	161
(A) obra de Nuno de Montemór	165
Parente de Figueiredo	118
Política monárquica	229
«Portucale»	117
«Portugal Ilustrado»	231
Rainha D. Amélia	251
S. Dâmaso — Papa português	118
São Gonçalo	165
«Um sorriso de Santo António»	162
«Vínculos Sagrados»	165
Visconde do Pôrto da Cruz	230

Dos Livros & Dos Autores

<i>Alecrim do Norte</i> (quodras singelas), por Manuel Moura. Porto, 1928. (M. A. d'O.)	235
<i>Anuário de «Eusko-Folclor»</i> . Vitória (Espanha), 1927. (M. A. d'O.)	238
(Un) <i>apôtre de 15 ans — Charles Henri de la Bouillierie</i> , pelo P. ^o Émile Herbinnière. Paris, 1928. (H. C. G.)	243
<i>Auto das quatro estações</i> — Poema em verso (2. ^a ed. refundida: lição definitiva), por António Correia d'Oliveira. Porto, 1928. (H. C. G.)	120
(O) <i>Avó</i> , por Nuno de Montemór. Lisboa, 1928. (H. C. G.)	240
(O) <i>Berço</i> , por Hipólito Raposo. Lisboa, 1928. (H. C. G.)	121
<i>Cancioneiro do Minho</i> , por Silva Vieira. Esposende, 1928. (M. A. d'O.)	236
<i>Castelo de S. Mamede e Igreja de S. Mamede do Castelo</i> , pelo Dr. Luis de Pina. Porto, 1928. (M. A. d'O.)	234
<i>Catecismo do Matrimónio</i> , pelo P. Joseph Hoppenot, S. J. Porto, 1928. (M. A. d'O.)	238
<i>Contos</i> , por Mauricio Bouchor. Porto, 1927	92
<i>Curiosidades de Guimarães</i> — Mulheres, Jogo, Festas e Luxo, por Alberto V. Braga. Guimarães, 1928. (M. A. d'O.)	169
(O) <i>Dançarino Mundano</i> , por Paulo Bourget. Porto, 1927. (M. A. d'O.)	129
<i>Do meu cantar</i> , por Vergílio Amaral. Braga, 1927. (M. A. d'O.)	166
<i>Edith</i> , por M. du Campfranc. Porto, 1927. (M. A. d'O.)	123
(L') <i>Éternel Féminin</i> , por J. L. Gaston Pastre. Paris, 1927. (M. A. d'O.)	123
<i>Exposição de Arte Sacra</i> , por Alfredo Guimarães. Lisboa, 1928. (M. A. d'O.)	233
<i>Farrapos d'Alma</i> , por João d'Ourique. Lisboa, 1928. (José Agostinho)	239
<i>Grands Sanctuaires Français (Histoire et Doctrine)</i> , por Mgr. Tissier. Paris, 1928. (H. C. G.)	243
(L') <i>Héroine du Pé-Tang</i> , por Henri Mageau. Paris, 1927. (M. A. d'O.)	169
(O) <i>irmão d' Luzia</i> , por Nuno de Montemór. Lisboa, 1928. (H. C. G.)	170

	Pág.
<i>Lengua y Literatura portuguesas</i> , por Fidelino de Figueiredo. Madrid, 1928. (M. A. d'O.)	168
<i>Lições de Pedagogia</i> , por Chasteau, trad. e adapt. de António Figueirinhas, Porto, 1928. (M. A. d'O.)	239
<i>Medicina popular</i> (segundo a tradição de Guimarães), por Luís de Pina. Porto, 1928. (M. A. d'O.)	237
<i>Minuta de agravo e de injusta pronúncia</i> , pelo dr. João Elói Pereira Nunes Cardoso. Lisboa, 1927	92
<i>Notas biográficas do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor D. Manuel Vieira de Matos, Arcebispo Primaz</i> , por Monsenhor J. Augusto Ferreira. Famalicão, 1927. (M. A. d'O.)	167
<i>Paixão e Morte de Sidónio</i> , pelo Visconde do Pôrto da Cruz. Funchal, 1928. (M. A. d'O.)	254
<i>Perdidos no Deserto</i> , por Félix Léonnec. Porto, 1927. (M. A. d'O.)	123
<i>Pétalas</i> (versos), por Euclides Soto-Maior. Fafe, 1928. (H. C. G.)	242
<i>(A) Rainha Santa</i> , por José Agostinho. Porto, 1928. (M. A. d'O.)	168
<i>Signo +</i> , (poemas), por Rafael Laffón. Sevilha, 1927. (M. A. d'O.)	166
<i>Terminologia Popular Anatômica</i> (Guimarães), por Luís de Pina. Porto, 1928. (M. A. d'O.)	256
<i>(O) Trabalho, a Saúde e o Êxito</i> , por Orison Swett Marden. Porto, 1927. (M. A. d'O.)	123
<i>Tragédia Marítima</i> , por José Agostinho. Porto, 1928. (M. A. d'O.)	48
<i>(A) Viagem da Vida</i> , por Maria de Carvalho. Lisboa, 1928. (M. A. d'O.)	46
<i>Vida de S. Francisco de Assis</i> , pelo P. ^o Aloísio Tomás Gonçalves, O. F. M. Braga, 1928. (M. A. d'O.)	237
<i>Vãos místicos</i> (versos), por Maria Augusta dos Santos Nogueira. Porto, 1928. (H. C. G.)	241

Gravuras e ilustrações:

Colegiada de Guimarães — Tríptico de prata	29
Manuel Bernardes Branco	37
Francisco Martins	131
Altar de S. Gonçalo na Igreja do extinto convento de S. Domingos (Guimarães). Em Pau, no dia 19 de Outubro de 1928, nos jardins do palácio da Sr. ^a Duquesa de Cadaval	205
Cruz de Tãgilde (Romano-Gótico — Século XIII)	227
	273

Fora do texto:

D. Guilherme Augusto da Cunha Guimarães — Bispo de Angra.
O Senhor Dom Duarte